UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

ANA KARINA GOMES ALENCAR

**GUERRA DOS LUGARES E CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA:
A INSTALAÇÃO DA GRENDENE S.A. EM CRATO (CE)**

(VERSÃO CORRIGIDA)

SÃO PAULO

2019

ANA KARINA GOMES ALENCAR

**GUERRA DOS LUGARES E CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA:
A INSTALAÇÃO DA GRENDENE S.A. EM CRATO (CE)**

(VERSÃO CORRIGIDA)

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Humana da Universidade de São Paulo como
requisito para obtenção do título de Mestre

Orientador: Prof. Dr. Fabio Betioli Contel

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A368g Alencar , Ana Karina Gomes
 Guerra dos lugares e circuitos da economia
 urbana: a instalação da Grendene S.A. em Crato (CE) /
 Ana Karina Gomes Alencar ; orientador Fabio
 Betioli Contel . - São Paulo, 2019.
 183 f.

 Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
 Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
 Paulo. Departamento de Geografia. Área de
 concentração: Geografia Humana.

 1. Ambiente construído. 2. Cotidiano. 3. Circuito
 inferior da economia urbana. 4. Crato (CE). 5.
 Grendene. I. Contel , Fabio Betioli , orient. II.
 Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): **Ana Karina Gomes Alencar**

Data da defesa: **12/03/2019**

Nome do Prof. (a) orientador (a): **Fabio Betioli Contel**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, **06 / 05 / 2019**

(Assinatura do (a) orientador (a))

ALENCAR, A. K. G. Guerra dos lugares e circuitos da economia urbana: a instalação da Grendene S.A. em Crato (CE). Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Aprovado em 12 de março de 2019

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Para meus avós:
Laura Gomes dos Santos [*in memoriam*]
e Luiz Gonzaga Gomes [*in memoriam*]

AGRADECIMENTOS

O trabalho acadêmico é fruto de longo empenho e reflexão solitária. Contudo, para realizá-lo, contamos com a ajuda de muitas pessoas e instituições às quais se faz mister agradecer neste momento.

Agradeço inicialmente ao Prof. Dr. Fabio B. Contel. Sem dúvida, a oportunidade de usufruir de sua orientação foi uma das mais gratas que já tive. As orientações, quase sempre ocorridas à distância, ofereceram diretriz muito segura, rigorosa e, ao mesmo tempo, generosa. Sou profundamente agradecida pelo aprendizado.

À Prof.^a Dra. Glória da Anunciação Alves e ao Prof. Dr. Emerson Ribeiro, coordenadores, idealizadores e defensores do projeto de Mestrado Interinstitucional da Universidade de São Paulo (SP) e da Universidade Regional do Cariri (CE). O cuidado que tiveram conosco, em todas as etapas da realização do curso, foi incomensurável.

Aproveito também para agradecer aos Professores da USP que ministraram as aulas presenciais, em 2016, nas dependências da URCA (Crato-CE): Rita Cruz, Maria Eliza Miranda, Monica Arroyo, Dieter Heidemann, Valeria de Marco e Fernanda Padovesi. Ao Prof. Dr. Manoel Fernandes, especialmente, pelo incentivo, desde a graduação, na Universidade Federal do Ceará, assim como pelas aulas ministradas neste curso de pós-graduação.

Sou agradecida também pelo efêmero, mas profícuo estágio no Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial Ambiental (LABOPLAN).

À Prof.^a Dra. Rosa Ester e ao Prof. Dr. Ricardo Mendes, pela leitura crítica e sugestões durante o exame de qualificação.

Ao Prof. Dr. Amaro de Alencar, pela oportunidade de estar sob sua coordenação no Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais (UFC), no ano de 2006, durante a graduação.

Ao Sr. Arlindo Siebra, geógrafo cratense, pela ajuda em quase todas as etapas deste trabalho, pelas várias conversas e entrevistas.

Aos meus colegas de turma pelo companheirismo, principalmente, ao Luciano e ao Tiago.

Aos vários amigos que fiz no Cariri, sobretudo aos queridos Pedro Augusto e Amélia Monteiro, vizinhos durante a morada no Crato, e àqueles que conheci nas três escolas desta cidade onde lecionei.

Aos moradores do Bairro Seminário e aos operários da fábrica, que disponibilizaram suas memórias e saberes – dentre os quais, muitos ex-alunos meus, que se dispuseram a me ajudar neste trabalho.

Agradeço aos meus avós, Laura Gomes e Luiz Gonzaga Gomes.

À minha mãe, Maria Jarina Gomes, e à minha irmã, Karoline Alencar.

Agradeço às tias Odete, Joana, Anália, Lindália e Margarida, mulheres que, com suas respectivas famílias, constituem o meu contexto de existência mais próximo, o meu lugar; assim também aos tios Nonato e Manoel, professores que sempre foram uma referência positiva em minha vida.

Ao meu pai, Genesio Alencar.

Ao amigo Marcos Pereira, pelo apoio, pela acolhida em São Paulo, por sua companhia e pelas longas conversas.

Agradeço ao meu amor, Júnior, por estar comigo sempre.

Por fim, agradeço à Secretaria de Educação do Estado do Ceará, que me liberou das atividades regulares de docência nos últimos dois anos para que eu pudesse dedicar-me à conclusão deste trabalho.

RESUMO

ALENCAR, A. K. G. **Guerra dos lugares e circuitos da economia urbana: a instalação da Grendene S.A. em Crato (CE)**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

A presente pesquisa analisa os fatores geográficos envolvidos na instalação da fábrica de calçados Grendene na cidade do Crato-CE (1997) e as respectivas transformações urbanas engendradas no ambiente construído e no cotidiano da população do bairro onde a empresa se estabeleceu. A presença de empresas com sede na Região Centro-Sul em estados nordestinos – particularmente a dessa empresa calçadista gaúcha, em três municípios do Estado do Ceará (Fortaleza, Sobral e Crato) – ocorreu em função das novas estratégias de localização das grandes empresas, da disponibilidade de mão de obra de baixo custo relativo, mas também em função de políticas públicas de incentivos fiscais e benefícios diversos às indústrias intensivas em mão de obra. Nesse contexto, a Grendene instalada no Crato, cidade da Região do Cariri cearense, a 500 km da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), foi resultado de uma política territorial muito específica de desconcentração industrial da Capital e interiorização da industrialização, que se deu num contexto de acirramento da guerra dos lugares no Brasil. Depois da instalação deste novo fixo geográfico no Crato, o lugar se complexificou e ganhou certo dinamismo econômico, participando de uma divisão do trabalho mais ampla (nacional e internacional). Porém, nossa pesquisa identificou também que se mantiveram formas precárias de trabalho e subsistência nessa mesma situação geográfica, formas que podem ser caracterizadas como sendo do “circuito inferior da economia urbana”.

Palavras-chave: ambiente construído; cotidiano; circuito inferior da economia urbana; Crato (CE); Grendene.

ABSTRACT

ALENCAR, A. K. G. **War of the places and circuits of the urban economy: the installation of Grendene S.A. in Crato (CE).** Master's Dissertation, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo [Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences, University of São Paulo], 2019.

The present research analyzes the geographic factors involved in the installation of the Grendene footwear factory in the city of Crato-CE (1997) and the respective urban transformations engendered in the built environment and the daily life of the population of the neighborhood where the company was established. The presence of companies based in the Center-South Region in northeastern states – particularly that of this footwear company in the state of Ceará (Fortaleza, Sobral and Crato) – occurred due to the new location strategies of large companies, availability of relatively low-cost labor, but also in terms of public policies of tax incentives and various benefits to the labor-intensive industries. In this context, Grendene, located in Crato, a city in the Cariri region of Ceará, 500 km from the Metropolitan Region of Fortaleza (FMR), was the result of a very specific territorial policy of industrial deconcentration of the capital and internalization of industrialization. context of the war of the places in Brazil. After the installation of this new geographic fixed in Crato, the place became more complex and gained a certain economic dynamism, participating in a broader division of labor (national and international). However, our research has also identified that precarious forms of work and subsistence have been maintained in this same geographical situation, forms that can be characterized as being the "inferior circuit of the urban economy".

Keywords: built environment; daily; lower circuit of the urban economy; Crato (CE); Grendene.

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1- Características gerais do FDI/PROVIN-1993	30
Tabela 2- Características gerais do FDI/PROVIN-1995	31
Tabela 3- Características gerais do FDI/PROAPI- 1996.....	31
Tabela 4- Características do FDI/PROAPI-1997	32
Tabela 5 - Estado do Ceará: Indústrias de transformação existentes (1995-2016)	35
Tabela 6- Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, população em 1940, 1950, 1960, 1970,1980	45
Tabela 7- Indústrias do Cariri: origem das matérias-primas e destino das vendas em 1994....	50
Tabela 8- População do CRAJUBAR e Ceará (1991-2010)	51
Tabela 9- Crato: população de 1960 a 1980	53
Tabela 10- Grendene Ceará: período de renovação do incentivo fiscal da SUDENE	65
Tabela 11- Grendene Ceará: período de incentivo fiscal FDI/PROVIN	66
Tabela 12- Crato: contratações do FNE para o setor industrial, 1995-2006	72
Tabela 13 - Crato: Consumo de energia em MWh, 1994-2015.....	89
Tabela 14 - Crato: população por bairros	90
Tabela 15- Bairro Seminário: dados do meio construído, 1999-2014.....	95
Tabela 16 - Bairro Seminário: coleta de lixo (%).....	97
Tabela 17 - Bairro Seminário: sistemas de esgotos (%).....	97
Tabela 18 - Bairro Seminário: crianças e adolescentes de 7 a 14 anos na escola (%)	98
Tabela 19- Crato (CE): valor FOB (U\$S) exportado, 1997-2017	104
Tabela 20 - Crato: saldo de empregos formais (2015)	132
 Quadro 1- Principais regionalizações recentes do Cariri.....	 40
Quadro 2 - Grendene Crato: empresas fornecedoras de produtos e serviços	107

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1- Regiões de Planejamento do Ceará	37
Mapa 2- Ceará: localização da Região Metropolitana do Cariri	41
 Figura 1- Município do Crato: evolução da mancha urbana em três momentos (1960/1970/1980)	55
Figura 2- Crato: mancha urbana na década de 1990	57
Figura 3- Plantas industriais da Grendene S.A.....	66
Figura 4- Bairro Seminário: vista aérea em dois momentos (1995 e 2018).....	82
Figura 5- Grendene Crato: divisão do trabalho e hierarquia de funções	108
 Imagem 1- Crato no início do século XX: destaque para o Seminário São José ao fundo	59
Imagem 2- Bairro Seminário, anos 2000.....	62
Imagem 3- Antiga instalação da Grendene: Centro do Crato.....	73
Imagem 4- Governador Tasso Jereissati discursa na inauguração da Grendene no Crato, 1997	78
Imagem 5- Governador Tasso Jereissati visita a Grendene Crato, 1997.....	79
Imagem 6- Grendene Crato, vista aérea	80
Imagem 7- Grendene Crato: fachada atual (entrada principal)	80
Imagem 8- Antiga entrada da Fazenda Sítio Fundão, 1996	87
Imagem 9- Antiga entrada do Sítio Fundão, hoje esquina das ruas Rio Grande do Sul e Alencar Araripe, 2016.....	87
Imagem 10- Bairro Seminário	93
Imagem 11- Entrada do Parque Estadual Sítio Fundão	102
Imagem 12- Operários deslocando-se para casa.....	112
Imagem 13- Operários(as) deslocando-se para casa.....	113
Imagem 14- Operários(as) aguardam a partida da <i>pick-up</i> ao fim do expediente.....	114
Imagem 15- Operárias na função de costureiras, 1997	116
Imagem 16- Bairro Seminário: farmácia/ boutique	120
Imagem 17- Bairro Seminário: assistência em refrigeração/ clínica médica	121
Imagem 18- Bairro Seminário: laboratório de exames/ clínica médica e odontológica.....	122

Imagem 19- Bairro Seminário: polo de educação à distância/ escritório de contabilidade....	123
Imagem 20- Lanchonete defronte à fábrica Grendene	124
Imagem 21- Comércio ambulante na calçada da Grendene	125
Imagem 22- Comércio do circuito inferior ao redor da Grendene.....	125
Imagem 23- Marmitaria / oficina de conserto de motocicletas	126
Imagem 24- Estrutura de contenção da encosta do Bairro Seminário.....	128
Imagem 25- Grendene Crato: estágio do curso de técnico em calçados	134

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

BANDECE – Banco de Desenvolvimento do Ceará
BEC – Banco do Estado do Ceará
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas
CIC – Centro Industrial do Ceará
CODECE – Companhia de Desenvolvimento do Ceará
COELCE – Companhia Energética do Ceará
CRAJUBAR – Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha
DATASUS/SIAB – Departamento de informática do SUS / Sistema de Informação de Atenção Básica
DOE – Diário Oficial do Estado do Ceará
EDI – *Electronic Data Interchange*
ETENE – Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste
FDI – Fundo de Desenvolvimento Industrial
FINOR – Fundo de Investimentos do Nordeste
FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FOB – *Free on Board*
FUNATURA – Fundação Pró-Natureza
GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM – Imposto sobre Circulação de Mercadorias
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPEC – Instituto de Previdência do Ceará
IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
ISQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis
MDIC/SECEX – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços / Secretaria de Comércio Exterior

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MTE/RAIS- Ministério do Trabalho e Emprego / Relatório Anual de Informação Social

PDCI - Plano de Desenvolvimento do Comércio Internacional e das Atividades Portuárias do Ceará

PDEs – Plano de Desenvolvimento de Equipes

PDI – Planos de Desenvolvimento Individual

PDM – Plano Diretor Municipal

PEA – População Economicamente Ativa

PLAMEG – Plano de Metas Governamentais

PPD – Potencial Poluidor Degradador

PROAPI – Programa de Incentivos às Atividades Portuárias e Industriais

PROCAP – Programa de Desenvolvimento de Cadeias Produtivas

PROEÓLICA – Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Geradora de Energia Eólica

PROVIN – Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas Industriais

REGIC – Região de Influência das Cidades

RMC – Região Metropolitana do Cariri

RMF – Região Metropolitana de Fortaleza

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo

SAAEC – Sociedade Anônima de Água e Esgoto do Crato

SDE – Secretaria de Desenvolvimento Econômico

SEINFRA – Secretaria Municipal de Infraestrutura

SEMACE – Secretaria de Meio Ambiente do Ceará

SEMADT – Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial do Crato

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI – Serviço Social da Indústria

SIC – Secretaria de Indústria e Comércio

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo

UCLA – Universidade da Califórnia

UECE – Universidade Estadual do Ceará

UFC – Universidade Federal do Ceará

URCA – Universidade Regional do Cariri

USAID – *United States Agency for International Development*

USP – Universidade de São Paulo

VTI – Valor de Transformação Industrial

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	v
RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
LISTA DE TABELAS E QUADROS.....	ix
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	x
LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES	xii
INTRODUÇÃO.....	1
1. A desconcentração industrial no Brasil e a inserção do Ceará na guerra dos lugares	8
1.1. A desconcentração da produção industrial nacional	8
1.2. Território, normas e modernização: incentivos fiscais e industrialização na Região Nordeste .	16
1.3. O espaço urbano-industrial cearense e sua inserção na guerra dos lugares ao final dos anos de 1980.....	22
2. Da região ao lugar: rede urbana e desenvolvimento regional no Cariri cearense	38
2.1. A Região do Cariri e o CRAJUBAR: história e regionalização recente	39
2.2. Cidade do Crato: urbanização excludente no Bairro Seminário	52
2.3. A guerra dos lugares e a instalação da Grendene no Crato	64
3. A instalação da Grendene e as transformações no Bairro Seminário.....	84
3.1. A empresa e o bairro: renovação do ambiente construído, zoneamento e população local	85
3.2. O cotidiano acelerado: o tempo da fábrica, os transportes e a questão de gênero.....	102
3.3. A modernização excludente: atividades do circuito inferior no entorno da fábrica.....	118
3.4. Oferta de emprego e permanência da precariedade do trabalho na economia urbana	128
Considerações Finais	138
REFERÊNCIAS	143
ANEXOS.....	150

INTRODUÇÃO

Os fenômenos da industrialização e da urbanização são dois temas clássicos das ciências humanas, particularmente da geografia humana. As transformações ocasionadas pelas Revoluções Industriais são consideradas como tais – revoluções – também por se constituírem em modernizações (SANTOS, [1979] 2008); ou seja, grandes inovações capazes de criar fatores e condições completamente diferentes de estruturação do espaço geográfico. Segundo ainda Santos ([1979] 2008), a industrialização e a urbanização nos países periféricos acaba por configurar dois subsistemas distintos, dialeticamente opostos e com características econômicas e geográficas próprias, que são o circuito superior e o circuito inferior da economia urbana.

No Brasil, em certo momento da história nacional, o incentivo à industrialização foi considerado como principal pilar para promover o desenvolvimento econômico e social. Sobre isso atestam os primeiros Planos Diretores da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste na década de 1960, de acordo com Araújo (1984), além de tantos outros que se sucederam nas décadas posteriores.

Mais recentemente, Santos e Silveira (2001), ao analisarem o processo de realocização industrial das corporações automobilísticas no país, observam um movimento de disputa entre as localidades para receberem os empreendimentos “modernos”, o que conceituaram como “guerra dos lugares”. Esta disputa ocorre em outros ramos industriais, seguindo lógicas bastante semelhantes. Até o fim do século XX, a indústria automobilística tinha preferência pelas localizações metropolitanas, porém, nos últimos anos, tem optado também por outras áreas. Para realizarem tal intento, essas empresas procuram influenciar a ação estatal de forma a subordinar todos os outros atores sociais a participarem de suas ações hegemônicas:

Nos lugares escolhidos, o resto dos objetos, o resto das ações, e, enfim, o resto do espaço, tudo isso é, assim, chamado a colaborar na instalação da montadora; e tudo é permeado por um discurso eficaz sobre o desenvolvimento, a criação de empregos diretos e indiretos, as indústrias de autopeças, a exportação. Nada se fala sobre a robotização do setor, a drenagem dos cofres públicos para o subsídio das atividades, a monofuncionalidade dos portos e de outras infraestruturas, os *royalties* e o aumento da dívida externa, a importação de peças e de veículos completos. E o território passa a ser organizado e usado com a lógica exclusiva dessa produção (...). Desse modo, e em função da política territorial de uma empresa e da promessa de objetos modernos que chegarão, os lugares entram em guerra. Um combate por oferecer os melhores dados técnicos e políticos às firmas (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 112-113).

Esta argumentação, assim como a exemplificação dos autores, podem ser utilizadas como base para a compreensão de processos semelhantes que ocorrem em diversas regiões do Brasil. Na Região Nordeste, o apelo ao discurso de geração de emprego e renda combina-se com a necessidade de grandes firmas do Centro-Sul de aumentarem sua presença de mercado e lucratividade, o que explica em grande parte este movimento de migração de indústrias intensivas em mão de obra dessa Região para muitos dos Estados nordestinos.

Os governos destes Estados implementam obras de infraestrutura e alteram conteúdos normativos em seus respectivos territórios para, disputando entre si, promover a atração dos investimentos industriais de outras regiões do país, ao passo que as empresas escolhem os lugares que maiores e melhores benefícios oferecem.

Como explicam os autores supracitados, nessa disputa, todo o espaço local é chamado a atender aos interesses das grandes firmas, que são típicas do circuito superior da economia urbana. As populações, por sua vez, são convencidas pelo discurso fundado na necessidade de emprego e renda. Entretanto, para a nova localização industrial se estabelecer, têm de ser geradas tantas benesses para as empresas, que o processo acaba por favorecer muito mais aos interesses privados que aos coletivos (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Desse modo, apesar da desigualdade no atendimento das necessidades de cada segmento, devido ao baixo dinamismo econômico de muitas áreas no Nordeste, os novos empreendimentos externos instalados foram eventos capazes de provocar profundos impactos sobre os territórios. Promovendo uma dinâmica econômica mais intensa nos lugares, estes investimentos acabam gerando, entre outras questões, fortes mudanças nos processos produtivos e nas relações de trabalho (ainda que concentrados em pontos específicos das cidades onde se instalam).

As novas realocações industriais, ao chegarem a cidades interioranas sem maior tradição fabril, contribuem significativamente para engendrar uma complexificação das relações socioespaciais dessas cidades. No Estado do Ceará, temos alguns exemplos desse processo, como o grupo Vulcabrás/Azaleia, no município de Horizonte, e o grupo Dakota, nos municípios de Maranguape, Russas, Iguatu e Quixadá (PEREIRA JR, 2011).

Esta pesquisa estuda um caso particular de realocação industrial: a instalação, em 1997, de uma unidade da indústria de calçados Grendene na cidade do Crato, município da Região do Cariri cearense, a 500 km da capital. Este evento aconteceu no contexto de uma política estadual de interiorização da industrialização, resultando no estabelecimento do novo fixo geográfico na cidade.

De acordo com estudiosos da indústria da região caririense, a Grendene localizada no Crato é um vetor de reprodução da competitividade de seu grupo empresarial maior (AMARAL FILHO e SOUZA, 2003), por isso: “a chegada da Grendene ao Cariri exige uma explicação mais ampla, ou seja, aquela que aponta para a transferência de diversas indústrias do setor de bens de consumo não duráveis das Regiões Sul e Sudeste do País para o Nordeste, sobretudo para o Ceará (BESERRA, 2007, p. 71)”. Ao mesmo tempo em que a chegada desta empresa é parte de um processo maior, também engendrou transformações socioespaciais no lugar: “Na região, a Grendene é responsável por empregar um grande número de trabalhadores, sem dúvida, vetor de aceleração da dinâmica da economia urbana (BESERRA, 2007, p. 116)”.

Por isso é que se fez pertinente o objetivo de pesquisa deste trabalho: analisar os fatores geográficos e condições criadas para a instalação da fábrica Grendene no Crato (principalmente as normas e políticas públicas) e as transformações engendradas no ambiente construído e no cotidiano da população do Bairro Seminário (1997-2017), local da instalação da unidade da Grendene. Para alcançar tal objetivo, definimos alguns conceitos básicos para realizar o trabalho de interpretação da situação geográfica estudada. Sendo esta uma pesquisa dentro do campo de conhecimento da Geografia, definimos como central de análise o espaço geográfico, assim conceituado por Santos ([1996] 2014, p. 63): “(...) um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. A partir deste, podem-se elencar os outros conceitos operacionalizados.

O ambiente construído nos pareceu também outro importante instrumento de análise, pois pode ser entendido como a totalidade das estruturas físicas de uma dada parcela do espaço geográfico (HARVEY, 1980, 1982; SANTOS, [1994] 2013). No caso em tela, aborda-se o desenvolvimento do meio construído principalmente no bairro que foi alvo de novos investimentos públicos em infraestrutura, para receber a instalação da fábrica; entre outras transformações implementadas, podemos citar a terraplenagem da área que receberia a unidade fabril, novas ruas e asfaltamento, instalações de redes elétrica e telefônica, bem como de sistemas de água e esgoto, novas habitações, etc.

O outro conceito central que definimos para nossa investigação é o de cotidiano, a ser trabalhado conforme Santos ([1996] 2014), que discorre sobre a necessidade de, ao revisitar a escala do lugar, encontrar seus novos significados. Esta possibilidade se dá pela consideração do cotidiano principalmente na sua dimensão espacial, em suas determinações mais complexificadas pelo papel que a informação e a comunicação alcançam em todos os aspectos

da vida social. Com este conceito foi possível analisar a diversificação e densificação das relações que se processaram no lugar¹.

Além destes conceitos principais citados até aqui, consideraram-se também aqueles constituídos em pares dialéticos de compreensão da realidade geográfica, tal como proposto por Santos ([1988] 2014): fixos e fluxos, o Estado e o mercado – interno e externo –, o novo e o velho. Em diferentes momentos de nossa argumentação, estas noções foram também essenciais para o entendimento da realidade estudada.

No decorrer da pesquisa, verificou-se que a instalação da Grendene na cidade se deu em paralelo a um maior adensamento de atividades econômicas de caráter mais popular, principalmente no Bairro Seminário. Para analisar este surgimento concomitante de outros “empreendimentos” econômicos, mais simples e menos capitalizados, foi importante também nos valermos do conceito de circuito inferior da economia urbana (SANTOS, [1979] 2008) para caracterizar essas atividades e compreender essa dinâmica do espaço local.

Além disto, usou-se do recurso metodológico da periodização. Procuramos estabelecer como elemento central da periodização de nosso estudo o processo de industrialização na Região Nordeste, e em especial no Ceará. Neste sentido, a proposta realizada por Amora (2007) nos foi bastante útil para a delimitação das linhas gerais da periodização; na escala local (o processo de ocupação do Bairro que abrigou a fábrica Grendene), utilizamos outras referências, derivadas também de nossos trabalhos de campo, para definir os eventos centrais que compuseram a sucessão de acontecimentos estudados neste trabalho.

Do ponto de vista da metodologia científica, nossa pesquisa se valeu dos três pilares básicos que usualmente a investigação acadêmica está assentada: estudos bibliográficos, levantamento documental-estatístico e trabalhos de campo.

A pesquisa iniciou-se por extensa e profunda revisão bibliográfica. As leituras iniciais consistiram em estudos a respeito de teoria e método em geografia, sobretudo – mas não só – a partir da obra do professor Milton Santos.

Também foi necessário realizar leituras e interpretações que envolviam desde produções mais gerais da industrialização e urbanização no Brasil, até as que tratam do contexto mais local de nossa investigação. Elas dizem respeito à formação socioespacial brasileira, à Região

¹ O conceito de cotidiano tem uma larga trajetória nas ciências sociais. Desde ao menos os primeiros estudos de Alfred Schutz e Henri Lefebvre ainda na década de 1950, sua utilização vem sendo realizada por vários autores, de diferentes matrizes teóricas. Decidimos pela definição proposta pelo geógrafo Milton Santos do conceito, dada a aderência dessa definição no quadro teórico de referência utilizado neste trabalho.

Nordeste, à política contemporânea do Estado do Ceará, à historiografia e formação urbana do Cariri e da cidade do Crato, bem como a alguns registros da história social do Bairro Seminário.

Esta nossa preocupação no decorrer de toda a pesquisa possibilitou a condução da análise das escalas espaciais de determinação do fenômeno que permitisse superar uma interpretação localista sobre o objeto de trabalho. Ou seja, ao mesmo tempo em que o lugar é analisado a partir de sua particularidade, não se perde de vista a sua inserção na totalidade dos demais processos que o condicionam.

A pesquisa documental-estatística também foi imprescindível para a melhor análise do objeto de estudo. Em vários órgãos públicos, foi possível levantar registros interessantes aos processos e fatos estudados. Além dos que fornecem as informações gerais, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento Social (entre outras instituições federais), a investigação feita nos arquivos na Assembleia Legislativa do Ceará e no Arquivo Público da Cidade do Crato foram de grande valia para os elementos mais empíricos da investigação.

Alguma dificuldade foi encontrada para se constituírem séries estatísticas com dados anteriores ao ano 2000, numa escala tão pontual quanto à do bairro. Nos registros do banco de dados do Ministério da Saúde (DATASUS/SIAB), no entanto, foi possível coletar informações e elaborar algumas séries de análise de dados que mostram aspectos importantes da evolução do Bairro Seminário desde o ano de 1999. Com tais dados, associando-os aos outros dados gerais e às entrevistas, foi possível construir uma interpretação relativamente abrangente da evolução recente do Bairro (aparentemente adequada para a fundamentação de nosso argumento).

Ainda no que diz respeito à questão metodológica, alguns trabalhos de campo permitiram uma aproximação melhor da dinâmica do objeto estudado, tornando possível produzir e obter valiosas informações primárias sobre o ambiente construído, o cotidiano e o circuito inferior da economia urbana do local. As entrevistas semiestruturadas, realizadas principalmente no mês de julho de 2018, constituíram-se no principal recurso dessa parte mais empírica da pesquisa. Os roteiros de perguntas elaborados foram aplicados aos diversos atores sociais envolvidos, divididos em três principais grupos: políticos e servidores da prefeitura, gestores e operários da empresa e moradores do Bairro Seminário.

No total, entrevistamos 27 pessoas: 8 operários(as) da unidade da Grendene; 14 moradores(as) do Bairro Seminário; 2 representantes/gestores públicos do Município, o Sr. Antônio Primo de Brito (ex-prefeito) e o Sr. Arlindo Siebra Jr (Servidor da Secretaria de Meio

Ambiente e Desenvolvimento Territorial); um representante do movimento pró-Sítio Fundão, o Sr. Willian Brito; um representante da atual diretoria do Parque Estadual Sítio Fundão, o Sr. Jorge Madson; além de dois representantes da gestão da empresa Grendene².

Além destas atividades específicas realizadas, em alguns trabalhos de campo exploratórios realizados de forma mais “espontânea”, ocorreram conversas mais informais (mas de grande valia empírica) com a Sra. Lireida Albuquerque e com o Sr. João Sobreira Neto, professores da Universidade Regional do Cariri (URCA), que disponibilizaram também informações importantes para entendermos melhor o contexto da chegada e instalação da Grendene; da mesma forma, outras conversas exploratórias foram feitas com vários moradores e operários que, informalmente, ao longo dos últimos anos, forneceram elementos úteis a algum propósito do nosso estudo. As informações e relatos advindos das entrevistas foram utilizados principalmente no último capítulo do trabalho, que possui um caráter mais empírico. Observar-se-á que as informações foram tratadas de modo a observar mais os aspectos qualitativos identificados nas falas dos interlocutores.

A dissertação, por fim, foi estruturada em três capítulos. Na elaboração da redação, buscou-se uma gradação partindo do contexto escalar mais amplo (e de caráter mais “histórico” e “teórico”), passando por uma escala considerada intermediária, para chegarmos à análise da situação geográfica em sua dimensão mais local. De forma esquemática, podemos dizer que o caminho geral de nossa interpretação partiu da análise de elementos do processo mais geral da globalização, passando pela formação socioespacial brasileira até a Região Nordeste; depois, concentramo-nos no Estado do Ceará, daí para a Região do Cariri e, por fim, para a Cidade do Crato e o Bairro Seminário.

No primeiro capítulo, analisam-se as questões mais gerais de determinação do fenômeno estudado. Procuraram-se explicitar as condições em nível global que findam por influenciar decisivamente as realidades socioespaciais dos países, sobretudo na periferia do sistema-mundo. Depois, analisaram-se a desconcentração relativa da produção industrial nacional a partir da década de 1960 e a inserção da Região Nordeste nesse processo.

Destaque foi dado obviamente ao Estado do Ceará, cuja indústria original foi apresentada em seus termos mais gerais e históricos; depois, analisamos sua inserção no modelo de industrialização planejada sob a influência da SUDENE; em seguida, o processo de

² Conforme será explicitado no decorrer do trabalho, o Sítio Fundão era o nome dado a parte da área onde foi instalada a unidade fabril da Grendene.

industrialização que se deu mais próximo ao final do século XX, e as políticas públicas que inseriram o Estado na guerra dos lugares.

O segundo capítulo trata, principalmente, da constituição urbana do Crato, na sua relação com a rede urbana regional e na estruturação local (ou “intra-urbana”). Para tanto, apontam-se a localização e algumas delimitações da região cearense onde o município está: o Cariri. Nesse sentido, foi necessário fazer um breve levantamento histórico da imbricação das suas três cidades principais que formam o núcleo da rede urbana regional, Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. O acrônimo derivado do nome das três cidades, a propósito, conforma uma das denominações recentes da região: CRAJUBAR (Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha). Em seguida, destaca-se o desenvolvimento do Bairro Seminário, desde a sua origem até o momento em que é escolhido como lócus da instalação da fábrica da Grendene. Por último, nesse capítulo, relataram-se as condições mais específicas que determinaram a instalação da fábrica na localidade.

O terceiro capítulo tratou das repercussões e transformações do cotidiano, do ambiente construído local e da formação de um circuito inferior da economia urbana após a instalação da unidade da Grendene no Bairro Seminário. De início, são analisados os impactos geoeconômicos mais “evidentes”, como a construção de equipamentos e infraestruturas públicas requeridas pela firma, o crescimento populacional do Bairro e a oferta inicial de empregos.

Na análise do cotidiano da localidade, identificou-se a difusão de novos nexos de funcionamento da dinâmica local, nexos exógenos, incluindo a transformação dos ritmos locais. Dentre estes ritmos, estão os novos horários de trabalho, os fluxos de transportes mais extensos, a produção para a exportação, a inserção preponderante do trabalho feminino operacional na fábrica, as repercussões da empresa no mercado de trabalho local e, além disso, o impacto da existência da Grendene no surgimento de outras atividades de comércio e serviços, que caracterizam um circuito inferior da economia urbana desenvolvido no lugar.

Estes são, portanto, os principais elementos pelos quais se realizou o esforço analítico e interpretativo deste trabalho. Deste modo, acredita-se haver construído um quadro de entendimento do objeto de estudo que contempla o lugar e as relações deste com os contextos mais amplos de sua determinação, tanto os contextos regionais, quanto os nacionais, assim como os internacionais.

1. A desconcentração industrial no Brasil e a inserção do Ceará na guerra dos lugares

O processo de desconcentração produtiva ocorre no território brasileiro desde ao menos a década de 1970, com destaque para a desconcentração industrial. Seus contextos de determinação passam pela própria divisão internacional do trabalho – hoje passível de ser analisada pelo conceito de globalização –, que teve efeitos na transformação da configuração territorial do país. Desse processo, que contribuiu para a constituição de um mercado unificado para o país, observa-se atualmente um circuito espacial produtivo mais amplo e círculos de cooperação mais coesos entre as diversas regiões, com sua correspondente hierarquia.

A Região Nordeste passa também a fazer parte destas novas condições, considerando as ações – normalmente empregadas pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) – no sentido de criar mecanismos, bem como um discurso, de incentivo à implantação de indústrias na Região.

O Estado do Ceará, por sua vez, também mostra reflexos de seu desenvolvimento industrial a partir destes processos acima descritos. Para entendê-los, buscamos estabelecer uma periodização que vai da industrialização original ao momento atual, em que o Ceará é inserido, principalmente, por meio das estratégias de intervenção das classes dirigentes na guerra dos lugares.

1.1. A desconcentração da produção industrial nacional

A primeira dimensão da questão produtiva no Brasil que devemos analisar, ainda que brevemente, é a do contexto geral de desenvolvimento do capitalismo global. A estrutura de acumulação capitalista, à qual todo o mundo está subordinado – ainda mais intensamente desde a afirmação da globalização – tem requerido uma série de medidas de sobrevivência do próprio capital como sistema social e econômico dominante.

Dentre essas medidas, pode-se elencar a busca por lugares de produção que ofereçam vantagens comparativas e gerem maior lucratividade. Esse processo é possibilitado pela difusão, ainda que desigual, do meio-técnico-científico-informacional: “(...) nesta fase, amplia-se a área da produção, ao passo que a arena da produção se reduz. (...) A produção, considerada em todas as suas instâncias, se dá em áreas maiores do território, ao passo que o processo produtivo direto se dá em áreas cada vez menores (SANTOS [1994] 2013, p. 137)”.

Essa condição está aberta hoje graças à difusão das mensagens e ordens e à creditização do território, que permitem a dispersão da produção, a que corresponde a elevação da produtividade. Assim, todo o território é passível de ser usado através do conhecimento simultâneo das ações empreendidas nos diversos lugares, o que permite a ampliação dos sistemas de cooperação – hoje, mais largos e profundos –, necessariamente associados aos motores econômicos da economia global (SANTOS, [1994] 2013).

Trata-se, portanto, da combinação de dois aspectos articulados, a difusão do meio técnico-científico-informacional e a necessidade do capital de se expandir. A novidade, aqui, é que a produção que se espalha em vários pontos do território pode ser mais facilmente comandada pelo centro, ou seja, pelas áreas técnica e normativamente mais densas do território (ou mesmo em locais externos às formações socioespaciais em questão).

Consequentemente, o capital, particularmente o industrial, torna-se mais hábil ao buscar arenas de produção mais lucrativas que, mesmo distantes uma das outras – e mesmo do centro mais denso –, recebe facilmente as ordens do quê e de como produzir, garantindo maior competitividade no mercado mundial.

Essa reformulação do espaço em escala mundial é movida pela extração da mais-valia no nível mundial, que é, na verdade, a responsável direta ou indiretamente pelo modo como os eventos se dão nos diversos territórios e lugares; para tanto, os nexos financeiros se tornam cada vez mais onipresentes (SANTOS, [1994] 2013).

Lencioni (2009) nos explica que, no atual cenário de globalização econômica e cultural, a concorrência entre os capitais é avassaladora. O mercado mundial se expande intensamente, produzindo e reproduzindo a aceleração de seu próprio movimento. Nesse sentido, a atividade industrial é, em si, reestruturada. A concorrência nesse mercado tem como parâmetro a rápida complexificação das técnicas empregadas na produção e a velocidade com que cada país é capaz de responder aos novos desafios da compressão espaço-tempo: a produção deve reproduzir as condições globais de acumulação capitalista.

Dessa forma, identifica-se uma completa inversão da produção social na medida em que o processo de produção do capital se revela mais como fetiche numa autorreposição tautológica do dinheiro como mais dinheiro. A desconcentração produtiva e a expansão do sistema financeiro constituem-se em um único mercado em nível de mundo, de valores e crédito, que comanda os fluxos imateriais em várias direções e sentidos (LENCIONI, 2009).

O espaço brasileiro procura inserir-se nessa dinâmica. Por isto, pode-se dizer que, de acordo com a bibliografia analisada, há uma reorganização produtiva no território brasileiro

ocorrendo nas últimas décadas. Tal processo pôde-se realizar, no Brasil, mais intensamente na segunda metade do século XX, em função da própria dinâmica da evolução do capitalismo, como procuramos esclarecer brevemente, e pelas possibilidades abertas pelo progresso da ciência, da técnica e pela aceleração da circulação de informações, que puderam gerar condições materiais e imateriais para aumentar as especializações do trabalho nos lugares do país.

Trata-se, pois, de uma nova divisão territorial do trabalho que ocorre no Brasil, em que áreas periféricas são chamadas a participar da produção sob as diretrizes mais aprofundadas da lógica do capital, bem como de uma remodelação das áreas anteriormente ocupadas (SANTOS E SILVEIRA, 2001).

Destarte, ao ser portadora de maior densidade, a divisão territorial do trabalho atual, reforça o papel das áreas já configuradas com densidades técnicas mais profundas, condiciona a construção de especializações, chama os demais compartimentos a se tornarem mais aptos a produzirem para mercados mais amplos. Assim, ao ligarem pontos distantes do país, impõem maior cooperação entre lugares num ímpeto maior de circulação (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Desse modo, observa-se uma ampliação da desconcentração da indústria, com formação de *belts* modernos, novos *fronts* na agricultura e especializações comerciais e de serviços, que só puderam se desenvolver em determinadas porções do país no período atual. Todavia, amiúde, essas novas vocações são portadoras de alienação, na medida em que há uma grande pressão global sobre as populações locais (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

No presente trabalho, serão destacados o processo de desconcentração industrial e seu arranjo espacial, que os mesmos autores assinalam: “A partir da década de 1970, impõe-se um movimento de desconcentração da produção industrial, uma das manifestações do desdobramento da divisão territorial do trabalho no Brasil (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 106)”. Com efeito, importa saber como se materializa este fluxo do Centro-Sul às áreas menos dinâmicas do território, principalmente a Região Nordeste.

A partir da segunda metade dos anos sessenta, há uma retomada do crescimento industrial no Brasil e começa a ocorrer um processo de reversão da polarização industrial exercida pela área metropolitana de São Paulo. Cano (2008) nos diz que é a partir do fim da década de 1960 e, mais precisamente, na década de 1970, que os efeitos do elevado crescimento da economia brasileira e das políticas de desenvolvimento regionais fazem com que a produção,

particularmente a industrial, inicie um processo de desconcentração relativa em termos regionais.

Os números oficiais dão conta que, em 1970, a Região Metropolitana de São Paulo detinha 44% da produção industrial do país, passando, em 1999, para 26%; e o emprego industrial passou de 34% para 24% nos mesmos anos (DINIZ, 2002).

Para Diniz (2002), as razões para este processo de desconcentração podem ser assim elencadas: 1) a constituição de deseconomias de aglomeração na Região Metropolitana de São Paulo e a paralela formação de economias de aglomeração em outras parcelas do território; 2) a ação do Estado, em suas várias esferas de atuação, na concessão de investimentos, isenções fiscais e construção de infraestruturas; 3) os efeitos da ampliação das fronteiras agrícola e mineral, traduzidos em termos de estabelecimento de novas localizações industriais e de serviços; 4) a configuração do Brasil enquanto mercado unificado, fato reforçado pelo desenvolvimento das infraestruturas de comunicação e transportes; e 5) a própria competição interempresarial.

De antemão, destaque-se, para ulterior análise, o segundo fator, que irá auxiliar na compreensão do processo de estimulação da industrialização moderna nos estados nordestinos, desde a segunda metade do século XX, constituindo a chamada “guerra fiscal” – que, para Santos ([1994] 2013) e Santos e Silveira (2001), é a guerra dos lugares.

É interessante notar também que o processo de desconcentração industrial, iniciado na década de 1960, operava em um ambiente de “economia fechada”, com forte participação dos investimentos estatais e dentro do mesmo padrão tecnológico anterior, com grande peso para bens intermediários e insumos básicos (DINIZ, 2002). No entanto, desde então, esses aspectos foram-se modificando, como se verá mais adiante.

Essa forte presença estatal se deu através de investimentos públicos produtivos (em polos petroquímicos, usinas de aço, indústria de fertilizantes etc.), de incentivos fiscais (operados através das agências regionais que se formavam, a exemplo da SUDENE e SUDAM) e na construção de infraestruturas (transportes, telecomunicações, energia elétrica).

A orientação política da época, nos anos de 1960/1970, era, em parte, impulsionadora da desconcentração produtiva. As decisões consideravam a necessidade de oferecer respostas às demandas das áreas mais pobres do país, como o Nordeste, assim também a de ocupar produtivamente áreas menos desenvolvidas do Centro-Oeste e Norte.

Nesse contexto, houve um elevado crescimento econômico do conjunto do País, a ação política até o início dos anos de 1980 esteve voltada para expandir e diversificar a produção, de

modo que o crescimento se revelou em todos os setores produtivos e também na maior parte do território.

Entretanto, a despeito do crescimento dos índices econômicos verificados no período – por exemplo, o Produto Interno Bruto a uma taxa média de 8,7% –, parte desse desenvolvimento se deu às custas da construção de infraestruturas com forte endividamento do Estado nacional, o que contribuiria, mais tarde, para o aumento da vulnerabilidade à crise internacional que atingiu fortemente o Brasil na década de 1980 (CANO, 2008).

Dentre outras causas, o corte substancial de financiamento externo e o elevado endividamento do País desdobraram-se em muitos outros efeitos perniciosos (CANO, 2008). Desse modo, o Estado brasileiro e os entes federados sofreram com sérios problemas de ordem econômica, como a elevação da inflação, o desequilíbrio na balança de pagamentos e o aumento do preço do petróleo. Tais circunstâncias reduziram as capacidades de investimento estatal e ensejaram a modificação da concepção de atuação do Estado.

O que se viu posteriormente, principalmente a partir da década de 1990, foi uma transformação expressiva da forma de inserção do Estado na economia e na sociedade, com significativa privatização de empresas e serviços públicos. O Estado deixou de cumprir o papel que exercia em favor da desconcentração produtiva (DINIZ, 2002). Ainda assim, o legado das infraestruturas possibilitou um maior uso produtivo do conjunto do país, permanecendo, apesar dos reveses, o processo de desconcentração produtiva nacional: a tendência de integração do Brasil enquanto mercado nacional (já delineada desde meados do século XX), ao seu final, consolida-se inexoravelmente.

Quanto à dinâmica do período mais recente, observa-se que a desconcentração industrial em São Paulo se dá em paralelo a uma reconcentração no entorno “mais amplo” de sua Região Metropolitana, também num circuito poligonal que liga as cidades de Belo Horizonte-Uberlândia-Maringá-Porto Alegre-Florianópolis-São José dos Campos-Belo Horizonte (DINIZ, 2002).

Em diálogo com Diniz (2002), Oliveira (2002) explica que o processo de desconcentração é menos dinâmico do que se poderia imaginar. Em sua análise, há um fenômeno de “desconcentração concentrada”, ou seja, “(...) existe sim uma desconcentração industrial, porém, ela caminhará naturalmente para uma área ‘periférica’ de influência” (OLIVEIRA, 2002, p. 200).

Diniz (2002) mostra dados que reforçam a tese, ao diagnosticar que o polígono de expansão industrial supramencionado, excluída a área metropolitana de São Paulo, ampliou sua

participação na produção industrial de 32% para 52%, entre 1970 e 1999. O autor observa também um aspecto de mudança no que diz respeito ao padrão tecnológico da indústria no país e o aspecto locacional correspondente, nestes termos:

Apesar do atraso tecnológico brasileiro em relação aos países industrializados e de outros de rápida industrialização, a exemplo de alguns países asiáticos, assiste-se, no Brasil, a um rápido processo de modernização tecnológica. Esse processo pode ser visualizado através dos resultados do aumento de produtividade, das mudanças nos padrões de organização produtiva e gerencial e na emergência de um conjunto de novas áreas industriais com forte presença de indústrias de alta tecnologia. Dentre essas áreas industriais, cabe destacar as regiões de Campinas, São Carlos, São José dos Campos, no Estado de São Paulo; Santa Rita do Sapucaí/Pouso Alegre e Belo Horizonte, em Minas Gerais; Curitiba, no Paraná; Florianópolis, em Santa Catarina; e Porto Alegre e Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul (DINIZ, 2002, p. 92).

O que significa que as indústrias que utilizam uma tecnologia mais moderna continuam preferindo permanecer no Centro-Sul, principalmente nos “arredores” mais amplos da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Entre esses fatores locacionais, podemos mencionar como preponderantes a proximidade com os grandes mercados consumidores, as infraestruturas de transporte mais modernas, assim como a maior acessibilidade às principais universidades, grandes laboratórios e centros de pesquisa e serviços urbanos mais sofisticados (DINIZ, 2002).

As Regiões Norte e Nordeste, na periferia das áreas de maior dinamismo econômico, fazem parte desse processo de desconcentração industrial, porém, a tipologia da indústria que chega a essas regiões é diverso do citado acima. Apesar do movimento realizado por algumas cidades para a atração de indústrias que trabalhem com tecnologia mais avançada – tais como Fortaleza, Salvador, Recife e principalmente Campina Grande – predominam, dentre os novos projetos industriais atraídos para a Região Nordeste, as indústrias têxteis, as de confecção e as de calçados, ou seja, ramos industriais considerados mais tradicionais, mais intensivos no fator trabalho e atraídos à Região por incentivos fiscais e mão de obra barata, com pequeno efeito no desenvolvimento/absorção local de tecnologias mais sofisticadas (DINIZ, 2002).

Para a Região Norte, podemos citar o caso da cidade de Manaus, que, embora tenha alcançado uma produção importante de bens de consumo mais sofisticados, do ponto de vista tecnológico – principalmente eletrônicos, como relógios e equipamentos óticos –, constitui-se muito mais como um centro de montagem que foi viabilizado pelos incentivos fiscais e importação de componentes, do que uma região com dinamismo industrial-tecnológico endógeno (DINIZ, 2002).

Sustenta ainda Oliveira (2002) que a concentração industrial sempre foi uma característica do modelo industrial nacional; por isso mesmo, a criação de mecanismos que possibilitam a transferência de renda das regiões centrais para as regiões menos desenvolvidas, e essa descentralização de receitas passa a ser mais marcante a partir da Constituição de 1988, que ampliou a autonomia dos governos estaduais. Porém, segundo o autor, “observou-se que esses mecanismos, por si só, não diminuiram as vantagens comparativas entre as regiões” (OLIVEIRA, 2002, p. 199). Neste sentido também, Diniz argumenta ainda que

(...) nossa interpretação é de que as mudanças em curso tenderão a reforçar o processo de reaglomeração na região Centro-Sul, especialmente nas cidades dotadas de boas condições locais, com destaque para as cidades de porte médio do Estado de São Paulo, para o entorno das capitais e de algumas cidades de porte médio dos demais Estados da região Centro-Sul (DINIZ, 2002, p. 93).

A partir de uma análise dos fatos mais recentes, os autores em tela assinalam, então, esses dois aspectos da desconcentração industrial que ocorre no Brasil: 1. Por um lado, existe uma reconcentração industrial nas cidades e estados mais próximos da Região Metropolitana de São Paulo, principalmente como escolha locacional para a indústria de tecnologia mais sofisticada; 2. Por outro, a Região Nordeste atrai predominantemente segmentos industriais têxteis, de confecção e de calçados, valendo-se de incentivos fiscais e do preço inferior da força de trabalho.

Permanece, assim, a manutenção da hegemonia de São Paulo na rede urbana e na distribuição dos investimentos mais modernos no território brasileiro. De acordo com Cano (2008), a industrialização que se seguiu no Brasil nas décadas de 1960/1970 alterou profundamente as estruturas produtivas e mercantis do conjunto do país, reforçando a complementaridade com São Paulo, acelerando a integração do mercado interno e reforçando os elos inter-regionais.

E, ainda que pese a desconcentração industrial na RMSP, ela foi de certa forma substituída pela maior importância na estrutura econômica de serviços; São Paulo deixa de ser uma cidade industrial para ser a primeira metrópole nacional em termos “informacionais”. Que elementos estão envolvidos nesta primazia? Santos ([1994] 2013) explica essa questão a partir de um ponto de vista geográfico:

Esta é a grande cidade cuja força essencial deriva do poder, sobre a economia e o território, de controle de atividades hegemônicas nela sediadas, capazes de manipulação da informação, da qual necessitam para o exercício do processo produtivo em suas diversas etapas (SANTOS, [1994] 2013, p. 147).

O autor mostra, portanto, que São Paulo mantém seu posto de comando na rede urbana nacional principalmente porque ali permanecem instaladas as sedes (“*headquarters*”) das empresas que tiveram suas unidades produtivas desconcentradas no território. Em outras palavras, sobre a metrópole industrial “tradicional” de São Paulo, se assenta atualmente a metrópole informacional (SANTOS, [1994] 2013).

Este processo se dá de tal maneira que esta metrópole está em toda parte do território nacional e em todo momento. Ou seja, até os subespaços mais recônditos do espaço nacional são chamados a fazerem parte desse mercado único e hierárquico que é o território brasileiro, sob comando da metrópole paulistana. Há a emergência neste espaço de um meio técnico-científico-informacional a partir do Centro-Sul, de tal modo que os espaços permanecem e multiplicam os seus tempos, em função das novas condições de realização gestadas pela sociedade (SANTOS, [1994] 2013).

Como se disse, então, em paralelo a essa configuração econômico-espacial atual das áreas mais densas do território nacional – São Paulo e entorno mais amplo –, há uma transformação também das áreas periféricas. A conjunção entre, de um lado, o papel que o Estado nacional deixou de cumprir como organizador da economia produtiva nacional em um sentido conjunto e, de outro lado, o processo de descentralização de receitas ao final dos anos 1980 (estabelecido pela constituição de 1988), manteve a questão da desconcentração produtiva e industrial, principalmente para o caso das regiões mais pobres, como um processo de guerra dos lugares (SANTOS [1994] 2013) que visava atrair, principalmente, empreendimentos industriais de trabalho intensivo e de baixa qualificação, ou seja, aqueles que poderiam prescindir da localização produtiva nas áreas mais dinâmicas do país.

O caso da indústria calçadista brasileira caracteriza bem o papel que o Nordeste desempenha nesse contexto de desconcentração industrial e os termos em que ela acontece. A crise que esse segmento sofreu no início da década de 1990, motivada pela abertura do mercado externo e sobrevalorização cambial do Real, provocou sua retração. Para superar essa crise, uma das saídas foi o movimento realizado por algumas indústrias desse setor ao estabelecerem plantas industriais no Nordeste. Algumas empresas instaladas no Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul – região tradicional no ramo de calçados para exportação – realizaram esse movimento, estimuladas pelos incentivos fiscais e o menor custo da força de trabalho, como já mencionado.

É nesse sentido que Lima (1997) afirma ter ocorrido nos anos de 1990 um novo impulso da industrialização no Nordeste, com base principalmente no reordenamento tecnológico, organizacional e espacial da produção nacional no contexto da globalização, que determinam novos parâmetros do custo da mão de obra: “Aumenta no país a mobilidade das

fábricas. As grandes cidades do Sul e Sudeste assistem à transferência de plantas industriais para as cidades menores do interior, outros Estados e Regiões, em busca do custo ‘chinês’” (LIMA, 1997, p. 141).

Este “custo chinês” se dá principalmente pelos menores gastos das corporações com o fator mão de obra, já que os trabalhadores nesta parcela do território são menos organizados do ponto de vista sindical, e existem atraentes ativos espaciais e logísticos para a exportação. O autor observa que esse movimento de deslocamento industrial se dará predominantemente com as indústrias que utilizam o trabalho intensivo, tais como o têxtil, vestuário e calçados.

Nestes ramos industriais, a maior parte da mão de obra realiza tarefas simples e repetitivas, não necessitando de muita qualificação para a execução do trabalho. Aliás, a ausência de qualificação é o seu maior atrativo para as grandes indústrias desses ramos (LIMA, 1997).

1.2. Território, normas e modernização: incentivos fiscais e industrialização na Região Nordeste

Conforme mencionado, o Nordeste brasileiro participa, como recorte subnacional, do processo de desconcentração produtiva que ocorre no Brasil. Porém, como não poderia deixar de ser, sua participação se assenta na condição, pré-estabelecida na Região, de seu processo histórico de participação na divisão territorial do trabalho. Assim, analisaremos um pouco dessa constituição regional nordestina, a partir da segunda metade do século XX, destacando o papel desempenhado por sua agência regional de desenvolvimento.

Ao fim dos anos de 1950, a chamada “questão regional” ganha relevo no Brasil e se institucionaliza. O desenvolvimento do capitalismo nacional aprofundou ainda mais as distâncias econômicas e sociais entre o Sudeste, que se encontrava em rápido processo de expansão com base na indústria, e o Nordeste, com uma economia estagnada e elevados índices de pobreza (ARAÚJO, 1984).

Para demandar soluções a essa problemática, o então Presidente Juscelino Kubitschek cria o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que originaria, mais tarde, em 1959, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (ARAÚJO, 1984).

Para retirar da estagnação em que vivia o Nordeste desde a crise do seu complexo agroexportador baseado na produção açucareira, a proposta principal do GTDN/SUDENE, em

seus primeiros relatórios regionais, dava destaque para a questão da indústria. Sobre esta importância, Araújo (1984, p. 72) nos informa que “A industrialização era vista como a única saída para combater o atraso do Nordeste, o setor industrial deveria, antes de mais nada, funcionar como um elemento dinâmico na economia nordestina (...)”.

A pretensão da SUDENE, de acordo com a interpretação de Araújo (1984), era de que o setor industrial fosse capaz de criar uma base econômica com capacidade de autopropagação, ou seja, deveria gerar um novo foco de dinamismo que seria a base para garantir autonomia à Região; este raciocínio, a bem da verdade, seguia o modelo originalmente proposto pela teoria dos polos de crescimento de François Perroux ([1955] 1974).

Diniz e Basques (2004) identificam que o plano industrial da SUDENE visava recuperar os seguimentos tradicionais da indústria nordestina (têxtil, óleos vegetais e couros) e promover a expansão de outros setores no sentido de substituir importações, aproveitar matérias-primas regionais e modificar a estrutura industrial regional. Em conjunto com essa proposta, e para lhe dar possibilidades de se concretizar, datam dessa época a expansão da infraestrutura da Região, com ampliação da malha rodoviária e do fornecimento da energia elétrica, entendidas como pressupostos do seu desenvolvimento econômico (DINIZ e BASQUES, 2004).

A análise de Araújo (1984) sobre a atuação dos primeiros anos da SUDENE dá conta que era pretensão do órgão fomentar uma industrialização de base regional. O objetivo principal era o de intensificar os investimentos industriais, criando no Nordeste um centro autônomo de produção manufatureira, mediante: I) o incentivo às indústrias de base e II) indústrias que aproveitassem matérias-primas regionais. No primeiro caso, o principal setor era a produção siderúrgica, considerado de alto poder germinativo – sugeria a expansão de outras atividades de transformação de ferro e aço e expandir indústrias mecânicas simples. No segundo caso, considerava-se que o incentivo às atividades que usassem recursos encontrados na própria região traria duas vantagens: competitividade e capacidade de transmitir dinamismo ao restante das atividades industriais.

Ao lado desses dois aspectos, verificava-se também o objetivo de manter o parque industrial já instalado na Região, modernizando-o (ARAÚJO, 1984). A adequação e legitimidade da política se davam pela argumentação de que o Nordeste possuía condições favoráveis, tais como o mercado de dimensões razoáveis, a disponibilidade de certas matérias-primas e a mão de obra abundante e relativamente barata. Ainda era atribuída à industrialização

a possibilidade de contribuir para reduzir o subemprego urbano e o de criar uma nova classe dirigente para a Região (ARAÚJO, 1984).

Na leitura de Oliveira ([1977] 2008), entretanto, desde o primeiro momento, a atuação da SUDENE se deu de modo a retirar da Região Nordeste sua autonomia. Desde o seu surgimento, o órgão atuou no sentido da captura do Estado pelos interesses do capital, que recrudesciam no país. Oliveira advoga que a própria criação do órgão, bem como as disputas internas que se deram em seu interior, direcionou-o para uma interpretação e uma atuação que decidiu por incorporar a Região Nordeste ao processo de desenvolvimento do capitalismo que operava no Brasil, de modo a confirmar o comando do Centro-Sul sobre os demais subespaços brasileiros. Este processo é o que o autor chama de associação capital internacional/burguesia do Centro-Sul, e que, tal fato, acabou por determinar a desarticulação das economias regionais e, ao mesmo tempo, solapou qualquer possibilidade de autonomia econômica do Nordeste.

Araújo (1984) conta que, nesse período, anos de 1960 e 1970, ocorreu um dinamismo industrial maior no Nordeste. As atividades industriais viram rápida expansão, crescendo em torno de 9% anuais. A Região passou a ter um parque industrial muito mais importante do que existia no período anterior, a produção industrial, de fato, cresceu e se diversificou, impulsionada pelos mecanismos de incentivos fiscais e financeiros.

No primeiro Plano Diretor da SUDENE, de 1961, consta a hipótese de dedução do Imposto de Renda para as empresas que aplicassem em empreendimentos industriais no Nordeste. Tal isenção foi outorgada apenas para empresas com capital 100% nacional; no segundo Plano Diretor, porém, essa restrição foi retirada (OLIVEIRA, [1977] 2008). Esse mecanismo ficou conhecido como Sistema 34/18 FINOR, em referência aos artigos das leis que o instituíram em cada Plano Diretor. Com isso, estimulou-se a implantação de indústrias de capital externo na região, principalmente nos estados da Bahia e Pernambuco, mas também, em menor medida, no Ceará e em outros estados (PEREIRA JR, 2011).

Assim, a despeito do intento inicial esboçado pelo GTDN/SUDENE, a maior parte das indústrias incentivadas foram grupos empresariais não nordestinos, o que não contribuiu para o fortalecimento e/ou criação de uma indústria regional e autônoma, e tampouco um crescimento endógeno e sustentado em bases locais. Esse impacto foi tão profundo que a indústria tradicional, responsável, ao final dos anos 1950, por 75% do Valor de Transformação Industrial (VTI), teve reduzida em mais de 50% sua participação, já na década seguinte (ARAÚJO, 1984).

Os setores de bens intermediários, não tradicionais, que absorviam 60% dos incentivos, cresceram sua participação no VTI de 16% para 41%, de 1950 a 1975; enquanto que os setores de bens de consumo não duráveis, antiga especialidade do Nordeste, tem sua participação de 83% para 48%, no mesmo período. Assim, temos uma modificação substancial na estrutura de produção do Nordeste a partir do fluxo de investimentos dos setores não tradicionais e extrarregionais da economia (ARAÚJO, 1984).

Araújo (1984) considera ainda que o desenvolvimento industrial que se seguiu no Nordeste possui duas características principais: a dependência e a complementaridade. A dependência é, principalmente, em relação à expansão industrial brasileira, sob a liderança do Sudeste, ficando muito longe de se estabelecer um centro autônomo manufatureiro na região nordestina. Essa dependência, por sua vez, se verifica em relação a três pontos nevrálgicos:

1) Os recursos que financiaram esse desenvolvimento da maior parte dos projetos incentivados;
2) Aos mercados aonde se destinam a produção nordestina: o mercado preferencial era o extrarregional (58%), sendo 43% para o nacional e 15% para o internacional. Apenas 10% das empresas incentivadas produziam exclusivamente para o Nordeste, sendo que os gêneros (Química, Metalúrgica e Material Elétrico) que mais recebiam incentivos produziam principalmente para os mercados externos.

3) O fornecimento de insumos e a compra dos equipamentos: quase metade das empresas incentivadas (48%) adquiriram seus insumos fora da região, sendo novamente os setores não tradicionais os que mais adquirem insumos extrarregionalmente; além disso, quase todo o equipamento utilizado (96%) na indústria nordestina era importado – 60% de outras regiões (principalmente do Sudeste) e 36% do exterior –, transformando o Nordeste em um mercado cativo para a indústria de bens de capital, assim como para os produtores de insumos.

Para além de ser dependente, como se observa, a indústria que vai se fomentar no Nordeste por esse tempo também é complementar (ARAÚJO, 1984). Isso porque os principais grupos que se vão instalar no Nordeste são também os principais grupos do país, com o maior potencial de aproveitamento dos sistemas de incentivos: “Evidentemente, essa regra é de ouro para o capitalismo monopolista em expansão no Centro-Sul, pois, por definição, deduz mais quem tem mais imposto a pagar (OLIVEIRA, [1977] 2008)”.

Todos esses resultados contrastam com os interesses originalmente expressos pela SUDENE. Por que tamanha distância entre as intenções e resultados?, pergunta Araújo (1984), para logo dizer que a primeira questão para esclarecer a situação é reportá-la ao contexto

nacional, pois a economia nordestina não poderia ser compreendida dentro dos limites da própria região.

As circunstâncias relatadas aconteceram, assim, principalmente, como resposta ao desenvolvimento do capitalismo que se processava no País, integrando sob suas condições todas as regiões. A autora observa, por exemplo, que nos anos cinquenta, mesmo período da criação da SUDENE, o Brasil aprofunda a sua inserção na economia capitalista mundial, o Presidente Juscelino Kubitschek, através de várias medidas, estimula a entrada de capitais externos, inclusive no Nordeste (como se viu com as mudanças nas condições do incentivo 34/18 FINOR).

O novo padrão de acumulação industrial exacerbou os movimentos de concentração de capitais nas áreas mais dinâmicas. Tudo isso em um processo inexorável de integração nacional, destruindo antigas “economias regionais” estruturadas na época primário-exportadora (ARAÚJO, 1984). As transferências de capitais via sistema 34/18 é o instrumento básico pelo qual o Nordeste captava empreendimentos de outras regiões. O que, na verdade, reforça o processo de complementaridade identificado pela autora; a opção pelo Nordeste foi feita pelas grandes empresas nacionais e multinacionais, já atuantes no mercado brasileiro, as que melhores condições tiveram de receber os incentivos fiscais e financeiros.

A industrialização em bases modernas avançou no Nordeste, portanto, comandada pelo grande capital que exigia a consolidação da economia nacional, aquele que, naturalmente, aproveitou e reforçou as discrepâncias já existentes entre as regiões (ARAÚJO, 1984). Oliveira ([1977] 2008) comenta que os resultados do programa de industrialização, sob a égide do sistema 34/18 FINOR, são bem conhecidos no que se refere ao avanço hegemonia da burguesia nacional e internacional sobre o Nordeste brasileiro, integrando completamente a economia da Região à economia nacional. O autor diz que cabe uma comparação entre a estrutura industrial do Nordeste antes do mecanismo de incentivo fiscal e após a existência dele. No primeiro caso, a estrutura revela a natureza do mercado regional e as dimensões das fracas participações do Nordeste nos totais nacionais; no segundo, reflete inegavelmente o processo de divisão do trabalho inter-regional que se operava no período.

Diniz e Basques (2004) explicitam que essa incongruência entre o projetado inicialmente pela SUDENE e o que foi implementado na Região tem que ver também com o fato de que o regime militar retirou parcela importante dos quadros, intelectuais e técnicos do órgão, impedindo que o primeiro projeto elaborado pudesse ser refeito com base na nova lógica que se colocava para o conjunto do país.

Entende-se, portanto, porque a industrialização do Nordeste nas décadas de 1960/1970 seja uma extensão, no espaço nordestino, da industrialização nacional. Não caberia, no contexto explicitado, de integração da economia nacional sob bases mais profundamente capitalistas, a manutenção de uma economia regional autônoma, comandada por um empresariado regional. A contrário, numa economia como a brasileira dessa época, a industrialização do Nordeste seria necessariamente dependente e complementar, comandada por agentes extrarregionais, tecnologicamente moderna e de porte nacional (ARAÚJO, 1984).

Desse modo, as ideias fundantes da SUDENE não se concretizaram, no sentido da criação de condições estruturais para um aumento da autonomia política e econômica da Região. Ao contrário, o sistema de incentivos fiscais favoreceu, na verdade, grupos industriais extrarregionais que, “dadas as generosas fontes de financiamento, ampliaram suas empresas e diversificaram seus investimentos” (PEREIRA JR, 2011).

Ao fim dos anos de 1980, questões de ordem política e econômica fizeram com que esse quadro analisado se aprofundasse no sentido do uso de mecanismos de incentivos e benefícios fiscais. Temos, hoje, uma economia nacional muito mais internacionalizada e financeirizada. Assim, a desregulação dos mercados em favor do capital financeiro permeia todos os objetivos de operacionalização industrial, bem como suas escolhas locacionais, processo que atinge todo o Brasil e, obviamente, o Nordeste (PEREIRA JR, 2011).

A questão financeira é, na verdade – como identificam Santos ([1996] 2014) e Santos e Silveira (2001) e analisa Contel (2011) na geografia –, a variável chave que consegue melhor explicar os movimentos da configuração territorial do Brasil atualmente.

No momento anterior, com todos os seus reveses, a atuação do governo federal, através principalmente da SUDENE, promovia um projeto desenvolvimentista direcionado pelo Estado. No período subsequente, a política econômica, implementada sob orientação neoliberal, direciona-se para uma menor intervenção estatal sobre as forças produtivas e a sua difusão no território nacional.

Nesse sentido, a tendência verificada de concentração no espaço das atividades mais capitalizadas – as que requerem recursos humanos mais qualificados e proximidade das maiores densidades técnicas – é reforçada. Todavia, outro fenômeno se apresenta. A postura da União induz os Estados, em especial os nordestinos, a lançarem mão de mecanismos fiscais, tributários e financeiros para atrair investimentos a qualquer custo.

Esta é a transformação mais marcante da década de 1990. O sistema de benefícios criado pela SUDENE passa a ser copiado e diversificado pelos diversos governos nordestinos,

agora em âmbitos estadual e municipal. Decorre daí novo ciclo de transferência de indústrias, principalmente as tradicionais e que usam trabalho intensivo, para municípios da Região Nordeste (conforme já mencionado).

São fábricas de calçados, eletrodomésticos, confecções, alimentos e bebidas, embalagens entre outras, que buscam nas capitais e cidades interioranas dos Estados nordestinos, condições de maior competitividade, interessadas principalmente na mão de obra de baixo custo e nos benefícios fiscais. Dessa forma é que grandes empresas do Sul e Sudeste ao se estabelecerem em diversos lugares do Nordeste ampliam as articulações desse subespaço com a economia nacional e criam laços de dependência com a economia mundial.

Assim foi que Grendene, Vulcabrás/Azaleia, Dakota e Alpargatas (calçados); Vicunha e Coteminas (têxteis); Marisol, Malwee, Vila Romana e Hering (confecções); Nestlé, Danone, Estrela, Sadia e Perdigão (alimentos); AmBev e Schincariol (bebidas), cada vez mais transferem unidades de produção para variadas localidades do Nordeste. Muitas dessas empresas, inclusive, têm interrompido a produção propriamente dita em seus estados de origem, porém, continuam mantendo no Centro-Sul o corpo gerencial da empresa: administração, publicidade, pesquisa e desenvolvimento etc. (PEREIRA JR, 2011).

O papel que o Nordeste assume nesse movimento de reestruturação produtiva tem repercussões nas cidades onde os novos empreendimentos são estabelecidos, gerando, muitas vezes, um processo de reestruturação urbana. Pereira Jr (2011), ao analisar a conjuntura da industrialização recente no Nordeste, nos explica que a chegada dos novos investimentos, oriundos principalmente do Sul e Sudeste do país, não se dá sem atingir importantes elementos da organização espacial.

Embora sejam normalmente setores da produção mais tradicionais e que não requerem tecnologia de ponta, o fato é que, ao chegarem a localidades sem maior tradição de trabalho fabril, em termos modernos, engendraram mudanças nos processos produtivos locais bem como nas relações de trabalho tal como se apresentavam (PEREIRA JR, 2011).

1.3. O espaço urbano-industrial cearense e sua inserção na guerra dos lugares ao final dos anos de 1980

Com base na proposta de método de Santos ([1994] 2013), Amora (2007) elaborou uma periodização da indústria no Ceará que é amplamente aceita pelos trabalhos sobre o tema. Essa periodização identifica três momentos de implantação industrial no estado, que

correspondem também a momentos da divisão internacional e territorial do trabalho. São os seguintes:

1 °. Período: do século XIX até 1959;

2 °. Período: de 1960 até 1987;

3°. Período: de 1988 até os dias atuais.

Ao examinar as características principais de cada um desses períodos, trazendo para o debate outras abordagens produzidas sobre o tema, poderemos traçar um quadro geral de como se dá o fenômeno da indústria no Ceará e como ele influenciou a conformação do sistema de cidades do Estado. São todos processos prévios ligados à instalação recente das indústrias no Ceará e são fundamentais para se entender também a política de industrialização que inseriu, mais efetivamente, lugares do interior do estado em circuitos produtivos e círculos de cooperação mais amplos e dependentes.

1º período: a industrialização em bases locais/regionais (final do Sec. XIX-1959)

O primeiro período tem por característica principal o desenvolvimento e a difusão de indústrias de capital local com forte componente familiar. A produção industrial estava completamente relacionada com as matérias-primas de origem agrícola e pecuária, predominando as indústrias têxteis (beneficiamento de algodão e produção de tecidos), a de óleos vegetais (produzidos a partir dos caroços de algodão, oiticica, mamona), além do beneficiamento de couros e peles. Os estabelecimentos industriais da época foram implantados nas cidades coletoras dos produtos agrícolas e Fortaleza era o principal ponto de escoamento dessa produção (AMORA, 2007).

A configuração espacial da indústria desse período é um dos aspectos históricos determinantes na constituição do sistema de cidades do Ceará. Macedo, Lima Jr e Moraes (2014), assinalam que as origens do padrão da rede urbana cearense, caracterizada pela macrocefalia da capital Fortaleza, está relacionada ao assentamento das bases de suporte à circulação do excedente do complexo pecuário-algodoeiro.

Sobre esse processo, Souza (2007, p. 22-23) explica que, de fato, Fortaleza se projetou nessa época como principal cidade do Ceará, e, ao lado disso houve o crescimento de algumas cidades do sertão como Sobral, Iguatu, Quixadá, Quixeramobim, entre outros, além da expansão dos núcleos urbanos da região do Cariri, no sul do Estado. Esta hierarquia urbana irá ser reforçada pela implantação do sistema ferroviário no final do século XIX. Quando estava

concluída sua construção, no ano de 1927, a linha férrea ligava Fortaleza ao Cariri, passando por Baturité e pelo Sertão Central; havia ainda outra linha, Fortaleza – Sobral, com dois ramais: um para o porto de Camocim e outro para a cidade de Crateús (SOUZA, 2007).

Essa matriz do primeiro período industrial se mantém até o final dos anos 1950. É bem nesse momento que o Brasil passa por grandes transformações associadas ao processo de industrialização (AMORA, 2007) – o que dará ensejo à passagem para o novo período.

2º Período: industrialização e integração subordinada ao Centro-Sul (1959-1987)

Um segundo período compreende a década de 1960 até meados dos anos 1980, em que as indústrias do período anterior quase desapareceram. Nesse momento, o Brasil passa por grandes transformações associadas a uma nova fase da industrialização. As condições de acumulação historicamente determinadas geram excedentes de capitais na Região Sudeste, em medida tal que sua superioridade econômica frente às outras regiões se amplia (AMORA, 2007).

A criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959, como desdobramento do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), é o evento que marca o início desse período no Ceará (AMORA, 2007). A indústria passa a ser, nessa época, a atividade econômica principal do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em um processo que se irradiava do Centro-Sul, principalmente de São Paulo, para o restante do país, submetendo ao seu controle as economias regionais.

A SUDENE inaugura o modelo de incentivos fiscais através da aprovação do seu primeiro Plano Diretor, a Lei nº 3.995/1961, cujo art. 34 – assim como o art. 18 do segundo Plano Diretor, de 1963 – trataram sobre mecanismos de dedução de imposto de renda condicionado a investimentos industriais no Nordeste (OLIVEIRA, [1977] 2008; ARAÚJO, 1984, AMORA, 2007). Este modelo evolui para dar origem, em 1974, ao Fundo de Investimento do Nordeste – o sistema 34/18-FINOR.

Esse mecanismo de incentivo fiscal, criado e aprimorado desde a fundação da SUDENE, indicou o modelo adotado pelos governos nordestinos, constituindo-se, sob uma abordagem geográfica, em novos conteúdos normativos do espaço, cujo objetivo era tornar os espaços periféricos atrativos a novos investimentos produtivos. Deste modo, recursos provenientes de outras regiões, principalmente do Sudeste, foram canalizados para o Nordeste, havendo assim uma integração entre as regiões mediada pelo capital (AMORA, 2007).

No âmbito do Estado do Ceará, ocorre um alinhamento à política proposta pela SUDENE. O Governador Virgílio Távora, no II Plano de Metas Governamentais (PLAMEG), plano executado em seu segundo governo (1979-1982), propunha que o Ceará se tornasse, com o apoio do Governo Federal, o III Polo Industrial do Nordeste. No primeiro governo de Virgílio Távora, em 1963, o I PLAMEG já contava com uma visão de planejamento industrial de acordo com a SUDENE, mas é o II PLAMEG que segue e aprofunda essa orientação (PEREIRA JR, 2011).

Data desse período a implantação e consolidação de distritos industriais, principalmente o de Fortaleza e o de Maracanaú, assim como também a criação de órgãos estaduais que tratam diretamente dessa questão da industrialização e a criação de mecanismos financeiros que garantissem o intento de transformar o Ceará em um polo industrial importante no Nordeste (PEREIRA JR, 2011).

O principal mecanismo financeiro criado foi o Fundo de Desenvolvimento Industrial, (FDI) em 1979, “Importante mecanismo fiscal que passou a funcionar como instrumento de liberação de recursos para financiamento de projetos novos” (PEREIRA JR, 2011, p. 226). O intuito era atrair capitais de outros estados, entretanto, na época, os incentivos foram utilizados predominantemente por empresários cearenses:

O FDI objetivava promover o desenvolvimento das atividades industriais no Ceará, quer por meio do incentivo à instalação de indústrias, quer pela modernização ou ampliação das existentes. Sua gestão seria de responsabilidade do Banco de Desenvolvimento do Ceará (BANDECE) (...) que disponibilizaria recursos provindos do ICM, de empréstimos a fundo perdido oriundos da União, do Estado ou de outras entidades, de contribuições ou doações e de juros dividendos e outras receitas decorrentes da aplicação de seus recursos (BESERRA, 2007, p. 60).

O FDI permanece até os dias atuais, tendo sido um mecanismo muito utilizado no período posterior como veremos mais adiante. Ao final deste segundo momento, para Pereira Jr (2011), a indústria no Ceará não apresentou modificações estruturais; continuaram predominando as indústrias tradicionais e que utilizavam matérias-primas locais, bem como a maioria dos novos empreendimentos seguiram optando pela localização em Fortaleza.

Em conclusão sobre esse segundo período, Amora (2007), explica que a política implementada no Ceará, sob a égide da SUDENE, a despeito de alguma modernização nos setores industrial e de serviços, não foi suficiente para reduzir as desigualdades sociais e regionais; ao contrário, essa “modernização conservadora” contribuiu para manter grande parte da população em situação de pobreza, ampliando a concentração de renda e os desequilíbrios regionais do território nacional.

3º período: modernização industrial no contexto da guerra dos lugares (1988-atualidade)

O terceiro período identificado é o que vai do fim da década de 1980, intensificando-se na década de 1990 e chega até os dias atuais. O contexto mais amplo é o da reestruturação da economia mundial. O contexto nacional é o da redução da capacidade da intervenção do Estado e da ascensão de ideologias de caráter francamente neoliberal.

Aqui, temos alguns outros elementos importantes da economia regional a enumerar: 1) redução da atuação da SUDENE; 2) redução da intervenção do Governo Federal, com as normatizações da Constituição de 1988; 3) Os governos estaduais assumem papel mais destacado (AMORA, 2007).

No Ceará, o desfecho do regime militar correspondeu ao fim gradativo da política local com base no chamado “coronelismo” – pois são bem anteriores à década de 1980 os elementos conjunturais que determinaram o fim dessa forma de organização política no Nordeste e no Ceará (GONDIM, 2007) – em paralelo a uma reorganização de parcela da elite cearense, composta principalmente por empresários industriais.

Este setor se agrupa no Centro Industrial do Ceará (CIC), uma instituição que foi criada e utilizada para gestar, ao longo da década de 1980, as lideranças políticas para o próximo período (GONDIM, 2007). O discurso dessas lideranças indicava que o Ceará precisava mudar: “Foi sob o signo da ruptura, exemplificado no *slogan* ‘governo das mudanças’, que o grupo de empresários, (...) ocupou a cena política cearense” (BARREIRA, 2002, p. 65).

A vitória política desse grupo se deu com o primeiro mandato de Tasso Jereissati, iniciado em 1987 (ABU-EL-HAJ, 2002). Segundo o mesmo autor, o grupo do Centro Industrial do Ceará seria o produto mais bem-acabado da segunda fase desenvolvimentista no Nordeste. Para Barreira (2002), a eleição de Tasso para três mandatos e a de dois sucessores por ele escolhidos evidenciam uma nova estruturação das forças políticas: “A consolidação do governo Tasso Jereissati teve por base a construção de uma retórica das mudanças, reveladora de uma sintonia entre diretrizes locais e nacionais da gestão do poder, projetando o Ceará para o restante do país” (BARREIRA, 2002, p. 65); e continua mais adiante:

A imagem que o ‘grupo das mudanças’ foi construindo no cenário político local teve consonância com uma expectativa geral, por parte da população, de um governante diferente, capaz de superar o momento de ausência da credibilidade dos coronéis. O movimento pró-mudanças, composto de intelectuais, empresários e profissionais de diversas áreas distintas, teve peso importante na campanha do primeiro mandato de Tasso Jereissati, propondo-

se a conscientizar a população a respeito da importância do projeto mudancista (BARREIRA, 2002, p. 66-67).

A despeito do termo “mudanças”, e o seu conteúdo de ruptura com o “Ceará dos coronéis”, várias críticas são tecidas aos governos da “era Jereissati”. Gondim (2007) faz uma crítica a este caráter “novo” dos governos da família Jereissati, quando lembra que “a primeira experiência de planejamento estratégico no Estado foi realizada na primeira gestão de Virgílio Távora, que viria a ser apontado como um dos responsáveis pelo atraso do Ceará” (GONDIM, 2007, p. 414).

Parente (2002) concluiu acertadamente que o ciclo dos coronéis já estava bastante desgastado e os empresários congregados no CIC, ao constituírem o grupo político mais homogêneo – seja pela classe social, seja pela formação –, conseguiu arregimentar os outros setores em torno de um projeto para o Ceará. Desde então, o autoproclamado “governo das mudanças” tenta, a partir de sua leitura do espaço e da economia cearense, implementar a “política das mudanças”, sendo que a aposta principal desses governos sempre foi a que apontava para a parceria Estado e iniciativa privada para geração de trabalho, emprego e renda, como nos explicam Amora e Costa (2009, p. 3):

Em vinte anos, os governantes que se sucederam e que tinham forte influência no governo federal, atraíram investimentos públicos e privados para o Ceará e desenvolveram uma política econômica centrada em três eixos: **indústria, turismo e agronegócio**. O discurso modernizador, o *marketing* político, os grandes projetos turísticos, agrícolas, industriais e culturais, a implantação de infraestrutura básica e a ousadia política colocaram o estado em evidência na mídia nacional (*grifo nosso*).

O incentivo à atração de industrialização moderna, o turismo e o agronegócio, foram a base da política econômica dos governos de Tasso Jereissati, Ciro Gomes e Lúcio Alcântara, sob a liderança do primeiro. As políticas implementadas foram capazes inclusive de ir modificando a imagem que se fazia do Ceará perante a opinião pública de outros Estados e Regiões.

O incremento da promoção do turismo, por exemplo, é uma manifestação desta maior exposição de novas visões sobre o estado, com frequente apelo para a imagem de um Ceará de praias brancas, coqueirais, a beleza das dunas e do mar de águas mornas, e não mais o Ceará das secas e dos coronéis, como analisou Menezes (2007). Barreira (2002, p. 71) completa: “Percebe-se que a construção da imagem do estado encontra-se fortemente associada à gestão governamental (...), estendendo-se também ao Nordeste – não mais o das secas ou o do atraso, mas o da racionalidade administrativa”.

A questão industrial foi, desde o primeiro momento, um elemento considerado para o desenvolvimento do estado e superação das condições de pobreza regional. Essa afirmação pode ser confirmada a partir da análise do documento de governo “A nova industrialização do Ceará: interiorização do desenvolvimento”, de 1987.

Este documento evidencia as diretrizes gerais que só encontraram base para se concretizar a partir do segundo mandato do chamado “governo das mudanças”. Na apresentação, o documento expressa “A concepção de um programa industrial integrado olhando o estado como um todo, que venha acelerar a mudança do perfil socioeconômico, hoje altamente concentrador, deve ser uma meta política”, e mais adiante: “A industrialização concentrada na capital parece não tomar conhecimento do estado de subdesenvolvimento no meio rural” (CEARÁ, 1987, p. 5).

A política de promover a industrialização no interior do Ceará era entendida também como um mecanismo de evitar a migração para a capital Fortaleza, como se depreende do trecho da mesma apresentação: “Como no interior há ociosidade de fatores de produção, é preciso que se promova o aproveitamento de tais fatores com vistas a estabilizar os fluxos migratórios para a capital, onde a saturação já existente está a gerar condições de subemprego” (CEARÁ, 1987, p. 5).

O documento elenca um conjunto de programas e projetos baseados, principalmente, no incentivo, direto ou indireto, à indústria como forma de desenvolvimento social, sendo os principais:

1. Programa de interiorização da Secretaria da Indústria e Comércio (SIC);
2. Programa de Promoção Industrial;
3. Programa Mineral;
4. Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial; e
5. Programas Especiais.

A intenção precípua do documento seria o de “centrifugar” a industrialização, projeto que veio mesmo a se concretizar, em parte, alguns anos mais tarde, com as peculiaridades que veremos adiante. No “Plano de Desenvolvimento Sustentável”, programa de governo do terceiro mandato da “geração das mudanças” – o segundo de Tasso Jereissati (1995-1999) –, encampou-se mais explicitamente a promoção do desenvolvimento industrial no interior. Em certo ponto do documento, intitulado “Programas estruturantes na área de geração de emprego e desenvolvimento sustentável da economia”, fica consignado:

A execução do programa dar-se-á através do estabelecimento de um sistema de incentivos fiscais com base em renúncias diferenciadas de ICMS, da

realização de eventos promocionais como feiras e exposições, da elaboração atualização e/ou reavaliação de estudos e pesquisas voltados para a identificação de oportunidades de investimento que resultem na elaboração de perfis industriais, cujos gêneros e subgêneros serão selecionados em decorrência do aspecto espacial da atividade industrial, do uso intensivo de mão de obra e de alternativas de investimentos em projetos sustentáveis em face da vulnerabilidade climática (CEARÁ, 1995, p. 75).

O recolhimento diferenciado de ICMS privilegiava as empresas que se dispusessem a ir para o interior. O Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), mecanismo financeiro criado em 1979, pelo Governador Virgílio, foi, por várias vezes, reformulado ao longo do “governo das mudanças”, de modo a adequar os incentivos e benefícios fiscais em função principalmente, dos interesses das grandes corporações. Para um dos estudiosos deste processo,

A política de atração industrial passou então pela oferta de subsídios à propriedade privada através de renúncias de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Para isso foi usado o Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas (PROVIN), criado no começo da década de 1980, mas reformulado em 1989, exatamente para agilizar os benefícios já fornecidos pelo FDI (PEREIRA JR, 2011, p. 231).

Dentre as reformulações propostas neste contexto, destacaremos aqui aquelas realizadas em 1993 e 1995, pois são justamente essas que tornam a renúncia fiscal mais explícita, com vistas a promover a chegada de grandes fábricas no interior do estado.

Pereira Jr (2011) explica que o governo não concede diretamente a isenção do ICMS às empresas interessadas, o que ocorre é um empréstimo, e, por ocasião da quitação da dívida, poderá haver um desconto sobre o valor a pagar. Esse desconto se dá em função de alguns critérios: “(...) a variação do percentual a ser financiado e o período de concessão do empréstimo foi orientado principalmente em função da localização específica da fábrica (...), sendo que as unidades instaladas fora da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) eram mais beneficiadas” (PEREIRA JR, 2011, p. 232).

Em 1993, o FDI passa a diferenciar indústrias instaladas na RMF das demais: enquanto para as primeiras o financiamento é de 60% do valor devido do ICMS, por um período de 72 meses, para as instaladas no interior, financiam-se 75% daquele tributo, por um período de 120 meses; a carência para o pagamento da primeira parcela era, para ambas as situações, de 36 meses, e o retorno, de 100% do imposto devido.

Tabela 1- Características gerais do FDI/PROVIN-1993

Características do Empreendimento	Financiamento do ICMS	Tempo de concessão do benefício	Carência (meses)	Retorno*
Implantação de indústria no interior do estado	75%	120 meses	36	100%
Implantação de indústria na RMF	60%	72 meses	36	100%
Ampliação de indústria no interior do Estado	75%	120 meses	36	100%
Ampliação de indústria na RMF	60%	72 meses	36	100%
Relocalização no interior	80%	120 meses	36	100%
Indústria pioneira fora da RMF	75%	120 meses	36	100%

Fonte: Pereira Jr (2011), com dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE/CE)

*Percentual do benefício que retorna ao Governo do Estado em parcela única

A reformulação do FDI de 1995 manteve o financiamento do ICMS tal como em 1993 (60% para empresas na RMF, e 75% para o interior), porém, o tempo de concessão do financiamento foi ampliado, na medida em que a empresa estiver mais distante da capital: 6 anos para indústrias na RMF; 10 anos para as que se localizarem até 300 km da capital; 13 anos, entre 300 e 500 km; e 15 anos para mais de 500 km de distância.

Além disso, ficou estabelecido que as empresas não devolveriam mais o total do empréstimo recebido. Ao invés disso, por ocasião da quitação do débito, para empresas localizadas na RMF, a renúncia fiscal era de 60%; para empresas localizadas fora da RMF, a renúncia fiscal era de 75%.

Este é o momento em que a política de benefícios se torna mais intensa. Aqui, o governo realiza uma renúncia fiscal explícita, tanto maior quanto mais distante o empreendimento estivesse da capital. O quadro abaixo detalha melhor estas características da política implementada:

Tabela 2- Características gerais do FDI/PROVIN-1995

Localização e distância	Financiamento do ICMS	Tempo de concessão do benefício	Carência (meses)	Retorno*
Na RMF	60%	72 meses	36	60%
Até 300 km da RMF	75%	120 meses	36	25%
Entre 300 km e 500 km da RMF	75%	156 meses	36	25%
Além de 500 km da RMF	75%	180 meses	36	25%

Fonte: Pereira Jr (2011), com dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

* Percentual do benefício que retorna ao governo em parcela única

A diretriz geral, portanto, era o de despertar o interesse de várias empresas em vir para o Ceará e, mais especificamente, fomentar a industrialização no interior do Estado:

O impacto da chegada de novos investimentos externos foi expressivo e a partir de 1995 uma entrada galopante de empresas foi registrada no território cearense, notadamente aquelas de mão de obra intensiva, com predominância dos gêneros de calçados, alimentos e bebidas e vestuários (PEREIRA JR, 2011, p. 229).

Outro mecanismo de incentivo fiscal acrescido ao FDI foi o Programa de Incentivos às Atividades Portuárias e Industriais (PROPAPI), criado em 1995, voltado para as indústrias de calçados exportadoras. O contrato estabelecia um empréstimo de 10,5% do valor do *Free on Board* (FOB)³ para mercadorias negociadas no exterior, o retorno dos empréstimos era de 25% e a carência era de 36 meses, a vigência do benefício era tanto maior quanto mais distante a indústria estava de Fortaleza.

Tabela 3- Características gerais do FDI/PROAPI- 1996

Localização	Valor do financiamento com base no FOB	Prazo (meses)	Carência (meses)	Retorno
Na RMF	10,5%	72	36	25%
Até 300 km da RMF	10,5%	120	36	25%
Entre 300 km e 500 km da RMF	10,5%	156	36	25%
Além de 500 km da RMF	10,5%	180	36	25%

Fonte: Pereira Jr (2011), com dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Em 1997, o PROAPI é reformulado. As empresas localizadas na RMF receberiam o

³ FOB (*Free on Board*). Expressão do comércio internacional que significa “posto a bordo”, seguida da indicação do porto de embarque. Nessa modalidade, o exportador (vendedor) é obrigado a colocar a mercadoria a bordo do navio designado no contrato de venda, cessando sua responsabilidade sobre a mesma no momento em que ela transpõe a amurada do navio. As formalidades de exportação são executadas pelo vendedor (SANDRONI, 1999).

financiamento no valor de 6% dos valores exportados (FOB) e as empresas localizadas no interior receberiam o financiamento no valor de 11% dos valores (FOB exportado). O prazo de vigência do benefício passou a ser de 180 meses para todos os empreendimentos, e o retorno foi reduzido para 10%, com carência de 60 meses. Por fim, somente empresas de trabalho intensivo – isto é, que empregassem grandes quantidades de trabalhadores – fariam jus ao PROAPI.

Tabela 4- Características do FDI/PROAPI-1997

Localização	Valor do financiamento com base no FOB	Prazo (meses)	Carência (meses)	Retorno
RMF	6%	180	60	10%
Interior	11%	180	60	10%

Fonte: Pereira Jr (2011), com dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

O PROAPI foi extinto em 2000; no entanto, as empresas que foram beneficiadas com o Programa permaneceram recebendo o benefício até que foram encerrados os prazos estabelecidos nos contratos (PEREIRA JR, 2011).

Além desses Planos supracitados, o governo lançou mão de outros mecanismos para aumentar a atratividade do estado para investimentos produtivos. Nesta mesma época, foi criado um benefício para empresas importadoras, denominado Plano de Desenvolvimento do Comércio Internacional e das Atividades Portuárias do Ceará (PDCI), cujo objetivo era financiar todas as empresas importadoras de produtos industriais e componentes não fabricados no Ceará: “Logo foi utilizado pelas empresas calçadistas interessadas na importação de componentes para tênis esportivos e para outras partes utilizadas na produção de calçados” (PEREIRA JR, 2011, p. 237).

Depois, em 2003, foi promulgado o Programa de Desenvolvimento de Cadeias Produtivas (PROCAP), também voltado para empresas importadoras e, por último, em 2005, o Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Geradora de Energia Eólica (PROEÓLICA) (PEREIRA JR, 2011).

Na gestão do governo de Lúcio Alcântara (2002-2006), os incentivos fiscais propostos do mecanismo FDI são condicionados ao fortalecimento das cadeias produtivas preexistentes. E, por fim, nas gestões de Cid Ferreira Gomes (2006-2010/2010-2014), o FDI é mantido, mas a opção política se volta para a Região Metropolitana (CORDEIRO, 2015).

Em 2003, cabe notar que os incentivos fiscais deixam de funcionar no formato de

financiamento e passam a funcionar no formato de diferimento de um percentual do saldo devedor do ICMS, com dedução de uma parcela do montante diferido (OLIVEIRA e MARINHO, 2012).

Estes vários mecanismos fiscais e financeiros criados ou reformulados pelos sucessivos governos do Estado do Ceará, ao longo deste 3º período de implantação industrial, podem ser considerados como novas normatizações do território, que visaram aumentar a atratividade econômica do Estado para investimentos deste tipo. As fórmulas que esses benefícios assumem no que diz respeito aos prazos e aos percentuais de financiamentos e isenções, a modular o empreendimento dos setores industriais que se pretende privilegiar (tais como o de calçados ou de produção energética), visando à promoção de certas localizações industriais em detrimento de outras (RMF ou Interior), foram de fundamental importância para catalisar esta nova divisão territorial do trabalho que o Estado do Ceará passa a fazer parte.

Segundo Santos ([1996], 2014, p. 252), esta alteração das normas do espaço pode ser interpretada da seguinte maneira:

As formas geográficas, isto é, os objetos técnicos requeridos para otimizar uma produção, somente autorizam essa otimização ao preço do estabelecimento e da aplicação de normas jurídicas, financeiras e técnicas, adaptadas às necessidades do mercado. Essas normas são criadas em diferentes níveis geográficos e políticos, mas as normas globais, induzidas por organismos supranacionais e pelo mercado, tendem a configurar as demais. E as normas de mercado tendem a configurar as normas públicas.

Neste estágio de desenvolvimento do capital e da sua expressão nos diferentes territórios, procuram-se explorar as virtualidades dos lugares, podem ser virtualidades diversas, entendida aqui com as potencialidades naturais ou criadas, conquanto que sirvam a extração maior da taxa de lucros para as grandes firmas. Para isso, as normas são formuladas para conferir uma aura de legitimação à disputa por maior desenvolvimento socioeconômico, inclusive, através da sua correspondente legislação.

De acordo com Antas Jr (2005), a cada novo arranjo dos objetos técnicos nos territórios, demandam-se normas que devem regular a nova situação. Para cada momento, há uma densidade socioespacial correspondente à densidade normativa apresentada. Embora seja difícil quantificá-la – pois é mais que norma jurídica –, pode ser verificada em muitas situações, por exemplo, nas normas territoriais que o Estado do Ceará estabelece, no último período, para as empresas que se interessam em nele localizar-se.

E, assim, os lugares são lançados em uma competição pela atração de investimentos privados, através do uso dos mais diversos tipos de artifícios: isenções e benefícios fiscais,

empréstimos subsidiados, doações de terrenos, construções de infraestruturas etc. Estes são alguns dos atributos daquilo que Santos ([1996] 2014) qualificou como a guerra dos lugares. Para o caso do Ceará,

Tornando-se atrativo ao capital extra regional e internacional, posto que sustentados pelos instrumentos de atração de investimento criados/adaptados, alguns centros regionais interioranos conseguem se diferenciar como polos mesorregionais e, não obstante a inexistência de boa dotação infra estrutural, a abrangência destes centros pelos incentivos contribui para a instalação de inúmeras empresas, sem, contudo, reverter a concentração metropolitana. Cidades como Sobral e Tianguá, no norte do estado, a conurbação formada por Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha no sul, Iguatu no Centro-Sul, Quixadá no Sertão Central, e as localizadas na periferia imediata à RMF, receberam empresas de calçados, têxtil e alimentos, provenientes principalmente de estados da Região Sul e Sudeste (MACEDO, LIMA JR, MORAIS, 2014, p. 61).

Pereira Jr (2011) sintetiza que estes sucessivos programas implementados nos “governos das mudanças” (Tasso Jereissati, Ciro Ferreira Gomes, Lúcio Alcântara), acabaram por definir um projeto de industrialização em três eixos estruturantes: 1) criação e/ou aparelhamento de arranjos produtivos locais; 2) a montagem de um complexo petroquímico/siderúrgico; e 3) a atração de unidades produtivas industriais dos mais diversos gêneros. Destes, “somente este último materializou componentes que de fato representaram uma transformação efetiva da organização do espaço da indústria do estado” (PEREIRA JR, 2011, p. 231).

Chegaram ao Ceará, atraídas por incentivos fiscais, várias indústrias, dentre as quais podemos destacar: Grendene, Vulcabrás/Azaleia, Dakota, Paquetá, Dilly, Aniger, HB Betarello, Democrata, etc., situadas na RMF e interiores (PEREIRA JR, 2011 p. 338). Se, por um lado, a política de interiorização da industrialização não conseguiu reverter a concentração industrial na RMF, por outro lado, nas cidades interioranas onde as grandes indústrias foram implantadas, considerando as características de cada lugar, houve transformações de várias ordens.

Destarte, as professoras Amora e Holanda (2011) concluem que, apesar da forte concentração populacional em Fortaleza, as mudanças verificadas no quadro de urbanização cearense estão diretamente ligadas às novas dinâmicas das cidades médias, propiciadas pelos novos investimentos que acabam por redimensionar o papel de cidades como Juazeiro do Norte, Crato, Sobral e Iguatu, que “passam a estabelecer conexões territoriais verticalizadas ao mesmo tempo que reforçam antigas horizontalidades no espaço contíguo” (AMORA e HOLANDA, 2011, p. 10).

Os dados abaixo confirmam que a política de atração industrial obteve sucesso, no que diz respeito ao aumento substancial de indústrias implantadas: de 4.390 unidades existentes em 1995, passou-se para 7.042 no ano de 2006, e 10.228 em 2016, um acréscimo de 5.838 plantas industriais. Para o interior, chegaram, no período da amostra, 1995-2016, 1814 novas unidades fabris.

Tabela 5 - Estado do Ceará: Indústrias de transformação existentes (1995-2016)

Região	1995		2006		2016		Variação (%) 1995/2016
		%		%		%	
RMF (municípios)	3.239	74	5.073	72	7.263	71	124,23%
Interior (municípios)	1.151	26	1.969	28	2.965	29	157,60%
Total	4.390	100	7.042	100	10.228	100	132,98%

Fonte: RAIS/MTE

Elaboração: Alencar (2018)

Como se vê, malgrados todos os esforços contidos nas políticas de estímulo à interiorização das fábricas, a maioria das novas indústrias que chegaram ao Ceará no período analisado continuaram a preferir as vantagens locacionais da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Apesar disso, nas cidades interioranas eleitas para instalação de algumas dessas indústrias é possível observar transformações urbanas locais geradas ou intensificadas pelos empreendimentos externos. Outro fator a se destacar é que, com estas políticas, ao menos não foi aumentada a concentração industrial na região mais desenvolvida do estado – a área metropolitana –, como tende a acontecer quando mecanismos de mercado “puros” dominam a lógica de alocação dos fatores produtivos no espaço geográfico.

Sobre isto, Macedo, Lima Jr e Moraes (2014, p. 65), comentam que atualmente pode-se observar uma diversificação maior do espaço cearense, que é muito mais complexo que a tradicional separação capital-interior, posto que atualmente diversificam-se as formas produtivas no interior do estado. Algumas áreas, tais como o polo calçadista e universitário no aglomerado Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha, o têxtil e universitário em Sobral e a fruticultura irrigada no Jaguaribe, tornam o espaço geográfico do estado muito mais dinâmico.

De acordo com Silva (2007), à exceção da capital, somente nas áreas circunvizinhas dos centros regionais de Crato-Juazeiro do Norte e Sobral destacam-se no cenário estadual, além

delas, as cidades de Crateús, Limoeiro do Norte, Russas, Quixadá e Iguatu, possuem importantes funções nas microrregiões onde estão inseridas.

O autor entende que, no contexto nordestino, o Ceará é o estado que apresenta o maior desnível no sistema urbano, no que se relaciona à hierarquia/demografia de suas cidades. Há uma diferença muito grande entre a população da capital, cerca de 2,5 milhões (IBGE, 2010), e a população de sua segunda maior cidade, Juazeiro do Norte, com cerca de 250 mil pessoas (IBGE, 2010). Esta situação, a propósito, configuraria Fortaleza como uma “cidade primaz”, como outrora na Geografia se dizia, a partir do texto clássico de Mark Jefferson (1939).

Amora e Costa (2009) resumem que não há dúvida sobre a centralidade exercida por Fortaleza no comando da rede urbana cearense, cuja hierarquia parte da Capital para algumas cidades de porte médio e daí para os vários centros locais. Nesse contexto, porém, as cidades médias que elas identificam, Sobral e Crato, originárias de antigas vilas com destaque desde a época colonial, e Juazeiro do Norte, polo regional gestado desde o início do século XX, têm seu papel reforçado na rede urbana estadual como polos de comércio, serviços e, agora, também industriais.

Atualmente, esta rede urbana levou o Governo do Estado do Ceará a dividir o Estado em 14 regiões de planejamento. São elas: Cariri, Centro Sul, Grande Fortaleza, Litoral Leste, Litoral Norte, Litoral Oeste/Vale do Curu, Maciço de Baturité, Serra da Ibiapaba, Sertão Central, Sertão de Canindé, Sertão dos Crateús, Sertão dos Inhamuns, Sertão de Sobral e Vale do Jaguaribe (IPECE/2017).

Desse modo, nos próximos capítulos, pretende-se investigar como o processo exposto até aqui se desenvolveu na primeira região mencionada.

Mapa 1- Regiões de Planejamento do Ceará

Fonte: IPECE (2017)

2. Da região ao lugar: rede urbana e desenvolvimento regional no Cariri cearense

Com muita propriedade, Menezes (2007, p. 340) identifica que “Um olhar para o interior nordestino permite enxergar, no Estado da Paraíba, um Cariri – o Cariri Paraibano e, ao sul do Ceará, o Cariri Cearense”. Para fazer a diferenciação que permita a regionalização operacional do Cariri localizado no Ceará, Menezes (2007) refuta a possibilidade de caracterização via etimologia da palavra – que irá conduzir fatalmente as tribos dos índios Cariris, habitantes mais antigos de alguns dos sertões e serras do Nordeste – e estabelece a diferenciação do ponto de vista da configuração territorial: “O Cariri paraibano é semiárido, região de caatinga muito sensível às grandes estiagens (...). Tem povoamento rarefeito, disperso pelas manchas menos secas daquele interior” (MENEZES, 2007, p. 341), ao passo que o Cariri Cearense é:

Um brejo de encosta e de vale que se estende em parte da depressão sertaneja. (...). (...) Resultante da formação edáfica, do relevo e das fontes que jorram das cabeceiras de drenagem da Chapada do Araripe. As condições físicas são favoráveis a ocupação, daí ser ele densamente povoado e pontilhado de núcleos urbanos com certo destaque no estado (MENEZES, 2007, p. 342). ⁴

Como relatado pela autora em tela, o elemento mais marcante da paisagem física desse subespaço é a Chapada do Araripe, fator natural que faz o Cariri área de exceção no sertão nordestino, no que diz respeito às condições de amenidades climáticas e de disponibilidade de água⁵. Esse subespaço cearense está na Bacia Sedimentar do Araripe, situada no alto sertão nordestino; sua área cobre 11.000 km², englobando partes dos territórios do Ceará, Pernambuco e Piauí, constituindo um divisor de águas das bacias hidrográficas dos rios Jaguaribe (CE) ao norte, São Francisco (PE) ao sul, e Parnaíba (PI), ao oeste.

A Bacia Sedimentar do Araripe inclui a sub-bacia do Cariri, formada pela zona de pediplano que está bem representada na porção cearense, compreende uma vasta depressão com extensão de 1500 km² e ao fundo estão as escarpas da Chapada do Araripe.

“É uma região que apresenta condições ambientais contrastantes em relação ao sertão semiárido que o circunda, graças aos processos ditados pelo clima e pelo escoamento das águas infiltradas”, assevera Menezes (2007, p. 343). Semelhante a esta é a observação feita por

⁴ Para caracterizações mais antigas da região Cariri, consultar Soares (1968) e Diniz (1989).

⁵ Não obstante a exploração desse recurso venha lhe escasseando: “São muitas as hipóteses levantadas para explicar a redução em número e vazão dos mananciais originários na bacia hídrica da Chapada do Araripe. Entre eles podem ser apontadas as queimadas, os desmatamentos, além da degradação da floresta tropical da encosta. Acrescente-se a isso o processo de evaporação, a redução das chuvas anuais (...). Como agravante surge o processo de ocupação urbana (...), principalmente nos municípios de Crato e Barbalha (...)” (MENEZES, 2007, p. 343).

Andrade (1980, p. 200) em seu clássico trabalho: “No Cariri e nas serras frescas há um contraste muito grande com as áreas sertanejas vizinhas”. Essa configuração física excepcional em relação ao sertão nordestino é destacada por diversos autores⁶ por fornecer importantes subsídios de análise desse caso particular do interior da depressão sertaneja. Soares (1968, p. 9-10), por exemplo, sentencia: “Sem preocupações deterministas, podemos dizer que as condições naturais favoráveis no Cariri funcionaram e funcionam como condensadores populacionais”.

Mais recentemente, Queiroz (2013) mostra que a representação do Cariri como um lugar ambiental, econômica e socialmente distinto, sempre fez parte da memória coletiva da região, considerando-a numa situação diferenciada do sertão nordestino, principalmente da porção territorial cearense.

Ainda que o meio físico tenha atualmente pouca – ou nenhuma – determinação nos processos de difusão do meio técnico-científico-informacional na região, como se vê, a denominação “Cariri” tem uma longa história, e está diretamente relacionada com estes dados da geografia física e etnografia local.

Esse Cariri está ao sul do Ceará, limita-se com os Estados do Pernambuco, Piauí e Paraíba, o que lhe dá uma posição estratégica dentro do Nordeste, bem ao centro da Região.

2.1. A Região do Cariri e o CRAJUBAR: história e regionalização recente

Entre os elementos mais recentes da regionalização desta parcela do território nacional está a atuação do Estado, em suas diversas escalas. Entre as instituições públicas existe muita variedade de critérios para estabelecer essa regionalização, mas que levam mais em consideração a organização da vida de relações dos municípios (e não critérios físico-naturais).

O Governo do Estado do Ceará, por exemplo, considera o Cariri uma Região de Planejamento que conta com 29 municípios (IPECE, 2016). O IBGE considera o Cariri uma Microrregião Geográfica, com oito municípios (IBGE/SIDRA, 2016). E, dentre outras mais que poderíamos seguir citando, vamos identificar uma terceira regionalização incidente sobre esta mesma área, que foi aquela definida como a Região Metropolitana do Cariri (RMC), instituída pela Lei complementar estadual 78/2009, que por sua vez é composta por nove municípios.

⁶ Dentre outros: Soares (1968), Andrade ([1963] 1980), Diniz (1989), Menezes (2007).

Quadro 1- Principais regionalizações recentes do Cariri

	IPECE	IBGE	RMC
Municípios	Abaíara, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririáçu, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Potengi, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas e Várzea Alegre.	Barbalha, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Linda, Porteiras e Santana do Cariri	Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Santana do Cariri, Nova Olinda, Caririáçu, Farias Brito, Missão Velha e Jardim
População	962.018	534.139	564.478
Nome	Região de Planejamento Cariri	Microrregião Geográfica Cariri	Região Metropolitana do Cariri

Fonte: IPECE (2016), SIDRA/IBGE (2017), Lei Estadual 78/2009

Elaboração: Alencar (2017)

O mapa abaixo é uma representação do Estado do Ceará em que se destaca uma das regionalizações possíveis para o que se chama de Região do Cariri, parte importante dessa unidade da federação. Com sua rica história e geografia, o Cariri cearense é objeto de estudo para cientistas sociais e órgãos de Estado que aplicam diversas abordagens em suas pesquisas e registros; assim sendo, há quase tantos “Cariris” quantas pesquisas sobre esse subespaço do Ceará.

Mapa 2- Ceará: localização da Região Metropolitana do Cariri

Fonte: SIDRA/IBGE, 2017
 Elaboração: Castro (2018)

Entre essas várias regionalizações, Menezes (2007) considera que há um consenso importante: o fato de todos considerarem as cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha o núcleo vital da região. Conjunto de cidades que é conhecido pelo acrônimo “CRAJUBAR”⁷, como mencionado.

Desse modo, ainda que exista muitas possibilidades de conceituação e delimitação do Cariri cearense, e reconhecendo todas quanto verificamos em nossa pesquisa, compreendemos que as três cidades do CRAJUBAR são as mais dinâmicas, pois nucleiam a rede urbana desta

⁷ Não se sabe ao certo a origem e o momento em que o vocábulo CRAJUBAR começou a ser empregado para definir essa aglomeração de cidades. Porém, baseado em dados coletados por pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre o Espaço Urbano da Universidade Regional do Cariri (LEPEUC-URCA), é possível demarcar uma posição verossímil. Segundo o Sr. Humberto Cabral (o entrevistado), o termo foi utilizado originalmente por volta de 1964 pelo senhor Jefferson de Albuquerque. Em razão de ele representar à época uma figura proeminente na região, presente e influente nos âmbitos econômicos, sociais e culturais da região, o emprego do termo Crajubar teria sido rapidamente difundido e assimilado. Outro aspecto digno de nota refere-se à sequência silábica do vocábulo Crajubar que sugere certa ordem de grandeza e importância das cidades, quando da sua concepção, senão, certamente, corresponde a uma representação construída por e a partir da cidade de Crato. Segundo essa premissa, é crível que a expressão tenha sido cunhada no período em que essa cidade detinha a primazia na rede urbana regional em formação. Vale informar que atualmente já proliferam insatisfações por parte de certos segmentos sociais de Juazeiro do Norte com a denominação CRAJUBAR e exortações em favor de sua substituição pelo vocábulo JUABC. Os que advogam essa alteração defendem que a nova sigla se constituiria numa representação mais coerente com o estágio atual do triângulo conformado por Juazeiro do Norte, no topo - projetando-se sobre “as duas cidades mais tradicionais do Cariri” -, Barbalha e Crato. Essa questão, aliás, tem sido objeto de debates acalorados no ambiente virtual, nas páginas de *blogs* mantidos por grupos locais, tanto de Juazeiro do Norte quanto de Crato (QUEIROZ, 2013, p. 96).

região do Estado do Ceará. É esse subespaço nordestino, que fica ao sul do estado do Ceará com destaque para as três cidades já citadas, que se deve considerar quando, no decorrer deste trabalho, usarmos as expressões Cariri cearense, Região do Cariri ou apenas Cariri.

Para além da questão “natural” e da ação do Estado, como foi dito, o Cariri possui uma rica história regional. Cabe retomar alguns desses aspectos históricos, na medida em que as circunstâncias de ocupação do território e de desenvolvimento econômico da Região nos permitam contextualizar o momento atual.

De acordo com Souza (2007), os primeiros povoados do atual Estado do Ceará se estabeleceram nos vales dos rios Jaguaribe, Acaraú, Coreaú, e nos “pés de serra”, como o Cariri, para onde iam os indígenas expulsos dos litorais e sertões. O início da exploração da Região do Cariri cearense remonta à primeira metade século XVIII. Nas localidades que hoje são o município do Crato e de Missão Velha foram estabelecidos dois aldeamentos indígenas fundados por frades. Depois, deu-se a chegada dos criadores de gado baianos e a edificação de templos religiosos. No Cariri, o Crato foi a aglomeração que primeiro recebeu o título de Vila, em 17 de junho de 1764. Nessa época eram apenas oito vilas que compunham o Siará Grande, ainda sob a tutela da província do Pernambuco (QUEIROZ, 2013).

A Vila Real do Crato, até o século XIX, assim formada, compreendia ou polarizava toda a área que hoje corresponde atualmente a Região Metropolitana do Cariri e de toda a sua extensão se originou os demais municípios da Microrregião (QUEIROZ, 2013). Queiroz (2013) observa também que no período que os colonizadores chegaram ao Cariri acompanhando as missões religiosas, dedicaram-se inicialmente à produção de gado para abastecimento da região da Zona da Mata, fato comum na época, já que toda a economia nordestina gravitava em torno da produção açucareira.

Porém, passado algum tempo dessa atividade, observou-se que os solos do Cariri eram férteis, bem como havia fontes de água perenes que possibilitavam o desenvolvimento da agricultura. Dessa forma, houve incremento dessa atividade, especialmente do cultivo da cana-de-açúcar, em detrimento da criação de gado. Destarte, ao final do século XVIII, quase todo o rebanho foi deslocado para o norte, nas áreas menos férteis no vale (QUEIROZ, 2013).

O cultivo da cana-de-açúcar traz dinamismo econômico para a Região, com o estabelecimento de engenhos para a produção de rapadura. De acordo com Souza (2007, p. 17): “Ali, a criação de gado não se desenvolveu como no restante da capitania, prevalecendo aí a agricultura de subsistência e o cultivo da cana-de-açúcar”. Andrade ([1963] 1980, p. 173) nos

expõe a respeito disso da seguinte forma: “Crato, no Cariri cearense, e Triunfo (...), foram e são, ao seu modo, centros açucareiros produtores de rapaduras”.

Foi desse modo que, durante o século XIX, o Crato se constitui como um centro urbano interiorano importante no contexto da rede de cidades cearenses da época, ao lado de Aracati, Icó e Sobral. O Crato ganhou significativo dinamismo econômico nesse momento com a produção de cana-de-açúcar, e com o subsequente desenvolvimento de uma agroindústria canavieira, que produzia rapadura e aguardente (SOUSA, 2015). Os engenhos são instalados nas Vilas de Barbalha (emancipada em 1846) e Crato, contavam-se 90 no século XVIII para chegar a 200 engenhos ao final do século XIX (BESERRA, 2007).

O cultivo do algodão para exportação também teve sua importância a partir da segunda metade do século XIX. A situação gerada pela Guerra da Secessão Norte-americana impulsionou, no interior do Ceará, a produção do algodão destinado à exportação para os ingleses (BESERRA, 2007).

Cabe mencionar também que, no decorrer do século XIX, com o declínio do dinamismo econômico da cidade de Icó, no Sertão Central, ocorre a migração de comerciantes desta cidade principalmente para o Crato. Esses comerciantes instalaram lojas e farmácias e depois as casas de luxo da época (os sobrados), que lhe denotava distinção social. A classe mais abastada gerou uma demanda por serviços, vindo a reforçar o que se pode chamar de papel urbano do Crato na região do Cariri (BESERRA, 2007). Assim, o Crato, ao final do século XIX, já exercia uma importante função educacional, judiciária e administrativa, além de entreposto comercial, sendo a aglomeração urbana mais destacada do sul do Ceará (SOUZA, 2007).

Porém, acontecimentos de grande envergadura contribuíram intensamente para modificar a rede urbana dominada pelo Crato. Na passagem do século XIX para o XX, em função da figura religiosa e política de Padre Cícero, o povoado de Tabuleiro Grande, atual Juazeiro do Norte, ganha projeção na região⁸ (QUEIROZ, 2013). Resumidamente, a grande afluência de devotos e romarias periódicas faz com que o Juazeiro do Norte, de um povoado sem representação se torne, em 1911, a nova cidade do Cariri; mais dinâmica do ponto de vista econômico e político, passando assumir cada vez mais, a partir da primeira metade do século XX, funções antigamente desempenhadas pelo Crato (SOUZA, 2007).

Outro aspecto importante desta evolução da economia regional são as graves secas que afetaram todo o Ceará nos anos de 1877, 1898, 1900 e 1915, gerando intensas migrações de sertanejos para a região. Essas migrações inclusive se articulam com o último elemento que

⁸ Para uma análise mais profunda consultar: *Milagre em Joazeiro*, de Ralph Della Cava (1977).

caracteriza esta formação regional: a ascensão de Juazeiro do Norte, em função da figura de Padre Cícero Romão Batista (BESERRA, 2007).

Queiroz (2013) considera imperioso destacar que a despeito da importância do ideário religioso, que de fato serviu de transformação da realidade socioespacial de Juazeiro do Norte e do Cariri por extensão, o que se pretende sublinhar são os desdobramentos de ordem urbana que se seguiram. Nesse sentido, já no início do século XX, a formação de uma importante concentração populacional demandava a dinamização das atividades econômicas da Região. Se, de fato, de um lado, pode-se considerar que parte considerável dessa concentração populacional se deu em função da atração do fenômeno religioso encabeçado por Padre Cícero, por outro, a tese que explica a extraordinária imigração para o Juazeiro fundada tão somente no movimento religioso peca pelo simplismo (QUEIROZ, 2013).

Na verdade, para explicar mais acertadamente a circunstância histórica, é preciso considerar o contexto socioeconômico do Nordeste desse início de século XX. O autor entende que a pobreza endêmica vivida por milhares de sertanejos contribuiu para que parte importante de suas esperanças e possibilidades de subsistência fossem depositadas nas relações de compadrio com os coronéis da Região (QUEIROZ, 2013).

Souza (2007) e Sousa (2015) destacam ainda um aspecto importante sobre a constituição do Crato e, depois, de Juazeiro do Norte, como cidades importantes no contexto da rede urbana do Ceará. As autoras assinalam que essa importância tem relação com as dificuldades de comunicação desta região com a capital durante longo tempo, o que permitiu certa autonomia e projeção regional dos municípios. Neste mesmo período, destaca também que a comunicação com Recife se dava sem intermediação, dado o longo período de subordinação da capitania do Ceará a capitania do Pernambuco: “No aglomerado caririense, essa relação se refletia nas relações políticas, nas referências culturais e econômicas e na formação intelectual através da ida de estudantes para a capital pernambucana” (SOUSA, 2015, p. 51).

Em síntese, ao final da primeira metade do século XX, a Região do Cariri apresenta uma série de eventos que materializam certa “coesão” das cidades que dela fazem parte, e tem na ascensão de Juazeiro do Norte um de seus fenômenos mais marcantes (seguidos pelo dinamismo urbano reincrementado de Crato e Barbalha). Esta ascensão de Juazeiro, por sua vez, elevou também do seu poder de barganha na cena política estadual (BESERRA, 2007).

Para além destes aspectos mais remotos no tempo, Beserra (2007) enumera ainda os seguintes elementos como importantes para a consolidação da região: a ampliação do sistema de trabalho assalariado e relativo aumento do preço da mão de obra; a elevação do valor das

terras; o avanço sobre áreas mais amplas do Nordeste do mercado consumidor dos produtos caririenses; a afirmação das cidades de Crato e Barbalha como produtores agrícolas; criação do primeiro banco e da primeira associação regional de produtores agrícolas para exportação, ambos sediados no Crato; a chegada ao Juazeiro do Norte e ao Crato, em 1926, da estrada de ferro com ligação direta para Fortaleza; e a expansão de instituições de ensino básico, principalmente no Crato (BESERRA, 2007).

No entanto, apesar do relativo crescimento econômico e da projeção das três cidades, como relatado, a situação socioeconômica do Cariri não era assim tão diferente do conjunto do Nordeste. Soares (1968, p. 33-34) descreve o seguinte quadro para a Região:

A vida conturbada no Cariri contribuiu para o aumento considerável da densidade demográfica da região. Os homens procedentes dos sertões concorrem para uma “inchação” de Juazeiro do Norte e Crato. A falta de condições urbanas e de aculturação técnica na zona rural, concorrem para a formação de sérios problemas demográficos. O campo viu-se saturado, além dos imigrantes o crescimento vegetativo ajuda a acentuar o desequilíbrio. O crescimento demográfico é acompanhado de um crescimento das necessidades (...). O campo e as cidades caririenses não puderam acompanhar o ritmo do aumento das necessidades e como consequência, 44% da população com mais de 15 anos vive do subemprego, grande parte, diretamente da caridade pública, completamente marginalizada. O Cariri passou a fornecer efetivos para a corrente migratória que desce rumo ao sul do país, fórmula natural encontrada por uma região, insuficientemente produtiva.

De acordo com a análise de Soares (1968), a população do Cariri, na passagem dos anos das décadas de 1940 para 1960, vai-se tornando cada vez mais concentrada nos núcleos urbanos das três principais cidades, Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha. Situação que se intensificará nas décadas seguintes. A tabela abaixo ilustra esta afirmação.

Tabela 6- Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, população em 1940, 1950, 1960, 1970, 1980

ANO	Juazeiro do Norte			Crato			Barbalha		
	Total	% Urbana	% Rural	Total	% Urbana	% Rural	Total	% Urbana	% Rural
1940	38.145	63,32	36,68	40.282	31,19	68,81	22.138	15,8	84,2
1950	56.146	76,27	23,73	46.408	36,15	63,85	22.987	18,66	81,34
1960	68.494	79,08	20,92	59.464	49,28	50,72	23.575	30,10	69,99
1970	96.047	83,96	15,04	70.996	58,84	41,16	23.370	41,02	59,98
1980	135.616	92,93	7,98	80.677	72,23	27,77	30.966	48,65	51,35

Fonte: Censos do IBGE

Dessa forma, o entendimento mais profundo da dinâmica socioespacial da Região do Cariri só pode ser feito pela análise da história que se gestou de um longo processo a imbricação socio territorial entre essas três cidades: “Essas mudanças permitiram formar uma nova

configuração territorial, mais concentrada, sobretudo nos municípios da tríade (...)” (BESERRA, 2007, p. 35).

Depois disso, a partir na segunda metade do século XX, ou seja, na segunda fase de implantação industrial, de acordo com Amora (2007), convém demarcar dois eventos que serão importantes para a tentativa de dinamização da economia da Região: a criação do Projeto Asimow, nos anos 1960, e a instalação do Distrito Industrial do Cariri, no início dos anos 1980.

Em um plano mais geral, o primeiro evento tem relação com a política de relacionamento dos Estados Unidos com os países da América Latina no contexto da Guerra Fria. Nos dizeres de Oliveira ([1977] 2008, p. 256): “A ‘*New frontier*’ para a América Latina chamar-se-á ‘Aliança para o Progresso’. Os olhos dos serviços de inteligência norte-americanos, (...) havia muito estavam voltados para o Nordeste”. A Aliança para o Progresso foi um programa da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency for International Development* - USAID) pensado para a América Latina no contexto da reação aos movimentos de esquerda que ascendiam no continente. O projeto tinha como princípio ideológico o combate a estes grupos supostamente subversivos. Sua estratégia maior era desestabilizar o governo de João Goulart reforçando os cofres e o *status* dos governos estaduais alinhados (QUEIROZ, 2010). A Aliança Para o Progresso atuou em duas frentes: uma meramente assistencial/caridade e outra que pretendia dar assistência técnica e financiamento a projetos de desenvolvimento econômico e social.

O governador do Ceará, Virgílio Távora (1963-1966), encampou o projeto incorporando-o ao seu Plano de Metas Governamentais (I PLAMEG), documento no qual se expressa a necessidade de concretizar infraestruturas no Estado que o insiram na marcha modernização-industrialização (QUEIROZ, 2010). Assim é que o Cariri foi objeto do que ficou conhecido como Projeto ou Plano Asimow.

De autoria do professor Morris Asimow, fruto de um convênio entre a Agência UCLA (Universidade da Califórnia) e a UFC (Universidade Federal do Ceará), e custeado pela Fundação Ford e pela USAID, o Projeto visava a implantação de pequenas e grandes indústrias que deveriam ser capazes de promover o desenvolvimento para região, considerada subdesenvolvida (BESERRA, 2007). Os objetivos do Plano eram, de acordo com Farias Filho (2007), a modificação da mentalidade das populações rurais até então dedicadas às atividades agrícolas de subsistência – o que evitaria o êxodo para o Sudeste – e a implantação de indústrias em áreas pobres, gerando empregos e possibilitando o seu desenvolvimento. Segundo o mesmo autor:

Quando se fala em “Industrialização do Cariri” não podemos esquecer o Plano Morris Asimow [...] que incentivou a implantação de empresas de beneficiamento de milho, indústria de cerâmicas, artefatos de couro, fabricação de rádios, dentre outras. O plano fazia parte da “Aliança para o Progresso” um plano de ajuda econômica dos Estados Unidos para os países da América Latina (FARIAS FILHO, 2007, p. 209-210).

O Cariri foi escolhido para receber o projeto, por ser considerado como a segunda área de maior dinamismo econômico do Estado, por possuir disponibilidade de energia elétrica proveniente de Paulo Afonso, além de ser o berço político da família Bezerra de Menezes, então com grande projeção de poder no Ceará (BESERRA, 2007). Desse modo, a equipe do Projeto Asimow, junto a uma equipe do Banco do Nordeste (BNB), viajou ao Cariri a fim de investigar as potencialidades industriais da Região. De resultado, sugeriram a implantação de indústrias de cinco tipos: telhas e tijolos, cimento, doces, beneficiamento de milho, calçados e montagem de rádios (BESERRA, 2007).

De acordo com os incentivos e as orientações dos técnicos sobre o tipo e formato da indústria, foram instaladas seis fábricas na região, neste contexto de implementação do Plano:

- CECASA (1962), fabricação de ladrilhos, telhas e manilhas, localizada em Barbalha;
 - IESA (1963), fabricação de máquinas de costura, rádios e motores elétricos, localizada em Juazeiro do Norte;
 - IBACIP (1963), fabricação de cimento Portland, em Barbalha;
 - LUNA (1963), fabricação de calçados, em Juazeiro do Norte;
 - INAESA (1962), produção de alimentos enlatados, no Crato;
 - IMOCASA (1962), empresa beneficiadora de milho, no Crato
- (ARAÚJO, 2006).

Todas estas firmas tinham formato de sociedade anônima, com grau expressivo de fragmentação de capital. A Universidade da Califórnia (UCLA) indicava a planta e a tecnologia, e a gerência deveria ser feita por acionistas que tivessem feito curso naquela Universidade (BESERRA, 2007). E embora essa estrutura empresarial fosse bem distinta daquela indicada pela SUDENE, todos os empreendimentos receberam os incentivos referentes ao sistema 34/18 FINOR (BESERRA, 2007).

De acordo com Queiroz (2010), o Projeto Asimow teve passagem meteórica, isso porque quase todas as empresas acabaram falindo em poucos anos, apenas a IBACIP – fábrica de cimento instalada em Barbalha – funciona até hoje. De acordo com Beserra (2007, p. 43-44):

Os resultados foram diversos. A indústria de sapatos conseguiu funcionar como empresa limitada; a fábrica de cimentos só seria implantada em 1967, aprovada pela SUDENE, sem modificações substanciais em seu projeto. As fábricas de rádios, tijolos e beneficiamento do milho iniciaram suas produções em 1963, com impacto inicial relativamente promissor. As fábricas de alimentos e rádios, porém, não suportariam as pressões concorrenciais exercidas por firmas situadas fora do Cariri.

Beserra (2007) enumera ainda os possíveis problemas que determinaram o insucesso do Projeto Asimow: superdimensionamento das plantas, falha na elaboração dos projetos com insuficiência de estudos preliminares e a escassez de recursos humanos qualificados. Queiroz (2010), por sua vez, apresenta o insucesso do famigerado Projeto Asimow de um ponto de vista ainda mais crítico: “não nos parece o caminho mais adequado querer entender o Projeto Asimow e medir o seu insucesso com um olhar e uma medida exclusivamente locais” (QUEIROZ, 2010, p. 51). Ele considera que, em essência, a Aliança para o Progresso jamais teve a intenção verdadeira de apresentar um projeto coerente e eficaz de industrialização para desenvolver áreas pobres.

Por fim, a declaração do político cratense Humberto Mendonça, citado por Farias Filho (2007), expõe como o fracasso do referido Projeto deixou um grande mal-estar na sociedade empresarial caririense:

Culpou-se, até mesmo, uma suposta índole subdesenvolvida da nossa parte. Falou-se, também, em outras causas que hoje analisadas demonstram-se tão absurdas quanto imaginárias. Sabe-se agora que este afamado Plano [...] tinha objetivos mais políticos do que econômicos, já que sua finalidade principal era barrar a esquerdização [...] Passado o perigo de comunização do Brasil, o congresso Americano vetou as verbas que, dentre outras ações, mantinham o Plano Asimow no Cariri e em outras cinco regiões nordestinas. O impacto da desativação do Plano na economia caririense foi enorme, com maior gravidade por conta da insolvência dos que acreditavam na boa intenção americana. Além de comprometer irremediavelmente a poupança interna caririense, que foi quase toda investida em maquinaria comprada no exterior, essa industrialização frustrante deixou um trauma difícil de ser assimilado e digerido (MENDONÇA, *apud* FARIAS FILHO, 2007, p. 211).

Passada essa experiência, com todos os seus reveses, houve, de certa forma, um incentivo à industrialização na região, afinal, o empresariado local teve contato com as novas tecnologias e maquinário: “Notamos que o desenvolvimento de pequenas e médias indústrias e o impulso do Projeto Asimow suscitarão o aumento da produção industrial” (QUEIROZ, 2010). A indústria de calçados sintéticos no Juazeiro do Norte nasce nesse momento e se soma

à atividade tradicional em que prevaleciam as oficinas do calçado artesanal de couro (ARAÚJO, 2006)⁹.

Cordeiro (2015) explica que no Juazeiro do Norte duas empresas são pioneiras nesse seguimento de calçados sintéticos; são elas que iniciaram uma produção em maior escala, através de linha de montagem de fábricas propriamente ditas, de calçados do tipo chinelos: “a década de 1960 representa um grande ponto de inflexão na produção de calçados no CRAJUBAR, tendo em vista a instalação do ‘ramo chineleiro’” (CORDEIRO, 2015, p. 52). Com isso se inaugurou um tipo de produção diferente daquele de pequenas oficinas artesanais, simbolizou o surgimento de empresas de estrutura fabril propriamente dita. Ressalta-se, entretanto, que a produção fabril de calçados convive até hoje com o segmento de produção do calçado artesanal tradicional (CORDEIRO, *op. cit.*).

Conforme mencionado, há ainda um segundo evento que convém pontuar desse momento: a criação do Distrito Industrial do Cariri, no início dos anos 1980 - numa área limítrofe entre os municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha.

Entretanto, mais uma vez, o projeto de impulso à atividade secundária no Cariri foi frustrado, o Distrito Industrial jamais funcionou plenamente. Sobre os motivos do fracasso, apontam-se a área escolhida – distante dos centros urbanos – e, principalmente, o fato de o Distrito ter sido implantado em um momento de declínio das políticas de atração industrial da SUDENE e o próprio arrefecimento geral da indústria em nível nacional (BESERRA, 2007).

Destarte, este é o quadro geral da atividade secundária no Cariri na passagem dos anos 1980 para os anos 1990.

Pode-se dizer que até o início da década de 1990, inexistiam empreendimentos de capital externo e de grande porte na Região. Pesquisa realizada pelo BNB/Etene–URCA indicam que até, pelo menos, 1994, as indústrias caririenses operavam em circuitos de produção mais introvertidos, e de amplitude de ação predominantemente local/regional; os dados da tabela abaixo indicam esse caráter:

⁹ Sobre indústria calçadista no Cariri, há quatro trabalhos que podem ser consultados: Amaral Filho e Sousa (2003), Araújo (2006), Beserra (2007) e Cordeiro (2015).

Tabela 7- Indústrias do Cariri: origem das matérias-primas e destino das vendas em 1994

	Próprio município	Outros municípios do CE	Outros estados do NE	Outras regiões do Brasil	Exterior
Origem das matérias-primas	39%	24%	15,2%	21,2%	0,6%
Destino das vendas	48%	32%	16%	4%	0%

Fonte: BNB/Etene-URCA

Elaboração: Alencar (2017)

Observe-se que a maior quantidade das matérias-primas (63%) era obtida no próprio Estado do Ceará; 15,2%, em outros Estados nordestinos; 21,2%, em outras regiões do Brasil e apenas 0,6% era obtida no exterior. Quanto ao destino das vendas, quase a metade (48%) era para o próprio município e não havia exportação.

Dois anos mais tarde, esse quadro mudaria um pouco. As políticas supracitadas de interiorização do governo do Ceará fariam chegar à Região do Cariri duas indústrias de expressão nacional. Uma delas foi a indústria de calçados sintéticos Grendene, na cidade do Crato, e a outra foi a indústria de máquinas de costura Singer, instalada no município de Juazeiro do Norte.

Além disso, nas duas últimas décadas, é possível identificar também a instalação de outros empreendimentos de capitais não-locais, de diversos ramos econômicos, como as Lojas Americanas, algumas grandes redes de supermercados (Carrefour, Pão de Açúcar, Waal Mart), um *Shopping Center*, construtoras e imobiliárias, engendrando impactos significativos na vida econômica da Região.

De acordo com Queiroz (2013) até meados de 1990, as três cidades compartilhavam mais equilibradamente a posição de capital regional. Para cada cidade, estava concebido um papel bem definido que se articulava com as demais. Entretanto, a partir do início do século XXI, Juazeiro do Norte, cidade que mais recebe investimentos, passa a deter a hegemonia absoluta da economia da Região.

Apesar disso, atualmente as três cidades que compõem o CRAJUBAR são consideradas a sede da Região Metropolitana do Cariri (RMCariri), instituída pela Lei Estadual Complementar Nº 78 de 29 de junho de 2009.

De acordo com Holanda e Castro (2018), a institucionalização da RMCariri não é um consenso entre os pesquisadores, dado que nem todos concordam com o seu caráter metropolitano. Como não é objetivo deste trabalho aprofundar-se nessa questão, cabe aqui

apenas registrar que, de acordo com o estudo do IBGE (REGIC 2007), o CRAJUBAR é considerado uma capital regional; sua área de influência abarca 36 municípios, principalmente no Ceará, mas também no Pernambuco e Paraíba (HOLANDA e CASTRO, 2018). Sua população é expressiva, com maior concentração nas áreas urbanas (o que se verifica na tabela abaixo), e o Juazeiro do Norte, o segundo maior polo econômico do Estado do Ceará.

Tabela 8- População do CRAJUBAR e Ceará (1991-2010)

	1991	1996	2000	2007	2010
Crato	90.519	95.073	104.646	111.198	121.428
Juazeiro do Norte	173.566	188.304	212.133	242.139	249.939
Barbalha	38.430	43.187	47.031	50.386	55.323
Ceará	6.366.647	6.781.621	7.430.661	8.185.286	8.452.381

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010

Parece consenso entre os autores que trataram do tema o fato de que os grandes empreendimentos externos vieram dinamizar a vida econômica e social do Cariri, como mencionado. Todas as grandes empresas estabelecidas na Região contribuem para empregar grande número de pessoas, bem como inserem o Cariri em um circuito espacial de produção muito mais complexo e que alcança círculos de cooperação que se dão em escala nacional e até internacional. Tudo isso tem efeitos concretos na configuração territorial do lugar, que se movimenta para atender a demanda do capital que busca também no Cariri melhores condições de produtividade e lucratividade.

É este o contexto, portanto, que permite que compreendamos os processos que estão na base da implantação da unidade industrial da Grendene no Crato. A fábrica chegou ao Cariri no ano de 1996, sob o impulso do programa de interiorização da industrialização do Governo do Estado e no contexto da guerra dos lugares “deflagrada” a partir do fim dos anos 1980.

A nova unidade da Grendene veio compor, ao seu modo, o quadro produtivo pré-existente no Cariri cearense. No âmbito da cidade do Crato e do Bairro Seminário, após a chegada da fábrica, engendraram-se mudanças no ambiente construído e no cotidiano da população. Por isso, buscamos nas próximas partes do trabalho examinar a evolução recente do lugar onde a fábrica se estabeleceu: as condições pré-existentes na cidade e no Bairro no momento de internalização deste novo fixo geográfico, assim como os fluxos e as novas dinâmicas urbanas que ele ensejou.

2.2. Cidade do Crato: urbanização excludente no Bairro Seminário

O crescimento urbano das cidades do CRAJUBAR acompanha de forma particular, enquanto subsistema, o processo de urbanização verificado em todo o território nacional, movimento geral que se apresenta em cada subespaço com suas peculiaridades. Para o caso do Crato, verifica-se que a constituição socioespacial desta cidade está imbricada às das cidades de Juazeiro do Norte e Barbalha, bem como da extensão mais ampla que se chama Região do Cariri, Microrregião ao sul do Ceará.

De acordo com Sousa (2015), apesar da nova dinâmica urbana do Cariri, com maior destaque para Juazeiro do Norte, a cidade do Crato apresentou um crescimento significativo nas últimas décadas. Para uma cidade do seu porte e, sobretudo no âmbito local, o Crato continua desempenhando funções básicas importantes, tais como serviços de educação, saúde, comércio e lazer.

Em paralelo a essa circunstância de cidade destacada no interior cearense, com uma amplitude de relações em todo o interior próximo e relação intensa com as capitais Fortaleza e Recife, o crescimento urbano da cidade do Crato traz concomitantemente a formação mais profunda de diferenças socioespaciais intraurbanas.

O recrudescimento da estratificação social na cidade do Crato remonta a meados do século XX, quando há a intensificação da migração campo-cidade em todo o estado. De acordo com Souza (2007), há um aumento da população residente nas cidades em todo o Ceará, com maior mobilidade das migrações do meio rural para o meio urbano. Esta mobilidade, por sua vez, está diretamente relacionada a questões fundiárias e a incidência das secas que periodicamente atingem o estado. O litoral, principalmente, mas também as serras, que já possuíam cidades consolidadas no Sertão cearense, são o destino desses migrantes. No Crato, esse movimento expressar-se-á, como muito comumente se expressam em outros lugares, com o crescimento e surgimento de bairros periféricos.

A mobilidade a que se refere pode ser observada pela elevação da população absoluta e da elevação do percentual da população urbana, tal como registrado na tabela abaixo:

Tabela 9- Crato: população de 1960 a 1980

	1960	1970	1980
População absoluta	59.464	70.996	80.877
População Urbana	49, 52%	58, 84%	72,23%
População Rural	50,48%	41,16%	27,77%

Fonte: Censos Demográficos do IBGE

Elaboração: Alencar (2018)

Essa expansão urbana e suas contradições são observadas no trabalho de Soares (1968, p. 47), onde se pode ler: “O dinamismo da vida urbana de Crato e Juazeiro do Norte, a movimentação das feiras, a beleza dos campos cultivados, dão-nos a impressão à primeira vista de um acelerado desenvolvimento conjuntural”, não obstante, continua: “Associada àquela beleza da região, existe, no entanto um mal estar geral e que atua negativamente”.

Entre os problemas identificados pelo autor àquela época estão:

- 1) a baixa produtividade das propriedades agrícolas, resultado das técnicas rudimentares adotadas;
- 2) o declínio da produção da rapadura, em concorrência com o açúcar comprado de outros estados e regiões;
- 3) a incipiente industrialização; e,
- 4) a “inchação urbana”, como consequência do declínio das atividades rurais e da ausência de condições das áreas urbanas em receber essa população excedente.

Dessa forma, “O resultado é o que se vê em Crato e Juazeiro, com grande parte da área urbana ocupada com casas sem condições de segurança e higiene (...)” (SOARES, 1968, p. 51). O mesmo autor descreve as condições em que se deu a expansão urbana dos bairros periféricos do Crato:

Assim é a rua da Misericórdia [atual Diógenes Frazão, no Bairro Seminário], o bairro da Batateira, Alto da Penha, e a parte superior do Barro Vermelho, no Crato (...). Áreas pobres, resultantes de uma expansão vertiginosa motivada, principalmente, pelas secas que atingiram os sertões semiáridos, sobretudo, aquela de 1958. Expansão desordenada, bairros sem água ou esgotos canalizados e que agravam, consideravelmente os problemas (SOARES, 1968, p. 51).

Essa dinâmica de segregação socioespacial perdura até hoje. Mais recentemente, Siebra Jr (1995) assevera que, nas últimas décadas do século XX, a ampliação das áreas edificadas e a área urbana do Crato se expandem sempre desorganizadamente. A sequência de imagens

abaixo mostra três momentos distintos da evolução da mancha urbana municipal: de 1960 a 1969 (parte 1 da figura), 1970 a 1979 (parte 2) e 1980 a 1989 (parte 3).

Figura 1- Município do Crato: evolução da mancha urbana em três momentos
(1960/1970/1980)

Fonte: Siebra Jr (1995)

A primeira parte é referente à década de 1960, apresenta um núcleo urbano com apenas seis bairros: Centro, Pimenta, Pinto Madeira, Alto da Penha, Seminário e Batateira. De acordo com Siebra Jr (1995), nos dois primeiros bairros citados residiam as famílias abastadas, ao passo que, nos demais bairros, estava a população pobre da cidade. A segunda parte da figura, referente à década de 1970, apresenta o núcleo urbano do Crato acrescido de mais oito bairros, formando, no total, quatorze: Muriti, São Miguel, Santa Luzia, Vila Alta, Sossego, Ossian Araripe, Misericórdia e Independência. Ainda de acordo com Siebra Jr (1995), nesse período, contribuiu para o crescimento urbano da cidade do Crato, o investimento de alguns empreendimentos industriais que ensejaram a abertura da Avenida Perimetral e o surgimento de bairros em sua extensão; além disto, data dessa época também a construção do primeiro conjunto habitacional financiado pela Caixa Econômica Federal no Crato, o Parque Real Mirandão.

Menezes (1995) acrescenta ainda que na passagem da década de 1960 para a de 1970, vai surgindo e se intensificando a atuação das imobiliárias, um novo tipo de proprietário fundiário, que contribui para se espalharem loteamentos em muitas áreas do Cariri. Dessa forma são parcelados em terrenos menores e postos à venda os antigos Sítios Granjeiro, Lameiro, Horizonte, Misericórdia, Luanda, Belmonte, Bucaíma e Rosto.

Já a terceira parte da figura retratada acima, mostra o núcleo urbano do Crato na década de 1980. Para esse período, há o acréscimo de mais um bairro, o Parque Grangeiro, bem como, a ampliação dos bairros já existentes.

Siebra Jr (1995) analisa que nesse período houve uma expansão dos loteamentos no Crato – como já identificado por Menezes (1995) quanto à década anterior – e aponta, como maior revés deste incremento, o fato da então recém-sancionada Lei Federal nº.6.766/79 (que dispõe sobre parcelamento e uso do solo urbano), ter flexibilizado as restrições ao desmatamento da vegetação nativa, o que tornou os antigos Sítios em redor da área urbana do Crato mais vulneráveis.

Figura 2- Crato: mancha urbana na década de 1990

Fonte: Siebra Jr (1995)

Para a década de 1990, há o acréscimo de mais alguns bairros na mancha urbana, principalmente o Planalto Crato, Vila Lobo e Jardim Horizonte, bem como se esparaiam alguns loteamentos, a exemplo do Loteamento Franca Alencar, em parte do Sítio Fundão. Siebra Jr (1995) nos explica que, nos anos 1990, a especulação imobiliária se torna um componente importante na ocupação territorial do município; data deste período o investimento de agentes imobiliários em lotes de áreas consideradas melhores, já com infraestrutura para uma população de maior poder aquisitivo.

De acordo com Sousa (2015), essa expansão urbana de cunho seletivo se deu principalmente nas áreas de acesso à Chapada do Araripe, em direção à zona sudoeste da cidade. As amenidades climáticas e a paisagem natural ali encontradas agregam valor aos imóveis. Nesta localização encontram-se atualmente os Bairros Grangeiro e Lameiro – “Espaços de grandes residências, condomínios horizontais, hotéis e os tradicionais clubes de lazer que se beneficiam das fontes e nascentes naturais” (SOUSA, 2015, p. 160).

Em paralelo ao aumento da especulação imobiliária na produção do espaço urbano, intensifica-se a ocupação de outras áreas pela população mais pobre, normalmente lugares sem infraestruturas mínimas para o estabelecimento digno das pessoas, constituindo habitações de péssima qualidade e conforto (classificadas pelo IBGE como “subnormais”); já na década de 1990, contavam-se doze ocupações desse tipo no Crato (SIEBRA JR, 1995).

Conforme já mencionado, o crescimento do núcleo urbano da cidade do Crato, ao longo do século XX, particularmente em sua segunda metade, tem relação direta com uma violência estrutural anterior, que foi a migração cidade-campo dos camponeses pobres expulsos de seus lugares de vida originais, expulsão que foi resultado da associação de dois elementos: seca e a concentração fundiária.

Nesse contexto, ao longo do período referido, anos 1960 a 1990, multiplicam-se os bairros da cidade. Boa parte destes irá abrigar essa população pobre que não tinha como adquirir moradias regulares, através do mercado imobiliário, nas áreas mais dotadas de um ambiente construído adequado na cidade. Este é o caso do Bairro Seminário, lugar onde iria se instalar no ano de 1997 a unidade da fábrica Grendene, cujo processo de implantação pretende-se analisar.

O Seminário é um dos mais antigos e populares bairros da cidade. Nele, desde a origem, aglomerou-se uma população que não tinha condições de se estabelecer no Centro. Sua longevidade, assim como sua importância – inclusive política, em vista dos movimentos sociais por moradia ali atuantes – fizeram dele, direta ou indiretamente, objeto de livros, dissertações, teses e artigos diversos, de modo que, embora se trate de uma parcela relativamente “pequena” do espaço urbano, é possível realizar um levantamento bibliográfico razoavelmente circunstanciado deste lugar.

Sobre o Bairro, Silva e Pereira (2005, p. 11) destacam as seguintes características básicas: “Localizado a oeste da cidade do Crato, entre o Rio Granjeiro e o Rio Batateiras, tendo ainda a floresta do Araripe ao sul e o Vale do Cariri ao norte, o Bairro Seminário apresenta altitude elevada e vista panorâmica para o centro, bem como alguns fatos históricos marcantes”. Como o nome sugere, o Bairro tem origem a partir da construção de um fixo geográfico da Igreja Católica, uma instituição voltada para o ensino religioso. O registro historiográfico nos diz que: “O Seminário de São José, fundado há 78 anos [1875] (...) na aprazível elevação de terreno, que recebeu o nome consagrado pelo povo do **Alto do Seminário**” (PINHEIRO e FIGUEIREDO FILHO, [1953] 2010, p. 59-60, *grifo nosso*).

Imagem 1- Crato no início do século XX: destaque para o Seminário São José ao fundo

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/62775163@N04/sets/72157645283996674/>
Acesso em 29/05/2018, às 13 h

Três anos após o início de seu funcionamento, o Seminário de São José, tido como o primeiro estabelecimento de ensino superior e religioso do interior do Nordeste, fecha as portas em função da combinação de seca e surto de varíola que assolaram aquelas paragens no ano de 1877, fato que veio a se repetir mais algumas vezes, em 1891 e também em 1897; nesta última vez, o Seminário permaneceu fechado por vinte e cinco anos (SILVA e PEREIRA, 2005).

Com todas essas dificuldades de início, entretanto, o Seminário de São José é considerado uma instituição que, junto à diocese Cariri, fundada em 1916, e as escolas religiosas, o embrião do sistema de ensino superior na região (LIMA JR e MACEDO, 2014), da própria Faculdade de Filosofia do Crato (de 1960), que depois veio a se tornar a Universidade Regional do Cariri (SOUSA, 2015, p. 173). É apenas em 1922 que o Seminário volta a funcionar plenamente, evento que vai propiciar a ocupação das adjacências dessa parte da cidade, quando foram construídas três casas de alvenaria e mais algumas casas de palha numa rua tortuosa, denominada Rua da Misericórdia, atualmente Rua Diógenes Frazão (SILVA e PEREIRA, 2005).

A revisão bibliográfica permite, portanto, inferir que o Bairro é, desde sua origem, habitado por pessoas pobres, cumprindo uma função primordialmente residencial, mas também educacional/religiosa, sendo estes os elementos mais gerais da sua gênese. Embora seu surgimento tenha ocorrido no fim do século XIX, é na década de 60 do século seguinte que o

Bairro tem um primeiro surto de crescimento verdadeiramente expressivo, crescimento que tem relação com os já descritos processos de concentração fundiária/êxodo rural que ocorreu na Região Nordeste como um todo.

A despeito da inexistência de estatísticas específicas disponíveis sobre a migração por bairros do Ceará, sabemos já do incremento de população urbana no estado em suas principais cidades desde a década de 1950. Os dados gerais da urbanização do Crato (com uma população cada vez mais concentrada no núcleo urbano original) e a análise realizada por alguns estudiosos desta cidade convergem com os registros sobre o crescimento do Bairro Seminário na década de 1960.

De acordo com Silva e Pereira (2005), a ocupação foi-se intensificando com a multiplicação das casas de palha e começaram a surgir as primeiras vias – sem pavimentação ou qualquer tipo de infraestrutura – que viriam a transformar-se nas atuais ruas Padre Lemos, São José, Aurora e Coronel Luiz Teixeira, sendo esta última uma ladeira que dá acesso ao Centro. Nesta época, chegava ao Bairro uma energia elétrica de baixa potência, produzida na antiga hidrelétrica que existia na nascente do Rio Batateiras; os postes eram de madeira como permitiam as condições de “investimento” do município. O abastecimento de água também era precário. Mais tarde, a relativa melhora desses serviços irá atrair ao Bairro uma população com poder aquisitivo um pouco mais elevado (SILVA e PEREIRA, 2005).

Nos anos de 1980, são construídos dois fixos geográficos que mudam significativamente o uso do espaço no Bairro, dois conjuntos habitacionais para funcionários públicos. O primeiro, construído em 1981, cujas moradias destinaram-se à aquisição, via financiamento, por funcionários dos Correios, da Empresa Telefônica e da Receita Federal. Quatro anos mais tarde, outro conjunto habitacional é financiado pelo Instituto de Previdência do Ceará (IPEC), beneficiando funcionários estaduais, tais como professores e auxiliares administrativos (SILVA e PEREIRA, 2005). Esse movimento de ocupação coordenada do Seminário deu origem ao que hoje se chama de Conjunto Novo Crato, ou “As casas dos Conjuntos” ou “Conjunto do IPEC”. São cerca de quarenta moradias que impulsionaram o crescimento do Bairro Seminário para oeste (SILVA e PEREIRA, 2005).

Nos anos de 1990, intensifica-se a ocupação do Bairro também pela influência da ação de movimentos sociais por moradia. Podemos citar pelo menos duas ocupações que ocorrem ali em função desta ação: a de um terreno da Igreja, atrás do Seminário de São José, e outra ao lado da Escola Estadual Polivalente. Neste último local, alguns ocupantes conseguiram permanecer apesar da repressão. No terreno da Igreja, a prefeitura negociou a retirada da

ocupação, cedendo terrenos ao lado do Conjunto Novo Crato e em outro terreno pouco ocupado, onde hoje existe a comunidade Cacimbas. Neste mesmo período, a Diocese decidiu lotear e vender o terreno que havia sido anteriormente ocupado (SILVA e PEREIRA, 2005).

No fim dos anos de 1990, ocorreu ainda a construção de mais três conjuntos habitacionais em regime de mutirão: o Conjunto Vitória Nossa, Conjunto Nossa Sra. da Penha e Conjunto Nova Conquista (SILVA e PEREIRA, 2005). Esta sucessão de difusão de edificações para a população de mais baixa renda acabou por se tornar o padrão de uso do espaço no Bairro Seminário. Para melhor compreendermos os elementos principais que estão na matriz temporal de uso do espaço no Bairro, podemos elencar os seguintes eventos:

- 1875: Marco inicial do Bairro com a construção do Seminário de São José; quando apenas algumas casas de palha são construídas nas adjacências do prédio.
- Anos de 1950 e 1960: intensificação da ocupação do Bairro como consequência da migração campo-cidade, a população recém-chegada só pode ocupar as áreas periféricas da cidade: a Rua da Misericórdia vai crescendo a partir do Seminário de São José, dando origem ao núcleo original do Bairro;
- Anos de 1980: o Bairro se amplia pela construção de Conjuntos habitacionais destinados a servidores públicos e empregados de empresas públicas;
- Anos de 1990: os movimentos populares por moradia ocupam algumas áreas do Bairro; são construídos também conjuntos habitacionais para a população de mais baixa renda no local;
- 1997: Instalação da fábrica Grendene, fixo geográfico que irá intensificar ainda mais a urbanização que já ocorria no Bairro Seminário.

Ao analisar a forma urbana do Crato na atualidade, Sousa (2015) observa que, na distribuição da população por bairro, o Seminário é o mais numeroso, sendo que a sua expansão se deu, sobretudo, após a chegada da Indústria Grendene.

Como grande empregadora na cidade, a Grendene ensejou tanto um crescimento horizontal do Bairro Seminário, bem como uma densificação populacional naquela parte da cidade, principalmente por moradores que são – ou pretendem ser – empregados da fábrica.

O Plano Diretor Municipal do Crato permite entender ainda que o crescimento do núcleo urbano da cidade na década de 1990 se deve a vários fatores, dentre os quais, três principais, listados abaixo:

1. a influência da Universidade Regional do Cariri (URCA), pelo seu quadro de docentes, funcionários e estudantes (boa parte destes vindos de outros municípios), que dinamiza vários circuitos econômicos locais (transportes, restaurantes, pensões, bares e serviços

imobiliários);

2. a elevação da industrialização local, com o estabelecimento da Grendene (e de outras fábricas);
3. a consolidação do município como uma das principais praças de comércio e serviços da região. (CRATO, 2000, p. 53).

O incremento de população urbana na cidade em duas décadas (ano 1990: 77,64%; ano 2000: 80,19%; e ano 2010: 83,10%) e a multiplicação de bairros na cidade nesse mesmo período, corroboram com a importância dada pelo Plano Diretor Municipal (PDM) do Crato para os principais eixos geográficos da cidade, que exercem atração de fluxos populacionais e dão dinamismo à economia local.

Imagem 2- Bairro Seminário, anos 2000

Fonte: www.diocesedocrato.org, acesso em 12/11/2018

Para entendermos de forma ampla este processo de ocupação inicial e desenvolvimento do Bairro Seminário, cabe mencionar ainda a existência ali do Sítio Fundão, uma grande propriedade – anteriormente “agrícola” que foi aos poucos sendo urbanizada com o avanço do ambiente construído da cidade.

O Sítio Fundão fica no fim da antiga estrada da Misericórdia, atual Rua Diógenes Frazão, no Bairro Seminário. Trata-se, na verdade, da antiga Fazenda Sítio Fundão, que se encontrava relativamente bem preservada pelo seu antigo dono, de acordo com Siebra Jr (1995, p. 48).

A propriedade possuía 116 hectares de vegetação original em área quase que limítrofe ao perímetro urbano (SIEBRA JR, 1995). Essa condição excepcional entre as propriedades rurais no Crato fizera do Sítio Fundão objeto de movimentos ambientais que reivindicavam vê-lo transformado em área de preservação ambiental.

Sobretudo no meio acadêmico, a Universidade Estadual do Ceará (UECE) e principalmente a Universidade Regional do Cariri (URCA), fazem essa movimentação desde, pelo menos, o fim dos anos 1980, como lembra Siebra Jr (1995, p. 48-50):

Esta área tornou-se, pela Lei Orgânica do município, objeto para desenvolver ações para a preservação e criação de um Parque Ecológico. Apesar de tal medida ter sido estabelecida pelo artigo 206, inciso XII, efetivamente não há estudos aprofundados sobre a importância da Fazenda Sítio Fundão no ecossistema urbano. Mas, devido à mídia implementada pela Universidade Regional do Cariri tornou-se imprescindível a preservação da referida área.

Pelo menos duas décadas, entretanto, foram necessárias para que a institucionalização do Sítio Fundão fosse realizada. Concorreram para esse retardo na solução da questão uma série de elementos, entre eles: a não priorização pelas diversas instâncias de governo da criação da unidade de conservação; o desentendimento entre os herdeiros da propriedade sobre o valor da indenização; a própria instalação da fábrica Grendene ao lado do Sítio, no limite deste com o Bairro Seminário.

Neste contexto de certa forma conturbado, em 2008 é finalmente criado o Parque Estadual Sítio Fundão, Unidade de Conservação Integral sob os cuidados da Secretaria de Meio Ambiente do Ceará (SEMACE). Apesar da institucionalização, nem sempre o Parque conta com uma direção estabelecida e infraestrutura para funcionamento e fiscalização ¹⁰.

¹⁰ O Parque Estadual Sítio Fundão, criado pelo Governo do Estado, em 05 de junho de 2008, corresponde a uma área de 93,54 hectares. Está localizado na área urbana do município do Crato, a 3 km do centro da cidade. O Sítio Fundão é uma área protegida com espécies dos biomas Cerrado e Caatinga, até remanescentes da Mata Atlântica, que apresenta características da composição florestal original da área sul do Estado do Ceará (...). Em relação ao patrimônio do Parque Estadual Sítio Fundão, merecem destaque os aspectos naturais e histórico-culturais. Entre os valores naturais e colaboradores para a preservação do Sítio Fundão se encontram: a diversidade do ecossistema local; a vegetação exuberante com flora significativa; as fontes intermitentes do Parque e do seu entorno; o rio da Batateira e suas corredeiras, somando-se ao seu *microcanyon*; os caracteres e exemplares da fauna local; e a sua inclusão como um dos territórios do Geopark Araripe, abrangendo o Geossítio Batateiras. Em relação aos elementos histórico-culturais, a área apresenta algumas edificações de valor cultural e histórico, entre elas a casa de taipa de dois pavimentos; vários tipos de materiais arqueológicos; as ruínas e os materiais de um engenho de alvenaria e de madeira, com tração animal, do séc. XIX; além de uma barragem em pedra, cuja construção é atribuída aos escravos. Essas construções estão em processo de tombamento, sob a responsabilidade da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (...). O Parque Estadual Sítio Fundão possui ainda trilhas onde se pode contemplar a paisagem e a biodiversidade da fauna e flora locais. Estas trilhas compreendem visitas ao mangueiral, às ruínas do Engenho, à prainha, ao rio da Batateira, ao *microcanyon* e à barragem de pedras. Atualmente, o Parque encontra-se oficialmente fechado, mas o acesso individual ou em grupo é permitido mediante autorização da Gerência da SEMACE, com regras definidas para as atividades ecoturísticas, de educação e de interpretação ambiental, desde que não ofereçam impactos ao local (...) (fonte: <http://geoparkararipe.org.br/geossitio-batateira/>, Acesso em 20 de junho de 2017, às 10h).

Estes são os principais eventos que estão na base da formação do Bairro Seminário, local onde se instala a unidade fabril da Grendene; as condições específicas de instalação da fábrica serão analisadas em seguida.

2.3. A guerra dos lugares e a instalação da Grendene no Crato

A Grendene estabelecida na cidade do Crato já foi objeto de análise em importantes estudos, principalmente por autores que entenderam este evento como um componente do arranjo produtivo de calçados do Cariri. Entre esses trabalhos, destacam-se os de Amaral Filho e Sousa (2003) e Beserra (2007). Estes autores elaboram uma tipificação da indústria calçadista no Crato, que converge em seus aspectos principais, sendo esta tipificação dividida em três: 1) oficinas artesanais, 2) pequenas e médias fábricas, e 3) apenas uma grande fábrica: “Em se tratando de empresa de grande porte, caberia considerar como referência a empresa Grendene” (AMARAL FILHO e SOUZA, 2003, p. 20). Esta empresa é: “Isolada do contexto histórico caririense, (...) chega ao Ceará por meio dos programas de atração industrial, patrocinados pelo Governo Estadual (BESERRA, 2007, p. 16)”.

Apesar de compor a topologia do arranjo local, esta unidade fabril em particular remete, no entendimento dos dois trabalhos, a uma análise que extrapola as condições e nuances do mercado local, conforme também já mencionamos na apresentação desta dissertação. Para Beserra (2007, p. 71-72): “A chegada da Grendene ao Cariri exige uma explicação mais ampla, ou seja, aquela que aponta para a transferência de diversas indústrias do setor de bens de consumo não duráveis das regiões Sul e Sudeste do País para o Nordeste, sobretudo para o Ceará” e ainda que: “Ao pensarmos a Grendene no quadro regional caririense é preciso compreendê-la dentro de uma reestruturação corrente no País (e no mundo)”.

Na compreensão de Amaral Filho e Sousa (2003), a empresa traz alguns impactos positivos para o arranjo local de produção de calçados, porém, não se comporta como agente estruturante deste, sendo, na verdade, um braço reprodutor da competitividade do grupo maior a qual pertence. Por isso, a necessidade de analisar as condições de estabelecimento dessa companhia no Ceará e, em especial, na cidade do Crato.

De acordo com informações disponíveis no sítio eletrônico da empresa, é possível identificar que a Grendene S.A. é uma empresa produtora de calçados sintéticos, com origem em Farroupilha (RS). No ano de sua fundação, em 1971, sua produção era de embalagens

plásticas para garrações de vinho, passando para a fabricação de peças de plástico para máquinas agrícolas, e em 1976 a empresa produz a sua primeira linha de calçados (GRENDENE, 2005).

O acirramento da competitividade no mercado calçadista nos anos de 1980-1990 e as condições atrativas no que diz respeito ao custo da mão de obra e incentivos fiscais, fizeram com que a empresa optasse por estabelecer unidades fabris no Nordeste.

No Ceará, existem fábricas da Grendene em três cidades: a primeira foi estabelecida, em 1990, na capital, Fortaleza; a segunda, em 1993, no município de Sobral, sertão norte do Estado; e a terceira unidade foi instalada na Região do Cariri, município do Crato, em 1996. Em 2007, mais uma unidade foi instalada no Nordeste, em Teixeira de Freitas, no extremo sul da Bahia (GRENDENE, 2016). Cada uma dessas fábricas contou com os mecanismos de incentivos fiscais e benefícios em voga na época, tanto os fornecidos pela SUDENE, como pelos governos estaduais e municipais, além de financiamentos diversos (conforme já mencionado)

Almeida (2009) produziu um extenso trabalho sobre a Grendene-Sobral. Para fazer essa análise específica, o autor revela as tramas mais gerais sobre as condições que fizeram as cidades de Fortaleza, Sobral e Crato, no Estado do Ceará, receberem plantas industriais dessa empresa.

Todas as unidades receberam incentivos de ordem federal, no caso, a redução de 75% de imposto de renda, calculado com base no lucro de exploração nas unidades industriais sediadas na área de atuação da SUDENE (GRENDENE, 2017). Os benefícios tiveram o primeiro intervalo de funcionamento em Fortaleza no período de 1991-2000, seguindo por Sobral de 1993-2002 e Crato 1997-2006 (ALMEIDA, 2009).

Desde então, todas as unidades da Grendene no Ceará têm conseguido renovar tal benesse. Nossa pesquisa documental também trouxe elementos para entender melhor como se dão estas isenções, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 10- Grendene Ceará: período de renovação do incentivo fiscal da SUDENE

Unidades Industriais	Redução do Imposto de Renda SUDENE	Prazos de Vencimento
Sobral	75%	Dezembro/2023
Fortaleza	75%	Dezembro/2020
Crato	75%	Dezembro/2026

Fonte: Grendene (2017)

Elaboração: Alencar (2018)

No âmbito do Estado do Ceará, as unidades da Grendene contam com os benefícios atrelados ao Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), tanto em seu Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial (PROVIN) e até recentemente contavam com o Programa de Incentivos às Atividades Portuárias Industriais (PROAPI), para as unidades de Sobral e Crato (GRENDENE, 2017).

Tabela 11- Grendene Ceará: período de incentivo fiscal FDI/PROVIN

Unidades Industriais	Incentivo	Prazos de Vencimento
Sobral	PROVIN-ICMS	Fevereiro/2019
Crato	PROVIN-ICMS	Setembro/2022
Fortaleza	PROVIN-ICMS	Abril/2025

Fonte: Grendene (2017)

Elaboração: Alencar (2018)

Atualmente, a Grendene Sobral concentra a maior parte da produção da empresa, com oito fábricas, e é a sua sede social; enquanto que a Grendene na cidade de Farroupilha (RS), a unidade original, permanece como a sede administrativa; nesta, está o principal centro gestor da empresa, bem como os escritórios de pesquisa e desenvolvimento. Havia ainda uma unidade produtiva da Grendene na cidade de Carlos Barbosa (RS), que encerrou as atividades gradualmente entre os anos de 2013 e 2014.

Figura 3- Plantas industriais da Grendene S.A.

Fonte: Grendene (2016)

Ainda de acordo com dados coletados no sítio eletrônico da empresa, sabemos que a área construída de todas suas unidades totaliza 315.000m² e que empregam, atualmente, 22.800 funcionários, sendo 2.100 alocados no Sul e 20.700 no Nordeste (GRENDENE, 2016).

Ao pesquisar a Grendene da cidade de Sobral, Almeida (2009) analisa como se dá a relação entre as várias unidades da empresa. O pesquisador nos explica que há uma hierarquização no processo produtivo, entre a unidade fabril original, na cidade de Farroupilha, e as unidades fabris existentes no Nordeste: “Apesar da atual concentração das atividades produtivas no Estado do Ceará, as ordens de como, o quanto e para quem produzir têm como ponto de partida a matriz administrativa do Rio Grande do Sul” (ALMEIDA, 2009, p. 97).

Para controlar tudo que diz respeito à produção (compra de insumos e componentes, fabrico do calçado, vendas etc.), desde o Sul do País para o Nordeste, a empresa conta com sofisticados meios de comunicação entre a sede do grupo e suas unidades produtivas. De acordo com informações da própria empresa: “A programação e o controle de nosso processo produtivo são integralmente informatizados e quase a totalidade de nosso processo de compras de matérias primas ocorre via *EDI (Electronic Data Interchange)* (GRENDENE, 2005)”, além disso, os sofisticados sistemas técnicos informatizados que a empresa possui permitem identificar e contornar contingências rapidamente, tão logo elas sejam identificadas¹¹.

A empresa mantém ainda em todas as maiores cidades do país, bem como em algumas das grandes cidades do mundo, escritórios e agentes que tratam dos aspectos da comercialização com as diversas empresas varejistas que vendem os calçados Grendene. Os serviços que a empresa precisa, tais como assessorias diversas (contabilidade, jurídica, gestão administrativa, publicidade e marketing etc.), são contratados entre os maiores escritórios desses seguimentos no Brasil, normalmente localizados no Centro-Sul¹².

Cabe ressaltar ainda que no ano de 2004, dia 29 de outubro, a empresa passou a ter ações negociadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo¹³. A Grendene S.A. também

¹¹ Segundo também informações da própria firma, “A Empresa tem na tecnologia e na inovação um de seus principais diferenciais competitivos. Os sistemas são todos informatizados, com a manutenção de um plano de contingência que prevê recuperar toda a base de dados e retomar normalmente a operação em um prazo inferior a duas horas (*disaster recovery*). A base de dados é replicada e automaticamente atualizada em duas instalações, localizadas em ambientes físicos distintos (GRENDENE, 2005)”.

¹² Dentre os serviços e firmas sofisticadas que a empresa contrata estão a Orchman, Real Amadeo Advogados Associados; Dall’Onder Viagens e Turismo Ltda; Mailson da Nóbrega Consultoria S/C Ltda, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (GRENDENE, 2017)

¹³ Código GRND3 (GRENDENE, 2017).

consta como controladora direta e indireta de algumas outras empresas, no país e no exterior¹⁴. Além disso, possui atualmente, de acordo com dados do Relatório da Administração (GRENDENE, 2017), 263 lojas franqueadas “Clube Melissa”, que comercializam em todo o Brasil seu produto de maior valor agregado. Como se vê, todas essas informações demonstram a amplitude do circuito espacial de produção e do círculo de cooperação dessa empresa.

A instalação da unidade fabril na cidade do Crato, que interessa mais de perto à nossa pesquisa, foi negociada no terceiro “governo das mudanças” (entre os anos de 1995-1998), cujo programa estimulou a interiorização de unidades fabris, fornecendo as condições mais atrativas de contratos do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI).

É possível inferir que esse elemento foi primordial, pois, pelo que se constata nas entrevistas realizadas com representantes da Prefeitura Municipal, à época outras cidades (principalmente Fortaleza, Sobral, Quixadá, Quixeramobim e Juazeiro do Norte), disputavam o empreendimento. A cidade do Crato “venceu” essa guerra dos lugares por distar mais de 500 km da capital – conforme se verifica na Tabela nº. 2 – e, por isso, fazer jus às condições mais vantajosas de incentivo do FDI-PROVIN e FDI-PROAPI (detalhados no capítulo 1 desta dissertação).

Além disso, pesou para a escolha do Crato, em vez do Juazeiro do Norte – localizado na mesma faixa de distância para fins de estímulos do Estado – o alinhamento político entre o seu então prefeito, Antônio Primo, com a Administração Estadual liderada pelo seu correligionário, Tasso Jereissati (informação verbal)¹⁵.

Os incentivos fiscais foram de até 15 anos, com possibilidade de renovação, o que de fato aconteceu. Um relatório administrativo da empresa descreve detalhadamente as benesses concedidas, assim como mostra a segurança que a empresa possui em relação ao compromisso do estado com a manutenção das isenções:

No âmbito estadual, a Empresa possui duas modalidades de incentivos fiscais: 1) Provin, benefício fiscal do ICMS, com redução de 75% do imposto sobre as vendas do mercado interno; 2) Proapi, incentivo fiscal de 11% sobre o valor FOB exportado. Os prazos dos benefícios fiscais de ICMS das principais fábricas foram estendidos por mais dez anos antecipadamente, passando de 2009 para 2019 em Sobral; de 2012 para 2022 em Crato; e de 2015 para 2025 em Fortaleza. Isso assegura contratualmente prazos bastante longos de manutenção de incentivos fiscais. A Empresa cumpre todas as exigências vinculadas a esses benefícios e avalia que não existem riscos de suspensão dos

¹⁴ Controladas por acionistas da Grendene S.A.: Vulcabrás Azaleia-CE; Vulcabrás Azaleia-BA; Vulcabrás Azaleia Argentina; Vulcabrás Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.; Lagoa Clara Agrícola S.A. Controladas diretas: Grendene Argentina S.A.; MHL Calçados LTDA; Grendene USA, Inc.; Grendene UK Limited; A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A. Controladas Indiretas: Grendene New York, L.L.C.; Grendene Italy, Z Plus EUR Company S.R.L. (GRENDENE, 2017).

¹⁵ Informação fornecida por Bacurau, em novembro de 2017.

incentivos, pelo porte da Companhia, pela qualidade dos projetos e pelo fato de a Grendene ser o maior empregador privado do Estado do Ceará, além das garantias contratuais asseguradas por lei federal e legislação estadual. No âmbito federal, a Companhia tem um benefício fiscal que assegura uma redução de 75% do Imposto de Renda, que é concedido pelo governo por intermédio da Adene [Sudene]. (...) Todos os incentivos fiscais, aos quais a Companhia está sujeita, tem possibilidade de renovação (GRENDENE, 2005, p. 100).

O “Protocolo de Intenções” entre empresa Grendene, Governo do Estado do Ceará e Prefeitura do Crato, de 10 de julho de 1996, que agrega informações fundamentais para a investigação ora intentada, previa a contratação inicial de 1.100 operários e o investimento de R\$ 25 milhões (o documento consta na seção Anexos). Neste protocolo, o Estado se compromete, em contrapartida, a gerar condições de abastecimento de água, esgotamento sanitário, transporte por vias pavimentadas e condições de comunicação (telefonia e transmissão de dados) até o limite do terreno, e condições de energia elétrica para o funcionamento pleno da fábrica. Em uma palavra, o Estado, em suas diferentes escalas, se obrigou a implementar todos os elementos do ambiente construído para o funcionamento o mais eficiente possível da unidade fabril da empresa.

Em outro documento obtido em nossa investigação – a “Mensagem à Assembleia”, de 1996 –, além da confirmação dos termos do Protocolo, há uma referência ao levantamento planialtimétrico, desapropriação e terraplanagem da área destinada à Grendene do Crato (CEARÁ, 1996, p. 94).

Além desses dois documentos, numa carta dirigida à Prefeitura, a Grendene solicita isenção de uma série de impostos, tais como o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISQN), Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), taxas e alvarás necessários, além de fornecimento gratuito de água para construção e para o funcionamento da fábrica (consta na seção Anexos). Todos esses documentos corroboram as entrevistas que realizamos ao longo da pesquisa.

Em entrevista concedida no dia 23 de julho de 2018, o geógrafo Siebra Jr, funcionário da prefeitura que esteve profundamente envolvido com o processo de instalação da Grendene, afirma que, de fato, na época, devido à relevância da empresa, o Município abriu mão de algumas Receitas (todas essas relacionados aos impostos municipais listados acima) e realizou ainda as seguintes ações: 1. arcou com os levantamentos básicos da área de instalação; (inclusive o licenciamento ambiental); 2. deu destino ao material advindo da terraplanagem; e 3. arcou com outros serviços e taxas.

Em entrevista concedida em 6 de julho de 2018, Sr. Antônio de Brito, ex-prefeito do Crato, nos diz que concedeu à empresa 300 mil litros d'água por dia, além de melhorar a infraestrutura do local que recebeu a Grendene. As ruas Lavras da Mangabeira, Coronel Luís Teixeira, São José, Diógenes Frazão e João Alves Rocha receberam asfalto para melhorar o acesso à fábrica.

Além desses fatores de localização que estão diretamente ligados à ação do poder público local, consta listado na revisão bibliográfica que realizamos outros elementos ligados à instalação no Crato da indústria calçadista:

- 1) O treinamento da mão de obra, realizado em conjunto com a Companhia de Desenvolvimento do Ceará (CODECE);
- 2) Proximidade com o mercado externo;
- 3) A cultura da produção de calçados no Cariri;
- 4) Financiamentos junto ao BNDES e BNB;
- 5) Mão de obra abundante, barata e desorganizada sindicalmente; e,
- 6) Disponibilização do terreno.

Estes fatores de localização, ainda que fundamentais, apenas dão conta parcialmente das condições específicas que determinaram a instalação da Grendene no Crato. O principal fator foi, ao nosso ver, as condições extremamente atrativas do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), concedidas pelo governo do estado, e, secundariamente, as isenções fiscais obtidas junto ao Poder Público Municipal, tudo alinhado à política esboçada desde o início do “governo das mudanças”.

Quanto aos demais fatores, o treino da mão de obra poderia ser realizado em qualquer outra parte do Estado. A proximidade do mercado externo também só pode ser considerada pelas condições de compensação que o incentivo fiscal dava às empresas mais distantes da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF); caso contrário, qualquer outra cidade mais próxima do litoral levaria vantagem neste aspecto. A cultura de produção de calçados também não parece ter sido um fator determinante. De fato, existe desde algumas décadas uma produção significativa de calçados sintéticos no Cariri, em especial no município do Juazeiro do Norte. Todavia, a decisão pela localização da Grendene no Crato, aparentemente, não considerou esse aspecto tanto quanto as vantagens competitivas ensejadas pelos benefícios fiscais e pela farta mão de obra. Em seu Relatório Administrativo do ano de 2005, na verdade, a própria empresa atesta, ao lado de dificuldades ambientais, a debilidade da oferta de profissionais tecnicamente capacitados para seu segmento, como se vê no seguinte trecho:

(...) Em condições bastante diversas em termos de cultura, adversas em termos de clima, infraestrutura mínima à época e com mão de obra local não especializada na indústria de calçados e menos ainda na indústria específica de calçados termoplástico injetados, que utilizam equipamentos sofisticados e automatizados. (GRENDENE, p. 15, 2005)

No que diz respeito aos financiamentos do BNB e do BNDES, conquanto não se possam obter valores referentes a movimentações protegidas por sigilo bancário¹⁶, alguns dados disponíveis permitiram que realizássemos aproximações sucessivas para o entendimento dos valores financiados com recursos públicos.

Sabe-se, por exemplo, que, em 1997, justamente no ano que a Grendene estabelece a sua planta atual no Crato, consta um valor de R\$ 4.410.501,46 (quatro milhões, quatrocentos e dez mil, quinhentos e um reais e quarenta e seis centavos) de contratação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)¹⁷, operado pelo BNB, para o município do Crato no setor industrial. Este valor representa uma inflexão no quadro de financiamentos desse mesmo tipo, concedidos a empreendimentos industriais no município do Crato, como se observa na tabela abaixo:

¹⁶ Decreto nº. 7.724/2012, art. 5º, §2º e art. 6º, I; e Lei Complementar 105/2001

¹⁷ De acordo com informações do Sítio Eletrônico do BNB, o referido Fundo visa a redução das desigualdades sociais e regionais, como preconizado pela Constituição Federal brasileira. De acordo ainda com o sítio, o uso dos fundos deste tipo vem “suscitando a existência de políticas públicas que promovam a diminuição das diferenças inter- e intrarregionais, mediante a democratização de investimentos produtivos que impulsionem o desenvolvimento econômico com a correspondente geração de emprego e renda. Criado em 1988 (artigo 159, inciso I, alínea "c" da Constituição da República Federativa do Brasil e artigo 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) e regulamentado em 1989 (Lei nº 7.827, de 27/09/1989)”. Assim, o “Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) é um instrumento de política pública federal operado pelo Banco do Nordeste que objetiva contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, através da execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o plano regional de desenvolvimento, possibilitando, assim, a redução da pobreza e das desigualdades. (...) Provido de recursos federais, o FNE financia investimentos de longo prazo e, complementarmente, capital de giro ou custeio. Além dos setores agropecuário, industrial e agroindustrial, também são contemplados com financiamentos os setores de turismo, comércio, serviços, cultural e infraestrutura (...). Fonte: <https://www.bnb.gov.br/fne>, acesso em 24 de novembro de 2018.

Tabela 12- Crato: contratações do FNE para o setor industrial, 1995-2006

Ano	Quantidade de projetos	Valor Contratado R\$
1995	28	351.981,61
1996	29	675.672,11
1997	7	4.410.501,46
1998	6	525.126,69
1999	1	98.862,00
2000	4	612.780,00
2001	2	189.204,00
2002	-	-
2003	-	-
2004	2	152.296,26
2005	3	382.891,38
2006	1	328.960,56

Fonte: BNB (2018)

Elaboração: Alencar (2018)

Não seria absurdo supor que boa parte desse valor disponibilizado pelo BNB para sete empresas industriais do Crato tenha sido destinada à Grendene, dado o movimento que todas as instâncias de governo realizaram para estabelecer ali uma unidade da empresa.

Para além da questão das isenções e financiamentos, outra questão que nossos trabalhos de campo permitiram problematizar foi o da “não sindicalização” da mão de obra local, tido como um dos fatores de instalação da empresa no Crato. A investigação revelou que é um equívoco que a força de trabalho local era “desorganizada sindicalmente”. Vários relatos mostram que parte da força de trabalho local já conhecia formas de reivindicação sindical há bastante tempo, pois já existiam no Crato categorias profissionais organizadas em sindicatos e associações, a exemplo dos comerciários e dos operários da construção civil – fato que, por ter sido omitido, chegou mesmo a tornar-se elemento de descontentamento da empresa pouco tempo depois da construção e funcionamento de sua unidade fabril na cidade (informação verbal) ¹⁸.

De acordo com Sobreira Neto, professor da URCA, de um modo geral, os operários demonstravam, inicialmente, satisfação com o emprego e com a regularidade do pagamento do salário. Após vinte anos da empresa na cidade, as críticas dos empregados e ex-empregados já compõem a narrativa média da comunidade acerca da experiência laboral na fábrica. E completa que, no final das contas, dizer que o operariado nordestino, e caririense em particular, não possui tradição nos movimentos populares e sindicais, como se fossem inconscientes da exploração, é uma compreensão parcial da questão. Os novos operários jamais foram

¹⁸ Informação fornecida por Siebra Jr, em 2016.

completamente acríticos sobre as condições de trabalho oferecidas, porém, o contexto de crise das organizações sindicais e o temor de perder o emprego não permitiram uma atuação associativa mais intensa na cidade (informação verbal) ¹⁹.

Por fim, um elemento que os trabalhos de campo e pesquisa documental também deram outra possibilidade de entendimento diz respeito à doação do terreno para a empresa se instalar. Como identificado, a fábrica se instalou em pavilhões alugados nos arredores do centro, em 1996, para depois ocupar a área desapropriada exclusivamente para esse fim, no Bairro Seminário, onde foi efetivamente estabelecida no ano de 1997.

Imagem 3- Antiga instalação da Grendene: Centro do Crato

Fonte: Revista 4 anos de realizações – Administração Antônio Primo (1996)

A fotografia acima é da primeira instalação da Grendene no Crato. De acordo com a publicação comemorativa do mandato do prefeito do Crato no período de 1993-1996, indica-se que

Antônio Primo conquistou para o Crato uma unidade do Grupo Grendene, notável absorvedora de mão de obra. Encerrando seu mandato, Antônio Primo vê com orgulho o início do funcionamento dessa fábrica. (...) provisoriamente em um prédio da rua Almirante Alexandrino com rua Dr. João Pessoa, no centro da cidade, a unidade da Indústria Grendene Nordeste S.A. se instalará, definitivamente, numa ampla área do bairro Seminário. Inicialmente, absorve 1.100 empregos diretos, enquanto proporcionará 4.000 indiretos, ocupando principalmente mulheres (Revista 4 anos de realizações, 1996, p. 20).

¹⁹ Informação fornecida por Sobreira Neto, em 2016.

Para garantir a instalação da fábrica no Crato – dado que outras cidades se dispunham a receber o empreendimento e as respectivas administrações municipais estavam igualmente dispostas a ceder muitos benefícios – o prefeito do Crato, Sr. Antônio Primo, envidou esforços para viabilizar instalações provisórias para a Grendene, no intuito de vê-la iniciar suas operações imediatamente, o que se efetiva em junho de 1996. Após não mais que algumas semanas dessa data, o Governo do Estado do Ceará publica no Diário Oficial do Estado de nº 24.191, em 13 de agosto de 1996, o Decreto de Desapropriação através do qual vários lotes de terrenos situados no Bairro Seminário tiveram sua utilidade pública declarada, onde se lê:

CONSIDERANDO que o Estado do Ceará, seguindo as diretrizes do **Programa de Geração de Empregos e Desenvolvimento Sustentável da Economia** para promover a interiorização do setor industrial, instituiu o projeto implantação de Polos Industriais que venham a privilegiar a interiorização industrial através de atividades que priorizem o uso intensivo de mão de obra, com vista a descentralizar os parques industriais cearenses e promover o desenvolvimento de todos os municípios do Estado.

CONSIDERANDO que a criação do Distrito Industrial do Crato propiciará a instalação de novas empresas do setor da referida região, gerando significativo aumento de emprego direto a milhares de beneficiários,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, uma área de terra situada nos bairros Floresta II e Alencar, no município do Crato, compreendendo os seguintes loteamentos e glebas, com limites e dimensões a seguir descritos: (...)

LINHA NORTE: entrada do Sítio Fundão, Gleba do Sítio Fundão e Loteamento Franca Alencar, medindo 1.512,00m;

LINHA SUL: Rua projetada do Loteamento São Francisco, Espólio do Sr. Mário Mendes Teixeira, e Ruas projetadas do Jardim Floresta e Jardim Floresta II, medindo 1.246,00m;

LINHA LESTE: Rua projetada do Loteamento Parque São Francisco e cruzamento da Rua Diógenes Frazão com a estrada do Sítio Fundão, medindo 300m;

LINHA OESTE: Rua projetada do Loteamento Franca Alencar e Jardim Floresta II, medindo 400,00m;

ÁREA TOTAL: 482. 650,00m² (quatrocentos e oitenta dois mil seiscentos e cinquenta metros quadrados).

Art. 2º - As glebas a que se refere o artigo anterior destinam-se a implantação de Unidades Industriais

Art. 3º - Fica a Companhia de Desenvolvimento do Ceará – CODECE autorizada a promover a desapropriação de que trata este Decreto, por via amigável ou judicial, com recursos próprios e/ou de outros que sejam destinados para este fim.

Art. 4º A desapropriação de que trata este decreto fica declarada de caráter urgente (...) (Diário Oficial do Estado do Ceará, de 13 de agosto de 1996, grifo no original).

Dois aspectos chamam a atenção. O primeiro é a referência à criação do Distrito Industrial do Crato. Em nenhum momento é dito que a desapropriação se destinava a uma

empresa em especial. Na pesquisa de campo, houve oportunidade para esclarecer que isto foi um artifício utilizado pelos então governantes – estadual e municipal – para minimizar as possibilidades de atritos com alguns outros setores da política e da economia local. Movimentos ligados à Universidade Regional do Cariri (URCA), por exemplo, reivindicavam já há algum tempo a desapropriação de uma parte do mesmo terreno, para finalidade de estabelecer uma área de preservação ambiental numa propriedade rural, o Sítio Fundão, conforme mencionado no subcapítulo anterior.

O texto do Decreto, assim escrito, buscava legitimar a opção governamental, inclusive, para minimizar o impacto de eventuais – talvez inevitáveis – movimentos que se opusessem a instalação da Grendene naquele local específico; o terreno não estaria sendo desapropriado em benefício particular, senão em nome do interesse público, no caso, a instalação de unidades fabris que, por sua vez, gerariam emprego e renda para parte significativa da população local.

O outro aspecto que chama atenção nesse Decreto é o que está expresso em seu artigo 3º: “Fica a Companhia de Desenvolvimento do Ceará – CODECE, autorizada a promover a desapropriação de que trata este Decreto, por via amigável ou judicial, com recursos próprios e/ou de outros que sejam destinados para este fim”. De fato, pelas informações adquiridas via entrevistas, além do movimento ambientalista promovido, principalmente, por alguns professores e alunos da URCA, também alguns proprietários de lotes não ficaram completamente satisfeitos com os valores pagos pela desapropriação, cedendo a contragosto às condições estabelecidas para a venda de suas propriedades. Assim, com todo poder da máquina pública a serviço da desapropriação, todos os proprietários acabaram cedendo às condições estabelecidas para a venda de suas propriedades, tendo alguns ficando mais, outros menos satisfeitos com as indenizações pagas.

Sobre a escolha dessa parte da cidade, também existem fatores importantes a serem aqui mencionados.

O Bairro Seminário foi escolhido por ser, já naquele momento, um bairro com numerosa população, logo, constituindo-se como uma “bacia” de mão de obra para a empresa. Exprime-se o Sr. Antônio Primo, então prefeito, nestes termos: “Foi lá porque era onde tinha terreno e onde tinha gente para trabalhar, ali nós tínhamos tanto gente desocupada quanto terreno disponível”²⁰. O Sr. Siebra Jr, referindo-se ao mesmo tema, reforça a resposta do ex-prefeito: a questão do alto desemprego entre os moradores do Seminário foi muito considerada. Ele acrescenta que a prefeitura apresentou a sugestão de localização num bairro populoso também

²⁰ Entrevista em julho de 2018.

como uma vantagem comparativa para a empresa na medida em que, como os operários residiriam perto da fábrica (no máximo quinze minutos de caminhada) a Grendene não iria ter que fornecer transporte para os funcionários.

Na prática, isso não se confirmou, pois desde o início do funcionamento da fábrica, muitas pessoas, de todos os bairros do Crato e até de outros municípios em redor, buscaram uma vaga de emprego na Grendene (informação verbal)²¹.

Esclarece ainda Siebra Jr outras causas importantes, relacionados a questões técnicas, que justificaram a escolha do terreno: “localização geográfica estratégica com relação ao microclima e estratégia de descentralização de empresas de baixo potencial poluidor degradador fora dos aglomerados industriais”. Como já mencionado, o Sr. Siebra Jr é geógrafo, servidor da prefeitura e esteve profundamente envolvido como o processo de estabelecimento da Grendene na cidade. Afirma ter sido ele próprio quem sugeriu a localização da fábrica, baseando-se na observação do procedimento de resfriamento do galpão de produção da Grendene-Sobral, quando teve a oportunidade de visitá-la.

Constatou ali o uso intensivo de água para este fim, o que lhe induziu a julgar ambientalmente vantajosa a indicação de um terreno de altitude mais elevada, em virtude da possibilidade de evitar excessivo consumo hídrico, na medida em que o resfriamento eólico do galpão contribuísse neste sentido.

Além disso, ainda segundo sua avaliação, a existência da fábrica ali serviria como uma barreira para a expansão habitacional da cidade, o que ajudaria a preservar o Sítio Fundão. Quanto ao fator “poluição”, Siebra Jr levou em conta que a fábrica Grendene não produz rejeito (todo o material é reciclado) e que seu esgoto é do tipo doméstico. Para justificar este último elemento, ele faz uma comparação com outro projeto de instalação industrial que teve que ser abortado: a fábrica de bicicletas Caloi. Esta empresa tentou estabelecer uma unidade fabril no Crato logo após a instalação da Grendene, todavia, seu processo de produção incluía um procedimento chamado galvanização²², que, além de ser muito poluente, dependente da construção de uma estação de tratamento de água de valor muito elevado. O ônus com tal gasto, nem a própria empresa quis assumir – tampouco o Município ou o Estado –, não restando alternativa aos proprietários da indústria Caloi senão desistir de suas intenções.

Quanto às áreas alternativas ao Bairro Seminário, ele cita o antigo Distrito Industrial do Cariri e o Distrito Industrial do Bairro Muriti, porém, a prefeitura descartou essas duas

²¹ Informação concedida por Siebra Jr em 2018.

²² Processo de revestimento de um metal por outro a fim de protegê-lo contra a corrosão ou melhorar sua aparência.

possibilidades após reunião administrativa. Entenderam que era mais adequado fugir da lógica dos conglomerados industriais que muitas vezes aumentam o Potencial Poluidor Degrador (PPD) ²³ nas localidades.

Nestes termos, portanto, com todos esses generosos incentivos fiscais, financiamento e benefícios, a Grendene se estabeleceu no Bairro Seminário no ano de 1997. O acontecimento repercutiu amplamente na cidade e nas adjacências, dado que havia uma enorme expectativa da comunidade a respeito da nova possibilidade de trabalho. Uma publicação comemorativa da época resume esta verdadeira “psicosfera” ²⁴ criada na esfera pública local:

Em paralelo as atividades de treinamento e produção desenvolvidas com determinação e garra por toda a sua equipe de colaboradores, em janeiro de 1997, iniciavam-se as obras de terraplanagem e preparação do terreno, onde, em março, dar-se-ia a construção de seu pavilhão industrial e demais áreas de apoio, totalizando assim aproximadamente uma área de 20 mil metros quadrados de construção edificadas dentro das mais modernas técnicas de ventilação, luminosidade e conforto para todos aqueles que lá desempenham suas atividades profissionais.

Hoje, a empresa oferece além de modernas e adequadas instalações industriais para o bom desenvolvimento de todas as suas atividades produtivas, e também, para a pesquisa de novas técnicas e tecnologias na área calçadista, uma gama invejável de benefícios a todos aqueles que fazem parte da empresa. São oferecidos, entre outros, os seguintes benefícios: atendimento médico, dentário, ginecológico, audiométrico, bem como serviços de enfermagem e a presença de uma farmácia nas dependências da própria empresa. Também dispõe de convênio com ótica, serviço social através de assistente social da empresa, posto bancário, restaurante industrial com alimentação balanceada e assistida por nutricionista especializada. A cesta básica distribuída mensalmente a todos os colaboradores também reflete a preocupação da empresa em proporcionar uma melhor qualidade de vida aos seus funcionários e demais familiares.

Por todas essas razões, as Indústrias de Calçados Grendene Ltda. representam não apenas uma grande indústria calçadista instalada no Cariri, mas também a certeza de que através do trabalho honesto e dedicado, da determinação de seus diretores, colaboradores e da confiança de uma comunidade, se pode verdadeiramente construir um futuro melhor, com dignidade e orgulho de poder fazer parte da história deste país. (CEARÁ NEWS, Dezembro, 1997, p. 16).

²³ Escala com lista de atividades passíveis de licenciamento ambiental (fonte: Conselho Estadual de Meio Ambiente, resolução nº 04 de 12 de abril de 2012).

²⁴ Esse é um conceito formulado por Santos ([1996] 2014), para entendê-lo deve-se relacioná-lo ao conceito de tecnosfera, seu par dialético, nos dizeres do autor: “Ao mesmo tempo em que se instala uma tecnosfera dependente da ciência e da tecnologia, cria-se, paralelamente, e com as mesmas bases, uma psicosfera. A tecnosfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo, frequentemente traduz interesses distantes (...). A psicosfera, reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Ambas - tecnosfera e psicosfera - são locais, mas constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar. Sua inspiração e suas leis têm dimensões mais amplas e mais complexas” (SANTOS [1996] 2014, p. 255-256).

O então Governador do Estado do Ceará, Sr. Tasso Jereissati, ao lado de outras personalidades políticas estiveram no Crato para a inauguração das novas instalações da Grendene. As presenças “ilustres” indicam o quão significativo foi o empreendimento na comunidade, bem como o grau de esperanças geradas pela possibilidade de trabalho por parte da população local de baixa renda.

Imagem 4- Governador Tasso Jereissati discursa na inauguração da Grendene no Crato, 1997

Fonte: <http://institutoqueirozjereissati.org.br/Acervo/Documento/7638/>

Imagem 5- Governador Tasso Jereissati visita a Grendene Crato, 1997

Fonte - <http://institutoqueirozjereissati.org.br/Acervo/Documento/7638>

Inicialmente, o nome oficial da Grendene estabelecida no Crato era Indústrias de Calçados Grendene Ltda.; seu *status* jurídico era de “empresa coligada”²⁵ à empresa maior, a Grendene Calçados S.A. Entretanto, no ano de 2002, a segunda firma incorpora a primeira. No Protocolo de Incorporação²⁶, publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará, de 4 de março de 2002, o capital da Grendene Crato era avaliado em R\$ 23.340.000,00 (vinte e três milhões, trezentos e quarenta mil reais) e o patrimônio líquido somava o montante de R\$ 38.302.251,69 (trinta e oito milhões, trezentos e dois mil, duzentos e cinquenta e um reais e sessenta e nove centavos)²⁷.

Na procedência do ato formal de incorporação de uma firma pela outra, a companhia contabiliza também o terreno da Grendene do Crato – o mesmo que foi objeto de desapropriação pelo Governo do Estado – que, em 2002, era estimado no valor de R\$ 4.551,068,82 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, sessenta e oito reais e oitenta e dois centavos).

²⁵ “Empresas juridicamente independentes, mas cuja direção pertence aos mesmos sócios. Isso ocorre quando esse conjunto de sócios detém um percentual de participação suficiente para assegurar o comando da empresa (SANDRONI, 1999, p. 204).”

²⁶ Consta na seção Anexos.

²⁷ “Conceito fundamental de contabilidade que significa a diferença entre a soma dos bens e direitos de uma empresa e suas obrigações (SANDRONI, 1999, p. 449)”. Neste segundo valor são contabilizados todos os bens, direitos e obrigações da Incorporada (Grendene Crato) para a Incorporadora (Grendene S. A.), inclusive tudo que diz respeito aos direitos e obrigações referentes aos subsídios fiscais e financeiros.

Imagem 6- Grendene Crato, vista aérea

Fonte: www.fapce.edu.ce, visita em 24 de abril de 2018, às 10h.

Imagem 7- Grendene Crato: fachada atual (entrada principal)

Foto: Alencar (2018)

Dadas todas estas dimensões expressivas que a empresa apresenta, Beserra (2007) identifica que a Grendene, embora se mantenha relativamente isolada no contexto produtivo caririense, é de maior relevância em escalas mais amplas de análise, e que: “Na região, a Grendene é responsável por empregar um grande número de trabalhadores, sem dúvida, vetor

de aceleração da dinâmica da economia urbana (2007, p.116)”. Amaral Filho e Souza (2003, p. 22) ainda indicam que a empresa Grendene não está integrada ao arranjo produtivo de calçados local, sua maior relação se dá com as outras unidades do grupo no Ceará, principalmente Sobral, no entanto, a empresa vem propagando externalidades positivas em inovações e contribuindo para dinamizar o mercado local de bens e serviços.

A análise dos autores sobre a atuação da Grendene nos revela aspectos essenciais de como a empresa funciona e se relaciona com o espaço local. Esta relação parece poder ser analisada a partir daquilo que Santos ([1996] 2014) chamou de verticalidades e horizontalidades. Segundo a proposta do autor, as verticalidades são os pontos no espaço que, mesmo separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia, e dão conta dos outros momentos da produção (a circulação, distribuição e consumo); são veículos de cooperação mais ampla. As horizontalidades são os pontos que se agregam contiguamente, dizem respeito à produção de uma vida social de cooperação mais local/regional.

Pode-se considerar esse contexto mais amplo do desenvolvimento recente do capitalismo no Brasil – e a maneira como se dá a integração do território nacional a partir dele – como um arranjo que gera, principalmente, verticalidades. Este raciocínio permite inferir que a empresa Grendene opera em um sentido vertical, mobilizando solidariedades organizacionais que asseguram maiores possibilidades de lucratividade para a firma, com pouca geração de elementos locais – ou contíguos – de cooperação/dinamização econômica.

As imagens abaixo fazem o comparativo entre o local de instalação da Grendene, antes, em 1995, e depois, em 2018.

Figura 4- Bairro Seminário: vista aérea em dois momentos (1995 e 2018)

Fonte: SEMADT / *Google Maps*, acesso em de novembro de 2018

Organização: Alencar, 2018

No próximo capítulo vamos analisar mais especificamente como seu deu esse processo de crescimento e os impactos mais diretos ligados à efetiva instalação da unidade fabril no

Bairro. Em nosso entender, esta georafização pode ser lida como a instalação de uma verticalidade na situação geográfica local, e que altera significativamente todos os arranjos preexistentes, que por sua vez possuíam uma característica mais horizontal.

3. A instalação da Grendene e as transformações no Bairro Seminário

Conforme explicitado nos capítulos anteriores, a Grendene é uma empresa que produz calçados sintéticos, é originária do Rio Grande do Sul e estabeleceu várias unidades produtivas no Ceará, onde possui plantas industriais em três municípios: Fortaleza, Sobral e Crato. Nesse último município, há uma fábrica localizada no seu bairro mais populoso desde o ano de 1997. O município de Crato fica a mais de 500 quilômetros da capital, e a unidade da fábrica ali se instalou em função de uma política de incentivo à industrialização dos municípios localizados no interior do estado, levada adiante durante a década de 1990, pelo chamado “governo das mudanças”. Dentro dessa política territorial, as indústrias que optassem e pudessem fazer o movimento de se estabelecer a certa distância de Fortaleza, podiam usufruir das melhores condições de incentivos fiscais, financeiros e benefícios diversos oferecidos pelo Estado.

Além disso, no âmbito local, em função da acirrada disputa entre os municípios interioranos para receber a unidade fabril, visando a geração de emprego e renda, a Prefeitura do Crato, por sua vez, concedeu ainda mais benefícios para fixar a empresa em seu território. Assim, a fábrica foi implantada no Bairro Seminário, um antigo bairro popular da cidade. O lugar, que até então se constituía historicamente a partir de fatores locais ou, quando muito, regionais, passa a crescer vertiginosamente após a chegada deste poderoso vetor externo, que foi o investimento/instalação da fábrica da Grendene; de acordo com Silva e Pereira (2005, p. 42):

Em decorrência da instalação da Indústria de Calçados Grendene nas proximidades do atual Bairro Seminário, a partir do ano de 1997, muita coisa mudou. Mesmo dotada de tecnologia moderna e produção para o exterior, ela gerou, inicialmente, emprego para um contingente de quase duas mil pessoas. Isso acelerou o aumento populacional desse lado da cidade e melhorou o padrão de vida de muitas famílias, mas em contrapartida, agravou os problemas relacionados à infraestrutura do bairro.

A partir daqui, portanto, analisar-se-á o momento, os processos e alguns dos efeitos ocasionados a partir do encontro da verticalidade (a Grendene como representativa de um feixe de vetores externos e de lógicas “instrumentais”) com a horizontalidade (a Cidade do Crato e o Bairro Seminário), inserindo o lugar em um circuito espacial de produção mais amplo e complexo.

3.1. A empresa e o bairro: renovação do ambiente construído, zoneamento e população local

O ambiente construído é um conceito pensado “para compreender uma determinada faceta da luta de classes” (HARVEY, 1980, p. 168), e pode ser entendido como a “paisagem física” que o capitalismo precisa construir para atender as demandas de produção e consumo, sendo um processo de criação do espaço carregado de tensões e contradições e que, inevitavelmente, gera conflitos (HARVEY, 1982).

Santos ([1994] 2013) explica que as atividades mais modernas, da cidade ou do campo, exigem cada vez mais a adaptação do território: “Com a adição ao solo de acréscimos baseados cada vez mais nas formulações da ciência e na ajuda da técnica (SANTOS [1994] 2013, p. 69)”. Assim, os lugares e as regiões se diferenciam por essa maior ou menor carga de ciência, tecnologia e informação acrescidas à natureza e ao território, o que pode ser designado, portanto, de ambiente construído ou espaço construído (SANTOS [1994] 2013).

Harvey (1982) estabelece ainda que o ambiente construído possa ser dividido conceitualmente em duas partes principais: 1) elementos de capital fixo (fábricas, rodovias, ferrovias etc.), que são diretamente utilizados pelas empresas e 2) fundo de consumo (casas, ruas, parques, passeios, etc.), que são elementos utilizados predominantemente pela população em geral. Considera-se também que alguns elementos do ambiente construído, como as ruas e a rede de esgotos, podem ser capitais fixos e fundos de consumo ao mesmo tempo.

Todavia, mais comumente, existe uma tendência das políticas públicas serem mais “generosas” na dotação de vantagens para o capital fixo, em detrimento de investimentos em fundo de consumo. Esta seria uma das características do capitalismo monopolista, onde o Estado age de acordo com os interesses dos monopólios (isto é, das grandes empresas). De acordo com Santos ([1994] 2013), nas cidades é principalmente o subsistema ligado às novas racionalidades hegemônicas que merece atenção dos governos e demais instâncias de poder: “O Estado é chamado a adequar o meio ambiente construído para possibilitar a ação global das forças mundializadoras do mercado” (SANTOS [1994] 2013, p. 74).

Nesse processo há, decerto, uma tendência à universalidade. Porém, como o espaço não é homogêneo, somente alguns subespaços dotados das modernizações atuais é que podem acolher as ações e interesses hegemônicos. Por isso, entre a escala maior, a da globalização, representada principalmente pelas empresas globais, e a escala menor, a dos lugares, existe uma

grande diversidade de situações intermediárias; como mostra também Santos ([1996] 2014, p. 333):

(...) A tendência à universalidade dos subsistemas hegemônicos é garantida pelo fato de que o novo espaço das empresas é o mundo (...). O que se poderia chamar de *concertamento* geral das empresas não é, todavia, global, pois, em cada caso, se dirige a um dado, a um aspecto, a um dinamismo parcial.

Na cidade do Crato, a instalação da Grendene requereu do poder público, em diversas escalas, a adequação do meio para recebê-la. Como foi visto, tanto o governo do Estado, quanto a Prefeitura, bem como o Governo Federal – através da SUDENE e dos bancos públicos (BNDES e BNB) –, mobilizaram suas ações no sentido de criar ou adequar as condições para a instalação e permanência da empresa. Como consequência, esse evento vem transformando substancialmente o lugar.

Dentre essas várias ações constam as seguintes: doação do terreno, obra de terraplanagem, estudo de licenciamento ambiental, qualificação da mão de obra, concessão de benefícios fiscais, generosos financiamentos, construção de infraestruturas de transmissão de dados, energia elétrica, água, saneamento... Além disso, foram construídas ou reformadas diversas vias do Crato, principalmente no centro da cidade e no Bairro onde a fábrica iria se localizar, para possibilitar maior conforto e fluidez no acesso à mesma. A imagem abaixo mostra as condições anteriores à transformação mais “radical” do ambiente construído, no que diz respeito às vias locais de circulação. Trata-se de parte do terreno que foi doado à empresa Grendene em 1996, na sequência, a imagem captada em 2016 mostra a mesma área dezenove anos após a instalação da fábrica.

Imagem 8- Antiga entrada da Fazenda Sítio Fundão, 1996

Fonte: Arquivo de Lireida Maria Albuquerque (1996)

Imagem 9- Antiga entrada do Sítio Fundão, hoje esquina das ruas Rio Grande do Sul e Alencar Araripe, 2016

Foto: Alencar (2016)

Anteriormente, no Bairro Seminário, predominavam as ruas sem nenhum tipo de pavimentação – causa de reivindicação antiga dos seus moradores. Quando da instalação do

fixo geográfico Grendene é que as vias principais do Bairro receberam calçamento ou asfalto. O arruamento e a pavimentação das vias de circulação, segundo nossa pesquisa de campo indicou, é o primeiro elemento lembrado pelos moradores, no que diz respeito às alterações do ambiente construído local. As mudanças paisagísticas mais evidentes foram aquelas provocadas pela camada de asfalto construída, sobretudo para facilitar o acesso de transportes de carga à unidade fabril.

As lembranças dos moradores convergem também com a fala do então prefeito. De acordo com o Sr. Antônio Primo, as ruas de ladeiras (Coronel Luís Teixeira e Integração), que dão acesso do Centro da cidade ao Bairro Seminário, e as principais ruas deste (Diógenes Frazão e Lavras da Mangabeira), foram asfaltadas exclusivamente para o recebimento da Grendene; assim como algumas ruas secundárias, nesse mesmo período, receberam também asfalto ou calçamento para melhorar o aspecto geral do Bairro²⁸.

Tratou-se, na verdade, de uma ação direcionada pela Prefeitura às necessidades da empresa; para a Grendene funcionar na cidade era imperioso possibilitar tanto a chegada dos insumos quanto dos trabalhadores, assim como o escoamento dos produtos acabados. Como se verá mais adiante, depois da Grendene, com a fluidez que ela exigiu para viabilizar seus próprios fluxos materiais, expandiram-se também, como efeito colateral, os sistemas de transportes para a população em geral. De acordo com um trabalho realizado sobre a memória social do lugar,

Com olhos nos interesses empresariais e nos problemas da população, em algumas ruas do bairro, as autoridades municipais investiram em pavimentação e criaram uma linha de ônibus. Algum tempo depois, foram construídos dois conjuntos habitacionais em direção à Indústria Grendene (...). Estes abrigaram pessoas de baixa renda desprovidas de residência, oriundas de outras partes da cidade e de cidades vizinhas (SILVA e PEREIRA, 2005, p. 42).

A análise dos autores citados – assim como as pesquisas documental-estatística e de campo que foram executadas ao longo deste trabalho – reforça a constatação de que a instalação da Grendene no Crato contribuiu para modificar substancialmente o lugar de sua instalação, nas duas últimas décadas. Os dados sobre o consumo de energia no município, por exemplo, dão conta de que no período de 1994 para 2001, houve substancial elevação do consumo geral. Considerando que no acordo de instalação da fábrica havia a condição de construção de infraestruturas de energia elétrica para empresa, deduz-se que parte considerável desse substancial aumento se deva às necessidades requeridas pela Grendene.

²⁸ Entrevista em 6 de julho de 2018, às 13h.

Tabela 13 - Crato: Consumo de energia em MWh, 1994-2015

1994	2001	2009	2015
39 089	66 362	94 430	130 044

Fonte: Municípios do Ceará e Perfil Básico Municipal (IPECE)

Elaboração: Alencar (2018)

Do ano de 1994 para 2001, um intervalo de 7 anos, o consumo de energia elétrica cresceu 69,77%; de 2001 para 2009, intervalo de 8 anos, 42,29%; de 2009 para 2015, 6 anos de intervalo, 37,71%. Portanto, ao final desta série de 21 anos, o consumo de energia elétrica da cidade já correspondia a mais que o triplo da demanda original. Esta escalada pode sugerir que a fábrica da Grendene acelerou a ampliação do consumo de energia elétrica na cidade, tanto por seu consumo próprio como por ter contribuído para o crescimento urbano do lugar.

Outro elemento empírico que permite entendermos as mudanças provocadas pela chegada da fábrica foi o crescimento – físico e demográfico – do próprio Bairro Seminário, mas também o aumento do número de bairros na cidade. Estes eram dezesseis em 1996, assim denominados popularmente: Centro, Vila Alta, Seminário, Gizélia Pinheiro, Casas Populares, Pimenta, São Miguel, Lameiro, Zacarias Gonçalves, Santa Luzia, Independência, Alto da Penha, Pinto Madeira, Ossian Araripe, Misericórdia e Cacimbas. A Lei Municipal, por sua vez, nº 1853/1999 enumera e designa trinta. No ano de 2010, a demografia deles estava assim definida:

Tabela 14 - Crato: população por bairros

Bairros do Crato	2010
Seminário	12.859
São Miguel	7.097
Vila Alta	6.217
Novo Crato	6.208
Parque Recreio	6.136
Pinto Madeira (“Barro Vermelho”)	5.443
Muriti	4.958
Gizélia Pinheiro (Batateiras)	4.632
Ossian Araripe (“Caixa d’Água”)	4.434
Alto da Penha	4.038
Centro	3.842
Cacimbas	3.638
Lobo (“Vila Lobo”)	3.271
São José	2.549
Pimenta	1.914
São Bento	1.757
Parque Granjeiro	1.704
Novo Horizonte	1.634
Santa Luzia	1.538
Zacarias Gonçalves	1.504
Mirandão	1.314
Barro Branco	1.172
Sossego	1.156
Lameiro	1.102
José Araújo (“Novo Lameiro”)	947
Palmeiral	860
Granjeiro	783
Coqueiro	257
Franca Alencar	166
São Gonçalo	62
Distritos	28.236
Total	121.428

Fonte: SIDRA/IBGE – Censo 2010

Elaboração: Alencar (2017)

O Bairro Seminário, por abrigar a Grendene, foi um dos que mais intensamente cresceu e se dinamizou. Cabe lembrar que este crescimento se deve também a outros eventos: a construção de conjuntos habitacionais demarcam uma nova expansão, na década de 1980; nos anos 1990, ocorre a ocupação de alguns pontos do Bairro pelo movimento popular por

moradias; e, por último, e primordial para nossa análise, em 1997, a fábrica Grendene é o evento mais marcante de crescimento urbano dessa porção da cidade.

Os dados do Departamento de Informática do SUS e Sistema de Informação de Atenção Básica (DATASUS/SIAB), onde constam informações específicas sobre bairros do Crato desde 1999, registram que, nesse ano, a população do Bairro Seminário era de 8.817 pessoas, para chegar ao ano seguinte, 2000, com 16.268 (considerando o núcleo original e subdivisões). Chama a atenção o enorme incremento populacional do Bairro Seminário, com 7.451 novos moradores: no intervalo de apenas um ano a população quase duplicou. Embora não se disponha de um levantamento estatístico por bairro anterior ao ano de 1999, infere-se que esse enorme incremento populacional teve relação com a atração que a Grendene exerceu sobre a população da Cidade do Crato e da Região, que, ao vir buscar uma vaga de emprego na nova fábrica, muito comumente se estabelecia no próprio Bairro Seminário, contribuindo para esse grande crescimento populacional local.

Os dados do DATASUS/SIAB convergem também com alguns dos relatos dos moradores mais antigos do Bairro Seminário, colhidos nos trabalhos de campo realizados. Em um dos depoimentos, um morador lembra que “Antigamente, não havia quase nada aqui, dali da Igreja do Coração de Jesus em diante era só mato e algumas poucas casas, depois que a Grendene chegou, aumentou muito”²⁹. Esclarecedor também é que a maior parte da população que buscava moradia naquela parte da cidade mais próxima a fábrica Grendene, era composta substancialmente por pessoas jovens, entre 20 e 39 anos: no ano de 1999, havia 2 670, em 2000, chega a 5 277 (DATASUS/SIAB), um acréscimo de 98% de população no Bairro nesse segmento de pessoas jovens e economicamente ativas.

As entrevistas exploratórias realizadas no início da pesquisa já apresentavam essa informação. De acordo com relato do Sr. Siebra Jr, era muito comum nos primeiros anos da Grendene no Crato, virem muitos jovens de todos os lugares da cidade e até das cidades vizinhas (Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha, Santana do Cariri, Farias Brito etc.), para candidatarem-se a uma vaga na fábrica. Os que não residiam no Crato usavam comprovantes de endereço de algum parente ou amigo domiciliado na cidade para, no caso de serem contratados, nela estabelecerem-se, preferencialmente no Bairro Seminário (informação verbal)

30 .

²⁹ Entrevista com moradora, em 5 de julho de 2018, às 14h.

³⁰ Informação fornecida por Siebra Jr, em 2016.

Assim, o evento de instalação da fábrica causou grande impacto também naquilo que podemos chamar da “psicosfera” local, e até nas cidades dos arredores. Esse sentimento de “fascínio” e “esperança” é uma das explicações para o afluxo de pessoas para o Bairro; porém, vale lembrar que esta psicosfera positiva foi criada num contexto concreto de grande precarização do trabalho no lugar, como mostram por exemplo Lima, Borsoi e Araújo (2011, p. 709):

(...) numa região sem tradição fabril, como o Cariri cearense, a abertura de uma grande fábrica causou inquietações e fascínio na população. As inquietações estiveram ligadas ao receio do novo, do desconhecido e das mudanças que a fábrica poderia provocar no lugar. O fascínio decorreu da ampliação do mercado formal de trabalho, extremamente restrito na região, e do status que representaria trabalhar numa grande empresa com equipamentos modernos e um grande número de pessoas.

A análise dos autores encontra respaldo na estatística identificada pela presente pesquisa. No ano de 1996 todo o mercado de trabalho da cidade do Crato contava com apenas 6.632 vínculos empregatícios formais (SIDRA/IBGE). Destarte, pelos dados, pelos relatos e pelos estudos anteriormente realizados, infere-se que o enorme incremento populacional no Bairro Seminário se deu, principalmente, pela atração da Indústria Grendene como grande demandante de força de trabalho, em uma Cidade e em uma Região onde as oportunidades de trabalho registrado eram – e permanecem sendo – extremamente escassas.

Este crescimento populacional, e do mercado de trabalho, ajuda a entender também a nova compartimentação pela qual passa o espaço local. Pela própria transformação radical do ambiente construído, houve também em 1999 uma nova divisão administrativa do Bairro Seminário, que se repartiu em quatro partes, conforme mostram Silva e Pereira (2005):

- 1) O Bairro Seminário: parte mais antiga, onde ficam algumas das instituições e patrimônios mais importantes para essa parte alta da cidade;
- 2) O Bairro Conjunto Novo Crato: agrupa os conjuntos habitacionais (casas financiadas) e alguns dos conjuntos de moradias originárias das ocupações do movimento popular sem teto;
- 3) O Bairro Cacimbas, também originário das ocupações do movimento popular por moradia;
- 4) O Bairro Franca Alencar, o mais recente, até hoje desconhecido por muitos, começa na Grendene, continua numa comunidade denominada Sertãozinho e abriga também a Mata do Fundão: é a parte mais desprovida de infraestruturas urbanas.

Embora este novo zoneamento oficial date do ano de 1999 (há cerca de 20 anos, portanto), de um modo geral, em sua vida cotidiana, os moradores do Bairro e dos arredores continuam a denominar aquela parte da cidade, compreendida entre o Seminário de São José e

a fábrica Grendene, de Bairro Seminário. Os registros bibliográficos também demonstram esta certa “inércia” do imaginário local em relação à toponímia urbana: “(...) esse processo de urbanização motivou a divisão político-administrativa do lugar, originando mais três bairros, nos quais os habitantes afirmam, ainda hoje, residir no Bairro Seminário” (SILVA e PEREIRA, 2005, p. 34).

Estas diferentes denominações para esta área da cidade em franca transformação material e simbólica são, na verdade, um problema comum até para os estudos científicos, e mesmo para as próprias autoridades oficiais locais. Uma das principais formas de manifestação desta diversidade de denominações é dada, inclusive, pelos órgãos e prestadores de serviços que atendem a localidade (Coelce³¹, Saaec³², operadoras de telefonia etc.), já que cada um adota uma subdivisão diferente para agir no local. Assim, manteremos a denominação Bairro Seminário para essa porção da cidade, embora reconheçamos a subdivisão oficial.

Imagem 10- Bairro Seminário

Fonte: http://blogocrato.blogspot.com.br/2012_08_11_archive.html. Acesso em 30 de maio de 2017, às 21 horas

A imagem acima ilustra o que entendemos neste trabalho como sendo o Bairro Seminário: toda a área antigamente denominada de “Alto do Seminário”, uma área de topo de

³¹ Companhia Energética do Ceará, adquirida pela Enel.

³² Sociedade Anônima de Água e Esgoto do Crato.

vale, compreendida entre o Canal do Rio Grangeiro e o Rio Batateiras. Na descrição da imagem, é possível identificar que o núcleo original do Bairro está à frente (o Seminário Diocesano de São José), e atrás dele a primeira aglomeração do Bairro; à esquerda na imagem está o Conjunto Novo Crato; na vertente para o Rio Batateiras, já sem aparecer na foto, está a Comunidade das Cacimbas; no fundo da foto está a fábrica Grendene (em destaque pela marcação em amarelo); atrás dela, se situa a comunidade do Sertãozinho e o Parque Estadual Sítio Fundão.

O próprio Plano Diretor Municipal do Crato (2000) também apresenta essa porção da cidade como um Bairro só – desconsiderando a lei aprovada no ano anterior. O Bairro Franca Alencar e o Conjunto Novo Crato estão agrupados sob a denominação de Bairro da Misericórdia (em referência à antiga Fazenda Sítio Misericórdia) e caracterizados nos seguintes termos:

O bairro é predominantemente residencial, de média densidade, com padrão habitacional precário, onde habitam populações de classe baixa. Com a implantação recente, no bairro, de indústria de grande porte – Grendene – houve um processo de adensamento e atração de novos pequenos negócios ao bairro. Surgiram alguns núcleos de habitações desordenadas e estabelecimentos comerciais no entorno deste que é o maior estabelecimento industrial do Crato.

O parcelamento do solo no Bairro Misericórdia é, sobretudo, de pequenos lotes, apresentando, entretanto, grandes vazios urbanos. Algumas habitações encontram-se em áreas de risco (...).

Observa-se, também, a presença da maior reserva ambiental de vegetação nativa densa da Sede urbana do Crato, que é o Sítio Fundão, com seus aproximados 90 hectares de mata virgem. (CRATO, 2000, p. 133)

O Plano Diretor Municipal – PDM (2000) revela ainda outro elemento importante para este trabalho. Ao relatar as três áreas industriais do município, traz uma normatização territorial que diz respeito à Grendene, como se vê a seguir:

A segunda localização industrial principal é do Distrito Industrial da Misericórdia, (...), feita por solicitação da própria indústria de acordo com o Programa de Industrialização e Interiorização do Governo do Estado do Ceará, no decorrer da década de 90. Este posicionamento embora traga vantagens pela maior proximidade com as concentrações habitacionais e mão de obra, do ponto de vista da logística e acessibilidade está em parte comprometido, por estar o mesmo em cota topográfica de maior altitude e junto a reserva ambiental relevante que é o Sítio Fundão, que impede sobremaneira sua ampliação, em qualquer hipótese (CRATO, 2000, p. 119).

Entende-se, destarte, que esse conflito a respeito da delimitação e denominação dessa porção da cidade é, no ponto de vista desta pesquisa, também produto do crescimento urbano do Crato nas últimas duas décadas. Estas diferentes denominações têm relação com a renovação do ambiente construído requerido ao poder público pela empresa Grendene que, ao se fixar nas

adjacências do Bairro, contribuiu para ampliar e densificar os sistemas de objetos e de ações existentes no lugar.

Inicialmente, para atender diretamente a empresa, a questão da pavimentação das ruas principais para dar acesso à fábrica é a mais significativa das ações do poder público, como já mencionado. Além disso, outros aspectos do meio construído do Bairro Seminário podem ser enumerados.

Dos últimos anos do século XX para a primeira década do século XXI, todos os dados de infraestrutura do Bairro Seminário tiveram substanciais elevações. Pudemos recompor empiricamente este processo com base na análise dos dados do DATASUS/SIAB, que estão disponíveis, por bairro, a partir do ano de 1999, e nos dão uma ideia fidedigna da evolução de algumas variáveis importantes do ambiente construído e do cotidiano local, em intervalos de anos intercalados (2000, 2005, 2010, 2014), o que permite analisar alguns processos ao longo das duas últimas décadas. O primeiro dado que nos chamou a atenção nesta análise, diz respeito à qualidade das habitações ou ao padrão de construção das moradias no Bairro.

Tabela 15- Bairro Seminário: dados do meio construído, 1999-2014

	1999	2000	2005	2010	2014
Moradia de alvenaria %*	89,16	91,16	94,39	97,53	98,95
Acesso à rede pública de abastecimento de água %**	86,6	94,91	96,92	98,54	99,02
Acesso à rede de energia elétrica %	92,66	95,09	96,46	98,62	97,47

Fonte: SIAB/DATASUS

Elaboração: Alencar (2018)

* A população que não dispõe de meios para morar em casa de alvenaria, produz sua moradia com materiais diversos (taipa, madeiras etc.)

** A parcela da população que não tem acesso à rede pública de abastecimento de água, faz uso de poço, nascente e outros meios.

Como se vê na tabela acima, ao longo das últimas duas décadas, cresceu o número de moradias construídas de alvenaria. Este dado converge com as informações recebidas por ocasião das entrevistas aos moradores mais antigos do Bairro. Os interlocutores de nossos trabalhos de campo relataram que, na medida em que o tempo passou, após a instalação da Grendene, melhorou o padrão das residências de um modo geral, bem como se diversificaram

o comércio e os prestadores de serviços locais, com alguns estabelecimentos que antes não existiam, tais como: *lan houses*, oficinas de conserto de carro e moto, salão de beleza, açougue, boutiques, entre outras atividades.

A análise empírica também mostrou interessante evolução no que diz respeito ao abastecimento de água e energia elétrica no Bairro (dois elementos centrais do ambiente construído urbano).

Os dados referentes ao abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica também demonstram a tendência à elevação do uso desses serviços pela população em geral do Bairro Seminário. Importa observar que no primeiro intervalo de tempo disponibilizado – de apenas 1 ano – está o registro do maior crescimento no uso desses serviços. No caso do abastecimento de água, a elevação é de cerca 7%; enquanto que aumenta em 3% a quantidade de moradias com o acesso à rede elétrica. Nos interstícios subsequentes, a variação em ambos aspectos observados é sempre mais modesta, entre 1 e 2,5%. Pode ser inferido, assim, que essa progressão inicial maior tem relação com o estabelecimento da fábrica no Bairro. O novo fixo geográfico, estabelecido em 1997, requereu uma série de acréscimos ao meio ambiente construído do Bairro, respeitantes às condições necessárias ao seu funcionamento.

Esse fato teve dois efeitos colaterais. Estendeu o território abrangido pelo Bairro até as áreas rurais e de loteamentos que existiam em volta, na medida em que atraiu novos moradores para o local, e, além disso, possibilitou maior assistência dos serviços públicos de infraestrutura (água, energia elétrica, pavimentação, etc.) à comunidade do Bairro em geral, residente antes – ou após – a instalação do fixo geográfico industrial.

Como mencionado, parte da instalação de moradias no Bairro é fruto da atuação dos movimentos sociais por habitação – da movimentação popular, muitas vezes reprimida, pelo direito básico à moradia –, ao passo que à grande empresa foi concedido vultoso terreno com toda a infraestrutura necessária. Este contraste entre a diligência do Poder Público no atendimento imediato das demandas do interesse privado e a que se verifica quanto às do interesse coletivo elucida bem o favorecimento do primeiro em relação ao segundo.

A questão do descarte do lixo, por exemplo, demonstra esse aspecto. De acordo com a tabela abaixo, nas primeiras amostragens (1999-2000 e 2000-2005) observa-se uma elevação substancial na oferta desse serviço público, enquanto que o último período considerado (2010-2014) apresenta uma pequena redução do mesmo, além de uma pequena elevação do descarte de forma inadequada – quando o lixo é queimado, enterrado ou simplesmente depositado em via pública ou terrenos baldios.

Tabela 16 - Bairro Seminário: coleta de lixo (%)

	1999	2000	2005	2010	2014
Coleta pública	87,5	90,94	94,62	95,11	93,48
Queimado/enterrado	0,40	0,53	0,67	2,44	3,94
Céu aberto	12,08	8,52	4,7	2,44	2,56

Fonte: SIAB/DATASUS

Elaboração: Alencar (2018)

Outro elemento central do ambiente construído que é bastante elucidativo da evolução das políticas públicas que serviram o Bairro é o sistema de coleta de esgoto. Apresentado na tabela abaixo, ele é muito representativo e confirma as entrevistas realizadas no último período: dentre as mais frequentes queixas dos moradores do Seminário está a sobre a quase ausência de sistema público de esgotos. A rede é insuficiente, atendendo apenas a uma pequena parcela da população. Em 1999, menos de 8% das casas tinham ligação com o sistema, esse número veio a crescer nos anos seguintes, chegou a cerca de 20%, em 2010, tornando a decrescer 5% em 2014. Em toda a série de tempo relacionada há a predominância do uso da fossa séptica no Bairro, indicando a insuficiência da rede sanitária pública. E, infelizmente, em muitas porções do lugar, ainda é comum o descarte de esgotos sem nenhum tratamento (“a céu aberto”).

Tabela 17 - Bairro Seminário: sistemas de esgotos (%)

	1999	2000	2005	2010	2014
Rede geral	7,86	12,42	17,12	20,44	15,16
Fossa	82,96	80,90	79,28	76,60	81,17
Céu aberto	9,17	6,65	3,5	2,95	3,65

Fonte: SIAB/DATASUS

Elaboração: Alencar (2018)

Todos esses dados do ambiente construído e dos equipamentos públicos do Bairro Seminário demonstram, de certa forma, a diferença entre a diligência do Poder Público, em suas diversas escalas, para atender ao interesse comunitário e a verificada quanto às demandas empresariais.

É empiricamente constatável que o poder público usou vários recursos de que dispunham – políticos, jurídicos, financeiros e técnicos – para fazer frente às necessidades da grande firma instalada, ao passo que as reivindicações dos cidadãos residentes do Bairro Seminário tardam para serem atendidas (quando o são); eventualmente, contudo, são prontamente atendidas, na medida em que se constituam a partir dos efeitos colaterais das

benfeitorias requeridas pela Grendene, como foi nos primeiros anos de estabelecimento dessa empresa no Bairro.

Essa constatação se dá pela análise geral das tabelas apresentadas. Observa-se que houve uma crescente de melhoria da infraestrutura do Bairro após o estabelecimento da Grendene: melhor acesso às redes públicas de abastecimento de água e energia elétrica, coleta de lixo e tratamento de esgotos.

Essa elevação está concentrada no primeiro intervalo de tempo disponível para análise (1999-2000), a apenas dois anos da instalação da unidade industrial naquele Bairro. Nas demais amostragens, apresentam-se uma oscilação positiva menor e até mesmo, no último período de coleta (2010-2014), um decréscimo de uso de serviços essenciais, notadamente, o de esgotamento sanitário.

Uma última variável nos chamou a atenção ao analisar os dados disponíveis pelo DATASUS/SIAB para o Bairro Seminário. Trata-se não tanto de uma variável ligada ao ambiente construído, mas ao acesso da população jovem do Bairro ao sistema de ensino. Tendência semelhante às variáveis anteriores é observada, no que diz respeito ao percentual de crianças de 7 a 14 anos na escola ao longo desse período, como se pode verificar na tabela abaixo:

Tabela 18 - Bairro Seminário: crianças e adolescentes de 7 a 14 anos na escola (%)

1999	2000	2005	2010	2014
91,79	96,64	94,76	89	85

Fonte: SIAB/DATASUS

Elaboração: Alencar (2018)

Partindo do que pode ser considerado um bom patamar (em 1999, mais de 90%), da população de crianças e pré-adolescentes frequentando a escola, os dados indicam uma elevação de quase 5% no ano posterior (2000).

Porém, já no período seguinte (2000-2005), assim como nos dois subsequentes (2005-2010 e 2010-2014), há um retrocesso substancial nesse importante índice de acesso ao ensino (fator fundamental da cidadania em qualquer país). Apesar da variação dos dados analisados, porém, pode-se dizer que, de uma forma geral, o Bairro Seminário se desenvolveu do ponto de vista do acesso a serviços básicos nas duas últimas décadas.

A questão contraditória que se supõe haver identificado com essa análise, é que a elevação geral nos índices de acesso a vários equipamentos públicos (que certamente trouxe melhoras nas condições gerais de vida da população do Bairro) pode ser entendida como um

efeito colateral do meio construído requerido pela firma, do que com a atenção do poder público às demandas da sua numerosa população – 22.871 habitantes em 2010.

De acordo com Santos ([1994] 2012), no atual sistema socioeconômico, o Capital Geral que é produzido pela coletividade e gerido em nome desta, não tem uso social justo, normalmente estando a serviço de algum segmento hegemônico da sociedade e da economia. Desse modo, na cidade, atribui-se um valor diferencial de poder “a cada indivíduo, a cada grupo, a cada firma, a cada instituição e, ao mesmo tempo, a cada distrito, a cada bairro, a cada rua” (SANTOS, [1994] 2012, p. 134).

Nota sobre os conflitos pelo uso do espaço: o Sítio Fundão e a Grendene

Conforme mencionado, a Antiga Fazenda Sítio Fundão é uma área de mata, contígua ao Bairro Seminário. Entre os anos 1980 e 1990, foi reivindicada por setores da Universidade Regional do Cariri (URCA) e outras instituições e grupos, para que se tornasse um espaço de proteção ambiental. Atualmente, é um Parque Estadual de Preservação Ambiental. É considerado uma unidade de conservação integral, está sob os cuidados da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Ceará, e também ligado à estrutura do Geopark Araripe³³.

Inicialmente, o Sítio Fundão era uma Fazenda bastante preservada, e seu antigo dono, mesmo sendo um sertanejo de origem simples (Sr. Jéferson da Franca Alencar), tratou de suas posses de modo a evitar desmatamento ou queimadas. Além disso, preservou alguns elementos patrimoniais considerados de valor histórico: uma casa de taipa de dois andares, uma barragem construída no fim do século XIX (ainda por trabalho escravo), e ruínas de um antigo engenho de produção de rapaduras.

O valor natural e histórico do lugar atraiu aulas de campo de várias escolas e universidades do Ceará. Esse aspecto contribuiu para que a própria Universidade Regional do Cariri, além de alguns segmentos do movimento ambientalista do Ceará e Pernambuco,

³³ Em setembro de 2006, o Geopark Araripe foi reconhecido pela Rede Global de Geoparques, sob os auspícios da UNESCO, como o primeiro Geoparque das Américas, durante a *2nd UNESCO Conference on Geoparks*, que se realizou em Belfast (Irlanda do Norte). A criação do Geopark Araripe contou com o apoio institucional das seguintes entidades: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Serviço Geológico do Brasil (CPRM), Centro de Tecnologia Mineral do Ministério da Ciência e Tecnologia (CETEM) e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais não Renováveis (IBAMA), além de outras ONGs regionais e as municipalidades. É composto por 6 Geossítios localizados nas cidades de Barbalha, Crato, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri (fonte: www.geoparkararipe.org.br, acesso em 20 de Dezembro de 2018, às 10h).

reivindicassem transformar a Fazenda em uma área de preservação ambiental, sob os cuidados daquela instituição.

Essa movimentação, que vem desde o fim dos anos 1980, atinge um ápice quando é escolhido o lugar para a Grendene no Crato – uma porção de terreno na periferia do Bairro Seminário no limite deste com a Fazenda Sítio Fundão, tomando-lhe um pedaço de cerca de 20 hectares. De acordo com o Sr. Willian Brito, que é atualmente analista do Instituto Chico Mendes (ICMBIO) e, na época, foi componente do movimento em prol do Sítio Fundão: “Nós tentamos negociação, fizemos uma carta a FUNATURA³⁴, entramos em contato com deputados federais e tentamos negociar com a família, mas foi sem sucesso, daí veio a instalação da Grendene e amputou um pedaço da área”³⁵.

O movimento, então, após a instalação da fábrica, realizou ainda algumas mobilizações, mas não obteve grande sucesso. Somente em 2008, a situação ganha um desfecho. Após a insistência de reivindicação de grupos locais³⁶, o Governo do Estado do Ceará desapropria finalmente a área, indeniza a família, e faz do Sítio Fundão uma área de preservação ambiental.

Atualmente, pelo que foi apurado no decorrer deste trabalho, o Parque tem tido dificuldade de estabelecer um funcionamento regular. É muito comum não haver uma diretoria

³⁴ Fundação Pró-Natureza.

³⁵ Entrevista em 3 de julho de 2018, às 15h.

³⁶ Fala do então deputado federal João Alfredo em Assembleia a respeito do Sítio Fundão: “Sr. Presidente, Sras. e Srs. deputados, quero fazer um apelo, em nome da Fundação Mussambê, no Município de Crato, no Cariri cearense, ao Ministério do Meio Ambiente e ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, no sentido de que o Sítio Fundão, distante 3 quilômetros da cidade do Crato, com 97 hectares de mata nativa, remanescentes, inclusive, da Mata Atlântica, seja transformado em Unidade de Conservação. É uma área de rara beleza que já vinha sendo preservada pelo antigo proprietário (...) há muitos anos, mas que agora tem sido vítima de ações de desmatamento. Desejamos, pois, seja transformado em reserva ecológica um pequeno paraíso natural localizado no Município de Crato, considerado, pela pujança de sua natureza, um oásis dentro do sertão cearense. O antigo proprietário do Sítio Fundão, Jéferson da Franca Alencar, falecido em 1986, nos deixou um exemplo de preservação ecológica. Enquanto viveu nunca permitiu a derrubada de árvores na área ou mesmo caça aos passarinhos, deixando preservadas a flora e a fauna do local. Existe, no sítio, uma casa de taipa com pavimento superior, o que é uma raridade, além de um belo cânion, onde corre hoje um riacho que já foi rio. Infelizmente, os herdeiros (...) não têm a mesma preocupação preservacionista e querem vendê-lo. A 4ª Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN já enviou uma funcionária para conhecer e fotografar o local, mas até agora não há notícia de seu tombamento. E enquanto não se toma uma decisão, o sítio continua sendo devastado. A urbanização vem invadindo as adjacências, e a Grendene chegou a ocupar quase 20 hectares da área original. A Fundação Mussambê, preocupada com o estado de abandono do Sítio Fundão, recorreu ao IBAMA no sentido de retomar com urgência o debate acerca de sua aquisição para transformação em Unidade de Conservação; e vem tentando obter anuência dos herdeiros para que possa apresentar um projeto do PDA – Mata Atlântica. Há um projeto de lei estadual, de autoria do então Deputado Heitor Muniz, que cria no local um Parque Ecológico. A propósito, recentemente foi criado um grupo de trabalho integrado por diversas instituições locais para estudar a melhor solução para preservar o Fundão. Seja qual for a forma de preservação, é preciso urgência na solução, antes que percamos um dos últimos resquícios da Mata Atlântica, que já teve 93% do patrimônio natural original devastado. Estou enviando ofícios ao IBAMA Nacional e ao Ministério do Meio Ambiente, e espero que esses órgãos federais se sensibilizem e abracem a causa da preservação do Sítio Fundão, no sertão cearense (Fonte: <https://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/ordinari/2006/8/V020806.pdf>, Diário da Câmara dos Deputados, 2006, p. 218-219).

específica para conduzir seu funcionamento e nem sempre há uma quantidade de funcionários suficientes para acompanhar as visitas requeridas. Desde o ano de 2017, todavia, há uma equipe da SEMACE dedicada ao Parque. A Sra. Rose Feitosa é sua atual diretora. De acordo com entrevista concedida à autora deste trabalho, o grupo tem-se esforçado para garantir um bom funcionamento do local, recebendo escolas e universidades, fazendo palestras na comunidade etc. E, apesar da história conturbada, com o movimento pró Sítio Fundão questionando o estabelecimento da fábrica em parte da mata, a atual diretoria do Parque mantém uma relação de cordialidade – e até de colaboração recíproca – com a empresa, já tendo realizado palestras dentro da fábrica e recebendo apoio para os eventos realizados.

De todo modo, o funcionamento do Parque Sítio Fundão não contempla cabalmente o movimento que lhe reivindicou. A divulgação do Parque e suas atividades seguem com pequena projeção na comunidade. Muitas pessoas no Bairro e na cidade desconhecem qualquer tipo de ação realizada no Sítio; quando indagados sobre o assunto, respondem: “Lá é fechado” – e ainda mais – “A Grendene fez um paredão lá, não pode entrar”³⁷. Além do desconhecimento sobre as atividades e visita ao local, existem ainda problemas ligados à ocorrência de atividades criminosas no interior do Parque, como assaltos a alunos e pesquisadores que o visitam, além de serem frequentes queimadas no local, que sistematicamente ameaçam a mata e o patrimônio histórico lá existente³⁸.

Destarte, a questão do Sítio Fundão contribui também para corroborar para uma de nossas ideias centrais neste trabalho: o contraste entre a qualidade e a celeridade do atendimento do Poder Público à demanda privada e aquilo que é conferido à cidadania, quase sempre evidenciando a primazia daquela em detrimento desta.

³⁷ Entrevista aos moradores em junho de 2018.

³⁸ Enquanto esta dissertação era escrita, um incêndio consumiu completamente as ruínas do engenho de rapaduras, um dos patrimônios históricos do Parque Estadual Sítio Fundão. “Construído em 1904 com engrenagem feita de madeira e tratamento artesanal, o ‘engenho de pau’ localizado no Parque Estadual do Sítio Fundão era movido por tração animal. O equipamento funcionou até 1944, quando houve o declínio da produção de rapadura no Crato. Exemplar único na região do Cariri e tombado em 2013 pela Secretaria de Cultura do Estado, a estrutura se viu consumida pelas chamas do incêndio que queimou aproximadamente 10 hectares da Unidade de Conservação na tarde do último sábado (3). (...) Segundo a diretora do Parque Estadual Sítio Fundão, Rose Feitosa, a perícia ambiental será acionada para descobrir as causas do incêndio e ter noção do prejuízo causado na fauna e flora. ‘Vamos ver o que é possível fazer para a recuperação e aproveitar o período chuvoso’, garante. Por enquanto, a trilha que dá acesso ao engenho e ao Rio Batateira, maior da unidade, está interditada, pois muitas árvores pegaram fogo e correm risco de cair. ‘A ideia não é afastar a população. A gente vai tentar reaproximar e saber a importância daquele lugar’. (Fonte: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/regiao/pericia-sera-acionada-para-descobrir-causas-de-incendio-no-crato-1.2022918>, notícia do Jornal Diário do Nordeste, em 7 de novembro de 2018, acesso em 06 de dezembro de 2018, às 13h).

Imagem 11- Entrada do Parque Estadual Sítio Fundão

Foto: Alencar (2017)

3.2. O cotidiano acelerado: o tempo da fábrica, os transportes e a questão de gênero

As novas necessidades do regime de acumulação levam a cada vez maiores dissociações entre os processos e subprocessos de produção, numa multiplicidade de ações que fazem do espaço geográfico, em sua totalidade, assim como os lugares, um campo de forças multicomplexo, onde diferentes atores disputam pela geografização de usos possíveis do espaço local. Neste sentido, cada subespaço guarda individualidade e especialização nos diversos elementos destes conflitos que estão na base da configuração espacial: pessoas, empresas, instituições, meio ambiente construído etc. (SANTOS [1996] 2014). Desse modo heterogêneo, “Cada lugar é, à sua maneira, o mundo” (SANTOS, [1996] 2014, p. 314).

Como todos os lugares foram atingidos, direta ou indiretamente, pelas necessidades dos processos produtivos, criaram-se, dessa forma, seletividades e hierarquias nos usos do espaço local. Cada ponto do espaço, efetiva ou potencialmente, torna-se importante pelas suas virtualidades, naturais e sociais, preexistentes ou adquiridas através de intervenções interessantes ao mercado (SANTOS, [1988] 2014).

Essa nova condição do lugar o torna cada vez mais interdependente de todos os outros lugares, sem, no entanto, tirar-lhe a individualidade “(...) cada lugar é singular, e uma situação não é semelhante a qualquer outra. Cada lugar combina de maneira particular variáveis que podem, muitas vezes, ser comuns a vários lugares. O acontecer global dá-se seletivamente, de modo ímpar, ainda que sempre comandado pela totalidade (...) (SANTOS [1988] 2014, p. 65)”.

É Santos ([1996] 2014), ainda, que explica sobre a necessidade de, ao revisitar a escala local – o lugar –, encontrar seus novos significados no período atual. Esta possibilidade é dada pela consideração do cotidiano, principalmente na sua dimensão espacial, e suas determinações tornadas mais complexas; como mostra o autor, com o “(...) papel que a informação e a comunicação alcançam em todos os aspectos da vida social, o cotidiano de todas as pessoas, assim, se enriquece de novas dimensões” (SANTOS, [1996] 2014, p. 321).

Esse entendimento geográfico do cotidiano é imprescindível para a compreensão teórica e prática da relação entre o espaço e os movimentos sociais.

O lugar, sendo considerado como o cotidiano em sua dimensão espacial, está dialeticamente se opondo a globalidade e ao mesmo tempo se confundindo com ela; “o Mundo, todavia é nosso estranho”, estranho porque, pela sua essência ele pode se esconder, entretanto, pela sua existência material, que é o lugar, o Mundo se revela. Ao se revelar, podemos apreender como se fundem o eixo das sucessões, aquelas que transmitem “os tempos externos das escalas superiores”, e o eixo “dos tempos internos”, o das coexistências. Eis a fórmula complexa que é o movimento do mundo acontecendo no lugar, e este a lhe impor revanches (SANTOS, [1996] 2014). Para o autor,

No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada um exerce uma função própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade (SANTOS, [1996], 2014, p. 322).

Para o objeto deste estudo, estamos entendendo que este “território compartilhado” tem duas dimensões locais principais: tanto a cidade do Crato, como – particularmente – o Bairro Seminário, que segue em disputa pelos diversos agentes do espaço que atuam nele. Para os padrões do Cariri cearense, nos anos de 1990, a instalação da Grendene, significou o estabelecimento de um vetor externo fortemente carregado de uma racionalidade instrumental, corporativa, diferente de quase toda a dinâmica preexistente no lugar. Desse modo, o novo empreendimento engendrou um processo de complexificação do cotidiano.

Como já exposto, analisar a unidade da Grendene como um fixo geográfico portador de novas racionalidades nos convida também a identificar que esta unidade levou à criação de novos tipos de fluxos, além de inserir aquele cotidiano em círculos de cooperação amplos, que têm relação com o território brasileiro como um todo (para além dos diversos países com os quais a empresa se relaciona, que introduz também uma dimensão global na análise).

A fábrica do Crato é uma unidade desse circuito espacial de produção que está espalhado em vários outros pontos do território, tanto no que diz respeito à produção propriamente dita (concentrada no Ceará), como à gestão (concentrada no Rio Grande do Sul) e aos vários escritórios de negociação (em todas as capitais brasileiras e em algumas grandes cidades do mundo).

Pela análise dos dados obtidos, infere-se que a Grendene é responsável pela maior parte dos fluxos da cidade do Crato com o exterior, no que diz respeito à comercialização de mercadorias. Na tabela abaixo, registra-se o grande crescimento de valores exportados, a partir do ano seguinte ao estabelecimento da fábrica na cidade:

Tabela 19- Crato (CE): valor FOB (US\$) exportado, 1997-2017

Ano	Valor (US\$)
1997	446.629
1998	2.476.756
1999	3.266.335
2000	5.352.528
2001	1.507.246
2002	4.311.435
2003	7.231.171
2004	7.384.262
2005	8.512.228
2006	7.803.562
2007	7.386.145
2008	6.313.348
2009	6.724.896
2010	8.372.625
2011	3.961.064
2012	2.812.542
2013	1.136.517
2014	659.469
2015	2.398
2016	136.348
2017	3.359.827

Fonte: MIDIC/SECEX

Elaboração: Alencar (2018)

Embora não seja possível obter os dados específicos por empresa, percebe-se que, a partir do ano de 1998, um ano após a Grendene ter sido instalada no Bairro Seminário, as exportações do Município do Crato saltam de US\$ 446.629,000 para US\$ 2.476.756,000, seguindo uma tendência de elevação constante, e chegando a um valor máximo de US\$ 8.372.625,00 no ano de 2010.

Conforme demonstrado no capítulo 2, para além de toda a eficiência produtiva permitida pelas modernas instalações da fábrica e de seu entorno, contribuíram também para a ampliação de produção à exportação os conteúdos normativos do território ligados aos incentivos fiscais, que lhe garantia subsídio ao frete de exportação no valor de 11% (FDI/ PROPAPI). De acordo com documento da própria empresa,

O benefício fiscal do PORAPI é um incentivo à exportação por meio do qual o Estado do Ceará nos disponibiliza recursos destinados à formação de nosso capital de giro, através de operações de crédito do FDI, realizadas por meio do BEC. (...) Nossos estabelecimentos em Sobral e Crato são titulares de benefícios fiscais do PROAPI.

(...) Crato: desde fevereiro de 1999, o Estado do Ceará nos disponibiliza financiamento correspondente a 11% do valor do FOB dos produtos exportados, após aprovação dos embarques das mercadorias. O financiamento é efetuado pelo BEC, conforme contrato de mútuo de execução periódica com ele firmado, que prevê desembolsos de parcelas mensais no valor acima firmado. Estamos obrigados a pagar ao BEC, ao final do período de 60 meses contados do desembolso de cada parcela, 10% do montante que nos é financiado, corrigido pela TJLP (GRENDENE, 2004, p. 111-112).

Para o ano de 2001, de acordo com estudo do BNDES sobre a indústria calçadista cearense, há registro de exportação da Grendene Crato na quantidade de 540 mil pares de calçados, representando 3% da exportação de calçados de todo o Ceará³⁹. (BNDES, 2001, p. 3). O incentivo FDI/PROAPI veio a ter fim no ano de 2012 (GRENDENE, 2017). Desse modo, infere-se que os declínios das exportações verificados entre 2013 e 2016 (vide tabela) provavelmente têm que ver com o fim desse subsídio.

Todavia, atualmente, a Grendene Crato, continua produzindo para exportação. De acordo com o Supervisor da firma entrevistado, toda a produção segue para Sobral, onde é feito o faturamento, de lá para a distribuição aos compradores. Sendo que 48% de tudo que é produzido se destina à exportação para mais de 100 países⁴⁰. A peça publicitária comemorativa ao aniversário de 20 anos da Grendene no Crato, em 2016 enfatizou essa questão. Em alguns pontos da cidade, viram-se *outdoors* com a seguinte frase: “Das mãos de Crato para os pés do mundo”, tal qual a ilustração abaixo:

³⁹ A Grendene Fortaleza exportou 270 mil pares e a Grendene Sobral 9 milhões de pares, 1,5% e 50%, respectivamente, do total de exportação de calçados do Ceará para o ano de 2001 (BNDES, 2001, p. 5).

⁴⁰ Entrevista ao Supervisor em junho de 2018.

Imagem 1 - Ponto de ônibus com peça publicitária comemorativa aos vinte anos da Grendene no Crato

Foto: Alencar (2016)

Além da intensificação dos fluxos referentes à exportação e também importação, a Grendene recebe grande fluxo de insumos de outras empresas que compõe o circuito espacial de produção da qual ela faz parte (tanto insumos materiais quanto serviços). O quadro abaixo procura indicar algumas dessas empresas que fazem parte do circuito espacial produtivo em questão:

Quadro 2 - Grendene Crato: empresas fornecedoras de produtos e serviços

Empresa	Fornecimento	Origem/Localizações
Plasken	Matérias-primas para o E.V.A.	Lauro de Freitas (BA)
Beplast	Pigmento	São Leopoldo (RS) / Sobral (CE)
Carton Pack/Embacel	Caixas	Sapiranga (RS) / Sobral (CE) e Crato (CE)
Nutrinor ⁴¹	Serviço de refeitório	Rio Grande do Sul / Diversas cidades do Ceará, Sergipe e Bahia.
EIM	Instalações industriais	Fortaleza (CE) / Recife (PE)

Fonte: pesquisa direta

Elaboração: Alencar (2018)

Observa-se, pelo quadro, que a Grendene faz parte de uma divisão do trabalho bastante ampla, que envolve outros lugares e firmas, e suas demandas contribuem para o funcionamento de outras empresas do Rio Grande do Sul no Ceará; trata-se de empresas principalmente relacionadas ao seu processo produtivo propriamente dito (fornecimento de matérias-primas e insumos), além de serviços subsidiários à produção, tal como o de refeitório e construção civil.

Todos esses movimentos – maior volume de exportações, conexão com outras empresas, demandas por mercadorias e serviços – constituem fluxos inerentes à produção da Grendene no Crato, que contribuem para incluir a localidade em um circuito espacial produtivo mais amplo e enseja, direta e indiretamente, transformações no cotidiano do lugar. Faz parte também desta lógica a difusão da cultura organizacional da empresa, na medida em que ela influencia os comportamentos de vários agentes em seu entorno.

A análise do *website* da empresa, de alguns de seus documentos internos (já citados), assim como as entrevistas realizadas, mostram que o padrão gerencial de trabalho da Grendene trouxe consigo uma organização administrativa com uma hierarquia fortemente estabelecida. A produção realizada na Grendene no Crato obedece a comandos externos; sua gestão local segue os modelos de organização empresarial determinados pela administração principal, no Rio Grande do Sul.

⁴¹ A Nutrinor é uma empresa de refeições coletivas originária do Rio Grande do Sul, sua vinda para Nordeste tem a ver com o intenso estabelecimento de indústrias gaúchas na Região, de acordo com o próprio *website* da firma: “(...) No ano de 1996, com a migração de grandes empresas do Sul para o Nordeste e devido suas sólidas parcerias, foi convidada a acompanhar e desenvolver um novo processo de gestão nos serviços de alimentação, muito carente até então nas empresas instaladas nessa região. (...) Foi necessário um longo período de adaptação e aculturação dos hábitos locais, pois a região Nordeste tem sua própria cultura, com seus gostos, cardápios e temperos diferenciados. Todo esse trabalho de atenção ao comensal, foco no atendimento e um relacionamento de confiança com os clientes parceiros, foram fundamentais para o crescimento pujante e sólido em toda região”. Fonte: <http://www.nutrinor.com.br/> Acesso em 12 de dezembro de 2018, às 10h.

Esta racionalidade corporativa que comanda a divisão do trabalho na Grendene é passível de ser identificada na organização das funções internas das suas unidades fabris. Esta divisão de funções está segmentada do seguinte modo: Diretor Nordeste, Diretor Industrial, Gerente Industrial, Coordenador, Supervisor de Operação, Supervisor de Produção, Líder técnico, Auxiliador de Controle de Qualidade, Preparador de Processo e Ajudante de Produção; sendo as duas funções de Diretor, o topo da estrutura, externas ao âmbito da Grendene no Crato (conforme mencionado em entrevista concedida por um dos Supervisores da unidade, em 3 de julho de 2018).

Figura 5- Grendene Crato: divisão do trabalho e hierarquia de funções

Fonte: Pesquisa direta (2018)
Elaboração: Alencar (2018)

Entre as atribuições da função do ajudante de produção estão os procedimentos operacionais que o entrevistado elenca: “Conformagem, serigrafia, expedição e embarque”. Para cada um dos níveis hierárquicos correspondem programas de formação interna, conforme explicaram os Supervisores entrevistados. Para os operários, o treinamento é focado no que o Supervisor chamou de “qualidade do produto” e “desenvolvimento social”. Para os Preparadores de Processos, são realizadas leituras orientadas com foco ao desenvolvimento da comunicação.

A partir do cargo de “Líder Técnico” são realizadas outras formações específicas e mais elaboradas, os Planos de Desenvolvimento Individual (PDIs) e Plano de Desenvolvimento de Equipes (PDEs). O primeiro é aplicado aos Supervisores e Coordenadores, a cada ano, para que eles descrevam a sua própria atuação na empresa, os seus pontos mais fortes e os que devem ser aperfeiçoados, resultando na elaboração de um plano de ação para superar as dificuldades enfrentadas. O segundo programa direcionado aos Líderes de processos técnicos, os PDEs, consistem em minicursos periódicos, mais comumente dedicados a ampliar algum conhecimento das áreas que o funcionário já atua. De acordo com a fala do Supervisor: “A ideia é trabalhar no desenvolvimento das pessoas, treinar para conhecer toda a sistêmica da Grendene, isso beneficia o próprio colaborador, que se desenvolve muito melhor” ⁴².

Para os cargos mais elevados na hierarquia da empresa (supervisores, coordenadores e gerente) são oferecidos cursos mais sofisticados: o programa dedicado a esse segmento recebe o nome de Universidade Grendene. As formações são focadas nos temas de administração, gestão de pessoas, questão comportamental etc. A uma rádio local o Gerente principal da Grendene Crato, Sr. Luciano Mantovani, revela que o Programa Universidade Grendene foi criado logo após a abertura do capital da empresa na Bolsa de Valores de São Paulo, com o objetivo de profissionalizar melhor os gestores para essa nova etapa de desenvolvimento (MANTOVANI, 2017).

Entende-se, portanto, com base na interpretação dos documentos e declarações disponíveis, que os cursos e formações concedidos, principalmente aos funcionários de maior escalão da fábrica, têm relação com a necessidade de tornar ainda mais racionalizados os processos internos da organização, assim como o de permitir um comando mais centralizado dos processos de administração e recursos humanos da Grendene em todas as suas unidades.

No que diz respeito a este aumento da racionalidade dos processos internos à empresa, vale destacar o chamado Projeto Prato Limpo, que reflete também precisamente esta lógica. Segundo seu relatório anual, a empresa identificou nos últimos anos o que considerou como “desperdício” nas refeições servidas aos funcionários. Desse modo, elaboraram o projeto, que conta com palestras, cartazes, apresentações lúdicas etc.; visando promover a redução do desperdício de alimento por pessoa e em geral na fábrica, no Crato e nas demais unidades da empresa. De acordo com o Gestor, a empresa faz um paralelo entre o comportamento do comensal e o tipo de profissional que a Grendene prefere: “Se eu não consigo administrar a

⁴² Entrevista ao Supervisor em julho de 2018.

comida que coloco no meu prato, como vou administrar a matéria prima do meu setor? Como vou administrar os recursos?” (MANTOVANI, 2017).

O Gestor considera ainda que o projeto também apresentou bons resultados na medida em que os operários acabaram aplicando esse aprendizado às suas economias domésticas. Segundo seu relato, a empresa tem bons *feedbacks*, pois os operários comentam que passaram a organizar melhor as próprias compras do mês, evitando o desperdício alimentar ou de qualquer outro tipo em suas casas. Na mesma entrevista, o Gestor explica que entende esse tipo de projeto da empresa como um trabalho social desenvolvido com a comunidade. Considera que a empresa está mais ciente desse papel que tem na vida das pessoas e tem agido de modo mais direcionado nesse sentido.

Ainda no que diz respeito às práticas internas da empresa, e como estas influenciam a comunidade e o ambiente corporativo local, deve-se citar a questão da promoção interna. Atualmente, de 70 a 80% das elevações de cargo são realizadas entre os funcionários da empresa, com alguma contratação externa para, nas palavras do Gestor, “oxigenar” o corpo de colaboradores (MANTOVANI, 2017). A notícia comemorativa de vinte anos da Grendene Crato, veiculada em *blog* local, em 2016, registra que o núcleo administrativo da empresa contava com 36 pessoas, sendo que a maioria eram caririenses, além do que, informavam que 9 mulheres compunham a gestão da fábrica na cidade (BLOG CRATO EM FOCO, 2016). À pergunta sobre a maneira como ocorre a promoção de funcionários, respondem os Supervisores que a oportunidade de crescimento na empresa é dada para todos, os que mais se destacam pelo empenho e merecimento, conseguem galgar posições mais elevadas na Grendene.

Este relato relativamente extenso acerca de aspectos internos do funcionamento da organização da unidade da Grendene no Crato se faz necessário, em primeiro lugar, pois ele nos permite classificar cabalmente a empresa como um elemento do “circuito superior da economia urbana” presente no município. Tanto por sua racionalidade em relação às técnicas utilizadas, pela sofisticação de sua organização corporativa, assim como pelas elevadas quantidades de capitais movidos pela empresa, a unidade da Grendene se constitui em um exemplo bastante claro de funcionamento deste circuito no Município, nos moldes em que nos mostra Milton Santos ([1979] 2008).

Para além de classificar este fixo geográfico no contexto desta teoria “maior”, analisar esta racionalidade da empresa nos permite identificar que as racionalidades, os ritmos e as experiências praticadas dentro da fábrica contribuem, em vários sentidos, para promover transformações na temporalidade do cotidiano do lugar. Como mostra também Santos ([1996]

2014, p. 336): “As diversas empresas regulam as suas necessidades produtivas segundo regras que estabelecem, e tanto vigoram no interior da firma como em suas relações verticais e horizontais”.

A Grendene, como uma firma privada que é, tem seu maior interesse na obtenção de lucro. Entretanto, para isso, a empresa precisa existir em algum lugar, notadamente, onde as condições de competitividade lhe sejam favoráveis. Por esta premissa, a empresa precisa construir discursos e manter práticas gerenciais que acabam por incidir sobre o seu entorno mais amplo. Encontram-se nessa área de influência, direta e indiretamente, a economia e as empresas locais – principalmente as indústrias calçadistas da Região –, a cidade do Crato, em geral, e o Bairro Seminário, em particular, além da vida social dos empregados e suas famílias.

Amaral Filho e Sousa (2003), estudiosos do arranjo produtivo de calçados do Cariri, assinalam que, a cultura empresarial alinhada às propostas mais modernas do campo da administração é um dos mecanismos pelos quais a Grendene influencia a “atmosfera” da administração empresarial local. De acordo com os autores, a Grendene, de fato, não se constitui como um elo estruturante do arranjo local, porém, isto não quer dizer que a empresa não influencie, de alguma forma, as indústrias calçadistas locais, conforme se vê no excerto a seguir:

Apesar de não estabelecer interações diretas com as micro e pequenas empresas locais, a Grendene vem contribuindo para o fortalecimento do arranjo, não só pelo treinamento da mão de obra, mas também por ter aproximado as pequenas e médias empresas das inovações relativas aos produtos assim como da cultura de gestão e organização de uma grande empresa. Desde sua chegada ao município do Crato, a Grendene vem servindo de fonte de inspiração para os novos modelos dos produtos, como também de fonte de informação sobre tecnologias das máquinas e equipamentos (AMARAL FILHO e SOUZA, 2003, p. 22).

Mais recentemente, em entrevista à Revista O Povo Cariri (2016), a própria empresa diz que as suas principais contribuições para o arranjo produtivo local são:

- 1) a geração de emprego e renda;
- 2) os cursos oferecidos em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que forma funcionários para a Grendene e para o mercado em geral; e,
- 3) a aproximação maior de fornecedores de insumos.

Ainda de acordo com a empresa, conforme um de seus gestores: “Se formos falar de quando a Grendene chegou aqui em 1996 não tinha cultura de empresa, não tinham pessoas qualificadas, hoje, das funções que eu tenho de liderança, mais de 80% dos líderes meus são da região, e ajudantes de produção, com esse Programa Jovem Aprendiz, nós temos uma qualificação muito boa (MANTOVANI, 2017)”.

Outro aspecto que contribuiu para modificar o cotidiano do lugar a partir da empresa é a inauguração do modelo de expediente de produção em três turnos. Além do expediente comercial, das 7 h às 17 h, os seguintes horários demarcam rigidamente a entrada e saída dos operários de chão de fábrica: 1º) entre 6h e 14h48; 2º) entre 14h48 – 23h24; e 3º) 23h24 – 6h. Siebra (2013, p. 99-100), em estudo sobre a mobilidade urbana no Crato, caracteriza o Bairro no entorno da Grendene:

Uma característica marcante nessa área é a presença da Indústria de Calçados Grendene e o Sítio Fundão. O fluxo de veículos (...) é bastante intenso e em vários horários motivados pelo funcionamento diurno e noturno da indústria de calçados. O trânsito de veículos de cargas também é maior que em outras áreas da cidade.

Além dos caminhões que fazem o transporte de matérias-primas, insumos e produtos, o próprio momento de início e encerramento de turnos de trabalho, durante o dia e a noite, cria um fluxo intenso no Bairro. Nessas horas é possível ver em toda a cidade, e particularmente no Bairro Seminário, mulheres e homens de batas azuis, transitando a pé, de moto, bicicleta, micro-ônibus ou carros de carroceria, a caminho da fábrica.

Imagem 12- Operários deslocando-se para casa

Foto: Alencar (2018)

Imagem 13- Operários(as) deslocando-se para casa

Foto: Alencar (2018)

Cada operário arca completamente com a despesa diária de locomoção até o trabalho. Os que moram mais próximo vão caminhando para a fábrica, porém, muitos operários residem mais ou menos distante da unidade, daí se valerem de meios de transportes diversos, às vezes precários, para chegar ao local de trabalho e dele retornar. Muitos adquirem uma motocicleta própria e vão à fábrica por esse meio. Outros tantos não sabem guiar ou não querem – ou não podem – adquirir a moto. Então contratam o serviço de um mototaxista, que garanta, nos dias e horários de expediente, as corridas de ida e volta, entre a casa e o trabalho, do empregado contratante.

Há ainda, em grande volume, os funcionários que vão e voltam de micro-ônibus e principalmente de carro de carroceria, mais comumente as *pick-ups* Chevrolet modelo D20, dos anos 1990, adaptados – ao arrepio das leis de trânsito – para transporte de pessoas. Esta, ainda que seja uma forma bastante precária de transporte, não impede que seja utilizada generalizadamente no interior do Nordeste – é a versão recente do que se costumou chamar outrora de “pau de arara”. Nesses casos, o dono do automóvel acerta diretamente com um conjunto de operários, o valor, os horários e os itinerários do serviço. A pesquisa identificou que cada operário paga, mensalmente, ao prestador do serviço, entre R\$ 90,00 e R\$ 120,00: primeiro valor para quem mora nos bairros mais próximos e o maior valor para quem mora nos distritos mais distantes. Nas entrevistas realizadas com os operários, aparece a queixa a respeito desse valor, considerado alto; nas palavras de um deles: “Quando tem aumento de salário,

aumenta a cobrança da *D20*, para quem mora longe; acho que nem vale a pena, pois a pessoa ganha um salário e tem que pagar R\$120 de transporte, a empresa deveria contribuir”⁴³. Como último comentário sobre estas formas mais precárias de transporte disponibilizadas “espontaneamente” por pequenos agentes econômicos, deve-se destacar que elas são típicas do “circuito inferior da economia urbana”, como veremos com mais detalhe no próximo item de nossa dissertação.

Imagem 14- Operários(as) aguardam a partida da *pick-up* ao fim do expediente

Foto: Alencar (2018)

Existem ainda poucos operários que utilizam o transporte coletivo público, os ônibus e vans que atendem o Bairro. Porém, quanto mais tarde o início do turno de trabalho, menor é o uso deste serviço, dado que quanto mais próximo da noite, mais escasso e irregular é a oferta destas linhas. Portanto, não podem atender a demanda de horários rígidos de trabalho de quem cumpre expediente diretamente na produção da fábrica.

A questão a respeito dos meios de locomoção dos operários para a fábrica da Grendene permite analisar, outrossim, as condições de meios de transporte para o Bairro como um todo. Mais uma vez, pode-se dizer que foi a instalação da Grendene que ocasionou maior possibilidade de fluxos de transportes para o local. As vias abertas e melhoradas para dar melhor

⁴³ Entrevista com Operária em junho de 2018.

acesso à empresa possibilitaram que se criassem linhas de ônibus regulares que atendem a maior parte da comunidade. Atualmente, existem os seguintes serviços de transporte coletivo:

1. Duas linhas regulares de ônibus intermunicipais concedidas à empresa Viação Metropolitana (Viametro): a) Juazeiro do Norte/Crato – via Seminário e b) Juazeiro do Norte/Crato – via Seminário-Grendene;
2. As mesmas linhas acima são atendidas também pelo transporte alternativo, realizado por cooperativas de proprietários de vans (ou “topics”, como são conhecidas);
3. Uma linha municipal que circula entre dois bairros do Crato: ‘Seminário/Mirandão’, da empresa TransFreire (cujo horário de atendimento não passa das 19h30).

De um modo geral, nas entrevistas, os moradores relatam que se consideram bem assistidos no que diz respeito as possibilidades de locomoção oferecidas. Os moradores mais antigos sempre fazem o paralelo com a situação anterior, comentam que antigamente não existia nem vans, nem ônibus. Citam, por exemplo, que quando precisavam ir ao Juazeiro do Norte, era necessário caminhar alguns quilômetros até o centro do Crato para apanhar o ônibus, e hoje isso não acontece mais, dado que existem várias linhas de transporte coletivo que atendem o local. Além disso, com a popularização do serviço de mototáxi, a locomoção no próprio Bairro Seminário, e deste para outros lugares, foi facilitada.

Porém, cabe ressaltar que a maior parte das linhas de ônibus que atendem o Bairro circulam apenas nas ruas maiores, normalmente aquelas pavimentadas para dar melhor acesso à fábrica. Desse modo, não são todas as partes do Bairro que estão contempladas com transporte de ônibus e vans. Isso fica mais evidente quando analisamos as falas dos entrevistados que moram nas comunidades da Cacimbas e a do Sertãozinho (que ficam logo atrás da Grendene). Os moradores dessas porções do Bairro Seminário reclamam ao poder público o melhor atendimento desse serviço. No Sertãozinho – que fica ao lado da fábrica, mas não está na rota de seus fluxos, e que portanto não foi beneficiado com quaisquer melhorias viárias –, reclama uma moradora que nem os ônibus escolares chegam até a porta da escola, dada a situação das veredas ali existentes, e os alunos têm de seguir a pé a partir de determinada parte do percurso.

Além da questão do aumento e diversidade dos fluxos materiais e imateriais que atingem a localidade (exportação e importação, atmosfera empresarial, meios de locomoção), nossa pesquisa acabou por identificar outro aspecto relacionado à existência da Grendene no Crato, que têm influência na complexificação do cotidiano do lugar. Trata-se da presença preponderante de mulheres no operariado da fábrica. Este fato novo contribuiu para ressignificar as relações entre os gêneros nos contextos conjugais e familiares.

Sabe-se que atualmente 60% do quadro de funcionários operacionais é composto por mulheres; relatos indicam que esta proporção existe desde o início das atividades da empresa no lugar. Elas são mais visadas para especializarem-se na função de costureira, procedimento da produção que é a especialidade da Grendene local em relação às outras unidades da empresa no Nordeste.

Imagem 15- Operárias na função de costureiras, 1997

Fonte: Revista Ceará News (1997)

Identifica-se, portanto, para o caso da unidade da Grendene no Crato, a situação comum no mundo do trabalho de segmentar os tipos de funções a partir da condição de gênero masculino ou feminino. De acordo com estudiosa pioneira na abordagem entre gênero e Geografia, Rossini (2010, p. 29):

A mulher, quando absorvida pelo mercado de trabalho rural ou urbano, tende a ser integrada em atividades que guardam 'certas especificidades femininas'. Em primeiro lugar, sua entrada na força de trabalho era considerada como ajuda. Posteriormente, como sua atividade passou a ser considerada também por ela como trabalho, o conceito de divisão de tarefas por sexo ficou evidente.

De um modo geral, a segmentação das funções por gênero está assim disposta: cabe aos homens as atividades que requerem mais esforço físico, e às mulheres cabe os trabalhos que são mais delicados e exigem mais atenção e coordenação motora fina (nesse caso particular, a costura dos calçados).

Lima, Borsoi e Araújo (2011) produziram um artigo que desdobra especificamente esse tema da inserção predominante do trabalho feminino na Grendene. Nele, os autores relatam que entrevistaram algumas operárias da fábrica que haviam registrado queixa na delegacia contra seus companheiros, e a partir desse dado buscaram apreender as mudanças no cotidiano familiar que o emprego na grande indústria contribuiu para acontecer.

A oportunidade de trabalho na fábrica, um emprego de “carteira assinada”, com dia certo para receber o salário, numa cidade e numa região onde as condições de trabalho são precárias, em que os postos de emprego formal passam longe de absorver a População Economicamente Ativa (PEA), significou para muitas mulheres mais autonomia financeira e mais autoridade no lar. De acordo com os autores em tela: “Para as mulheres, isso se constituiu numa oportunidade de inserção no mercado formal, de ampliar a rede de relações sociais, terem autonomia financeira, e, além do acesso a uma ‘profissão’ (...) (LIMA, BORSOI e ARAÚJO, 2011 p. 709)”; mostram ainda, que “o emprego formal e o salário certo no final do mês proporcionaram autonomia e mais liberdade dentro da família, alterando hábitos de consumo e de comportamento (LIMA, BORSOI e ARAÚJO, 2011, p. 711)”.

Os mesmos autores esclarecem que o fascínio pelo emprego na fábrica pode ser explicado pelo fato de que, a maioria das entrevistadas estavam antes ocupadas em atividades econômicas que permitia a subsistência a partir de uma renda pequena e inconstante (doméstica, lavadeira de roupas, vendedora de produtos de beleza, comércio ambulante, etc.), atividades típicas do circuito inferior da economia urbana local. Ao mesmo tempo, no universo da pesquisa do artigo analisado, enquanto as esposas estavam empregadas na fábrica, muitos homens companheiros dessas mulheres, permaneceram em trabalhos não registrados e até mesmo completamente desocupados.

Nessas condições, muitas mulheres passaram a ter maior autonomia financeira e maior autoridade nas decisões do lar em relação aos seus cônjuges, de tal maneira, que fez surgir ou intensificar elementos de conflitos no interior de muitas famílias, resultando, nesses casos analisados pelos autores, em queixas registradas na Delegacia da Mulher.

A análise elaborada no artigo referido condiz com os resultados obtidos durante o trabalho de campo realizado no âmbito da presente pesquisa. De todos(as) os(as) operários(as)

entrevistados(as), apenas um relatou que, antes do emprego na Grendene, possuía um outro, de comerciário; todos(as) os(as) demais afirmaram trabalhar sem vínculo formal antes de serem contratados(as) pela indústria de calçados – normalmente, como empregada doméstica, diarista, ajudante ou entregador de mercadinhos, vendedor autônomo, entre outras atividades.

3.3. A modernização excludente: atividades do circuito inferior no entorno da fábrica

Após estas análises de caráter mais empírico realizadas, parece ser possível afirmar que a empresa Grendene no Crato é um fixo geográfico que promove importantes transformações na dinâmica do espaço local. Como apreciado, os fluxos que a empresa emite e demanda, ao adquirir insumos e matérias-primas, ao exportar mercadorias, ao disseminar modelos gerenciais e de recursos humanos, são aspectos pelos quais a empresa influencia parte significativa do cotidiano da localidade.

Nossa investigação acabou por identificar outro aspecto importante dessa influência da empresa no lugar, principalmente no que diz respeito às novas dinâmicas introduzidas nas atividades do setor terciário da cidade.

Nos primeiros anos do estabelecimento da firma, para atender aos consumos mais sofisticados dos funcionários de alto escalão da Grendene, alguns comércios e serviços destinados a uma população de maior poder aquisitivo se desenvolveram, ou estenderam o seu horário de funcionamento, principalmente nas áreas centrais da cidade. Até o ano de 1996, a maior parte das pizzarias, restaurantes, churrascarias e bares do Crato, funcionavam apenas aos finais de semana. Porém, com a nova demanda, passaram a abrir quase todos os dias.

Além desse impacto inicial, de desenvolvimento dos estabelecimentos de comércios e serviços atuantes no segmento de alimentação e lazer, pode-se apontar que, de um modo geral, a existência da fábrica contribuiu para dinamizar todo o terciário local.

Nesse contexto, merece destaque da presente investigação, o fato de que a massa de salários pagos aos funcionários da Grendene (e outras remunerações eventuais) contribuiu para o surgimento e a dinamização de outras atividades mais simples, de baixa composição orgânica do capital e de organização precária (como foi notado para os transportes privados urbanos). Tratam-se, sobretudo, de “empreendimentos” de tamanho reduzido, alguns realizados por “empreendedores autônomos”.

No estudo de Amaral Filho e Souza (2003), indica-se que a mão de obra contratada pela Grendene do Crato representava cerca de 21% dos gastos totais da empresa. Esse valor

percentual, de acordo com os autores, funcionou para proporcionar impactos diretos na economia do município, atuando diretamente no volume do comércio local de bens de consumo duráveis e não duráveis. Passados mais de quinze anos dessa análise – e vinte e dois anos do estabelecimento da fábrica no Crato –, esse aspecto descrito pelos autores permanece relevante. Mais recentemente, de acordo com declaração do então presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) a um jornal de circulação estadual, a Grendene é responsável por dinamizar o comércio local e demais atividades econômicas do Crato:

Segundo o presidente Francisco Parente, a instalação da indústria de calçados Grendene no município, deu um novo impulso ao comércio e gerou empregos, fazendo circular capital na cidade. "Podemos dizer que foi um marco, há alguns anos, num momento em que era necessária uma injeção de novos investimentos na economia local", afirma (...).

De lá para cá, ele contabiliza crescimento e geração de novos postos de trabalho com geração de mais empregos. Exemplo disso, conforme o empresário, está nas ruas principais do comércio da área do Centro da cidade, com praticamente todos os prédios ocupados com empreendimentos comerciais (Jornal Diário do Nordeste, 2014).

De acordo com Siebra Jr (informação verbal) ⁴⁴, seria obviamente equivocados afirmar que todo o comércio e serviço do Crato se estruturaram em função da chegada da Grendene. Porém, pode-se afirmar que, no final dos anos de 1990, a nova indústria proporcionou uma maior dinamização da economia local. Esse impulso inicial, ao longo dos últimos anos, foi-se consolidando enquanto tendência.

Segundo Júnior (2009), muitas pessoas residentes no Cariri incorporaram-se às indústrias e passaram a consumir com mais intensidade do comércio e dos serviços dos centros regionais locais, na medida do baixo poder aquisitivo de seus salários. De modo que a economia do lugar foi dinamizada, inclusive, essa possibilidade de maior consumo propiciou o aumento de pequenos comércios (bodegas e botequins) nas proximidades das indústrias.

À escala do Bairro Seminário, essa maior dinâmica do terciário pode ser mais facilmente identificada. Ao longo dos últimos vinte anos o Bairro teve elevado o seu número de moradores em função da existência da fábrica Grendene, e, em correlação a esse fator, ampliou-se a quantidade e diversidade de estabelecimentos de comércios e serviços. Segundo relato dos moradores, no Bairro Seminário sempre houve um comércio local, principalmente de mercadinhos, mercearias e bodegas, bem como alguns serviços públicos básicos, tais como escola pública e posto de saúde. Porém, passados alguns anos da chegada da Grendene, os comércios do Bairro aumentaram em quantidade e variedade.

⁴⁴ Informação concedida em julho de 2018.

Logo após a instalação da fábrica, além da ampliação em número dos tipos de estabelecimentos já existentes, surgiram alguns tipos de comércios e serviços que antes não existiam no Bairro. Além de mais padarias e bares, apareceram açougues, *lan houses*, oficinas de conserto de motos e carros, salão de beleza, boutique, pizzeria, farmácias, escolas particulares, escolas públicas profissionalizantes, entre outras atividades identificadas também em nossos trabalhos de campo.

Imagem 16- Bairro Seminário: farmácia/ boutique

Fotos: Alencar (2018)

Imagem 17- Bairro Seminário: assistência em refrigeração/ clínica médica

Fotos: Alencar (2018)

De acordo com uma antiga moradora do Bairro, era comum que um operário demitido, e que possuísse algum valor a receber da rescisão contratual, utilizasse a quantia para abrir no Bairro um pequeno negócio próprio: um mercadinho, uma lanchonete, um boteco etc. Segundo ela, alguns dos estabelecimentos locais têm essa origem. Nos últimos anos, esse terciário vai-se tornando ainda maior e um pouco mais sofisticado. Atualmente, existe no Bairro Seminário outras atividades de complexidade relativa um pouco maior, como um escritório de contabilidade, consultórios de odontologia, clínica médica popular, laboratório de coleta de exames médicos, assim como um polo de Ensino Superior à distância.

Como ocorre mais comumente, é no Centro da cidade do Crato o lugar que mais concentra as atividades terciárias. Todavia, existem na cidade atualmente, alguns lugares que se constituem em corredores de comércio e serviços nos bairros periféricos (isto é, sub-centralidades). É o caso da Avenida São Sebastião, no Bairro Ossian Araripe (Caixa d'Água), que possui uma quantidade razoável de estabelecimentos de comércio e serviços para atender a própria população do Bairro e por se constituir no principal acesso ao Bairro onde se localizam os imóveis mais valorizados da cidade – o Grangeiro.

Outro corredor terciário de relativo destaque é o da Avenida Teodorico Teles/Padre Cícero. Ali está localizada a Faculdade de Direito da URCA, alguns supermercados, restaurantes, postos de gasolina, farmácias, escritórios, autoescolas etc. Este, cabe também destacar, é uma das principais avenidas da cidade que dá acesso à rodovia CE 292 (também batizada Avenida Padre Cícero), que é a via que liga o Crato ao Juazeiro do Norte.

Além desses três polos, o Centro e as duas avenidas citadas, o conjunto do Bairro Seminário possui uma das concentrações geográficas do setor terciário mais dinâmicas da Cidade, tanto em termo de quantidade como de diversidade, conforme mencionado. Considera-se que essa maior dinamização da economia local foi catalisada pelo crescimento populacional do Bairro e a correspondente circulação de pequenos capitais – algo que se deu nas últimas duas décadas –, em grande medida, em consequência da existência de uma unidade da fábrica Grendene no Bairro.

Imagem 18- Bairro Seminário: laboratório de exames/ clínica médica e odontológica

Fotos: Alencar (2018)

Imagem 19- Bairro Seminário: polo de educação à distância/ escritório de contabilidade

Fotos: Alencar (2018)

Além disso, e tão importante quanto, convém demarcar as atividades econômicas de caráter mais popular, que existem em todo o Bairro Seminário, e em particular no entorno da fábrica Grendene. Dentre estas atividades, destaca-se principalmente o pequeno comércio, fixo e ambulante, que tem como clientela os operários, quando da entrada ou saída do expediente. Estas atividades econômicas, tanto por sua simplicidade organizacional, quanto pela baixa quantidade de capitais necessários para sua constituição, podem ser classificadas como elementos do circuito inferior da economia urbana local, nos moldes propostos por Milton Santos ([1979] 2008). Para o autor, esse subsistema do sistema urbano é formado basicamente por formas de fabricação de “não capital intensivo”, pelos serviços não modernos fornecidos “a varejo” e pelo comércio não moderno de pequena dimensão (SANTOS, [1979] 2008).

O circuito inferior caracteriza-se também por possuir capital e volume de negócios reduzidos, pequeno volume de estoques e baixo número relativo de pessoas ocupadas em cada unidade (SANTOS, [1979] 2008). São normalmente atividades que requerem – ou dispõem de – pequenos espaços; podem, muitas vezes, estar alojadas nas próprias casas dos agentes. Na verdade, as pequenas vendas, os tabuleiros dos mercados e os balaio das esquinas, as

mercadorias dos mascates e o comércio ambulante de todo tipo, podem ser considerados parte do circuito inferior da economia urbana (SANTOS, [1979] 2008).

De acordo com Silveira (2013), nessa economia inferior a contiguidade é um dado fundamental, pois possibilita que convivam lado a lado, mão de obra, pequenos capitais, técnicas diversas, consumos banais, que oferecem produções criativas ou imitativas como meio de sobreviver a fragmentação do tecido urbano e ao desemprego estrutural.

Atividades deste tipo, portanto, estão presentes em praticamente todo o Bairro e atende a sua população em geral. Nas proximidades da fábrica Grendene em particular, observa-se que existem comércios e serviços de pequenas dimensões, voltado a atender principalmente os operários. São lanchonetes, marmitarias, botecos, oficinas de conserto de motocicletas, um ponto de mototáxi, entre outras atividades. Além desses mencionados, no horário de trocas de turno da fábrica, algumas pessoas posicionam barraquinhas improvisadas, com mesinha de plástico e guarda-sol, na calçada da fábrica. As mercadorias desse pequeno comércio são as que os operários podem porventura necessitar no intervalo do expediente: balinhas, salgadinhos, pedaço de bolo, biscoitos, cigarro, refrigerante e café.

Imagem 20- Lanchonete defronte à fábrica Grendene

Fotos: Alencar (2018)

Imagem 21- Comércio ambulante na calçada da Grendene

Fotos: Alencar (2018)

Imagem 22- Comércio do circuito inferior ao redor da Grendene

Fotos: Alencar (2018)

Imagem 23- Marmitaria / oficina de conserto de motocicletas

Fotos: Alencar (2018)

Algumas das pessoas que ali trabalham, ao serem entrevistadas, confirmam o que já nos parecia autoevidente: o movimento predominante da atividade se destina a atender aos operários da fábrica. Moradores(as) de casas defronte à fábrica convertem suas próprias salas de estar em lanchonetes onde operários podem, independente de consumir algo, aguardar o início e o reinício do turno de trabalho ou o transporte que os leva para casa. Ao fim do expediente, nas marmitarias e galeterias, as operárias podem providenciar, alguns dias do mês, de acordo com suas posses, com mais rapidez, a refeição da família que a aguarda em casa; ou, no mercadinho, o operário pode adquirir o item que está faltando na dispensa de casa.

Montenegro (2013), ao estudar o circuito inferior das periferias das cidades de São Paulo, Belém, Brasília e Fortaleza, assinala que o desenvolvimento dessas pequenas atividades produtivas em residências são uma das principais expressões do circuito inferior, conceituado pela pesquisadora de “circuito inferior residencial”. Aponta ainda que esta é uma das principais atividades econômicas das áreas pobres das cidades por ela analisadas, sendo sua importância imensurável; sua existência garante a complementação da renda ou mesmo é a atividade principal de muitas famílias pobres dos bairros periféricos. Para o nosso estudo identificamos que o comércio popular ao redor da fábrica é parte importante das rendas das famílias do Bairro

Seminário, que descobriram nessa possibilidade de ocupação meios de proverem as suas subsistências.

Como mostra Santos ([1979] 2008) em sua proposta original, nas cidades dos países pobres, em um arranjo particular de cada lugar, existem um circuito superior e um inferior da economia urbana, sendo os dois, subsistemas de um sistema total, que é a cidade dos países subdesenvolvidos. E igualmente são, apesar das faces bem distintas, respostas socioespaciais à modernização excludente. É o circuito inferior, no entanto, o principal fornecedor de ocupação da maior parte dos pobres das cidades subdesenvolvidas.

Por último, convém registrar que, no ano de 2015, foi inaugurada a primeira parte da obra de requalificação urbana da encosta do Bairro Seminário. Esta reforma era uma demanda antiga da população cratense, pois a encosta do morro era habitada por uma comunidade que vivia sujeita a deslizamentos, dada a instabilidade natural do terreno local.

Assim, uma parceria entre Governo do Estado e Prefeitura, com financiamento de R\$ 33 milhões, concretizou a construção de uma grande estrutura de contenção que deu solução ao problema das voçorocas que se ampliavam dia a dia no local. Nesse mesmo projeto, a população que ali residia foi reassentada, construiu-se um grande calçadão defronte ao Seminário de São José (que dá vista panorâmica para a cidade do Crato), além de praças e equipamentos para atividades físicas e lúdicas.

Registrou-se essa obra nesta parte do trabalho, pois os novos equipamentos urbanos de esporte e lazer possibilitaram que muito mais pessoas visitem essa parte da cidade, para fazer exercícios ou passear. Isso permitiu o desenvolvimento recente, em toda a extensão do grande calçadão da encosta do Seminário, de outras atividades também típicas do circuito inferior da economia urbana: tabuleiros e barraquinhas de venda de lanches atendem a nova demanda de pessoas que passou a frequentar diariamente a Via Paisagística do Bairro Seminário.

Imagem 24- Estrutura de contenção da encosta do Bairro Seminário

Fonte: Jornal Diário do Nordeste (2015)

Por fim, o registro das atividades populares existentes no Bairro, particularmente no entorno da Grendene, revela, no contexto desta pesquisa, a contradição e a articulação permanente dos dois circuitos da economia urbana (representados pela unidade da Grendene, de um lado, e todas as demais atividades de pequena monta existentes no Bairro, de outro), além de demonstrar o aspecto da precariedade das condições gerais de trabalho da população local.

3.4. Oferta de emprego e permanência da precariedade do trabalho na economia urbana

Quando da chegada da Grendene no Crato, houve um impacto imediato no mercado de trabalho por conta da geração inicial de 1100 empregos diretos e mais 4400 empregos indiretos, de acordo com projeção do documento Mensagem à Assembleia (CEARÁ, 1996). A dimensão do impacto deve ser reforçada principalmente em função da enorme precariedade do mercado de trabalho local pré-existente. Ao se considerar a relação entre população economicamente ativa e disponibilidade de empregos formais na cidade, no período anterior à instalação da Grendene, pode-se ter uma noção mais clara das condições de funcionamento do mercado de trabalho urbano da cidade.

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 1991, a população do Crato neste ano era de 90.519 pessoas, das quais eram consideradas economicamente ativas, 60.750, que possuíam idade entre 15 e 59 anos na época. Nesse mesmo ano, existiam apenas 6.065 vínculos

empregatícios ativos registrados no Ministério do Trabalho no município; em 1995, apenas um pouco mais: 6.319 de empregos formais (dados do MTE/RAIS). As palavras do Ex-prefeito, um dos entrevistados, Sr. Antônio Primo, expressam essa situação adversa e a expectativa gerada em torno do estabelecimento da empresa: “A Grendene foi a redenção do Crato!”⁴⁵.

Nesse sentido é que se pode entender toda a publicidade gerada em torno de tudo que dizia respeito a essa indústria. A promessa de empregos justificou sempre, perante a maior parte da opinião pública local, a instalação, a concessão de recursos e políticas públicas, e a legitimidade da permanência da empresa na cidade. Dito isso, serão analisados, a seguir, os efeitos da existência da Grendene quanto ao mercado de trabalho local, com base em entrevistas que foram realizadas em julho de 2018, com alguns atores sociais e moradores do Crato, além de gestores, supervisores e operários da empresa.

Quando da sua chegada à cidade, a Grendene empregava pouco mais de 1000 trabalhadores, como mencionado. Ao longo dos anos de sua permanência na cidade, o número de postos de trabalho oferecidos cresceu e recuou várias vezes; já chegou perto de 4000 funcionários, em certo momento, e atualmente (2018) emprega 2200 pessoas⁴⁶. Também já foi visto que o formato de trabalho da fábrica impactou o mercado de trabalho na perspectiva da cultura organizacional. Pode-se afirmar que a empresa contribuiu para inaugurar, no Cariri, um sistema de gestão de recursos humanos em bases mais profissionais – ou mais burocráticas, no sentido administrativo do termo.

De acordo com Siebra Jr⁴⁷, antes do estabelecimento da Grendene no Crato, existiam na cidade apenas pequenas e médias indústrias, que empregavam poucos funcionários, entre 100 e, no máximo, 400 operários. Nestas, predominava uma postura muitas vezes tradicional – ou “clientelista” – diante da oferta e da manutenção do emprego. Era comum, devido à debilidade de fiscalização e o alto desemprego na cidade, muitos funcionários dessas empresas aguardarem anos e anos para terem o contrato de trabalho registrado formalmente – a “carteira assinada” – pelo empregador. Esses dois fatos somados – o escasso número de empregos formalizados e a vultosa oferta, em termos proporcionais, de emprego pela Grendene – permitem demonstrar importante aspecto identificado na pesquisa de campo, como se irá verificar.

Na Cidade do Crato, como em boa parte das cidades, conseguir um emprego no circuito superior da economia urbana é uma tarefa difícil, já que são limitadas as ofertas de ocupações nesse segmento da economia urbana. Conforme também mencionado, as atividades do circuito

⁴⁵ Entrevista em junho de 2018.

⁴⁶ Pesquisa direta

⁴⁷ Informação fornecida por Siebra Jr, em 2016 e 2018.

inferior são grandes absorvedoras da população em idade ativa, principalmente porque permitem a execução de atividades que não requerem muitos anos de escolaridade (*expertise*) e nem grande quantidade de capitais iniciais. Neste sentido, trabalhar na Grendene é considerado, na maioria das vezes, de acordo com as entrevistas realizadas, uma excelente ocupação em termos profissionais. Esta opinião sobre o prestígio dos empregos ofertados pela fábrica ficou explícita na realização de nossos trabalhos de campo: a resposta para a pergunta “O(A) Sr.(a.) está satisfeito(a) com o trabalho na Fábrica?”, foi 100% respondida positivamente (todos disseram “Sim” à questão).

Todos os operários entrevistados dizem estar satisfeitos com o trabalho, porém, ao justificarem essa posição, as respostas variaram: “É como eu compro as coisas que preciso e quero”; “A empresa paga todos os direitos”; “A empresa permite o crescimento pessoal”; “Não tinha opção”; “É bom porque paga em dia”. Quando respondem sobre o tratamento dispensado pelos superiores, quase todos dizem que não há problemas, mas sempre complementam dizendo que são muito cobrados para intensificar a produção, nas falas deles: “São bons, mas não são ótimos”; “Eles sempre cobram muito a produção”; “Tem uns melhores e outros são mais difíceis”; “Tem as cobranças pela produção, mas qual trabalho não tem cobrança?”. Assim, consideram bom o emprego na Grendene, pois, geralmente, a empresa cumpre todos os deveres contratuais.

Nas respostas, eles relatam como aspectos positivos principais os direitos trabalhistas básicos (carteira assinada, décimo terceiro, férias), alguns benefícios provenientes de parcerias do empregador com alguma prestadora de serviço ou comércio (clínica médica e de odontologia, banco, farmácia, ótica etc.), alguns prêmios e vantagens (cesta básica mensal, presente de páscoa, festa de Natal para as crianças, brindes e também a prática da empresa de vender, a cada seis meses, dez pares de calçados a preço de custo para cada operário). Não obstante, há duas queixas principais: a de que a empresa poderia oferecer plano de saúde e que deveria pagar auxílio transporte, sendo esta última uma queixa comum dos operários que moram mais distante, naturalmente.

Outro aspecto que procuramos explorar com nossa pesquisa empírica foi a localização da residência dos operários, no sentido de identificar qual a porcentagem deles que mora no próprio Bairro Seminário. Observa-se que a maioria, de fato, mora próximo da Grendene, principalmente no próprio Bairro Seminário (incluindo suas subdivisões: Conjunto Novo Crato, Cacimbas e Sertãozinho) – pelo menos 50%. Mas, também há operários da Grendene em muitos outros bairros da cidade (Caixa d’Água, Zacarias Gonçalves, São Miguel, Vila Alta, Pantanal,

Batateira etc.) e até nos distritos rurais do município (Belmonte, Romualdo, Ponta da Serra etc.)

48.

De acordo com as entrevistas concedidas pelos supervisores com quem tivemos contato, entretanto, a empresa prefere contratar operários que residam nas proximidades, muito embora isso não seja declarado na seleção e contratação. Nas mesmas entrevistas foi possível identificar que moradores de outras cidades próximas (Juazeiro do Norte ou Missão Velha) candidatam-se ao trabalho na Grendene; porém, quando um novo operário é contratado nessa situação, muito comumente tende a fixar residência no Crato.

De uma forma geral, os operários se consideram bem assistidos pela empresa. Na avaliação dessa pesquisa, isso se explica pelo tratamento mais profissional no que concerne à legislação trabalhista e previdenciária do que aquele com o qual o trabalhador(a) local estava acostumado. Enxergada num contexto de mercado de trabalho local menos dinâmico, e com enorme precariedade do ponto de vista de sua regulação e fiscalização trabalhista, o emprego na fábrica se mostra como uma posição de destaque e prestígio. Mesmo com a explícita e intensa pressão pela produtividade – existente em ambientes corporativos tão racionalizados – além de outras pressões subjacentes, intrínsecas ao relacionamento entre qualquer grande empregador e seus funcionários, nas entrevistas exprimem-se sentimentos ora de satisfação, ora de complacência.

Os depoimentos dos trabalhadores confirmam também a informação que se obteve a respeito da mencionada atuação sindical⁴⁹. Uma das operárias entrevistadas, a com mais tempo na firma, diz que “sempre teve sindicato, eles organizam quando a empresa quer negociar expediente em dia de feriado, não deixa passar as férias, organiza os períodos de folga de Natal e Ano Novo”. Também um ex-operário nos diz que a empresa “cumpre todos os direitos, pois o sindicato cobra”. Todavia, a maioria dos operários, principalmente os mais jovens, relatam uma atuação do sindicato mais formal ou distante; em algumas falas apareceram depoimentos como “Tem desconto na folha de pagamento”, “Eles falam em um telão”, “Eu não vejo muita atuação do sindicato”, “Eu nunca vi, a fiscalização é só do Ministério do Trabalho”⁵⁰.

Estes elementos convergem para a conclusão de que a Grendene Calçados S.A. é normalmente considerada pela sociedade local como uma boa empresa para se trabalhar, mas essa compreensão se dá no contexto de um mercado de trabalho local em que prevalecem as

⁴⁸ Informação obtida através de entrevistas com Supervisores da Grendene, em 1 e 2 de julho de 2018.

⁴⁹ O Sindicato que atende aos funcionários da Grendene é o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados e 2º Grupo dos Vestuários de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha do Estado do Ceará.

⁵⁰ Entrevistas com operários, ocorridas entre 1 e 15 de julho de 2018.

ocupações típicas do circuito inferior da economia urbana, com pouca regularização/garantia de direitos trabalhistas e rendimentos incertos.

As entrevistas com os operários esclarecem também as características do mercado de trabalho no Crato. A maioria dos operários, antes do emprego na fábrica, exercia trabalhos típicos do circuito inferior: empregada doméstica, entregador de água, empacotador do mercadinho, vendedor autônomo etc. Entre os que não são mais operários da Grendene, a maioria também trabalha em ocupações deste tipo: mototáxi, revenda de perfumes e cosméticos, diarista etc. Os trabalhos exercidos pelos outros integrantes das famílias (fizemos essa pergunta para alguns dos entrevistados) revelam o mesmo. Algumas operárias, por exemplo, são esposas de ex-operários da Grendene, que hoje exercem trabalhos de pedreiro e servente autônomo, ou vendedor ambulante, ou empacotador, ou mototáxi, entre outras ocupações. Esta constatação converge com a impressão exposta, em artigo, por Lima, Borsoi e Araújo (2011, p. 710): “Um aspecto que pode explicar o fascínio pela fábrica está nas relações contratuais formais em contraste com o vivido em ocupações anteriores”.

De acordo com artigo de blog local, em comemoração aos 20 anos da empresa no Crato, dizia-se o seguinte: “Fundada no Centro do Crato, com instalações ainda tímidas em 1996, ao longo dos anos a Grendene se consolidou como a empresa que mais emprega em todo o Cariri – são 2 300 trabalhadores; 60% são mulheres” (BLOG CRATO EM FOCO, 2016). Com efeito, em vista da taxa de emprego formal no Crato, de 2015, podemos confrontar a informação divulgada:

Tabela 20 - Crato: saldo de empregos formais (2015)

Total	18.614
Extrativa Mineral	81
Indústria de transformação	4.716
Serviços industriais de utilidade pública	84
Construção Civil	824
Comércio	4.261
Serviços	5.281
Administração pública	3.292
Agropecuária	75

Fonte: IPECE - Perfil Básico Municipal 2016, com dados do RAIS/MTE
Elaboração: Alencar (2017)

Em 2015-2016, a empresa mantinha contrato com 2.300 operários. Considerado o total de 4.716 empregos (vide tabela) na indústria de transformação no Crato, conclui-se que somente a Grendene responde por quase a metade dos mesmos. Como não há no Crato nenhuma empresa

maior que a Grendene, em nenhum dos setores econômicos, trata-se, com efeito, da maior empregadora da cidade.

De acordo com declaração um pouco mais recente (2017) em matéria sobre a indústria calçadista do Cariri, a empresa enumera o que considera serem as suas contribuições para a economia local. A oferta de emprego é a primeira a ser citada: “Essa oportunidade de emprego e renda tem sido uma das contribuições da Grendene para o polo calçadista do Cariri” (MENEZES, 2017, p. 28). Além disso, a Grendene cita os cursos direcionados para o segmento da indústria de calçados oferecidos pela empresa em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e Serviço Social da Indústria (SENAI/SESI): “São importantes para o polo local na medida em que a empresa forma funcionários para si e para o mercado em geral” (MENEZES, 2017, p. 28).

No que diz respeito à capacitação local de seus funcionários, a empresa também possui influência expressiva no mercado local. Nas entrevistas com os operários, descobrimos que todos que trabalham lá fizeram o treinamento na própria fábrica. Inicialmente a empresa mantinha um curso em parceria com a Companhia de Desenvolvimento do Ceará (CODECE), inclusive com estágio remunerado auxiliado pelo próprio Governo do Estado. Atualmente, a empresa, como relatado acima, forma os operários através de parceria com o SENAI/SESI.

Abordando a questão da oferta de emprego, associada à formação dos funcionários, importa analisar a principal forma atual como se dá o recrutamento dos operários da Grendene. Como relatado acima, atualmente a empresa mantém um curso de formação em parceria com o SENAI/SESI, sendo direcionado às pessoas mais jovens, através do Projeto Jovem Aprendiz. Nesse caso, o jovem, normalmente recém-concludente do ensino médio, ou em vias de conclusão deste, inscreve-se no projeto e, ao ser aceito, faz o curso de Técnico em Calçados, a formação tem seis meses e envolve estágio na Grendene.

De acordo com as entrevistas com os supervisores e operários, o curso vai além dos treinamentos operacionais para aprender a usar o maquinário e da fabricação do calçado. Abrange aspectos de inserção dos jovens no mercado de trabalho em sentido amplo, assim como são tratados junto a eles um pouco de legislação trabalhista, direitos e deveres do operário e, principalmente, a cultura empresarial da Grendene. Desse modo, a empresa contrata a mão de obra extremamente jovem e já parcialmente qualificada, tanto no sentido operacional como no sentido do alinhamento às práticas corporativas da empresa. A fala do Supervisor expõe exatamente esse aspecto:

Nós praticamente não contratamos mais pessoas que não tem experiência, os Jovens Aprendizes são automaticamente contratados após o curso de

formação, porque aí nós já temos uma mão de obra praticamente pronta. Antigamente nós ensinávamos... Hoje, o jovem quando entra, passa pelo administrativo e pelo processo que todo funcionário normal entraria, são mostrados os benefícios, todos os cursos oferecidos... Eles fazem todo o treinamento entendendo como funciona o processo e entendendo como é a cultura da Grendene (Entrevista com Supervisor, julho de 2018).

De acordo com o outro gestor da Grendene, a empresa tenta absorver a maior parte dos jovens que fazem curso na fábrica. Para o ano de 2017, constavam 120 jovens vinculados à Grendene pelo Programa Jovem Aprendiz (MANTOVANI, 2017).

Imagem 25- Grendene Crato: estágio do curso de técnico em calçados

Fonte: Revista O Povo Cariri (2016)

Pelo exposto, infere-se que, para a empresa, o Projeto Jovem Aprendiz é fundamental, pois permite que a Grendene contrate apenas as pessoas selecionadas “cirurgicamente”, depois de passado por um período relativamente longo de treinamento nas próprias instalações da firma. Pelo fato de serem muito jovens, estão mais suscetíveis ao disciplinamento do trabalho fabril como um todo e, particularmente, com a assimilação cabal das práticas corporativas da organização.

Trata-se de uma seleção para o trabalho extremamente monitorada do ponto de vista da gestão de recursos humanos da empresa. Além disto, a primeira experiência, obtida pelos jovens

através do curso e do estágio, poupa o tempo que, antes, era dedicado à formação de cada operário já recrutado diretamente. De acordo com os gestores entrevistados, a forma de contratação dos novos operários, através do Projeto, está contribuindo para modificar o perfil dos quadros da Grendene. Hoje, a média de idade é de 24 anos e 98% possui a escolaridade mínima de Ensino Médio, o que indica uma população extremamente jovem compondo o corpo de funcionários da fábrica.

Convém destacar, por último, a grande rotatividade de funcionários da empresa. Como já relatado, a Grendene é a maior empregadora privada da cidade, e, de um modo geral, é muito comum no Crato encontrarmos pessoas que já trabalharam na Grendene ou tem um integrante da família que trabalha ou trabalhou na empresa, sintoma de que há uma grande rotatividade de empregados na fábrica ao longo destes mais de vinte anos que a empresa está estabelecida no Município. No trabalho de Beserra (2007, p. 108) já se indicava esse aspecto:

Uma das características mais importantes a se considerar nas indústrias calçadistas, sobretudo a Grendene, é a sua sazonalidade. Estas empresas, em determinados períodos do ano, têm maior demanda de produção, o que as faz contratar mais pessoas. Em contrapartida, durante outros períodos, estas empresas sofrem relativa recessão, conseqüentemente, dispensando os trabalhadores.

Para confirmar essa informação, em entrevista a uma rádio, o Gestor Luciano Mantovani explicou como funciona a sazonalidade da produção da Grendene Crato. De fevereiro até maio/junho, a produção tende a ser menor, e entre os meses de julho e janeiro a produção atinge o volume máximo da capacidade produtiva local. Acreditamos que esse movimento tem relação com a demanda de compra dos calçados da Grendene, tanto pelo mercado interno quanto externo.

Desse modo, nas entrevistas concedidas pela gestão local da firma, perguntou-se como essa condição de sazonalidade da produção se reflete no quantitativo de operários da fábrica. Na verdade, buscava-se saber se, por ocasião da diminuição da produção que ocorre em determinado período do ano, a Grendene acabava tendo que dispensar operários. De acordo com a fala dos supervisores, atualmente (eles enfatizam o fato de que esta é uma condição contemporânea), para a unidade da Grendene no Crato, não existe demissão em função da baixa na produção. Isso porque a empresa tenta equacionar as demandas e capacidades de produção para cada unidade no Ceará.

Numa primeira situação, é feita a articulação da produção do Crato com a produção de Sobral. A capacidade produtiva da unidade do Crato é de, no máximo, 33 mil pares de calçados/dia. Se a demanda de produção arrefecer a um nível de menos de 25 mil pares/dia, são

solicitados pedidos e modelos que normalmente são produzidos em Sobral; nesta unidade, se for necessário, a redução da produção é gerida através da concessão de férias e/ou utilização do banco de horas. Do mesmo modo, quando a demanda de produção do Crato aumenta para muito mais que a capacidade produtiva da unidade, ou seja, mais que 33 mil pares de calçados/dia, são enviados modelos de calçados normalmente confeccionados no Crato para a produção em Sobral.

Numa segunda possibilidade, quando a produção reduz a um nível considerado não muito baixo, entre 26 e 29 mil pares/dias, a empresa concede férias aos operários que já cumpriram o respectivo período aquisitivo⁵¹ ou utiliza o banco de horas. Desse modo, o funcionário não trabalha por alguns dias, dependendo de quanto tempo perdure a baixa da produção. Tão logo os pedidos de produção aumentem, ocorre a compensação dos dias não trabalhados mediante uma jornada de trabalho mais longa.

Afirmam ainda os supervisores entrevistados que todas essas possibilidades têm base na legislação trabalhista vigente e fazem parte do acordo com o Sindicato. De forma que, quase não se ouve falar na Grendene Crato na possibilidade de demissão de grandes quantidades de funcionários. Nesse sentido, eles consideram o sistema de banco de horas muito positivo para a manutenção dos empregos na região.

Todavia, apesar das declarações dos supervisores, naturalmente alinhadas à empresa, sabe-se que o procedimento adotado – articulação produtiva com Sobral, concessão de férias e uso do banco de horas – impediu, nos últimos anos, na maior parte das vezes, a redução drástica da quantidade de funcionários, entretanto, a rotatividade dos mesmos tem sido a regra, pelo que se constatou na pesquisa realizada. Alguns dos operários entrevistados relatam que já foram demitidos e readmitidos da Grendene e de outras indústrias e empresas, tal qual o seguinte registro do artigo de Lima, Borsoi e Araújo (2011, p. 712): “A experiência do trabalho na fábrica é marcada por demissões e retornos, resultando em tensões, medos e expectativas, interferindo na forma de organizar a vida e nos projetos familiares”.

Por fim, toda a exposição confirma que apesar de a instalação e estabelecimento da Grendene no Crato ter contribuído para catalisar um maior desenvolvimento econômico para a Região e uma maior dinamização econômica para o Bairro Seminário, permanecem os aspectos mais gerais da precariedade das condições de trabalho locais.

As informações obtidas, na bibliografia e entrevistas, confirmam as estatísticas oficiais analisadas. Os dados do IBGE dão conta que para o ano de 2010, a população na cidade era de

⁵¹ De concessão de férias, 12 meses de trabalho para um mês de férias.

121.428 pessoas, 88.513 dessas estavam na faixa de economicamente ativa (10-59 anos), das quais 50.055 pessoas tinham algum tipo de ocupação que lhe garantia a subsistência. Outro número que chamou a atenção diz respeito à quantidade de pessoas dependentes diretamente da assistência social estatal. De acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento Social, em março de 2018, 13.374 famílias no Crato receberam repasses do Programa Bolsa Família. Número apenas um pouco menor que a quantidade de empregos formais na cidade atualmente, que é de 19.765 vínculos empregatícios (IBGE, 2017).

De fato, as entrevistas com os moradores corroboram mais uma vez esse aspecto levantado. Para a pergunta “O que gostaria de dizer ao Poder Público sobre as necessidades mais urgentes do Bairro Seminário e da cidade do Crato?”, as respostas mais comumente mencionam: saneamento básico, mais frequência de médicos nos postos de saúde, abastecimento mais regular de água em alguns pontos do Bairro, pavimentação de algumas vias, além de questões relacionadas à segurança pública.

Porém, a demanda que é mencionada por todos os entrevistados, é a necessidade de mais e melhores empregos. Normalmente, reconhecem os efeitos que consideram positivos com a instalação da Grendene, como a ampliação da oferta de emprego e o cumprimento da legislação trabalhista: “Foi bom porque trouxe emprego para muitas pessoas, de carteira assinada e salário certo, empregou até pessoas deficientes, coisa que não existia aqui” ⁵². Porém, confirmam o que as análises bibliográfica e estatística apontam: há uma quantidade muito maior de pessoas fora destes circuitos produtivos mais modernos – típicos do circuito superior da economia urbana –, pessoas necessitadas de meios mais certos para manterem a sua subsistência em todo o Crato.

⁵² Entrevista com moradora em julho de 2018.

Considerações Finais

Nossa pesquisa procurou analisar criticamente as condições ligadas ao estabelecimento de uma unidade fabril da empresa Grendene na cidade do Crato (CE), com as consequentes transformações socioespaciais engendradas no meio construído e no cotidiano do lugar onde a indústria foi instalada, o Bairro Seminário. Para realizar esse trabalho de interpretação de um fenômeno geográfico de dimensão local explícita, procuramos evitar que o estudo resultasse em uma análise meramente localista, e por isso insuficiente, tendo sido necessário recorrer aos contextos mais abrangentes de determinação das dinâmicas estudadas. Estas são as razões mais gerais pelas quais iniciamos a apresentação dos resultados da pesquisa a partir de escalas de espaço e tempo mais amplas, para que, posteriormente, a convergência da análise dos dois aspectos permitisse chegar ao conhecimento mais consistente desta camada do presente. Assim, foi necessário discorrer, ainda que sintética e brevemente, sobre o contexto do modo de produção capitalista em nível mundial, procurando compreender os desdobramentos desse processo na formação socioespacial brasileira.

Identificou-se a existência de novas demandas do capital geral, que engendram adaptações do capital em nível nacional – e regional. A concorrência entre as diversas empresas impulsiona a procura de novas localizações produtivas, que permitem maior extração de mais-valia da mão de obra e, conseqüentemente, uma maior lucratividade por capital investido. A consequência é que cada país, para sobreviver à competição, deve adequar-se às novas condições gestadas durante a segunda metade do século XX, que atingem uma agudização, na atualidade, com a globalização.

No Brasil, esse processo é uma das causas principais da reorganização produtiva do território, comandada a partir das firmas instaladas no Centro-Sul (tanto empresas nacionais quanto estrangeiras). É nesta Região que podemos identificar esquematicamente aquilo que foi chamado de “Região Concentrada” do território (SANTOS e SILVEIRA, 2001), onde está presente de forma mais densa o meio técnico-científico-informacional, que, por sua vez, pode ofertar para as mesmas firmas todas as infraestruturas necessárias para seu bom funcionamento (abundância de insumos, redes de transporte modernas, centros sofisticados de produção de conhecimento e formação de mão de obra, etc.).

A partir destes elementos do contexto econômico e geográfico mais gerais, procuramos entender o processo de reestruturação produtiva e de realocização industrial ocorrido no território brasileiro a partir dos anos 1960/70. Observou-se que as formas e relações pretéritas

foram capazes de contribuir significativamente para condicionar o rearranjo produtivo do país. As empresas industriais que produzem com base em tecnologias mais sofisticadas, ao optarem por nova realocação, mantiveram-se, na maioria dos casos, no próprio Centro-Sul, apesar de se afastarem da Região Metropolitana de São Paulo; esta, por sua vez, permanece como a principal centralidade econômica da rede urbana nacional, menos pelo seu poder industrial e mais por seu poder informacional. Já no caso dos segmentos industriais mais “tradicionais”, mais intensivos na exploração de trabalho manual do que no caso das acima mencionadas (tal como o de vestuários e calçados), optaram por estabelecer plantas fabris em localizações mais distantes da área *core* do país, aproveitando então as condições competitivas que as regiões mais pobres estavam dispostas a oferecer em termos de custos/gastos com mão de obra.

Na Região Nordeste, principalmente desde a criação da SUDENE em 1959, são executadas ações políticas, jurídicas e fiscais que buscaram atrair investimentos, sobretudo de capitais industriais. Desde esta época, o incentivo à industrialização era entendido como a principal possibilidade de gerar emprego e renda na Região, o que possibilitaria a superação da situação de estagnação econômica e de pobreza vivenciada por grande parcela da população desse subespaço nacional. Data deste período o modelo da SUDENE de isenção de percentual do Imposto de Renda para as Pessoas Jurídicas que decidissem por ter empreendimentos no Nordeste, o sistema 34/18 FINOR. Existente até hoje, constituiu-se como paradigma para os diversos formatos de incentivos aplicados e diversificados pelos governos estaduais nas últimas três décadas. Nos moldes que foram tratados em nosso estudo, estes incentivos e políticas de atração de investimentos podem ser lidos como alterações nos “conteúdos normativos” do território, e são peça essencial na “guerra dos lugares” que se agravou no contexto de neoliberalização da economia nos anos 1990.

Nesse sentido, é que se foi consolidando a integração da Região Nordeste ao mercado brasileiro. Integração essa que é, na análise de Araújo (1984), complementar e dependente das áreas mais dinâmicas do território. De toda maneira, era um processo inexorável no que diz respeito às novas demandas do capital mundial que reverberavam no país e lhe exigia respostas, conforme analisado (ARAÚJO, 1984).

Essa nova condição, ao fim do século XX, convergiu com os processos de neoliberalização da economia e o acirramento da integração com dependência inter-regional, deflagrando uma disputa entre entes federados por investimentos diversos. Santos e Silveira (2001) conceituaram este fenômeno como uma “guerra dos lugares”. Para além de se limitar aos aspectos normativos (isenções fiscais, projetos públicos regionais, linhas de financiamento

específicas etc.), a guerra dos lugares envolve também a ação do poder público para a alteração do ambiente construído em favor das empresas. Destarte, cada estado ou município, interessados em receber investimentos – principalmente industriais –, procuram oferecer o máximo de vantagens possível às empresas potencialmente interessadas por sua localização. Estas vantagens são tanto “materiais” (investimentos públicos na difusão de um meio técnico-científico e remodelação do ambiente construído), quanto normativas, como frisado.

No Ceará, através das ações da elite social e política regional, foram formuladas uma série de mecanismos que tornaram o estado mais atrativo para possíveis realocações de indústrias que buscavam melhores condições competitivas, distantes dos seus lugares de origem. De forma geral, pode-se dizer que, ao longo dos últimos anos, o Ceará ofereceu a essas empresas as seguintes vantagens: incentivos fiscais e financiamentos; doações de terrenos; construção de infraestruturas; e a expectativa de oferta de uma mão de obra mais barata (e em certo sentido menos experiente), e com pouca tradição de associação/reivindicação sindical. Essas vantagens resultaram na instalação de várias indústrias de capitais “não-locais” neste ente da federação.

Um dos focos destas políticas era, outrossim, a desconcentração industrial no próprio âmbito do estado, procurando alocar para as cidades do interior os investimentos que historicamente eram direcionados intensivamente para a capital, Fortaleza. Desse modo, no ano de 1995, no segundo governo do Sr. Tasso Jereissati – terceiro mandato consecutivo do seu grupo político, o autointitulado “governo das mudanças” –, é posta em prática uma política de caráter explicitamente territorial, que favorecia com maiores benesses fiscais as empresas que fizessem o movimento de se instalarem mais distantes da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Além dos benefícios ofertados pelo governo do Estado, cada município interessado em receber alguma indústria se dedicou a ofertar mais vantagens comparativas em relação aos outros municípios, intensificando a guerra dos lugares, que passou a ocorrer também em âmbito intraestadual.

Assim é que a Grendene S.A. chegou ao Crato, na Região do Cariri cearense, distante 500 km da RMF. O município se dispôs a fornecer outros incontáveis incentivos para a instalação da empresa na cidade. O evento se constituiu em um marco e foi capaz de gerar transformações no lugar, inserindo-o em circuitos de fluxos mais constantes e diversos.

Conforme nossa pesquisa procurou mostrar, a instalação deste elemento típico do circuito superior da economia urbana (a unidade da Grendene) provocou uma série de alterações materiais e imateriais na cidade. O meio construído foi incrementado especialmente para

atender as necessidades da empresa, de forma que, em praticamente todos os elementos de infraestrutura pública do Bairro Seminário (pavimentação, padrão de moradias, abastecimento de água e energia elétrica, linhas de ônibus, etc.), foi verificado uma sensível melhora, coincidente ao momento de instalação da referida firma.

Ao mesmo tempo, todo o cotidiano da localidade foi transformado, tornando-se mais complexo. As 1.100 vagas de empregos ofertadas inicialmente atraíram muitos jovens que se candidatavam na porta da fábrica. A população do Bairro Seminário cresceu bastante, e este crescimento se deu principalmente na faixa de pessoas jovens, em idade produtiva.

A organização fabril, rigidamente controlada pela sede administrativa da empresa no Sul, apresentou modelos de coordenação da produção e da gestão de recursos humanos que influenciaram tanto os ritmos do Bairro, assim como a “atmosfera empresarial” da Região do Cariri (principalmente a sua indústria calçadista local). Neste contexto, cabe destacar também que os salários pagos aos funcionários geram importantes “efeitos multiplicadores locais”, ou seja, contribuem para maior circulação de capitais na cidade, o que naturalmente ampliou o volume de atividades econômicas e de trocas que se dão na economia local (principalmente no setor terciário).

Destaque nesse aspecto deu-se ao desenvolvimento de um conjunto de atividades populares no Bairro Seminário, particularmente ao redor da fábrica. Dadas as características mais “simples” destas atividades (baixo uso de tecnologia, níveis de organização pouco sofisticados e clientela fundamentalmente composta por indivíduos de baixa renda), foi possível classificar estas atividades como sendo do circuito inferior da economia urbana (SANTOS, [1979] 2008). A instalação da Grendene, portanto, ao passo que obrigou o poder público local a instalar melhorias no ambiente construído, deslocou para o Bairro uma grande quantidade de trabalhadores que não foram inseridos nos processos produtivos da empresa; parte significativa destes trabalhadores, por sua vez, desenvolveu por conta própria estas atividades do circuito inferior para o consumo dos funcionários da fábrica: meios de transporte rústicos/precários, bares, bodegas, comércios ambulantes, salões de beleza, entre outros tipos de atividades econômicas de pequena dimensão. No Bairro Seminário, portanto, foi possível identificar com relativa precisão, essa dialética entre o circuito superior e o circuito inferior da economia urbana nos países periféricos, como analisou Santos na década de 1970, e como mais recentemente estudam autores como Silveira (2013) e Montenegro (2013).

Desse modo conclui-se que a existência da Grendene no Crato contribui substancialmente para a complexificação da vida de relações no lugar, muito embora a maior

dinamização do mesmo se dê em função dos interesses hegemônicos da grande empresa. Se, por um lado, a chegada da fábrica obrigou a instalação de uma série de melhorias no ambiente construído (com repercussões positivas para a população local como um todo), por outro, uma série de ônus também se deu neste mesmo contexto. Dentre os principais aspectos negativos, podemos destacar os seguintes: a enorme renúncia fiscal que o Estado – em suas diferentes escalas – está chamado a realizar para aumentar a atratividade do local; a grande quantidade de migrantes que chega aos lugares “modernizados”, mas que não são incorporados nas atividades do “circuito superior da economia urbana”, e que vivem nos lugares em condições precárias (principalmente de trabalho e renda); a segregação socioespacial a que são submetidos os lugares da cidade que não recebem investimentos públicos, principalmente em infraestruturas de habitação, saneamento, esgoto, iluminação, transportes e educação.

Para que a população excluída desta marcha da “modernização” possa usufruir de melhores condições de vida, faz-se necessário envidar esforços de todas as ordens: políticos, sociais, econômicos e, inclusive, intelectuais, para que sejam reveladas as contradições dos usos urbanos do espaço, como nossa pesquisa procurou realizar, para o caso do Bairro do Seminário na cidade do Crato (CE).

REFERÊNCIAS

- ABU-EL-HAJ, Jawdat. Classe, poder e administração pública no Ceará. In: PARENTE, Josênio, ARRUDA e José Maria (organizadores). *A era Jereissati, modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- ALMEIDA, Diego Gadelha de. *Indústria e reestruturação socioespacial: a inserção de Sobral (CE) na divisão espacial da produção calçadista*. 2009. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciência e Tecnologia, Mestrado Acadêmico em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.
- AMARAL FILHO, Jair do. SOUZA, Dayane Lima Rabelo de. *Arranjo produtivo de calçados do Cariri, Ceará*. Texto para discussão. n.º 09. Fortaleza: IPECE/Governo do Estado do Ceará, 2003.
- AMORA, Zenilde Baima. Indústria e espaço no Ceará. In: SILVA, José Borzachiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (organizadores). *Ceará: um novo olhar geográfico*. 2ª ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2007.
- AMORA, Zenilde Baima; COSTA, Maria. Clelia Lustosa. Transformações nas cidades médias do Ceará (Brasil). In: *Anais do 12º Encontro de Geógrafos da América Latina - EGAL*, 2009, Montevidéu. Disponível em <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/246.pdf>. Acesso em 28 de setembro de 2015.
- AMORA, Zenilde Baima; HOLANDA, Virginia Célia Cavalcante de. Cidades médias do Ceará, estado do Nordeste do Brasil, e suas dinâmicas contemporâneas. In: *Revista geográfica de América Central*, número especial, Egal. Costa Rica, 2011. Disponível em <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2279>. Acesso em 28 de setembro de 2015.
- ANDRADE, Manoel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. 4ª edição, São Paulo: Ciências Humanas Ltda, 1980.
- ANTAS JR, Ricardo Mendes. *Território e regulação: espaço geográfico, fonte material e não formal do direito*. São Paulo: Humanitas, 2005.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Industrialização do Nordeste: intenções e resultados. In: MARANHÃO, Sílvia (organizador). *A questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

- ARAÚJO, Iara Maria. *Os novos espaços produtivos: relações sociais e vida econômica no Cariri Cearense*. 2006. 229f. Tese (Doutorado). Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.
- BANCO DO NORDESTE. *Perfil econômico da indústria no Cariri*. Fortaleza, BNB, 1999.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Pensamentos, palavras e obras. In: PARENTE, Josênio, ARRUDA e José Maria (organizadores). *A era Jereissati, modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- BESERRA, Fábio Ricardo da Silva. *Espaço, indústria e reestruturação do capital: a indústria de calçados da região do Cariri-CE*. 2007. 123 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciência e Tecnologia, Mestrado Acadêmico em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007. Disponível em http://www.uece.br/mag/dmdocuments/fabio_ricardo_dissertacao.pdf. Acesso em 20 de setembro de 2015.
- BLOG DO CRATO. Disponível em <http://blogdocrato.blogspot.com/> Acesso em 4 de fevereiro de 2017.
- BNDES. *A indústria de calçados no Estado do Ceará*. Setores Produtivos 2, 2001.
- CANO, Wilson. *Desconcentração produtiva regional no Brasil, 1970-2005*. São Paulo, Ed. Unesp, 2008.
- CEARÁ. Governo do Estado do. *Mensagens à Assembleia Legislativa*. Fortaleza, 1996.
- _____. *Plano de desenvolvimento sustentável 1995/1998*. Fortaleza, 1995.
- _____. *A nova política industrial do Ceará: interiorização do desenvolvimento*. Fortaleza: IOCE, 1987.
- _____. *Diário Oficial do Estado do Ceará*. Fortaleza, Editoração Casa Civil, vários anos.
- CONTEL, Fabio Betioli. *Território e finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil*. São Paulo, Annablume, 2011.
- _____. Milton Santos. In: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECO, Lincoln Ferreira. *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- CORDEIRO, Rosemary de Matos. *As aglomerações produtivas de calçados, folheados e de joias do CRAJUBAR (CE): formação, produção, trabalho, implicações socioespaciais*. 2015. 328f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2015.
- CORREA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1995.
- CRATO. *Plano Diretor Municipal do Crato: caracterização do município, síntese leitura técnica/comunitária*. Crato, 2000.

- CRATO. *Revista 4 anos de realizações*. Crato, 1996.
- DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- DINIZ, Clélio Campolina. A Nova Configuração Urbano-industrial no Brasil. In: KON, Anita (organizadora). *Unidade e Fragmentação: a questão regional no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- DINIZ, Clélio Campolina; BASQUES, Maria Fernanda Diamante. *A industrialização nordestina recente e suas perspectivas*. Fortaleza, BNB, 2004.
- DINIZ, José Alexandre Felizola. *O subsistema urbano regional Crato/Juazeiro do Norte*. Recife, SUDENE, 1989.
- FARIAS FILHO, Waldemar Arraes de. *Crato, evolução urbana e arquitetura 1740-1960*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2007.
- FIGUEIREDO FILHO, José de; PINHEIRO, Irineu. *Cidade do Crato*. Fortaleza, Edições UFC, 2010.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, (1959) 2008.
- GEOPARK ARARIPE. *Geossítio Batateira*. Disponível em <http://geoparkararipe.org.br/geossitio-batateira/>. Acesso em 03 de março de 2017, às 9h.
- GONDIM, Linda Maria Pontes. Os “Governos das Mudanças” (1987-1994). In: SOUZA, Simone de (organizadora). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.
- GRENDENE. *Relatório anual*. Vários anos.
- _____. *Relatório da administração*. Vários anos.
- HARVEY, David (1973). *A justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. O trabalho, o capital e o conflito em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *Revista Espaço e Debates*, nº 6, 1982.
- HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante de; CASTRO, Francisca Fernanda Batista de. Espaço metropolitano cearense: breves considerações. In: *Revista da Casa da Geografia de Sobral*, Sobral/CE, v. 20, n. 2, p. 106-124, 2018.
- IPECE-Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica Aplicada. *Perfil das Regiões de Planejamento: Cariri 2016*. Fortaleza, 2016.
- _____. *Perfil básico municipal: Crato*. Fortaleza, vários anos.
- JEFFERSON, Mark. The Law of Primate City. In: *Geographical Review*, The American Geographical Society, 1939, p. 226-232.

- LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: Edusp, 2009.
- LIMA, Jacob Carlos. *Negócios da China: a nova industrialização no Nordeste*. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 49, 1997.
- LIMA, Carlos Jacob; BORSOI, Isabel Cristina Ferreira; ARAÚJO, Iara Maria. Operárias do Cariri cearense: fábrica, família e violência doméstica. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, nº 19, p. 705-732, 2011.
- LIMA JR, Francisco do O' de; MACEDO, Fernando César de. A constituição da rede urbana sul cearense: aspectos de sua formação e distinção contemporâneas. In: MACEDO, Fernando César de; LIMA JR, Francisco do O' de; MORAIS, José Micaelson Lacerda. *Ceará: economia, urbanização e metropolização*. Crato: RDS, 2014.
- MACEDO, Fernando César de; LIMA JR, Francisco do O' de; MORAIS, José Micaelson Lacerda. Dinâmica econômica e rede urbana cearense no início do século XXI. In: MACEDO, Fernando César de; LIMA JR, Francisco do O' de; MORAIS, José Micaelson Lacerda. *Ceará: economia, urbanização e metropolização*. Crato: RDS, 2014.
- MANTOVANI, Luciano. *Programa Papo Arretado - 20ª edição*. Crato, Radio São Francisco (105 FM), 2017, 70 min. Entrevista concedida pelo gerente de produção da Grendene Crato para uma rádio local. Disponível em: <http://programapapoarretado.blogspot.com.br/2017/09/entrevista-com-luciano-mantovani.html>. Acesso em 19 de setembro de 2017, às 13 horas.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2007.
- MENEZES, Gabriela. *Os avanços do polo calçadista no Cariri*. Revista O Povo Cariri. nº 9. p. 27-30. 2016.
- MENEZES, Edith Oliveira de. O Cariri cearense. In: SILVA, José Borzachiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; (organizadores). *Ceará: um novo olhar geográfico*. 2ª Ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2007.
- MENEZES, Edith Oliveira de. *Do lugar da produção ao consumo do lugar: um estudo da urbanização do Lameiro/Crato no Cariri cearense*. 1995. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade São Paulo, São Paulo, 1995.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Relatório sobre Bola Família e Cadastro Único: Crato*. Brasil: Brasília, 2018.

- MONTENEGRO, Marina Regitz. Reflexões para uma teoria da localização da economia popular nas metrópoles brasileiras. In: *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 3, n.1, Campinas, 2013, p. 37-54.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião - SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- OLIVEIRA, Luiz Guilherme de. Alguns Aspectos da Guerra Fiscal. In: KON, Anita (organizadora). *Unidade e Fragmentação: a questão regional no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- OLIVEIRA, Antônio Leite; MARINHO, Emerson. Incentivos fiscais: impacto na geração de empregos no Ceará. In: ARRAES, Ronaldo de Albuquerque e; JORGE NETO, Paulo de Melo. *Ensaio em economia aplicada: finanças do Ceará*. Fortaleza, Edições UFC, 2012.
- PARENTE, Josênio. O Ceará e a modernidade. In: PARENTE, Josênio, ARRUDA e José Maria (organizadores). *A era Jereissati, modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- PEREIRA JR, Edilson Alves. *Território e economia política – uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará*. 2011. 450 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.
- PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. In: FAISSOL, S. *Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: IBGE, [1955]1974, p. 97-110.
- QUEIROZ, Fábio José Cavalcanti de. *Padres, coronéis e ativistas sociais: o Cariri à época da usurpação militarista – 1964-1985*. 2010. 351 f. Tese (Doutorado em Sociologia), Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- QUEIROZ, Ivan da Silva. *A metrópole do Cariri: institucionalização no âmbito estadual e a dinâmica urbano-regional da aglomeração do CRAJUBAR*. 2013. 205 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano), Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2013.
- REVISTA CEARÁ NEWS, 1997. Crato-CE, ano II, nº 16.
- ROSSINI, Rosa Ester. Geografia e gênero: recuperando a memória de uma pesquisa sobre a força de trabalho na agricultura canavieira na Macro-área de Ribeirão Preto (SP-Brasil) 1977-2008. In: *Revista Latino Americana de Geografia e Gênero*. Ponta Grossa, v.1, n.1, p. 121-133, 2010.
- SANDRONI, Paulo (org.). *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1999.

- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. (1996). *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Edusp, 2014.
- _____. (1988). *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Edusp, 2014.
- _____. (1994). *Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional*. São Paulo, Edusp, 2013.
- _____. (1994). *Por uma Economia Política da Cidade*. São Paulo: Edusp, 2012.
- _____. (1979). *O Espaço Dividido*. São Paulo: Edusp, 2008.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: Território e Sociedade do século XXI*. Rio de Janeiro, Record, 2001.
- SIEBRA, Firmiana Santos Fonseca. *Mobilidade dos centros urbanos: planejamento e gestão da acessibilidade na cidade do Crato – Ceará*. 2013. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia) Departamento de Geografia, Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.
- SIEBRA JR, José Arlindo Sampaio. *Cidade do Crato: Análise Geoambiental do Sítio Fundão*. 1995. 98 f. Monografia (Especialização), Curso de Especialização em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1995.
- SILVA, José Borzacchiello da. A cidade contemporânea no Ceará. In: SOUZA, Simone de (org.). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.
- SILVA, Eldinho Pereira da; PEREIRA, Miralva Ferreira Guedes. *Análise da formação do Bairro Seminário em Crato-CE*. Fortaleza: Instituto da Memória do Povo Cearense, 2005.
- SILVEIRA, Maria Laura. Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana. In: *Revista Ciência Geográfica – Bauru – XVII – Vol. XVII – (1)*, Janeiro/Dezembro, 2013, p. 64-71.
- SOBREIRA NETO, João Ludgero. *O Cariri visto da Cumeeira*. Blog do Crato, 2009. Acesso em 4 de fevereiro de 2017.
- SOUZA, Raimunda Aurília Ferreira de. *A cidade do Crato na rede urbana cearense: papel e importância na dinâmica urbana do CRAJUBAR*. 2015. 201 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.
- SOUZA, Maria Salete de. Ceará: bases de fixação do povoamento e crescimento das cidades. In: SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio

- Wanderley Correia; (organizadores). *Ceará: um novo olhar geográfico*. 2^a ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2007.
- SOARES, Douracy. *O Cariri - Crato - Juazeiro do Norte: estudo de Geografia Regional*. Crato, Faculdade de Filosofia do Crato, 1968.

DIÁRIO OFICIAL

ANO LXII - Nº 15.884 (Paralelo)

FORTALEZA, 14 DE AGOSTO DE 1966

PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 24.101, DE 13 DE AGOSTO DE 1966

**DECLARA DE INTERESSE SOCIAL
PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO
A ÁREA DE TERRA QUE INDICA E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 58, inciso IV e VI, da Constituição Estadual, o do fundamento no Decreto nº 9.386, de 2º de junho de 1941 e Lei nº 4.532, de 10 de setembro de 1962,

CONSIDERANDO as diretrizes da política habitacional do Estado, em consonância com o art. 23, IX, da Constituição Federal, e o art. 15, IX, da Constituição Estadual,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de interesse social, para fins de desapropriação, a área de terra situada no Município de Fortaleza, termo Messias, com as respectivas benfeitorias, possesões e servidões nela existentes, tal como referida no artigo 2º deste Decreto, destinada à construção de unidades habitacionais pelo sistema de aluguel.

Art. 2º - A área de terra de que trata o artigo 1º situa-se: Ao Norte com terras de Manoel Roberto Luciani, Emissas; Frente da Corte e Roberto Ribeiro. Ao Este com terras de Helenir Ribeiro e Dr. Silvio Ao Sul com terras de Ezequiel Nogueira e João Maria do Azevedo e Rua Santa Luzia; Ao Oeste com terras de Edson Mendes e Rua Monte Verde em Messias, com as benfeitorias seguintes: terreno do bairro V1, parte inicial do terreno, com coordenadas 3003,620E e 4016,880N, tendo distâncias de 360,00m e 400,00m do V1, 200,00m e 400,00m do V2. Oeste, com terreno 112,400m e distância 136,040m chegou à estação V3. Oeste, com terreno 22,3717 e distância 150,480m chegou à estação V4. Oeste, com terreno 304,2504 e distância 1,1,010m chegou à estação V5. Oeste, com terreno 206,2512 e distância 32,432m chegou à estação V6. Oeste, com terreno 230,4918 e distância 40,000m chegou ao rio Pôrto V7. Reforçando-se assim toda o contorno do lote, totalizando um perímetro de 648,747m e área total de 2.578m².

Art. 3º - Fica a COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ - COHAB-CEARÁ autorizada a proceder, após o julgamento, mediante prévia avaliação e desapropriação de que trata este Decreto, devendo a Companhia pagar por conta do Governo do Estado do Ceará, através do recurso financeiro a ser empenhado, aquela Companhia pela Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 13 de agosto de 1966.

TASSO MURIEL JERISSATI
ADOLFO DE MARINHO FRONTE

DECRETO Nº 24.101, DE 13 DE AGOSTO DE 1966

**DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA
PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO A
ÁREA QUE INDICA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 58, inciso IV e VI, da Constituição Estadual, o do fundamento no Decreto nº 9.386, de 2º de junho de 1941 e Lei nº 4.532, de 10 de setembro de 1962,

CONSIDERANDO que o Estado do Ceará, seguindo as diretrizes da política de fomento e desenvolvimento em Fortaleza, para promover a construção de habitação social, e o projeto de implantação de "Loteamentos de Interesse Social" em Fortaleza, tendo em vista a importância de que tenham a sua implantação e desenvolvimento, com vista a desapropriação de parcelas locais, com o objetivo de promover o desenvolvimento da cidade de Fortaleza.

CONSIDERANDO que a construção e implantação do Loteamento de Interesse Social, com a desapropriação de áreas, empresas de habitação social, para a implantação de unidades habitacionais, com o objetivo de promover o desenvolvimento da cidade de Fortaleza.

DECRETA

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área de terra situada no bairro Fronteira da Alameda, no município de Ceará, compreendendo as seguintes benfeitorias e glebas, com áreas e distâncias, a seguir descritas:

Loteamento Parque São Francisco, registro nº 8.956 do livro 2, compreendendo as seguintes áreas:
A-1 - 0-1 - 0-2 - 0-3 - 0-4 - 0-5 - 0-6 - 0-7 - 0-8 - 0-9 - 0-10 - 0-11 - 0-12 - 0-13 - 0-14 - 0-15 - 0-16 - 0-17 - 0-18 - 0-19 - 0-20 - 0-21 - 0-22 - 0-23 - 0-24 - 0-25 - 0-26 - 0-27 - 0-28 - 0-29 - 0-30 - 0-31 - 0-32 - 0-33 - 0-34 - 0-35 - 0-36 - 0-37 - 0-38 - 0-39 - 0-40 - 0-41 - 0-42 - 0-43 - 0-44 - 0-45 - 0-46 - 0-47 - 0-48 - 0-49 - 0-50 - 0-51 - 0-52 - 0-53 - 0-54 - 0-55 - 0-56 - 0-57 - 0-58 - 0-59 - 0-60 - 0-61 - 0-62 - 0-63 - 0-64 - 0-65 - 0-66 - 0-67 - 0-68 - 0-69 - 0-70 - 0-71 - 0-72 - 0-73 - 0-74 - 0-75 - 0-76 - 0-77 - 0-78 - 0-79 - 0-80 - 0-81 - 0-82 - 0-83 - 0-84 - 0-85 - 0-86 - 0-87 - 0-88 - 0-89 - 0-90 - 0-91 - 0-92 - 0-93 - 0-94 - 0-95 - 0-96 - 0-97 - 0-98 - 0-99 - 0-100 - 0-101 - 0-102 - 0-103 - 0-104 - 0-105 - 0-106 - 0-107 - 0-108 - 0-109 - 0-110 - 0-111 - 0-112 - 0-113 - 0-114 - 0-115 - 0-116 - 0-117 - 0-118 - 0-119 - 0-120 - 0-121 - 0-122 - 0-123 - 0-124 - 0-125 - 0-126 - 0-127 - 0-128 - 0-129 - 0-130 - 0-131 - 0-132 - 0-133 - 0-134 - 0-135 - 0-136 - 0-137 - 0-138 - 0-139 - 0-140 - 0-141 - 0-142 - 0-143 - 0-144 - 0-145 - 0-146 - 0-147 - 0-148 - 0-149 - 0-150 - 0-151 - 0-152 - 0-153 - 0-154 - 0-155 - 0-156 - 0-157 - 0-158 - 0-159 - 0-160 - 0-161 - 0-162 - 0-163 - 0-164 - 0-165 - 0-166 - 0-167 - 0-168 - 0-169 - 0-170 - 0-171 - 0-172 - 0-173 - 0-174 - 0-175 - 0-176 - 0-177 - 0-178 - 0-179 - 0-180 - 0-181 - 0-182 - 0-183 - 0-184 - 0-185 - 0-186 - 0-187 - 0-188 - 0-189 - 0-190 - 0-191 - 0-192 - 0-193 - 0-194 - 0-195 - 0-196 - 0-197 - 0-198 - 0-199 - 0-200 - 0-201 - 0-202 - 0-203 - 0-204 - 0-205 - 0-206 - 0-207 - 0-208 - 0-209 - 0-210 - 0-211 - 0-212 - 0-213 - 0-214 - 0-215 - 0-216 - 0-217 - 0-218 - 0-219 - 0-220 - 0-221 - 0-222 - 0-223 - 0-224 - 0-225 - 0-226 - 0-227 - 0-228 - 0-229 - 0-230 - 0-231 - 0-232 - 0-233 - 0-234 - 0-235 - 0-236 - 0-237 - 0-238 - 0-239 - 0-240 - 0-241 - 0-242 - 0-243 - 0-244 - 0-245 - 0-246 - 0-247 - 0-248 - 0-249 - 0-250 - 0-251 - 0-252 - 0-253 - 0-254 - 0-255 - 0-256 - 0-257 - 0-258 - 0-259 - 0-260 - 0-261 - 0-262 - 0-263 - 0-264 - 0-265 - 0-266 - 0-267 - 0-268 - 0-269 - 0-270 - 0-271 - 0-272 - 0-273 - 0-274 - 0-275 - 0-276 - 0-277 - 0-278 - 0-279 - 0-280 - 0-281 - 0-282 - 0-283 - 0-284 - 0-285 - 0-286 - 0-287 - 0-288 - 0-289 - 0-290 - 0-291 - 0-292 - 0-293 - 0-294 - 0-295 - 0-296 - 0-297 - 0-298 - 0-299 - 0-300 - 0-301 - 0-302 - 0-303 - 0-304 - 0-305 - 0-306 - 0-307 - 0-308 - 0-309 - 0-310 - 0-311 - 0-312 - 0-313 - 0-314 - 0-315 - 0-316 - 0-317 - 0-318 - 0-319 - 0-320 - 0-321 - 0-322 - 0-323 - 0-324 - 0-325 - 0-326 - 0-327 - 0-328 - 0-329 - 0-330 - 0-331 - 0-332 - 0-333 - 0-334 - 0-335 - 0-336 - 0-337 - 0-338 - 0-339 - 0-340 - 0-341 - 0-342 - 0-343 - 0-344 - 0-345 - 0-346 - 0-347 - 0-348 - 0-349 - 0-350 - 0-351 - 0-352 - 0-353 - 0-354 - 0-355 - 0-356 - 0-357 - 0-358 - 0-359 - 0-360 - 0-361 - 0-362 - 0-363 - 0-364 - 0-365 - 0-366 - 0-367 - 0-368 - 0-369 - 0-370 - 0-371 - 0-372 - 0-373 - 0-374 - 0-375 - 0-376 - 0-377 - 0-378 - 0-379 - 0-380 - 0-381 - 0-382 - 0-383 - 0-384 - 0-385 - 0-386 - 0-387 - 0-388 - 0-389 - 0-390 - 0-391 - 0-392 - 0-393 - 0-394 - 0-395 - 0-396 - 0-397 - 0-398 - 0-399 - 0-400 - 0-401 - 0-402 - 0-403 - 0-404 - 0-405 - 0-406 - 0-407 - 0-408 - 0-409 - 0-410 - 0-411 - 0-412 - 0-413 - 0-414 - 0-415 - 0-416 - 0-417 - 0-418 - 0-419 - 0-420 - 0-421 - 0-422 - 0-423 - 0-424 - 0-425 - 0-426 - 0-427 - 0-428 - 0-429 - 0-430 - 0-431 - 0-432 - 0-433 - 0-434 - 0-435 - 0-436 - 0-437 - 0-438 - 0-439 - 0-440 - 0-441 - 0-442 - 0-443 - 0-444 - 0-445 - 0-446 - 0-447 - 0-448 - 0-449 - 0-450 - 0-451 - 0-452 - 0-453 - 0-454 - 0-455 - 0-456 - 0-457 - 0-458 - 0-459 - 0-460 - 0-461 - 0-462 - 0-463 - 0-464 - 0-465 - 0-466 - 0-467 - 0-468 - 0-469 - 0-470 - 0-471 - 0-472 - 0-473 - 0-474 - 0-475 - 0-476 - 0-477 - 0-478 - 0-479 - 0-480 - 0-481 - 0-482 - 0-483 - 0-484 - 0-485 - 0-486 - 0-487 - 0-488 - 0-489 - 0-490 - 0-491 - 0-492 - 0-493 - 0-494 - 0-495 - 0-496 - 0-497 - 0-498 - 0-499 - 0-500 - 0-501 - 0-502 - 0-503 - 0-504 - 0-505 - 0-506 - 0-507 - 0-508 - 0-509 - 0-510 - 0-511 - 0-512 - 0-513 - 0-514 - 0-515 - 0-516 - 0-517 - 0-518 - 0-519 - 0-520 - 0-521 - 0-522 - 0-523 - 0-524 - 0-525 - 0-526 - 0-527 - 0-528 - 0-529 - 0-530 - 0-531 - 0-532 - 0-533 - 0-534 - 0-535 - 0-536 - 0-537 - 0-538 - 0-539 - 0-540 - 0-541 - 0-542 - 0-543 - 0-544 - 0-545 - 0-546 - 0-547 - 0-548 - 0-549 - 0-550 - 0-551 - 0-552 - 0-553 - 0-554 - 0-555 - 0-556 - 0-557 - 0-558 - 0-559 - 0-560 - 0-561 - 0-562 - 0-563 - 0-564 - 0-565 - 0-566 - 0-567 - 0-568 - 0-569 - 0-570 - 0-571 - 0-572 - 0-573 - 0-574 - 0-575 - 0-576 - 0-577 - 0-578 - 0-579 - 0-580 - 0-581 - 0-582 - 0-583 - 0-584 - 0-585 - 0-586 - 0-587 - 0-588 - 0-589 - 0-590 - 0-591 - 0-592 - 0-593 - 0-594 - 0-595 - 0-596 - 0-597 - 0-598 - 0-599 - 0-600 - 0-601 - 0-602 - 0-603 - 0-604 - 0-605 - 0-606 - 0-607 - 0-608 - 0-609 - 0-610 - 0-611 - 0-612 - 0-613 - 0-614 - 0-615 - 0-616 - 0-617 - 0-618 - 0-619 - 0-620 - 0-621 - 0-622 - 0-623 - 0-624 - 0-625 - 0-626 - 0-627 - 0-628 - 0-629 - 0-630 - 0-631 - 0-632 - 0-633 - 0-634 - 0-635 - 0-636 - 0-637 - 0-638 - 0-639 - 0-640 - 0-641 - 0-642 - 0-643 - 0-644 - 0-645 - 0-646 - 0-647 - 0-648 - 0-649 - 0-650 - 0-651 - 0-652 - 0-653 - 0-654 - 0-655 - 0-656 - 0-657 - 0-658 - 0-659 - 0-660 - 0-661 - 0-662 - 0-663 - 0-664 - 0-665 - 0-666 - 0-667 - 0-668 - 0-669 - 0-670 - 0-671 - 0-672 - 0-673 - 0-674 - 0-675 - 0-676 - 0-677 - 0-678 - 0-679 - 0-680 - 0-681 - 0-682 - 0-683 - 0-684 - 0-685 - 0-686 - 0-687 - 0-688 - 0-689 - 0-690 - 0-691 - 0-692 - 0-693 - 0-694 - 0-695 - 0-696 - 0-697 - 0-698 - 0-699 - 0-700 - 0-701 - 0-702 - 0-703 - 0-704 - 0-705 - 0-706 - 0-707 - 0-708 - 0-709 - 0-710 - 0-711 - 0-712 - 0-713 - 0-714 - 0-715 - 0-716 - 0-717 - 0-718 - 0-719 - 0-720 - 0-721 - 0-722 - 0-723 - 0-724 - 0-725 - 0-726 - 0-727 - 0-728 - 0-729 - 0-730 - 0-731 - 0-732 - 0-733 - 0-734 - 0-735 - 0-736 - 0-737 - 0-738 - 0-739 - 0-740 - 0-741 - 0-742 - 0-743 - 0-744 - 0-745 - 0-746 - 0-747 - 0-748 - 0-749 - 0-750 - 0-751 - 0-752 - 0-753 - 0-754 - 0-755 - 0-756 - 0-757 - 0-758 - 0-759 - 0-760 - 0-761 - 0-762 - 0-763 - 0-764 - 0-765 - 0-766 - 0-767 - 0-768 - 0-769 - 0-770 - 0-771 - 0-772 - 0-773 - 0-774 - 0-775 - 0-776 - 0-777 - 0-778 - 0-779 - 0-780 - 0-781 - 0-782 - 0-783 - 0-784 - 0-785 - 0-786 - 0-787 - 0-788 - 0-789 - 0-790 - 0-791 - 0-792 - 0-793 - 0-794 - 0-795 - 0-796 - 0-797 - 0-798 - 0-799 - 0-800 - 0-801 - 0-802 - 0-803 - 0-804 - 0-805 - 0-806 - 0-807 - 0-808 - 0-809 - 0-810 - 0-811 - 0-812 - 0-813 - 0-814 - 0-815 - 0-816 - 0-817 - 0-818 - 0-819 - 0-820 - 0-821 - 0-822 - 0-823 - 0-824 - 0-825 - 0-826 - 0-827 - 0-828 - 0-829 - 0-830 - 0-831 - 0-832 - 0-833 - 0-834 - 0-835 - 0-836 - 0-837 - 0-838 - 0-839 - 0-840 - 0-841 - 0-842 - 0-843 - 0-844 - 0-845 - 0-846 - 0-847 - 0-848 - 0-849 - 0-850 - 0-851 - 0-852 - 0-853 - 0-854 - 0-855 - 0-856 - 0-857 - 0-858 - 0-859 - 0-860 - 0-861 - 0-862 - 0-863 - 0-864 - 0-865 - 0-866 - 0-867 - 0-868 - 0-869 - 0-870 - 0-871 - 0-872 - 0-873 - 0-874 - 0-875 - 0-876 - 0-877 - 0-878 - 0-879 - 0-880 - 0-881 - 0-882 - 0-883 - 0-884 - 0-885 - 0-886 - 0-887 - 0-888 - 0-889 - 0-890 - 0-891 - 0-892 - 0-893 - 0-894 - 0-895 - 0-896 - 0-897 - 0-898 - 0-899 - 0-900 - 0-901 - 0-902 - 0-903 - 0-904 - 0-905 - 0-906 - 0-907 - 0-908 - 0-909 - 0-910 - 0-911 - 0-912 - 0-913 - 0-914 - 0-915 - 0-916 - 0-917 - 0-918 - 0-919 - 0-920 - 0-921 - 0-922 - 0-923 - 0-924 - 0-925 - 0-926 - 0-927 - 0-928 - 0-929 - 0-930 - 0-931 - 0-932 - 0-933 - 0-934 - 0-935 - 0-936 - 0-937 - 0-938 - 0-939 - 0-940 - 0-941 - 0-942 - 0-943 - 0-944 - 0-945 - 0-946 - 0-947 - 0-948 - 0-949 - 0-950 - 0-951 - 0-952 - 0-953 - 0-954 - 0-955 - 0-956 - 0-957 - 0-958 - 0-959 - 0-960 - 0-961 - 0-962 - 0-963 - 0-964 - 0-965 - 0-966 - 0-967 - 0-968 - 0-969 - 0-970 - 0-971 - 0-972 - 0-973 - 0-974 - 0-975 - 0-976 - 0-977 - 0-978 - 0-979 - 0-980 - 0-981 - 0-982 - 0-983 - 0-984 - 0-985 - 0-986 - 0-987 - 0-988 - 0-989 - 0-990 - 0-991 - 0-992 - 0-993 - 0-994 - 0-995 - 0-996 - 0-997 - 0-998 - 0-999 - 1-000 - 1-001 - 1-002 - 1-003 - 1-004 - 1-005 - 1-006 - 1-007 - 1-008 - 1-009 - 1-010 - 1-011 - 1-012 - 1-013 - 1-014 - 1-015 - 1-016 - 1-017 - 1-018 - 1-019 - 1-020 - 1-021 - 1-022 - 1-023 - 1-024 - 1-025 - 1-026 - 1-027 - 1-028 - 1-029 - 1-030 - 1-031 - 1-032 - 1-033 - 1-034 - 1-035 - 1-036 - 1-037 - 1-038 - 1-039 - 1-040 - 1-041 - 1-042 - 1-043 - 1-044 - 1-045 - 1-046 - 1-047 - 1-048 - 1-049 - 1-050 - 1-051 - 1-052 - 1-053 - 1-054 - 1-055 - 1-056 - 1-057 - 1-058 - 1-059 - 1-060 - 1-061 - 1-062 - 1-063 - 1-064 - 1-065 - 1-066 - 1-067 - 1-068 - 1-069 - 1-070 - 1-071 - 1-072 - 1-073 - 1-074 - 1-075 - 1-076 - 1-077 - 1-078 - 1-079 - 1-080 - 1-081 - 1-082 - 1-083 - 1-084 - 1-085 - 1-086 - 1-087 - 1-088 - 1-089 - 1-090 - 1-091 - 1-092 - 1-093 - 1-094 - 1-095 - 1-096 - 1-097 - 1-098 - 1-099 - 1-100 - 1-101 - 1-102 - 1-103 - 1-104 - 1-105 - 1-106 - 1-107 - 1-108 - 1-109 - 1-110 - 1-111 - 1-112 - 1-113 - 1-114 - 1-115 - 1-116 - 1-117 - 1-118 - 1-119 - 1-120 - 1-121 - 1-122 - 1-123 - 1-124 - 1-125 - 1-126 - 1-127 - 1-128 - 1-129 - 1-130 - 1-131 - 1-132 - 1-133 - 1-134 - 1-135 - 1-136 - 1-137 - 1-138 - 1-139 - 1-140 - 1-141 - 1-142 - 1-143 - 1-144 - 1-145 - 1-146 - 1-147 - 1-148 - 1-149 - 1-150 - 1-151 - 1-152 - 1-153 - 1-154 - 1-155 - 1-156 - 1-157 - 1-158 - 1-159 - 1-160 - 1-161 - 1-162 - 1-163 - 1-164 - 1-165 - 1-166 - 1-167 - 1-168 - 1-169 - 1-170 - 1-171 - 1-172 - 1-173 - 1-174 - 1-175 - 1-176 - 1-177 - 1-178 - 1-179 - 1-180 - 1-181 - 1-182 - 1-183 - 1-184 - 1-185 - 1-186 - 1-187 - 1-188 - 1-189 - 1-190 - 1-191 - 1-192 - 1-193 - 1-194 - 1-195 - 1-196 - 1-197 - 1-198 - 1-199 - 1-200 - 1-201 - 1-202 - 1-203 - 1-204 - 1-205 - 1-206 - 1-207 - 1-208 - 1-209 - 1-210 - 1-211 - 1-212 - 1-213 - 1-214 - 1-215 - 1-216 - 1-217 - 1-218 - 1-219 - 1-220 - 1-221 - 1-222 - 1-223 - 1-224 - 1-225 - 1-226 - 1-227 - 1-228 - 1-229 - 1-230 - 1-231 - 1-232 - 1-233 - 1-234 - 1-235 - 1-236 - 1-237 - 1-238 - 1-239 - 1-240 - 1-241 - 1-242 - 1-243 - 1-244 - 1-245 - 1-246 - 1-247 - 1-248 - 1-249 - 1-250 - 1-251 - 1-252 - 1-253 - 1-254 - 1-255 - 1-256 - 1-257 - 1-258 - 1-259 - 1-260 - 1-261 - 1-262 - 1-263 - 1-264 - 1-265 - 1-266 - 1-267 - 1-268 - 1-269 - 1-270 - 1-271 - 1-272 - 1-273 - 1-274 - 1-275 - 1-276 - 1-277 - 1-278 - 1-279 - 1-280 - 1-281 - 1-282 - 1-283 - 1-284 - 1-285 - 1-286 - 1-287 - 1-288 - 1-289 - 1-290 - 1-291 - 1-292 - 1-293 - 1-294 - 1-295 - 1-296 - 1-297 - 1-298 - 1-299 - 1-300 - 1-301 - 1-302 - 1-303 - 1-304 - 1-305 - 1-306 - 1-307 - 1-308 - 1-309 - 1-310 - 1-311 - 1-312 - 1-313 - 1-314 - 1-315 - 1-316 - 1-317 - 1-318 - 1-319 - 1-320 - 1-321 - 1-322 - 1-323 - 1-324 - 1-325 - 1-326 - 1-327 - 1-328 - 1-329 - 1-330 - 1-331 - 1-332 - 1-333 - 1-334 - 1-335 - 1-336 - 1-337 - 1-338 - 1-339 - 1-340 - 1-341 - 1-342 - 1-343 - 1-344 - 1-345 - 1-346 - 1-347 - 1-348 - 1-349 - 1-350 - 1-351 - 1-352 - 1-353 - 1-354 - 1-355 - 1-356 - 1-357 - 1-358 - 1-359 - 1-360 - 1-361 - 1-362 - 1-363 - 1-364 - 1-365 - 1-366 - 1-367 - 1-368 - 1-369 - 1-370 - 1-371 - 1-372 - 1-373 - 1-374 - 1-375 - 1-376 - 1-377 - 1-378 - 1-379 - 1-380 - 1-381 - 1-382 - 1-383 - 1-384 - 1-385 - 1-386 - 1-387 - 1-388 - 1-389 - 1-390 - 1-391 - 1-392 - 1-393 - 1-394 - 1-395 - 1-396 - 1-397 - 1-398 - 1-399 - 1-400 - 1-401 - 1-402 - 1-403 - 1-404 - 1-405 - 1-406 - 1-407 - 1-408 - 1-409 - 1-410 - 1-411 - 1-412 - 1-413 - 1-414 - 1-415 - 1-416 - 1-417 - 1-418 - 1-419 - 1-420 - 1-421 - 1-422 - 1-423 - 1-424 - 1-425 - 1-426 - 1-427 - 1-428 - 1-429 - 1-430 - 1-431 - 1-432 - 1-433 - 1-434 - 1-435 - 1-436 - 1-437 - 1-438 - 1-439 - 1-440 - 1-441 - 1-442 - 1-443 - 1-444 - 1-445 - 1-446 - 1-447 - 1-448 - 1-449 - 1-450 - 1-451 - 1-452 - 1-453 - 1-454 - 1-455 - 1-456 - 1-457 - 1-458 - 1-459 - 1-460 - 1-461 - 1-462 - 1-463 - 1-464 - 1-465 - 1-466 - 1-467 - 1-468 - 1-469 - 1-470 - 1-471 - 1-472 - 1-473 - 1-474 - 1-47

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI
FAZEM, DE UM LADO, O GOVERNO DO ESTADO
DO CEARÁ, A PREFEITURA MUNICIPAL DO
CRATO, E DO OUTRO A EMPRESA GRENDENE S/A
PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA UNIDADE
INDUSTRIAL, DESTINADA A FABRICAÇÃO DE
CALÇADOS E COMPONENTES.

CLÁUSULA PRIMEIRA DOS OBJETIVOS

O presente instrumento objetiva estabelecer as relações obrigacionais que entre si ajustam, como partes, O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, neste ato representado pelo Chefe do Poder Executivo, pela sua Excelência, o Senhor Governador Jasso Ribeiro Jereissati, na forma constitucional prevista, doravante denominado, simplesmente ESTADO, e a Prefeitura Municipal do Crato, neste ato representado pelo Exmo.Sr.Prefeito Municipal Dr. Antônio Primo de Brito, doravante denominada simplesmente PREFEITURA e, empresa industrial GRENDENE S/A adiante denominada simplesmente EMPRESA, representada neste ato por seu Presidente Sr. ALEXANDRE GRENDENE BARTELE obrigações essas decorrentes da concessão de incentivos administrados pelo Poder Público Estadual a tal entidade empresa, em virtude da implantação de uma indústria destinada à fabricação de CALÇADOS E COMPONENTES nos termos da legislação nordestina da espécie, especialmente a Lei nº 11.524/88 e os Decretos nºs. 22.719-A de 20.08.93, 23.113 de 18.07.94 e 23.913 DE 21.11.95, com as participações dos Secretários do Estado da Indústria e Comércio, Dr.Raimundo José Marques Viana, e da Fazenda,Dr. Ednilton Gomes de Sáez.

CLÁUSULA SEGUNDA O EMPREENDIMENTO

Compromete-se a EMPRESA a implantar no Município de Crato-CE, uma unidade industrial destinada a fabricação de Calçados e Componentes, observadas as seguintes características básicas:

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMERCIO

- Investimento Total

Será investida na implantação do projeto a importância de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais).

- Programação de Produção:

A Empresa deverá produzir anualmente, 7.500.000 (sete milhões e quinhentos mil) pares de calçados e 3.200.000 (três milhões e duzentos mil) pares de componentes, com ocupação de empregos diretos de 1.100 pessoas.

Todos os investimentos serão efetuados, caso o Estado cumpra com os compromissos aqui assumidos.

CLÁUSULA TERCEIRA
EXECUÇÃO DO PROJETO

Obriga-se a EMPRESA a atingir o programa de Produção descrito na CLÁUSULA SEGUNDA, em estrita observância ao cronograma de execução do projeto. Não obstante, reservam-se o direito de proceder alterações durante a fase de execução do mesmo, podendo, inclusive, modificar processos de produção em função de recomendações técnicas e econômicas.

CLÁUSULA QUARTA
PRAZO DE EXECUÇÃO DO PROJETO

A EMPRESA executará o projeto conforme cronograma físico-financeiro, devendo estar funcionando dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a partir da recepção do terreno com serviço de terraplanagem concluído.

CLÁUSULA QUINTA
INFRA-ESTRUTURA

A EMPRESA deverá assegurar seu apoio ao empreendimento aqui descrito, em suas atividades, através de instalações e serviços necessários ao funcionamento da mesma, sendo seguiu:

1000

A EMPRESA se instalará em área que se adque à planta industrial definitiva, localizado no Município do Crato, e deverá em seu processo de implantação, obedecer as Normas Técnicas da CODECE, SEMACE, e da PREFEITURA MUNICIPAL.

A ÁREA comprometida deverá dispor de água em seus limites, em volume compatível com as necessidades do projeto e nas mesmas condições de tarifa prevalentes para outras empresas, ora em implantação no Município de Crato, o mesmo ocorrendo com o sistema de Esgoto e Águas pluviais.

(C) ESTADO adotará todas as medidas necessárias a garantia do acesso à Rede para por via pavimentada, bem como a colocação no limite do terreno, de linha de telefonia e transmissão de dados, obedecidas as condições usuais de preço e demais normas da concessionária.

Fica assegurada à EMPRESA, o fornecimento da energia elétrica na potência necessária ao pleno funcionamento de seu empreendimento, nas condições usuais de tarifa e normas da concessionária, devendo ser disponibilizado alimentador exposto na tensão necessária de acordo com o projeto a ser apresentado à concessionária, bem como está assegurada a iluminação pública até o limite do terreno.

(1) ESTADO garante a EMPRESA mediante recursos destinados à formação do seu capital de giro, nos termos previstos no Programa de incentivos ao Funcionamento de Empresas - PROVIN-FDI, obedecidas as seguintes condições básicas:

156

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Garantias:

Fidejussórias.

CLÁUSULA SÉTIMA INCENTIVOS PARA AMPLIAÇÃO

Vindo ocorrer a ampliação da capacidade de produção do empreendimento previsto neste Protocolo, assegura-se à EMPRESA todos os incentivos referidos anteriormente, especialmente no que concerne ao apoio do ESTADO através do FDI, mantendo-se, para o empreendimento aludido, o prazo de mais (quinze) anos, as condições de amortização, os encargos percentuais de aplicação referentes ao ICMS ou tributo que por ventura vier a substituí-lo.

CLÁUSULA OITAVA OCORRÊNCIAS DE REFORMA TRIBUTÁRIA

Na ocorrência de reformas tributárias, que resulte na alteração, substituição ou extinção do ICMS, o ESTADO assegurará, integralmente, o benefício pactuado neste instrumento, garantindo sua execução com base no tributo que venha a substituir ou compensar o vigente ICMS, de forma a manter-se o percentual deste tributo incidente sobre o faturamento da empresa.

CLÁUSULA NONA PREFERÊNCIAS POR EMPRESAS LOCAIS

Em igualdade de condições, a EMPRESA se compromete a contratar preferencialmente empresas cearenses para o desenvolvimento de seu projeto, bem como adquirir no mercado local os bens de que necessita para sua implantação.

NO. 4.01.02

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
RUA CASSIANO ANDRADE, 100 - FLORESTA DE JERICO
RECIFE - PE
CEP: 50.000-000

Este documento foi autenticado em
original em 10 de julho de 1996, às 10h 00min, em
Carimbo: 10 JUL 1996

Em Teste de Autenticidade, a verificação
foi feita em 10 de julho de 1996, às 10h 00min, em
Carimbo: 10 JUL 1996

Assinado digitalmente em 10 de julho de 1996, às 10h 00min, em
Carimbo: 10 JUL 1996

Assinado digitalmente em 10 de julho de 1996, às 10h 00min, em
Carimbo: 10 JUL 1996

Assinado digitalmente em 10 de julho de 1996, às 10h 00min, em
Carimbo: 10 JUL 1996

Assinado digitalmente em 10 de julho de 1996, às 10h 00min, em
Carimbo: 10 JUL 1996

**CLÁUSULA DÉCIMA
OUTRAS CONDIÇÕES**

ADIFERIMENTO DO ICMS NA AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS:

O Estado assegurará o diferimento do ICMS incidente sobre as aquisições de máquinas e equipamentos necessários à implantação da indústria, concedido sob regime especial, desde que sejam incorporados ao ativo fixo da empresa, devendo o referido tributo ser pago quando da desincorporação do bem, seja ele procedente do mercado nacional e/ou internacional.

O diferimento deverá prevalecer, quanto ao imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, se tais importações forem desembarcadas em outros portos, que não os localizados no Estado do Ceará, desde que os bens sejam destinados à fábrica da Empresa no Ceará.

DIFERIMENTO DO ICMS NA IMPORTAÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA E INSUMOS:

O recolhimento do ICMS incidente nas importações de matéria-prima e insumos deverá ser diferido para o momento da saída subsequente dos produtos industrializados.

DIFERIMENTO DO ICMS NA TRANSFERÊNCIA DE MERCADORIAS.

O diferimento do ICMS também deverá ocorrer nas eventuais vendas com destino a depósitos fechados, armazéns alfandegados e/ou entrepostos aduaneiros utilizados pela empresa, bem como suas filiais, localizadas no Estado do Ceará.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
OUTRAS DISPOSIÇÕES**

Estendem-se a EMPRESA os benefícios adicionais que venham a ser instituídos no âmbito do Programa ITMI-PROVIN.

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
MEDIDAS SUPLETIVAS

O ESTADO, a PREFEITURA e a EMPRESA se comprometem a emendar o melhor de suas esforços no sentido de viabilizar o empreendimento objeto deste protocolo, através de medidas no alcance de todas as partes, com o fim de concretizar a implantação no menor prazo possível.

Fortaleza, CE, 27 de junho de 1996.

TASSO RIBEIRO FERRISSATI
GOVERNADOR DO CEARÁ

RAIMUNDO JOSÉ MARQUES VIANA
Secretário da Indústria e Comércio

EDNILTON GOMES DE SÁ
Secretário da Fazenda

ALEXANDRE GRANDJEAN BARTELE
Presidente da Grendene S/A

ANTÔNIO PRIMO DE BRITO
Prefeito Municipal de Crato

Testemunhas:

50 4.01.02

5074

INDÚSTRIA DE CALÇADOS CRENDENE LTDA;
RUA DIOGENES FRASÃO, S/N
62.100.000 - CRATO - CE

CRATO, 26 de JUNHO DE 1996

ILMO. SR.

ANTONIO PRIMO DE BRITO

EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL DE CRATO

REF.: BENEFÍCIOS FISCAIS MUNICIPAIS

EM VIRTUDE DA IMPLANTAÇÃO DE NOSSA UNIDADE INDUSTRIAL NESTA CIDADE DE CRATO, E CONTANDO MAIS UMA VEZ COM O APOIO MUNICIPAL, SOLICITAMOS QUE NOS SEJAM CONCEDIDOS OS BENEFÍCIOS ABAIXO RELACIONADOS, OS QUAIS MUITO CONTRIBUÍRÃO PARA O ÊXITO DESTE NOSSO EMPREENDIMENTO.

- a) ISENÇÃO DO ITBI NA COMPRA DE IMÓVEIS OK
- b) ISENÇÃO DO ISQN REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA EMPRESA E DAR ISENÇÃO TAMBÉM AS EMPRESAS E CONSTRUTORAS QUE PARTICIPARÃO DA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE INDUSTRIAL.
- c) ISENÇÃO DO ITPU
- d) ISENÇÃO DE TAXAS E ALVARÁS QUE FOREM NECESSÁRIOS
- e) FORNECIMENTO GRATUITO DE ÁGUA, TANTO PARA O FUNCIONAMENTO DA FÁBRICA QUANTO PARA A EFETIVAÇÃO DA CONSTRUÇÃO.

OS INCENTIVOS ACIMA DEVERÃO SER PELO MESMO PERÍODO QUE OS CONCEDIDOS PELO GOVERNO ESTADUAL CONFORME PROTOCOLO ASSINADO PELO GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ.

CERTOS DE CONTARMOS COM O ATENDIMENTO DE NOSSO PLEITO, SUBCREVEMOS-NO

ATENCIOSAMENTE

EUTLIO FERNANDES DE MORAES NETO

poderão averbar como tempo de contribuição para o Sistema de Previdência Parlamentar, o tempo de mandato parlamentar desempenhado na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará em caráter efetivo, anterior a 1990, desde que efetuem as contribuições do interstício averbado, recolhidas, parcelada ou integralmente, em valores calculados com base nos subsídios dos Deputados Estaduais, considerando-se a alíquota estabelecida na Lei Complementar nº19, de 29 de dezembro de 1999.”; CONSIDERANDO as obrigações administrativas da Assembléia Legislativa relacionadas ao processamento e acompanhamento do Sistema de Previdência Parlamentar; CONSIDERANDO os requerimentos formulados nos Processos Administrativos nº[0466/02; 0467/02; 0664/02]; RESOLVE

Art.1º - Ficam declarados e averbados como tempo de contribuição ao Sistema de Previdência Parlamentar, para fins de concessão dos benefícios dele decorrentes, os dias de efetivo mandato parlamentar estadual a seguir especificados, cabendo aos beneficiários recolher as contribuições correspondentes ao tempo averbado, calculadas sobre os subsídios dos Deputados Estaduais, e na alíquota estabelecida pela Lei Complementar nº19, de 29 de dezembro de 1999, nas parcelas fixadas neste artigo:

Nº DO PROCESSO	REQUERENTE	TEMPO DE AVERBAÇÃO POR PERÍODO	TEMPO DE AVERBAÇÃO EM DIAS	Nº DE PARCELAS
0466/02	Francisco de Paula Rocha Aguiar	01/02/1987 a 27/12/1990	1.426	12
0467/02	Marcos César Cals de Oliveira	01/02/1987 a 27/12/1990	1.426	10
0664/02	Eudoro Walter de Santana	01/02/1987 a 27/12/1990	1.426	47

Art.2º - A averbação a que se refere o Art.1º fica condicionada ao pagamento das contribuições correspondentes, devendo, quando da contagem de tempo para a concessão de aposentadoria ou pensão, ser excluído o tempo correspondente à parcela inadimplente, salvo, em caso de aposentadoria, se o parlamentar ou ex-parlamentar efetuar a quitação do débito em atraso, calculado sobre os subsídios dos Deputados Estaduais vigentes à época do efetivo pagamento.

Art.3º - Este Ato Deliberativo terá vigência a partir de sua publicação.
PAÇO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 28 dias do mês de fevereiro de 2002.

Dep. Wellington Landim

PRESIDENTE

Dep. Vasques Landim

1º VICE-PRESIDENTE

Dep. José Sarto

2º VICE-PRESIDENTE

Dep. Marcos Cals

1º SECRETÁRIO

Dep. Giovanni Sampaio

2º SECRETÁRIO

Dep. Eudoro Santana

3º SECRETÁRIO

Dep. Domingos Filho

4º SECRETÁRIO

*** **

OUTROS

PROTOCOLO DE INCORPORAÇÃO DA SOCIEDADE - “INDÚSTRIA DE CALÇADOS GRENDENE LTDA”., PELA SOCIEDADE “GRENDENE CALÇADOS S.A.”. - O presente protocolo, firmado pelos acionistas da GRENDENE CALÇADOS S.A., doravante designada simplesmente de Incorporadora e pelos sócios quotistas da sociedade INDÚSTRIA DE CALÇADOS GRENDENE LTDA., doravante designada simplesmente de Incorporada, todos já qualificados neste instrumento, tem por objetivo estabelecer, nos termos do Art. 224, da Lei nº 6.404/76, as condições básicas relativas a operação de incorporação da segunda pela primeira como segue: 1º - O capital social da Incorporadora, totalmente subscrito e integralizado é de R\$. 239.383.215,00 (Duzentos e trinta e nove milhões, trezentos e oitenta e três mil, duzentos e quinze reais), dividido em 95.715 (Noventa e cinco mil, setecentas e quinze) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, é composto pelos seguintes acionistas, com respectivas participações: a) ALEXANDRE GRENDENE BARTELLE, com 542 (Quinhentas e quarenta e duas) ações ordinárias nominativas, no valor total de R\$. 1.355.542,00 (Um milhão, trezentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e dois reais); b) PEDRO GRENDENE BARTELLE com 542 (Quinhentas e quarenta e duas) ações ordinárias nominativas, no valor total de R\$. 1.355.542,00 (Um milhão, trezentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e dois reais); c) GRENDENE S/A., com 94.631 (Noventa e quatro mil, seiscentas e trinta e uma) ações ordinárias nominativas, no valor total de R\$. 236.672.131,00 (Duzentos e trinta e seis milhões, seiscentos e setenta e dois mil, cento e trinta e um reais). 2º - O capital social da Incorporada, totalmente subscrito e integralizado é de R\$. 23.340.000,00 (Vinte e três milhões e trezentos e quarenta mil reais), dividido em 23.340.000 (Vinte e três milhões e trezentos e quarenta mil) quotas, no valor unitário de R\$. 1,00 (um real) cada uma, pertencente aos seguintes sócios quotistas: a) GRENDENE CALÇADOS S/A., com 23.337.666 (Vinte e três milhões, trezentas e trinta e sete mil, seiscentas e sessenta e seis) quotas, no valor total de R\$. 23.337.666,00 (Vinte e três milhões, trezentos e trinta e sete mil, seiscentos e sessenta e seis reais); b) - ALEXANDRE GRENDENE BARTELLE, com 1.167 (Mil cento e sessenta e sete) quotas, no valor total de R\$. 1.167,00 (Mil cento e sessenta e sete reais); c) - PEDRO GRENDENE BARTELLE, com 1.167 (Mil cento e sessenta e sete) quotas, no valor total de R\$. 1.167,00 (Mil cento e sessenta e sete reais). 3º - A incorporação terá como data base de 31 de dezembro de 2001. O critério de avaliação do patrimônio líquido das sociedades envolvidas nessa operação, será pelos valores contábeis corrigidos líquidos dos bens e valores do ATIVO que serão incorporados pela sociedade Incorporadora, apurados por empresa especializada em avaliação contábil especialmente para isso designada, na data de 02 de janeiro de 2002. As variações patrimoniais ocorridas a partir dessa data (31.12.2001), até a efetivação da incorporação, se houverem, serão levados à conta da Incorporadora. 4º - Em consequência do até aqui exposto, a sociedade Incorporadora aumentará o seu capital social, apenas com o valor da participação societária dos sócios pessoas físicas, eis que a participação societária possuída pela sociedade Incorporadora na sociedade Incorporada, será extinta como faculta o disposto no art. 226, § 1º da Lei das Sociedades Anônimas. 5º - Em decorrência da operação deliberada é apresentado em seguida, através de um estudo encomendado pela administração das empresas participantes desse evento, um projeto contendo o instrumento de Distrato Social com extinção da sociedade Incorporada e da Ata da Assembléia Geral Extraordinária da sociedade Incorporadora, os quais passam a fazer parte integrante deste Protocolo, para todos os fins de direito e, especialmente para aquele contido no Artigo 224, inciso VI, da Lei nº 6.404/76, que serão submetidos à aprovação das sociedades envolvidas nessa operação. 6º - Estabeleceram também, por consenso, de todos os sócios quotistas e acionistas que os lucros acumulados e reservas de lucros serão mantidas em contas separadas para futura distribuição ou aproveitamento para aumento de capital, respeitada porém a proporcionalidade assegurada aos seus titulares pela situação anterior à incorporação. Sobral, 02 de janeiro de 2002. GRENDENE S/A- NELSA NAVILHA GRENDENE BARTELLE-Diretora. ALEXANDRE GRENDENE BARTELLE-pp. Ass. GELSON LUIS ROSTIROLLA. PEDRO GRENDENE BARTELLE-pp. Ass. RENATO BORTOLOSSI. GRENDENE CALÇADOS S/A. Ass. GELSON LUIS ROSTIROLLA-Diretor Administrativo e Financeiro. 21.Fev.2002. JUCEC Reg. sob nº 23355.643. Junta Comercial do Estado do Ceará - JUCEC. Certifico que uma via de igual teor foi arquivada nesta Junta sob número e data estampados mecanicamente. Haroldo Fernandes Moreira - Secretário Geral.

GRENDENE CALÇADOS S/A. - CNPJ nº 72.273.196/0001-07 - NIRE nº 23300019547 - Sobral-CE. Sociedade Anônima de Capital Autorizado. **ATA Nº 17 DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRA-ORDINÁRIA EM FORMA DE SUMÁRIO. DATA-HORA-LOCAL:** Dia 02 de janeiro de 2.002, às 09:00 horas, em sua sede social na Av. Pimentel Gomes, 214, Bairro Expectativa, na cidade de Sobral, Estado do Ceará, CEP 62040-050. **QUORUM DE INSTALAÇÃO:** Presença da totalidade dos acionistas, conforme se verifica pelas assinaturas apostas no livro "Presença de Acionistas". **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente ALEXANDRE GRENDENE BARTELLE e Secretário GELSON LUIS ROSTIROLLA. **ESCLARECIMENTOS DA MESA:** Pelo senhor Presidente, foi esclarecido que deixaram de ser publicados os anúncios de convocação, em virtude do disposto no parágrafo 4º do artigo 124, cumprida a formalidade prevista no art. 294 do mesmo diploma legal. **PAUTA DA ASSEMBLÉIA E DELIBERAÇÕES:** 1 - Aprovaram a Proposta da Diretoria consubstanciada nos seguintes itens: a) - Aumento do capital social com a incorporação da Reserva de Isenção do Imposto de Renda do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.001, conforme determinado pelo disposto no art. 9º § 2º do Decreto nº 64.214 de 18.03.69, no montante de **R\$. 13.949.973,35** (Treze milhões, novecentos e quarenta e nove mil, novecentos e setenta e três reais e trinta e cinco centavos), com mais a parcela de **R\$. 39.133.993,89** (Trinta e nove milhões, cento e trinta e três mil, novecentos e noventa e três reais e oitenta e nove centavos), mediante o aproveitamento integral da Reserva de Incentivos Fiscais, assim como da parcela de **R\$. 37.857,76** (Trinta e sete mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e setenta e seis centavos), extraída da conta de Reserva Legal, pela incorporação da quantia necessária para o arredondamento do valor do capital subscrito e integralizado em relação a quantidade de ações. b) Aprovação da nova redação do Art. 5º do Estatuto Social atualizando o valor do capital social que passará a vigorar nos seguintes termos: "Art. 5º - A sociedade tem o capital subscrito e integralizado de **R\$. 292.505.040,00** (Duzentos e noventa e dois milhões, quinhentos e cinco mil e quarenta reais), dividido em 95.715 (noventa e cinco mil setecentas e quinze) ações ordinárias, sendo todas sem valor nominal e nominativas". 2 - Aprovadas também as disposições relativas a Incorporação por esta sociedade da empresa **INDÚSTRIA DE CALÇADOS GRENDENE LTDA.**, com a sua decorrente extinção, consoante a **Justificação, Protocolo e Laudo de Avaliação**, que fazem parte integrante deste instrumento, em processo vinculado das sociedades **Incorporadora e Incorporada**. Assim sendo, esta companhia procederá a incorporação da sociedade **INDÚSTRIA DE CALÇADOS GRENDENE LTDA.**, cuja operação foi aprovada por ambas as sociedades, pela totalidade dos acionistas desta sociedade como **Incorporadora** e pela totalidade dos sócios quotistas da **Incorporada**, na data base de 31 de dezembro de 2.001. Os acionistas e sócios de ambas as sociedades aprovaram a resolução no sentido de que, uma vez efetuada a incorporação da sociedade **INDÚSTRIA DE CALÇADOS GRENDENE LTDA.**, a sociedade **Incorporadora** a sucederá em todos os direitos e obrigações, segundo o disposto no art. 227 da Lei nº 6.404/76. Aos sócios quotistas da sociedade **Incorporada** que, eventualmente se declarar dissidente da deliberação dessa operação de incorporação, nos termos do art. 137 da Lei nº 6.404/76, será assegurado o reembolso das respectivas ações de que forem titulares pelo seu valor patrimonial. A sociedade **Incorporadora** manterá sob sua guarda, os livros e arquivos da sociedade **Incorporada**, ora extinta, conservando-os na forma e no prazo de lei. A sociedade **Incorporada** **INDÚSTRIA DE CALÇADOS GRENDENE LTDA.**, transmite à sociedade **Incorporadora** **GRENDENE CALÇADOS S/A.**, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, toda a posse, domínio, direitos e ação que tinha e exercia sobre os seguintes imóveis: Uma área de terras encravada nos loteamentos Planalto Independência, São Francisco, Jardim Floresta, Jardim Floresta II, e antigos Sítios Misericórdia e Fundão, desta cidade, de forma irregular, medindo 175,15m na face LESTE, onde se limita com rua sem denominação; Três segmentos não colineares na face OESTE, de 70m - 45m, onde se limitam com imóvel da CODECE, lote 03, da Quadra A, do loteamento Franca Alencar e, 230m onde se limita com sucessores de Jefferson da Franca Alencar e 230m onde se limita com imóvel da Codece, dois (02) segmentos não colineares na face NORTE, de 811m onde se limita com sucessores de Jefferson da Franca Alencar, dois (02) segmentos não colineares na face SUL de 655m e 300m onde se limitam com Av. sem denominação encerrando uma área de 287.792,28m², adquirido nos termos do registro nº 14.239, fls. 01, do livro 2 de Registro geral do cartório do 2º Ofício desta cidade, registrado no Cartório do 5º Ofício do Registro de Imóveis de Crato-CE, sob a matrícula nº 28, Livro Registro Geral 2, ficha 1, em 03 de novembro de 1.998. Constando a **VERBAÇÃO Nº 01/28**, em 03.11.1998, pela qual consta que foi construído no imóvel acima descrito e caracterizado, prédio tipo GALPÃO DE ALVENARIA, situado na rua Diógenes Frazão, s/nº, Alencar, nesta cidade com uma área total construída de 18.816,86 m² (dezoito mil, oitocentos e dezesseis metros quadrados e oitenta e seis centímetros), constante do **Laudo de Avaliação**, pelos itens nºs. 3500, 4728, 4864, 5463, 75002 da conta Terrenos código 100 e itens nºs. 4629, 4644, 5036, 5149, 75006 e 75028 da conta Prédios Industriais código 120, descritos no Processo de Controle Patrimonial, do Ativo Imobilizado, obrigando-se a fazer esta transmissão para sempre, boa, firme e valiosa, por si e seus sucessores e a responder pela evicção de direito. Que esse imóvel antes descrito e caracterizado é incorporado pelo valor residual

contábil de **R\$. 4.551.068,82**, representado pelo resultado líquido das seguintes parcelas: Valor Original Corrigido dos Terrenos e Prédios Industriais de **R\$. 5.441.996,95** e a dedução do Valor das Depreciações Acumuladas de Prédios Industriais de (**R\$. 890.928,13**). A Assembleia Geral de acordo o disposto no § 3º do Art. 227 da Lei Societária declarou extinta a sociedade incorporadora **INDÚSTRIA DE CALÇADOS GRENDENE LTDA.**, já tendo a Diretoria daquela sociedade que ora se extingue efetuado a entrega da relação dos seus sócios quotistas, sendo que os sócios pessoas físicas **ALEXANDRE GRENDENE BARTELLE** e **PEDRO GRENDENE BARTELLE** aumentam a sua participação societária como acionistas desta sociedade incorporadora **GRENDENE CALÇADOS S/A.**, na proporção das quotas possuídas e recebendo as respectivas ações da sociedade **Incorporadora** com todas as declarações exigidas em lei, relação essa que foi lida e achada conforme, estando a seguir demonstrada: Posição do Capital Social antes da Incorporação: O capital subscrito e integralizado desta sociedade apresenta a seguinte posição:

Espécie de ações	Quantidade	Capital Subscrito	Capital Integralizado
Ordinárias	95.715	292.505.040,00	292.505.040,00
TOTAL	95.715	292.505.040,00	292.505.040,00

Composição Societária: De conformidade com os registros societários a composição do capital social atual, subscrito e integralizado é a seguinte:

Acionistas	Quant. de ações	Espécie de Ações	Valor da Particip.
Grendene S/A	94.631	Ordinárias	289.192.336,00
Alexandre Grendene	542	Ordinárias	1.656.352,00
Pedro Grendene Bartelle	542	Ordinárias	1.656.352,00
TOTAIS	95.715		292.505.040,00

Relação de substituição das quotas de capital possuídas pelos sócios quotistas da **INDÚSTRIA DE CALÇADOS GRENDENE LTDA.**, por ações ordinárias nominativas da **GRENDENE CALÇADOS S/A.**, em face da incorporação:

Acionistas	Nº de ações Possuídas	Valor Total Patrimonial R\$	Nº de quotas Recebidas
Grendene S/A	94.631	289.192.336,00	-0-
Alexandre Grendene	542	1.656.352,00	1
Pedro Grendene Bartelle	542	1.656.352,00	1
TOTAIS	95.715	292.505.040,00	2

Portanto, cada acionista desta Sociedade deverá receber da **INDÚSTRIA DE CALÇADOS GRENDENE LTDA.**, as ações ordinárias nominativas que lhes couber acima descritas, tendo a Diretoria elaborado para cada um uma declaração escrita, nesse sentido, visando facilitar o recebimento dos respectivos títulos. Assim sendo, com a declaração de extinção da sociedade incorporada, nesta data, o Diretor **ALEXANDRE GRENDENE BARTELLE**, efetuou neste ato a entrega de todo o acervo da Sociedade incorporada, como sejam: documentos, livros, papéis, etc. para a Sociedade incorporadora **GRENDENE CALÇADOS S/A.**, para que esta cumpra todas as demais formalidades da incorporação ora efetuada. Considerando que o valor patrimonial das quotas possuídas pelos sócios da sociedade incorporada de **R\$. 1.916,64** cada um, não alcançam o valor patrimonial de uma ação ordinária nominativa da sociedade incorporadora de **R\$. 3.475,77**, receberão estes 1 (uma) ação cada um, pagando para a Companhia emissora o valor relativo à diferença de **R\$. 1.559,13** devido por cada um deles. Posição do Capital Social após a Incorporação:

Espécie de ações	Quantidade	Capital Subscrito	Capital Integralizado
Ordinárias	95.717	292.511.152,00	292.511.152,00
TOTAL	95.717	292.511.152,00	292.511.152,00

Composição Societária: De conformidade com os registros societários a composição do capital social atual, subscrito e integralizado é a seguinte:

Acionistas	Quant. de ações	Espécie de Ações	Valor da Particip.
Grendene S/A	94.631	Ordinárias	289.192.336,00
Alexandre G. Bartelle	543	Ordinárias	1.659.408,00
Pedro G. Bartelle	543	Ordinárias	1.659.408,00
TOTAIS	95.717		292.511.152,00

Em decorrência do aumento de capital ora realizado em virtude da incorporação realizada, foi também aprovada pelos acionistas de forma unânime a nova redação do artigo 5º do Estatuto Social que passará a vigorar nos seguintes dizeres: "Art. 5º - A sociedade tem o capital subscrito e integralizado de **R\$. 292.511.152,00** (Duzentos e noventa e dois milhões, quinhentos e onze mil, cento e cinquenta e dois reais), dividido em

95.717 (noventa e cinco mil setecentas e dezessete) ações ordinárias, sendo todas sem valor nominal e nominativas". **DOCUMENTOS** : Para os fins previstos no Art. 130, § 1º da Lei nº 6.404/76, os documentos submetidos à Assembleia Geral foram autenticados pela mesa, numerados e arquivados na sede da Companhia. **FORMA DA ATA** : Foi aprovada a lavratura desta Ata em forma de sumário, nos termos da lei. **ENCERRAMENTO** : Lida, achada conforme e confirmada em todos os seus termos, a presente ata vai assinada pela mesa e pelos acionistas presentes. ALEXANDRE GRENDENE BARTELLE, Presidente da Assembleia, GELSON LUIS ROSTIROLLA, Secretário, PEDRO GRENDENE BARTELLE, GRENDENE S/A., representada pela sua Di-

retora senhora NELSA NAVILHA GRENDENE BARTELLE e ALEXANDRE GRENDENE BARTELLE como acionista pessoa física. **DECLARAÇÃO** : Na qualidade de Secretário da Assembleia, declaro que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio. Sobral, 02 de janeiro de 2.002. Ass. GELSON LUIS ROSTIROLLA-Secretário. **VISTO**: Bel. Dr. RENATO BORTOLOSSI-Advogado inscr. OAB/RS nº 12.532-CPF/CIC nº 057.493.280-15. 21.Fev.2002. JUCEC Reg. sob nº 23355643. Junta Comercial do Estado do Ceará - JUCEC. Certidão. Certifico que uma via de igual teor foi arquivada nesta Junta sob número e data estampados mecanicamente. Haroldo Fernandes Moreira - Secretário Geral.

*** **

LAUDO DE AVALIAÇÃO-AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO. Consoante determina o art. 227 da Lei nº 6.404/76, todos os acionistas e sócios quotistas das sociedades Incorporada e Incorporadora, indicaram a empresa COMEC AUDITORIA E CONTABILIDADE S/C, pessoa jurídica de direito privado, com atividade profissional na área contábil e de auditoria, estabelecida na Rua Cel. Pena de Moraes, 293 - Edif. Joana, Sobre-Loja, Sala 1, Centro, na cidade de Farroupilha, neste Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ sob nº 89.843.858/0001-21, e no CRCRS sob nº 671, neste ato, representada pelos seus Responsáveis Técnicos, senhores COLBERTO ANTONIO PANDOLFO, Contador registrado no CRCRS sob nº 28.339, inscrito no CPF/CIC sob nº 038.461.560-00 e OSMAR PAIM, Contador registrado no CRCRS sob nº 15.246, inscrito no CPF/CIC sob nº 032.910.140-49, para realizar a perícia de avaliação dos Patrimônios Líquidos das sociedades Incorporada e Incorporadora, pelo critério de valor contábil corrigido líquido, na data base de 31 de dezembro de 2.001, conforme aprovado. A referida Empresa após ter sido indicada e aceito a incumbência, procede a avaliação solicitada, contida no Laudo, com o seguinte teor : **LAUDO DE AVALIAÇÃO.** Nós, adiante assinados, representando a empresa designada para realizar a perícia de avaliação, nomeada pelos sócios quotistas e acionistas das empresas, como Incorporada **INDÚSTRIA DE CALÇADOS GRENDENE LTDA.**, e como Incorporadora **GRENDENE CALÇADOS S/A.**, para proceder a avaliação, pelo critério de valor contábil corrigido líquido, na data base de 31 de dezembro de 2.001, das parcelas do patrimônio que serão incorporadas pelo processo de incorporação da sociedade já referida, tendo procedido as verificações técnicas necessárias, chegamos as seguintes conclusões: 1 - O conjunto de bens, direitos e obrigações a serem incorporados pela Incorporadora **GRENDENE CALÇADOS S/A.**, relativos a sociedade Incorporada **INDÚSTRIA DE CALÇADOS GRENDENE LTDA.**, resultam no valor final de seu Patrimônio Líquido, extraído de sua escrituração contábil, com a posição em 31 de dezembro de 2.001, no montante de R\$. **38.302.251,69 (Trinta e oito milhões, trezentos e dois mil, duzentos e cinquenta e um reais e sessenta e nove centavos)**, sintetizados pelas seguintes parcelas, que compõe o quadro a seguir elaborado e constante do Balanço Patrimonial levantado na data base de 31 de dezembro de 2.001 : **A T I V O** : **ATIVO CIRCULANTE R\$. 32.929.016,56;** Disponibilidades R\$. 5.025.646,11; Bancos conta movimento R\$. 1.421.334,70; Bancos conta movimento Ceará R\$. 70.255,92; Bancos c/Aplicações Financeiras R\$. 3.534.055,49; Clientes R\$. 19.301.102,74; Títulos de Créditos a Receber R\$. 38.619,06; Antecipações R\$. 469.942,93; Impostos a Recuperar R\$. 1.201.678,52; Estoques R\$. 6.892.027,20; Produtos Prontos R\$. 458.142,72; Produtos em Elaboração R\$. 2.382.681,78; Insumos R\$. 3.222.964,83; Materiais Diversos R\$. 323.528,36; Estoques em poder de Terceiros R\$. 504.709,51; **ATIVO PERMANENTE R\$. 12.770.597,57;** Imobilizado R\$. 12.770.597,57; Imobilizado Técnico: Terrenos : Valor original corrigido R\$. 16.547,11; Prédios : Valor original corrigido R\$. 5.425.449,84; (-) Depreciações Acumuladas R\$. 890.928,13; Instalações : Valor original corrigido R\$. 2.825.906,68; (-) Depreciações Acumuladas R\$. 2.438.179,67; Prédios Industriais em andamento: Valor original corrigido R\$. 939.290,60; Instalações Industriais em andamento : Valor original corrigido R\$. 1.344.851,61; Máquinas e Equipamentos : Valor original corrigido R\$. 10.266.704,03; (-) Depreciações Acumuladas R\$. 5.099.992,06; Ferramentas : Valor original corrigido R\$. 131.272,42 (-) Depreciações Acumuladas R\$. 94.144,85; Veículos: Valor original corrigido R\$. 8.220,00; (-) Depreciações Acumuladas R\$. 1.233,00; Móveis e Utensílios : Valor original corrigido R\$. 360.308,61; (-) Depreciações Acumuladas R\$. 255.214,26; Equipamentos de Informática: Valor original corrigido R\$. 466.397,27; (-) Depreciações Acumuladas R\$. 237.708,92; Software: Valor original corrigido R\$. 5.435,00; (-) Amortizações R\$. 2.384,71. Todos os bens integrantes do Ativo Imobilizado, encontram-se descritos individualmente, com sua respectiva posição em 31 de dezembro de 2.001, na Listagem anexa, identificada como Relação do Controle Patrimonial dos Bens do Ativo Imobilizado, extraída por processamento de dados, com a Posição Geral do Imobilizado, que ficará como parte integrante do presente Laudo de Avaliação, para os efeitos legais. **TOTAL DO ATIVO R\$. 45.699.614,13.** - **P A S S I V O** - **PASSIVO CIRCULANTE R\$. 4.716.046,95;** Fornecedores R\$. 1.074.082,30; Representantes c/comissões R\$. 908.227,51; Obrigações contratuais R\$. 64.663,33; Obrigações Tributárias R\$. 222.303,20; Obrigações Financeiras R\$. 14.278,26; Salários e Obrigações Sociais R\$. 2.279.641,92; Outras Obrigações a Pagar R\$. 111.009,22; Adiantamentos de Clientes R\$. 41.841,21; **PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO R\$. 2.681.315,49;** Financiamentos R\$. 2.681.315,49; **PATRIMÔNIO LÍQUIDO R\$. 38.302.251,69;** Capital Social R\$. 23.340.000,00; Reservas de Capital R\$. 5.693.769,65; **Reserva Isenção Imposto de Renda R\$. 578.934,22;** **Reserva de Incentivos Fiscais R\$. 5.114.835,43;** Resultados Acumulados R\$. 9.268.482,04; **Lucros Acumulados R\$. 9.268.482,04** **TOTAL DO PASSIVO R\$. 45.699.614,13.** Concluindo, podemos afirmar com base na escrituração contábil da sociedade Incorporada que os bens, direitos e obrigações, descritos na presente avaliação, valem, portanto, não menos que o valor total contabilizado de R\$. 38.302.251,69 (Trinta e oito milhões, trezentos e dois mil, duzentos e cinquenta e um reais e sessenta e nove centavos), correspondente ao Patrimônio Líquido apurado na Empresa **INDÚSTRIA DE CALÇADOS GRENDENE LTDA.**, e que serão incorporados ao Patrimônio Líquido da sociedade Incorporadora **GRENDENE CALÇADOS S/A.**, Com base no mesmo critério e na mesma data de 31 de dezembro de 2.001, apuramos, também o Patrimônio Líquido da sociedade Incorporadora **GRENDENE CALÇADOS S/A.**, representado pelas seguintes parcelas : Capital R\$. 239.383.215,00; Reservas de Capital R\$. 53.083.967,24 ; Reserva de Lucros R\$. 11.296.743,63 e Resultados Acumulados R\$. 28.920.224,24 ; **PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL R\$. 332.684.150,11** (Trezentos e trinta e dois milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, cento e cinquenta reais e onze centavos). **Esse é o nosso parecer, considerados os elementos extraídos da escrituração contábil das sociedades Incorporada e Incorporadora, antes referidas. De Farroupilha(RS), para Sobral e Crato (CE) em 02 de janeiro de 2.002.** COMEC AUDITORIA E CONTABILIDADE S/C- Registro no CRC-RS nº 671- CNPJ nº 89.843.858/0001-21- COLBERTO ANTONIO PANDOLFO-Contador reg. CRCRS nº 28.339 - CPF/CIC nº 038.461.560-00. OSMAR PAIM- Contador reg. CRCRS nº 15.246-CPF/CIC nº 032.910.140-49. 21.Fev.2002. JUCEC Reg. sob nº 23725083. Junta Comercial do Estado do Ceará - JUCEC. Certidão. Certifico que uma via de igual teor foi arquivada nesta Junta sob número e data estampados mecanicamente. Haroldo Fernandes Moreira - Secretário Geral.

*** **

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Choro/CE, através da Comissão Permanente de Licitação torna público que no dia 19/03/2002, às 08:30 Hs., estará recebendo as propostas de preços referentes ao **PROCESSO LICITATÓRIO n.º 2002.02.28.1**, na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, destinada a contratação de serviços de terraplanagem e de engenharia em obras d'arte para melhorias na malha rodoviária do Município. Informações na Sede da PMC - Em 28 de fevereiro de 2002 - PRESIDENTE DA CPL.

*** **

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERÊ-CE-TOMADA DE PREÇOS Nº 004/01. A Comissão Permanente de Licitação, torna público que se encontra à disposição dos interessados na prefeitura Municipal de Quixerê, situada a Rua: Pe. Zacarias 332, o edital de Tomada de Preços nº 004/01, referente ao Transporte de alunos do ensino fundamental, cuja data de abertura marcada para o dia 19 de março de 2002, às 11:00hs. **A COMISSÃO.**

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Choro/CE, através da Comissão Permanente de Licitação torna público que no dia 19/03/2002, às 16:00 Hs., estará recebendo as propostas de preços referentes ao **PROCESSO LICITATÓRIO n.º 2002.02.28.2**, na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, destinada a contratação de serviços de engenharia para melhorias habitacionais (unidades sanitárias). Informações na Sede da PMC - Em 28 de fevereiro de 2002 - PRESIDENTE DA CPL.

*** **

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERÊ-CE-TOMADA DE PREÇOS Nº 003/01. A Comissão Permanente de Licitação, torna público que se encontra à disposição dos interessados na prefeitura Municipal de Quixerê, o edital de Tomada de Preços nº 003/01, referente a aquisição de Gêneros alimentícios para o programa de distribuição da merenda escolar, cuja data de abertura marcada para o dia 19 de março de 2002, às 08:00hs. **A COMISSÃO.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATO
Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial
Setor Técnico

Processo Número: 201807180915

Assunto: Entrevista em Trabalho de Campo para o Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, pela Universidade de São Paulo, Nusp 9745140.

Interessada: Ana Karina Gomes Alencar

Técnico Responsável Pelas Respostas: José Arlindo Sampaio Siebra Junior

Função: Geógrafo

Tempo que trabalha na Prefeitura: 32 anos

DOCUMENTO Nº 1061153915

1. Como foi a participação/influência da Prefeitura na instalação da Indústria de Calçados Grendene no Crato?

Resposta: A Prefeitura Municipal do Crato, além de incentivos já garantidos pelo Governo do Estado do Ceará, abriu mão de algumas Receitas que normalmente seriam cobradas para uma empresa desse porte. Tais como: taxa de Alvará de Construção, cobrança do ISS, levantamentos básicos da área de instalação, destinação do material advindo da terraplanagem e outros serviços ou taxas.

1.1. Quais os políticos e gestores públicos envolvidos? De quais partidos?

Resposta: Basicamente esteve duas administrações envolvidas, o prefeito Antônio Primo de Brito do PSDB, sendo o primeiro negociador para implantação da empresa, e Raimundo Bezerra de Farias do PMDB, o gestor que consolidou a empresa no município do Crato.

1.2. Qual a importância de políticos/gestores públicos da esfera federal no processo? E da esfera estadual?

Resposta: Na esfera federal não houve grandes participações de deputados ou senadores na implantação da empresa. Já do estado, a participação direta do governador Tasso

CNPJ:
07.587.071/0001-07

CGF:
06.920.251-6

Endereço:
Rua Ferreira de Alencar, 567 - 88.3545-8221
Primo Centro
CEP: 63.000-345
Crato - Ceará

Contato:

E-mail e Site Oficial:
sempre e disponível em: sempre@crato.ce.gov.br
<http://www.crato.ce.gov.br>

Jereissati do PSDB fora decisiva, assim como, Doutor Matos Brito, presidente da CODECE (Companhia de Desenvolvimento do Estado do Ceará), proporcionou todo o aparato financeiro e técnico para vinda da Grendene ao município do Crato.

1.3. Quais os benefícios que a prefeitura ofereceu? E o estado?

Resposta: Por parte da Prefeitura, benefícios fiscais e técnicos. Do Estado, da mesma forma. Ambos amparados por Legislação pertinente à época dos Incentivos Fiscais.

1.4. Quais foram as contrapartidas exigidas pela Prefeitura?

Resposta: Basicamente, a Prefeitura focou na geração de emprego e renda. Apesar de não ter um Contrato formal instituído entre a empresa e a Prefeitura nas contrapartidas, sabia-se que a empresa iria contratar grande parte da sua mão de obra do Bairro Seminário, fato que constatamos de imediato quando a empresa instalou-se.

1.5. Quais outras cidades/agentes políticos disputavam à época a fábrica da Grendene?

Resposta: As principais cidades que pleiteavam a Grendene eram Quixadá, Quixeramobim e Juazeiro do Norte. E pleiteavam a ampliação ao invés da instalação no Crato foram Fortaleza e Sobral. Quanto aos agentes políticos envolvidos nessa disputa não posso responder, pois o meu papel no processo era puramente técnico e não dentro de uma esfera política.

2. Quais os benefícios e incentivos que a fábrica Grendene recebe atualmente das autoridades municipais?

Resposta: Esta pergunta não posso responder, pois existiram diversos acordos que foram se modificando e se ajustando com o tempo que a empresa fora instalada. Porém, posso afirmar que com relação à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial, não existe no âmbito da minha secretaria, mais nenhum tipo de incentivo. A empresa Grendene é submetida aos licenciamentos e as taxas ambientais como toda e qualquer outra empresa instalada no município do Crato.

2.1. Por quanto tempo eles permanecerão?

Resposta: Acreditamos que a empresa Grendene permanecerá no município do Crato até as condições socioeconômicas de calçados a nível mundial forem favoráveis. Entretanto, caso essa indústria venha a sair do município por motivos econômicos, a municipalidade já possui políticas estratégicas para amenização desses impactos.

2.2. A prefeitura possui mecanismos de fiscalização/monitoramento para identificar se as contrapartidas exigidas estão sendo executadas pela Grendene?

Resposta: Resposta já exemplificada no item 1.4.

3. Para a Prefeitura, quais são os principais aspectos positivos que a fábrica da Grendene traz para a cidade? Empregos? Desenvolvimento local? Melhorias sociais? Outros?

Resposta: A geração de emprego e renda é um dos grandes benefícios. Além disso, a empresa Grendene provocou no município do Crato, a formalização dos empregos. E de uma certa forma, houve uma valorização da mão de obra da indústria calçadista.

4. Para a Prefeitura, quais são os principais aspectos negativos que a fábrica da Grendene traz para a cidade? Problemas ambientais? Desorganização da cidade? Outros?

Resposta: Os impactos negativos dessa empresa já foram mensurados na época da sua implantação, tais como rearranjo urbano do Seminário, mudança e adequação do Plano Diretor, entre outros. Atualmente, essa indústria causa baixíssimo impacto ambiental, visto que não é uma indústria de transformação e sim de uma indústria manufatureira. Todos os seus resíduos, com exceção das aparas de EVA, são consideradas de baixo potencial poluidor degradador. E o próprio rejeito de EVA produzido pela empresa é destinado para fora do município para a reciclagem.

5. Quais os principais fatores que levaram à escolha das antigas Fazenda Sítio Misericórdia e Fazenda Sítio Fundão para a instalação da unidade da Grendene?

Resposta: Desemprego no Bairro Seminário, localização geográfica estratégica com relação ao microclima e estratégica de descentralização de empresas de baixo potencial poluidor degradador fora dos aglomerados industriais.

5.1. Existiam outros lugares da cidade que foram preteridos? Por quê?

Resposta: Não. Porque a negociação feita no princípio coube ao município a apresentação da área e a sua estratégia de implantação e funcionamento.

5.2. Houve pressão de agentes do setor imobiliário local para a escolha daquele lugar?

Resposta: Não. O setor imobiliário do município do Crato àquela época era incipiente e desarticulado.

5.3. É possível dizer que o terreno foi escolhido também para fins de especulação imobiliária (valorização dos terrenos do entorno, melhorias futuras da Prefeitura, etc)?

Resposta: Não. Porque se acreditava, por a fábrica estar em um perímetro industrial confinado, o efeito especulativo seria ao contrário, haveria uma desvalorização dos terrenos no entorno da empresa. Fato que não se concretizou, porque devido a empresa ter baixo PPD (Potencial Poluidor Degradador) atraiu populações que desejavam morar aos arredores da empresa. Esse tipo de reação da população não fora mensurado por nós.

6. À época da escolha da área que seria destinada à instalação da fábrica, houve uma mobilização social, liderada por docentes da URCA, que se opôs intensamente à decisão de implantá-la ao lado do Sítio Fundão – área que, na ótica dos ativistas, deveria tornar-se de conservação/preservação ambiental, sob os cuidados da Universidade.

6.1. Na avaliação do(a) Sr(a), em que medida as propostas daquele movimento eram procedentes?

Resposta: A Universidade, independente de estar certa ou errada nos seus questionamentos, sempre tem que ser respeitada em suas posições. Acreditamos à época que faltou esclarecimentos da estratégia de implantação da Grendene no Crato, onde mostrássemos para a comunidade acadêmica qual seriam os reais interesses envolvidos. No entanto, a Prefeitura municipal do Crato, a convite do Departamento de Geografia, participou de duas Mesas Redondas juntamente com os alunos dos Cursos de Geografia, Economia e Biologia para indagar sobre questões exemplificadas na pergunta. Após essas mesas de conversações, muitas das dúvidas e temores que a academia possuía foram exemplificadas. Hoje, questiona-se na academia as relações de trabalho e não mais, pelo menos não são colocadas em reuniões, os impactos que essa empresa causou ou vêm causando no Bairro Seminário.

6.2. Havia lugares alternativos para a instalação à época? Porque não foram acionados?

Resposta: Havia o Distrito Industrial do Cariri e o Distrito Industrial do Muriti. Que foram descartados após reunião técnica administrativa, a Prefeitura resolveu fugir da lógica dos conglomerados industriais que muitas vezes aumentam o PPD da localidade. Optou-se por fazermos diferente do que até então era regra dentro do Estado do Ceará e até do Brasil.

7. Em outra ocasião, O Sr Arlindo Siebra, geógrafo e servidor público municipal, afirmou ter sugerido a localização na qual a fábrica se estabeleceu, baseando-se na observação do procedimento de resfriamento de caldeiras da Grendene-Sobral – feita, anteriormente, quando teve a oportunidade de visitá-la. Constatou ali o uso intensivo de água para este fim, o que lhe induziu a julgar ambientalmente vantajosa a indicação de um terreno de altitude mais elevada, em virtude da possibilidade de evitar excessivo consumo hídrico, na medida em que o resfriamento eólico das caldeiras contribuísse neste sentido. Além deste elemento, ainda segundo ele, a existência da fábrica ali serviria como uma barreira para a expansão habitacional da cidade, o que ajudaria a preservar o Sítio Fundão. Quanto ao fator poluição, Arlindo levou em conta que a fábrica Grendene não produz rejeito (todo o material é reciclado) e que seu esgoto é do tipo doméstico.

Em sua opinião, passados mais de vinte anos, em que medida podemos corroborar a avaliação feita à época sobre os impactos socioambientais que a fábrica traria, especialmente, quanto ao consumo de água e à preservação do Sítio Fundão?

Resposta: Retificando a pergunta o que foi observado em Sobral é o resfriamento do galpão de produção e não caldeiras. Esse resfriamento dos galpões em Sobral é feito através de exaustores que aqui no Crato não seria preciso. A empresa Grendene possui um poço próprio, do qual divide em mais da metade da água retirada com a população do Seminário. O processo

4

industrial dessa empresa não passa por nenhum tratamento químico que venha exigir a presença de água. A água é utilizada nessa empresa para formação de vapor para ajudar na vulcanização dos seus calçados. Processo esse que não há geração de resíduos tóxicos na produção. E o seu Licenciamento Ambiental não prevê nenhum processo de utilização onde a água venha ser contaminada e descartada no meio ambiente. A única utilização da água, que podemos julgar impactada, advém dos banheiros e da cozinha industrial que é direcionada para uma estação de tratamento anaeróbico e, em seguida, clorada para só então ser descartada no meio ambiente.

8. Em nossa pesquisa, observamos que, logo depois da chegada e estabelecimento da Grendene, segundo o IBGE, a população da cidade cresceu bastante. Além disso, de acordo com dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, neste mesmo período, ocorreu uma elevação de qualidade em todos os aspectos de infraestrutura do Bairro Seminário, por exemplo, a coleta de lixo, o acesso à rede de esgotos, o padrão das moradias, matrícula escolar, etc. No entanto, as informações referentes ao ano de 2014, que são as mais recentes que tivemos acesso, indicam estagnação ou mesmo declínio dos mesmos.

8.1. Desde então, quais projetos de melhoria da infraestrutura social e urbana no Bairro Seminário e do entorno foram, estão sendo ou serão executados?

Resposta: Por ser um bairro considerado ainda de baixo índice de IDH, juntamente com a Batateiras, a municipalidade foca sempre seus maiores projetos para esse espaço. Após a instalação da Grendene já tivemos diversos equipamentos urbanos ali implementados, o maior deles e mais oneroso, após a implementação do parque Sítio Fundão, foi a Revitalização e Requalificação da Encosta do Seminário que abrange diversos equipamentos de lazer, tendo como último, a Areninha

8.2. Quais as principais melhorias que a unidade da Grendene trouxe, direta ou indiretamente, para o Bairro? E para a cidade?

Resposta: Acredito que essa resposta já descrita nos itens anteriores.

8.3. Quais os principais problemas que a unidade da Grendene trouxe, direta ou indiretamente, para o Bairro? E para a cidade?

Resposta: Já exemplificado nos itens anteriores.

8.4. O que a Prefeitura tem feito para resolver ou mitigar estes problemas?

Resposta: Os dos maiores problemas que podemos citar que ainda não está ocasionando impactos significativos é a questão da Mobilidade Urbana, que projetamos em tempo estimado de vinte e cinco anos a frente, que teremos nesse bairro. Pois os principais corredores são Avenida Diógenes Frazão e a Lavras da Mangabeira que acreditamos serem insuficientes para escoamento populacional e de produção nesses 25 anos. A Prefeitura estuda a abertura de uma terceira via, esta

5

margeando um futuro Parque Linear do Rio Batateira. Onde parte da circulação teria acesso rápido à Avenida APB de Menezes que atualmente encontra-se em fase de duplicação. Um dos grandes problemas que ainda possuímos no bairro é que boa parte da população ainda trabalha na indústria Grendene e o Bairro Cacimbas que possui a sua estrutura urbana bastante precarizada. Para tanto a Prefeitura Municipal do Crato está montando um plano de regularização fundiária a partir do REURB, como também algumas intervenções urbanísticas para melhorar a mobilidade e acessibilidade das ruas desse bairro.

Crato, 23 de Julho de 2018

José Arlindo Sampaio Siebra Junior
Geógrafo / Mat. 3256